STF decidirá sobre competência para julgar tragédia em Brumadinho

O recurso do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) contra a federalização do julgamento da tragédia em Brumadinho (MG) foi admitido, na quarta-feira (30), pelo ministro Jorge Mussi, vice-presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Com isso, caberá ao Supremo Tribunal Federal (STF) avaliar se o caso será julgado pela Justiça federal ou estadual. Segundo o magistrado, a discussão possui repercussão geral e envolve matéria constitucional que demanda a apreciação do STF.

Na tragédia, o rompimento de uma barragem da mineradora Vale, em 25 de janeiro de 2019, causou 270 mortes, além impactos ambientais em diversas cidades da bacia do Rio Paraopeba. Com base em denúncia oferecida pelo MPMG, um processo criminal tramitava na Justiça estadual desde fevereiro de 2020. Figuravam como réus 11 funcionários da Vale e cinco da Tüv Süd, consultoria alemã que assinou o laudo de estabilidade da estrutura que se rompeu. Eles respondiam por homicídio doloso e diferentes crimes ambientais. As duas empresas também eram julgadas.

Após um ano e oito meses de tramitação, o STJ considerou em outubro do ano passado que a Justiça estadual não tem competência para analisar o caso. A decisão tomada de forma colegiada por cinco ministros atendeu pedido do ex-presidente da mineradora Fábio Schvartsman, um dos réus. De forma unânime, eles concluíram que o julgamento deveria ser federalizado por envolver acusação de declarações falsas prestadas à órgão federal, descumprimento da Política Nacional de Barragens e por possíveis danos a sítios arqueológicos, que são patrimônios da União.

A tese de incompetência da Justiça estadual foi aceita mesmo sob discordância do Ministério Público Federal (MPF), que se alinhou ao ponto de vista do MPMG. "Não há descrição de crime federal, não há crime federal, não há bem jurídico da União atingido aqui na denúncia", disse no julgamento a subprocuradora-geral da República, Luiza Frischeisen.

Com o recurso, o MPMG espera uma mudança de entendimento no STF, de forma a evitar que o processo criminal volte à estaca zero. Caso a federalização seja confirmada, o MPMG ficaria sem poder atuar no caso. Esse papel agora caberia ao MPF e o processo recomeçaria do zero. Os acusados na esfera estadual perderiam a condição de réus e uma nova denúncia precisaria ser apresentada e aceita pela Justiça federal.

Em nota divulgada em seu site, o MPMG reitera sua posição, defendendo a instalação de um Tribunal de Júri na esfera estadual. "Não há interesse federal no julgamento dos crimes, pois os homicídios não foram praticados contra bens, serviços ou interesses da União, mas contra pessoas comuns que trabalhavam, moravam ou passavam pelo local, e foram colhidas de surpresa pelo gigantesco volume de lama", diz o texto.

O site da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos (Avabrum) mantém no ar uma nota contra a posição do STJ. "O crime aconteceu aqui em terras mineiras e não há motivo para a federalização do processo. Os responsáveis por esse crime odioso querem escolher quem vai julgá-los e isso é inaceitável. Não cabe ao réu escolher o foro de seu julgamento", diz o texto divulgado pela Avabrum. (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Metalurgica Golin S/A

CNPJ 49.034.275/0001-35

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2021 - Valores em Reais

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento as exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. Estamos à disposição de V. Sas. na Sede Social, para quaisquer informações que julgarem necessárias. Guarulhos, 18/03/2022. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - Ativo	2.021	2.020
Ativo Circulante		
Caixa e Bancos	11.849.622	339.893
Aplicação Financeira	15.891	1.324
Clientes	30.648.520	9.477.741
Impostos a realizar	8.123.743	28.560.712
Contas a receber	8.358.956	7.585.619
Estoques	24.497.278	13.271.833
Despesas Antecipadas	-	10.223
Total do Circulante	**83.494.009**	**59.247.345**
Realizavel a longo Prazo	17.825.025	55.459
Investimentos	-	-
Imobilizado	37.681.262	34.182.122
Imobilizado - Ajuste a Valor Justo	13.395.177	14.887.105
Total do Permanente	51.076.440	49.069.227
Total do Não Circulante	**68.901.465**	**49.124.686**
Total do Ativo	**152.395.473**	**108.372.031**

Balanço Patrimonial - Passivo	2.021	2.020
Passivo Circulante		
Emprestimos e Financiamentos	5.231.732	7.391.615
Fornecedores	6.304.589	5.340.015
Tributos a Recolher	56.071.012	40.645.459
Salários, Encargos e Provisões Trabalhistas	17.103.610	11.484.882
Outras Contas a Pagar	29.697.951	17.997.311
Total do Circulante	**114.408.895**	**82.859.282**
Emprestimos e Financiamentos	4.086.218	5.706.267
Impostos Diferidos sobre Reavaliação	4.554.360	5.061.616
Tributos a Recolher	16.563.544	6.595.219
Conta Corrente (Acionistas)	-	-
Outras contas a pagar	3.615.976	64.326
Total do Não Circulante	**28.820.098**	**17.427.428**
Capital social	18.000.000	18.000.000
Reserva Legal	1.763.808	1.726.175
Reserva de Incentivos Fiscais	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	8.840.817	9.825.489
Prejuízos Acumulados	(19.438.145)	(21.466.342)
Total do Patrimônio Líquido	**9.166.480**	**8.085.322**
Total do Passivo	**152.395.473**	**108.372.031**

Demonstrativo das Mutações do Patrimonio Liquido em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Incentivos Fiscais	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucro a Dispos. AGO	Patrimonio Líquido
Saldo em 31-12-2019	**18.000.000**	**1.726.175**	**2.200.555**	**15.288.997**	**(20.268.717)**	**16.947.011**
Ajuste de avaliação patrimonial				(8.278.043)	8.278.043	-
IR e CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial				2.814.534		2.814.534
Baixa Reserva de Incentivos Fiscais			(2.200.555)			(2.200.555)
Prejuizo liquido do exercicio					(9.475.669)	(9.475.669)
Saldo em 31-12-2020	**18.000.000**	**1.726.175**	**-**	**9.825.489**	**(21.466.343)**	**8.085.322**
Ajuste de avaliação patrimonial				(1.491.927)	1.491.927	-
IR e CS diferidos sobre ajuste de avaliação patrimonial				507.255		507.255
Lucro Líquido do Exercício					752.660	752.660
Constituição da Reserva Legal		37.633			(37.633)	-
Dividendos a Pagar					(178.757)	(178.757)
Saldo em 31-12-2021	**18.000.000**	**1.763.808**	**-**	**8.840.817**	**(19.438.145)**	**9.166.480**

Demonstração de Resultados dos Exercícios de 2021 e 2020

	2.021	2.020
Vendas Brutas	269.281.375	97.170.065
(-) Vendas anuladas	9.273.417	2.577.893
(=) Vendas Liquidas	260.007.958	94.592.172
(-) Impostos s/ Vendas	52.607.339	18.874.253
(=) Receita Operacional Liquida	**207.400.619**	**75.717.919**
(-) Custo dos Produtos Vendidos	139.843.710	65.408.595
(=) Lucro Operacional Bruto	**67.556.908**	**10.309.324**
(-) Despesa de Vendas	9.125.678	3.613.089
(-) Despesa Administrativa	14.524.759	6.837.820
(-) Despesa Financeira	19.099.760	8.844.066
(+) Receita Financeira	2.932.365	1.371.249
(+) Outras Receitas Operacionais	-	-
(=) Lucro Operacional Liquido	**27.739.077**	**(7.614.401)**
(+) Receita de Subvenção para Investimento	-	-
(+) Resultado Extra Operacional	(24.150.879)	(1.861.268)
(-) Outras Despesas	-	-
(=) lucro antes do I. Renda	3.588.197	(9.475.669)
(-) Contribuicao Social	765.755	-
(-) Provisão p/Imposto de Renda	2.069.782	-
(=) Lucro Líquido do Exercício	**752.660**	**(9.475.669)**
Lucro líquido por ação	0,07527	(0,94757)

Demonstração de Fluxo de Caixa de 2021 e 2020

	2.021	2.020
(=) Resultado do Exercício	752.660	(9.475.669)
Itens que não afetam o caixa operacional		
Encargos de empréstimos e financiamentos	728.514	2.187.200
Juros, variações monetárias e câmbiais	20.181	(132.661)
Consolidação Compensação	-	-
Baixa de Reserva de incentivos fiscais	-	(2.200.555)
Valor residual do imobilizado baixado	-	19.064.000
Depreciação e Amortização	4.324.393	4.718.000
	5.825.748	**14.160.315**
Aumento Líquído/(redução) das contas de ativo		
Contas a receber	(21.170.779)	843.261
Impostos a recuperar	2.667.404	7.502.474
Estoques	(11.225.444)	1.600.403
Demais ativos circulantes	(763.114)	(1.421.509)
Aumento Líquído/(redução) das contas de passivo		
Fornecedores	964.574	(5.580.658)
Obrigações trabalhistas e tributárias	30.945.973	2.501.951
Outras contas a pagar	15.140.167	9.704.246
Caixa líquido das atividades operacionais	**16.558.780**	**15.150.169**
Aquisição de imobilizado	(6.332.606)	(394.116)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**(6.332.606)**	**(394.116)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Captação empréstimos e financiamentos	89.958.941	26.977.441
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(94.486.567)	(50.423.441)
Conta Corrente de Acionistas	-	(5.720.331)
Caixa líquido das atividades de financiamentos	**(4.527.626)**	**(29.166.331)**
Aumento/(Redução) Líquida de caixa	**11.524.296**	**(249.963)**
Caixa no início do período	**341.217**	**591.180**
Caixa no final do período	**11.865.513**	**341.217**
Aumento/(Redução) Líquida de caixa	**11.524.296**	**(249.963)**

Resumo das Notas Explicativas

1) As Demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com a Resolução 1.255/09 do CFC e disposições da Lei das Sociedades por Ações. **2)** As Receitas, os Custos e as Despesas são registradas pelo Regime de Competência. **3)** Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano, são classificados como Circulantes. **4)** As Depreciações foram calculadas pelo método linear, com base nas taxas anuais admitidas pela legislação fiscal, em função do prazo da vida útil do bem. **5)** Estoques: as matérias primas, materiais auxiliares, foram avaliados pelo custo médio ponderado. Os produtos acabados, semi-acabados foram avaliados de acordo com o Artigo 14, parágrafo 3º do decreto 1.598/77 e legislação subsequente. **6)** A Provisão de Férias foi constituida com base nos direitos adquiridos pelos empregados. **7)** O Capital Social representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor unitário de R$ 1,80 (um real e oitenta centavos) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade por acionistas residentes no país. O conjunto completo das notas explicativas esta à disposição na sede da empresa.

Décio de Araújo — Diretor
Rafael Gussoni — Diretor
Flávia Cascarelli — Contadora - CRC: 1SP210340/O-5

Endividamento de famílias atinge nível recorde em março

A parcela de famílias com dívidas, em atraso ou não, no país atingiu 77,5% em março deste ano. Essa é a maior proporção de endividados desde o início da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), em 2010, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Em fevereiro, o percentual era de 76,6%. Já em março do ano passado, a taxa era de 67,3%, de acordo com a Peic.

O percentual de inadimplentes, ou seja, famílias com contas ou dívidas em atraso, chegou a 27,8%, o segundo maior percentual da pesquisa, ficando abaixo apenas daquele registrado no primeiro mês da Peic, em janeiro de 2010 (29,1%). Em fevereiro, taxa ficou em 27% e em março de 2021, 24,4%.

Já as famílias que não terão condição de pagar suas dívidas e contas em atraso somam 10,8%, acima dos percentuais de fevereiro deste ano e de março do ano passado (ambos 10,5%).

O cartão de crédito responde por 87% dos motivos de endividamento no país, seguido pelos carnês (18,7%), financiamento de carro (11,2%), crédito pessoal (9,4%) e financiamento de casa (8,6%). (Agencia Brasil)

MP libera R$ 1,2 bi em crédito rural para MS, PR, SC e RS

Para amenizar as perdas que agricultores familiares sofreram na safra 2021/2022 devido à seca, o governo federal editou uma medida provisória destinando R$ 1,2 bilhão em crédito rural para Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O dinheiro é direcionado aos pequenos produtores rurais da agricultura familiar afetados pela seca ou estiagem. Os municípios beneficiados tiveram os níveis de chuva inferiores à média histórica. Como resultado, sofreram perdas nas safras e, consequente, impacto na renda e na capacidade de pagamento de dívidas.

Serão concedidos descontos de no máximo 58,5% nas parcelas com vencimento a partir de 1º de janeiro de 2022 até 30 de junho de 2022, relativas a financiamentos já contratados pelos agricultores beneficiados, no âmbito Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), e que não sejam cobertos pelo Proagro ou pelo Seguro Rural.

Os créditos extraordinários não se sujeitam ao teto do gasto, conforme foi estabelecido pela Emenda Constitucional nº 95/2016. (Agencia Brasil)

Bloqueio de R$ 1,72 bi afetará apenas emendas de relator

O bloqueio de R$ 1,72 bilhão do Orçamento de 2022, anunciado na semana passada, afetará apenas emendas de relator, divulgou o Ministério da Economia. Seis ministérios foram atingidos, mas a pasta mais afetada será o Ministério do Desenvolvimento Regional, que terá R$ 904 milhões contingenciados.

O decreto presidencial com a distribuição do contingenciamento pelos órgãos federais foi publicado na quarta-feira (30) no Diário Oficial da União, mas o detalhamento dos cortes por ministérios só foi divulgado na quinta-feira (31) à noite.

No dia 22, o Ministério da Economia bloqueou R$ 1,72 bilhão do Orçamento de 2022 para evitar o estouro do teto de gastos. Na ocasião, a pasta informou que o contingenciamento abrangeria apenas gastos discricionários (não obrigatórios) do Poder Executivo, mas a distribuição dos cortes ainda dependia do decreto presidencial.

O bloqueio de verbas foi definido no Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento que orienta a execução do Orçamento enviado ao Congresso Nacional a cada dois meses. Pela legislação, o decreto com o detalhamento dos cortes pode sair até oito dias após o relatório.

O contingenciamento deste ano é bastante inferior ao corte de R$ 28,9 bilhões do Orçamento de 2021. No primeiro Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do ano passado, foram vetados (definitivamente cancelados) R$ 19,8 bilhões em gastos e contingenciados (bloqueados temporariamente) R$ 9 bilhões. Nos quatro meses seguintes, o valor bloqueado foi totalmente liberado. (Agencia Brasil)

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79CD-88CD-7165-E773.

Este documento foi assinado digitalmente por Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira.
Para verificar as assinaturas vá ao site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código 79CD-88CD-7165-E773.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/79CD-88CD-7165-E773 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 79CD-88CD-7165-E773

Hash do Documento

2F5822F6589FEA99BB64A00F5A1EEEFA965CB3B1FAB3CCF7CBE153CA1DA84496

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Urbia Gestão de Parques SPE S.A.

CNPJ nº 35.814.889/0001-25

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V.Sªs.; os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2021 e 31/12/2020, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 30 de março de 2022 **A Diretoria**

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.483	21.406
Clientes	6	43.557	329
Impostos e contribuições a recuperar	7	212	184
Adiantamentos a fornecedores	–	647	11
Adiantamentos a colaboradores	–	–	11
Despesas antecipadas	8	471	472
		46.370	22.413
Não circulante			
Clientes	6	73.700	–
Despesas antecipadas	8	816	841
Impostos e contribuições diferidos	23	4.621	3.047
Impostos e contribuições a recuperar	7	4	4
Partes Relacionadas	9	8	6
		79.149	3.898
Intangível Operacional	10	117.324	82.668
Intangível	10	984	96
Ativo imobilizado	11	1.637	219
		119.945	82.983
		199.094	86.881
Total do ativo		**245.464**	**109.294**

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	68.531	–
Fornecedores	–	4.836	2.444
Obrigações e encargos trabalhistas	13	1.697	921
Obrigações tributárias	14	358	512
Adiantamentos de clientes	15	27.131	335
Adiantamentos de outorga	16	2.244	2.248
Outras obrigações a pagar	17	1.213	385
Obrigações ao poder concedente	–	329	11
		106.339	6.856
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	12	152	–
Impostos diferidos	23	900	–
Partes relacionadas	9	–	48.476
Adiantamentos de clientes	15	90.457	1.016
Adiantamentos de outorga	16	40.305	42.549
		131.814	92.041
Total do passivo		**238.153**	**98.897**
Patrimônio líquido	18		
Capital social		16.385	16.385
Prejuízos acumulados		(9.074)	(5.988)
Total do patrimônio líquido		7.311	10.397
Total do passivo e patrimônio líquido		**245.464**	**109.294**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional líquida	19	34.651	943
Custos dos serviços prestados	20	(29.700)	(5.138)
Lucro/Prejuízo bruto		**4.951**	**(4.195)**
(Despesa) e receitas operacionais			
Despesas comerciais, gerais e administrativas	21	(9.181)	(5.024)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	35	–
		(9.146)	**(5.024)**
Prejuízo antes do resultado financeiro		**(4.195)**	**(9.219)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	162	387
Despesas financeiras	22	(627)	(51)
		(465)	**336**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		**(4.660)**	**(8.883)**
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	1.574	2.995
Prejuízo do exercício		**(3.086)**	**(5.888)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	(3.086)	(5.888)
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	(3.086)	(5.888)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	Capital Social				
	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	32.871	(16.486)	16.385	(100)	16.285
Prejuízo do exercício	–	–	–	(5.888)	(5.888)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	32.871	(16.486)	16.385	(5.988)	10.397
Prejuízo do exercício	–	–	–	(3.086)	(3.086)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	32.871	(16.486)	16.385	(9.074)	7.311

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.660)	(8.883)
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais		
Apropriação de encargos sobre mútuos	358	36
Apropriação de encargos sobre empréstimos	133	–
Amortização do Intangível	2.309	476
Depreciação	56	2
Outras provisões	828	385
	(976)	(7.984)
Variações nas contas patrimoniais		
Clientes	(116.928)	(329)
Impostos e contribuições a recuperar	(28)	(188)
Adiantamentos a fornecedores	(636)	(11)
Adiantamentos a colaboradores	11	(9)
Despesas antecipadas	26	(421)
Fornecedores	2.392	2.444
Obrigações e encargos trabalhistas	776	921
Obrigações tributárias	746	512
Adiantamentos de clientes	116.237	1.351
Adiantamentos de outorga	(2.248)	44.797
Obrigações ao poder concedente	318	11
	666	49.078
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades operacionais	(310)	41.094
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Custo de ativação do intangível	(37.853)	(12.739)
Aquisições do Imobilizado	(1.474)	(222)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de investimentos	(39.327)	(12.961)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros		
Capitalização de empréstimo e financiamento	68.550	–
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	68.550	–
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas		
Capital social	–	–
Contas-correntes com partes relacionadas	(48.836)	(22.220)
Caixa líquido proveniente das (consumido nas) atividades de financiamentos	(48.836)	(22.220)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.923)	5.913
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	21.406	15.493
No final do período	1.483	21.406
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	(19.923)	5.913

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração ás demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 20201 (Em milhares de reais)

1.Contexto operacional: Em 8 de março de 2019, a Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. **("Construcap")** sagrou-se vencedora da Concorrência Internacional n° 001/SVMA/2018, licitação da prefeitura de São Paulo para prestação dos serviços de gestão, operação, manutenção e serviços de engenharia de seis parques urbanos públicos no Município de São Paulo, Estado de São Paulo. Passado todo o processo licitatório e entrega de documentação necessária, foi concedida à Construcap o direito à assinatura do Contrato de Concessão, seguida da constituição da sociedade de propósitos específicos ("SPE") que seria a subscritora do Contrato, conforme etapas e dispositivos previstos no Edital de Licitação. A Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Urbia", "Sociedade" ou "Concessionária") é a SPE criada para a assinatura e assunção do Contrato de Concessão n° 57/SVMA/2019 ("Contrato de Concessão"), uma sociedade anônima de propósito específico de capital fechado, com sede na Avenida Rebouças, 3.970, andar 32 - sala 32, Pinheiros - São Paulo. Sua constituição social foi registrada nos órgãos competentes em 18 de dezembro de 2019, sob o CNPJ 35.814.889/0001-25, e tem como objeto social a prestação de serviços de gestão, operação e manutenção de parques urbanos sob o regime de concessão. O capital social da Sociedade foi subscrito o valor de R$ 32.871 mil e integralizado pelo acionista o montante de R$ 16.385 mil. Além disso, houve o pagamento da Outorga Fixa requerida como contraprestação à assinatura do Contrato de Concessão, no valor de R$ 70.501 mil, ao Município de São Paulo. Decorrente dos processos e etapas acima descritos, em 20 de dezembro de 2019 foi assinado o Contrato de Concessão, entre o Município de São Paulo, representado pela Secretaria Municipal de Governo e a Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, ("Poder Concedente"), e a Urbia Gestão de Parques SPE S.A. para concessão da prestação de serviços de gestão, operação e manutenção dos Parques: Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, bem como execução de obras e serviços de engenharia ("Concessão"), com valor monetário estimado de R$ 1.338.103.615,56 (um bilhão trezentos e trinta e oito milhões cento e três mil seiscentos e quinze reais e cinquenta e seis centavos), no prazo total de 35 anos. Conforme o Caderno de Encargos anexo ao Contrato de Concessão, há um prazo inicial de até 3 anos, no qual deverão ser realizados os principais investimentos da Concessão. Todas as informações referentes à assinatura do Contrato de Concessão foram publicadas no Diário Oficial em 21 de dezembro de 2019, vide página 80 e estão disponíveis no Portal da Prefeitura de São Paulo. Referente ao setor de atuação da Sociedade, importa destacar os parques urbanos como importantes infraestruturas sociais, que prestam serviços ambientais e ecossistêmicos à cidade e se destinam à convivência e ao lazer dos visitantes, atendendo suas demandas de entretenimento, esporte, contemplação da natureza e realização de atividades e eventos culturais. São áreas que congregam, portanto, diversas demandas dos munícipes, e que, por isso, recebem relevante afluxo de pessoas todos os dias. O conceito de parque urbano não se confunde ao dos parques naturais e unidades de preservação, onde a natureza é praticamente a única protagonista e a visitação muitas vezes é limitada à contemplação destas vastas áreas. Nos parques urbanos há o estímulo ao contato e interação diretos com a natureza no meio urbano, contando com locais e equipamentos para prática de esportes, realização de eventos culturais, espetáculos, exposições, educação ambiental, cursos, além de prover toda a infraestrutura necessária ao atendimento dos usuários, como banheiros, áreas de alimentação e bebida, bebedouros, *playgrounds*, mobiliário urbano etc. Neste contexto, as atividades operacionais da Sociedade focam-se nos serviços de gestão, operação, zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, segurança patrimonial, manutenção e serviços de engenharia para o cumprimento das cláusulas e encargos oriundos do Contrato de Concessão e para a prestação do devido serviço público para os visitantes. Além disso, é direito da Concessionária a exploração comercial das áreas, realização de eventos, cessão de área para serviços, atividades e ocupações variadas, operação dos equipamentos culturais para espetáculos, exposições, feiras, mostras, eventos corporativos etc., entre outros direitos emergentes do Contrato de Concessão, observados os limites e condições dispostos neste. O início das atividades operacionais da Urbia se deu com a promulgação da ordem de início assinada em 20 de janeiro de 2020 pelo Poder Concedente, publicada no Diário Oficial do Município de São Paulo no dia seguinte. A Urbia assume a administração pública dos Parques Lajeado e Tenente Faria Lima em 21 de janeiro de 2020, Parque do Ibirapuera em 20 de outubro de 2020 e Parque Eucalipto em 15 de novembro de 2020. Os Parques Jacinto Alberto e Jardim da Felicidade em 15 de novembro de 2021. De acordo com o Contrato de Concessão, cabem à Urbia os serviços de manutenção, conservação de áreas verdes, limpeza, zeladoria e segurança patrimonial dos parques. Além disso, toda a gestão administrativa e exploração comercial dos espaços, marcas e nomes também estão sob seus direitos e deveres. Por fim, cabe à Concessionária implementar um programa de intervenções em cada parque, com o objetivo de realizar obras que irão corrigir questões de infraestrutura, recuperar edificações e áreas verdes, além de melhorar a experiência do usuário e prover serviços e opções de consumo a estes, conforme o Caderno de Encargos da Concessão e os Planos Diretores de cada parque. Desde a ordem de início até o atual momento, a Sociedade se encontra em um período prévio à realização dos principais investimentos nos parques já assumidos, conduzindo atividades operacionais que lhe cabem. Não obstante, a Concessionária vem promovendo ações corretivas, reparos operacionais e melhorias de manutenção, de modo a tornar os Parques mais seguros e melhorar a experiência dos usuários, enquanto aguarda a aprovação definitiva de seus Planos de Intervenção por parte do Poder Concedente. **Impacto da Covid 19:** Não obstante, dado o cenário global e nacional de persistência da gravíssima crise sanitária decorrente da Pandemia da COVID-19, a Concessionária ainda não pôde gozar plenamente dos direitos emergentes e propriedades comerciais que derivam do Contrato de Concessão. A situação sanitária e as deliberações de Autoridades Públicas Competentes, no intuito de abrandar os efeitos da Pandemia, reduziu drasticamente a demanda de usuários, culminando até mesmo com o fechamento dos parques entre abril e maio do presente ano, limitando sobremaneira o potencial de arrecadação de receitas até o presente. Portanto, as fontes de receita não foram auferidas conforme a expectativa e planejamento da Sociedade em função do atual cenário e restrições impostas pelas autoridades para conter a Pandemia. **2.Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis: 2.1. Declaração de conformidade e base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Sociedade são apesentadas em reais (R$) e todos os valores arredondados para milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma, tais como certos ativos e instrumentos financeiros, que podem ser apresentados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação das demonstrações financeiras da Sociedade está de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) aceitas no Brasil e, requerem o uso de estimativas contábeis por parte da Administração da Sociedade. As áreas que envolvem julgamento ou o uso de estimativas, relevantes para as demonstrações financeiras estão demonstradas na nota explicativa n° 3. **3.Principais práticas contábeis adotadas: a. Caixa e equivalentes de caixa:** O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto e médio prazos, para investimento e/ou outros fins. A Sociedade considera caixa saldos em conta corrente de movimento, aplicações financeiras de conversibilidade imediata. As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em CDB - Certificado de depósito bancário. **b. Ativos e passivos contingentes e provisão para demandas judiciais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **• Ativos contingentes:** são reconhecidos somente quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa, quando aplicável; **• Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Também são adicionados às provisões os montantes estimados de possíveis acordos nos casos de intenção de liquidar o processo antes da conclusão de todas as instâncias. Quando as estimativas de perdas avaliadas como possíveis, as mesmas são divulgadas em Notas Explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foram reconhecidos e/ou divulgados saldos relacionados a demandas judiciais devido não haver processos ou reclamações processuais nas esferas: cível, trabalhista e tributária. **c. Intangível:** Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de explorar comercialmente os espaços, edificações e áreas formados por estes ativos, após o período de investimento ter sido plenamente concluído e atestado pelo Poder Concedente. Antes disso, trata-se de intangível em andamento. Nesta circunstância, a receita da Concessionária está condicionada ao uso do ativo e a sua geração de caixa esperada, dado que os riscos de mercado e demanda são suportados, em situações de normalidade, pela própria Concessionária. Por se tratar de uma concessão onerosa, não há previsão contratual de recebimento de qualquer contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente pela utilização e operação do ativo intangível. O direito de exploração deste está atrelado ao devido pagamento da Outorga Fixa, já realizado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Por este motivo, a Outorga Fixa foi contabilizada no Intangível desde o exercício de seu pagamento, e deverá ser amortizada proporcionalmente ao prazo da Concessão e à utilização dos ativos segundo a projeção da demanda operacional de cada parque. Até o atual período, os itens ativados no Intangível dizem respeito à Outorga Fixa, juros capitalizados sobre o empréstimo de mútuo e gastos pertinentes as melhorias previstas no objeto da concessão, que contribuirão para a determinação futura do intangível, portanto, para a devida exploração e geração de fluxo de caixa pela Concessionária. Tratam-se de estudos, projetos e planos estratégicos, de maneira geral. **d. Ativo Imobilizado:** O ativo imobilizado está registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada, calculada com base de método linear, levando-se em consideração a vida útil estimada dos ativos. As taxas medias de depreciação aplicadas estão demonstradas na nota explicativa nº 11. **e. Adiantamentos de clientes:** Os Adiantamentos estão demonstrados ao valor de custo e correspondem aos recebimentos efetuados antecipadamente pelo direito de uso e exploração de espaço dos parques. A apropriação da receita é realizada pelo período do contrato. Estão classificados como passivo circulante e quando superior a 12 meses após a data do balanço estão classificados no passivo não circulante. Nota 15. **f. Adiantamentos de outorga:** A Sociedade celebrou o contrato para cessão do direito de uso da área de Estacionamento, para fins de investimento, modernização e exploração econômica, mediante pagamento de taxa de adesão à infraestrutura na assinatura do contrato e pagamentos recorrentes anuais. A apropriação da receita oriunda do pagamento *upfront* é realizada pelo período do contrato. O valor pago é classificado como passivo circulante e, quando superior a 12 meses após a data do balanço, como passivo não circulante. O mesmo foi feito com o contrato de cessão de área para instalação futura de infraestrutura de distribuição de sinal de telefonia. Nota 16. **g. Contratos de concessão ICPC 01 (R1):** A Sociedade contabiliza os deveres, encargos e direitos do Contrato de Concessão conforme a interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da Concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere a Concessionária o direito de controle do uso e posse da infraestrutura de serviços. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente ao término do contrato. A Concessionária tem acesso apenas para operar a infraestrutura em virtude da prestação de serviços públicos em nome do Poder Concedente, nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante o prazo determinado. A Concessionária reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de auferir receitas nos espaços destinados ao serviço público e não possui direito a receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a não ser em revisões extraordinárias do Contrato com vistas à manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do mesmo. A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do Contrato de Concessão e proporcionalmente à demanda operacional constatada e projetada em cada parque da Concessão. O direito de outorga corresponde à obtenção de concessão para exploração, sendo a mesma onerosa. Outorga Fixa como critério licitatório foi paga à vista, concomitantemente à assinatura do Contrato de Concessão. A amortização da outorga é efetuada com base no período contratual de 35 anos e proporcionalmente à demanda operacional projetada em cada parque. Está previsto também no Contrato o pagamento da outorga variável que deverá ser apurado sobre a Receita Operacional Bruta. Há duas outorgas variáveis, uma de percentual fixo de 1,12% e outra variável, que pode ir de 1% a 0%, mediante avaliação de indicadores de desempenho determinados conforme anexo V do Contrato. Neste caso, não há ativação do custo no Intangível, sendo contabilizada como custo operacional de cada exercício no resultado operacional da Sociedade. **h. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa, no mínimo, anualmente o valor contábil líquido de seus ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. As premissas normalmente utilizadas para o cálculo do valor recuperável dos ativos são baseadas nos fluxos de caixa esperados, em estudos de viabilidade econômica que demonstrem a recuperabilidade dos ativos ou o seu valor de mercado, todos descontados a valor presente, comparados ao Intangível Líquido presente (*carrying amount*). **i. Outros ativos e outros passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. As provisões são registradas, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante. **j. Instrumentos Financeiros:** Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Sociedade compactua formalmente das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem aplicações financeiras, outros recebíveis, caixa e equivalente de caixa, fornecedores e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. **k. Capital social:** Composto exclusivamente por ações ordinárias, classificadas no patrimônio líquido. **l. Apropriação de despesas:** As despesas administrativas e de consumo, necessárias à sua manutenção, foram reconhecidas conforme o regime contábil da competência. **m. Receita operacional:** As receitas das Sociedades serão registradas nas demonstrações financeiras de acordo com os dispositivos do Pronunciamento técnico CPC 47 - Contratos com clientes. Essas operações estão, atualmente, relacionadas exclusivamente com a gestão, incluindo, as responsabilidades e direitos, sobre os Parques. O Parque Ibirapuera possui quase a totalidade dos atrativos, demanda de visitantes, espaços, equipamentos culturais e propriedades comerciais dentro da Concessão. Assim, este Parque representa a maior fonte de recursos à Concessionária. **n. Demonstrações dos Fluxos de Caixa (DFC):** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - IAS 7 - Demonstração dos fluxos de caixa. **o. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis: Julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações e passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros. **Estimativas e premissas contábeis:** As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil de ativos e passivos no próximo exercício financeiro é: **Perda da redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa periodicamente o valor contábil dos ativos de longo prazo, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, é constituída provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando existir perda de seu valor recuperável será constituída uma provisão no resultado do exercício ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Fato que não ocorreu no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **p. Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Diretoria Administrativa e Financeira. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **q. Gestão de Capital:** Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Sociedade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. **3.1 Novos pronunciamentos emitidos: Pronunciamentos novos ou revisados aplicados em 2020 e 2021: a) Definições de negócio (alterações a IFRS 3):** As alterações a IFRS 3 são obrigatórios para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2020. A Sociedade deve aplicar definição revisada de negócio para as aquisições que ocorreram em ou após 1º de janeiro de 2020 para determinar se deveriam ser contabilizadas de acordo com a IFRS 3. Não é permitido reavaliar aquisições ocorridas antes da data vigência da referida revisão; **b) Impacto da COVID-19 nas concessões de aluguel (alterações a IFRS 16):** A partir de 1º de junho de 2020, a IFRS 16 foi alterada para fornecer um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas com consequência direta da pandemia COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: (i) A alteração nos pagamentos de arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior a contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior a alteração; (ii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; (iii) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. As concessões de aluguel que satisfaçam esses critérios podem ser contabilizadas de acordo com expediente prático, o que significa que o locatário não avalia se a concessão de aluguel atende à definição de uma modificação de locação. Tal alteração não houve impacto na Urbia, pois o contrato de locação existentes não estão no escopo de IFRS 16. **Novos pronunciamentos emitidos, mas ainda não adotados:** As normas e interpretação novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão descritas a seguir. A Sociedade pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível quando entrarem em vigor. • Benefícios relacionados à COVID-19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento (alteração ao CPC 06/IFRS 16); • Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alteração à IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16); • Contratos onerosos (alterações ao CPC 25 - IAS 37); • Imobilizado - Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27 - IAS 16); • Referência à estrutura conceitual (alterações ao CPC 15 - IFRS 3); • Melhorias anuais para as normas IFRS - 2018 - 2020 (alterações à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • Classificação de passivos circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 - IAS 1 e CPC 23 IAS 8); • IFRS 17 contratos de seguros. **4.Gestão de risco financeiro: a. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Sociedade a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Sociedade concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A Sociedade não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. **b. Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude de a Sociedade não possuir ativos ou passivos significativos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Sociedade não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxas de juros:** As taxas de juros contratadas sobre aplicações financeiras estão mencionadas na Nota explicativa 5.

5. Caixa e equivalentes de caixa:

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e bancos	309	3
Títulos e valores mobiliários	1.174	21.403
	1.483	21.406

Instituição Financeira	Remuneração	31/12/2021	31/12/2020
Banco Bradesco S.A.			
CDB (*)	100,5 % do CDI	1.174	21.025
Invest Fácil	10% do CDI	–	378
		1.174	21.403

(*) CDB - Certificado de depósito bancário

6. Clientes:

	31/12/2021	31/12/2020
Ambev S.A.	48.051	–
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	29.750	–
Ifood Com. Agência de Restaurantes Online	16.000	–
Petsupermarket Comércio de Produtos S.A.	11.250	–
Secretária Municipal do Verde e do Meio Ambiente	9.731	–
Phoenix Tower Participações S.A.	1.097	–
Selvagem By Vista	375	–
Mastercard Brasil Soluções S.A.	250	–
All In One Comunicação Ltda.	167	–
Riot Games Serviços Ltda.	126	–
Madureira Itaim Lanchonete Ltda.	116	51
LDRL - Comércio e Eventos - Eirli Me	85	–
Getnet Adquirência e Serv. para meios de Pagamento S.A.	79	–
Lanchonete Valdomiro Ltda. Me	77	90
Milano Comercio Varejista de Alimentos S.A.	24	40
Oakberry 1 Comércio de Açaí Ltda.	21	19
Bienal - Eventos	20	–
Smartboby Com. de Sup. Alime. e Prod. Naturais Eireli	12	–
Albor Diagnósticos Laboratoriais Ltda.	9	–
Bavarian Nuts Franquias Eireli	7	4
CPQ Brasil S.A.	5	15
Clínica Pace Ltda.	5	–
Boticário Franchising Ltda.	–	110
	117.257	329
Circulante	43.557	329
Não circulante	73.700	–

Os créditos são na sua totalidade derivados de cessão de espaço nas dependências do Parque Ibirapuera e patrocínio. Não há títulos vencidos. Os valores acima representam a totalidade do valor contratual mínimo, nos prazos estipulados para cada caso, não representando valores anuais.

7. Impostos e contribuições a compensar:

	31/12/2021	31/12/2020
Créditos de PIS e COFINS	98	106
Saldo negativo de IRPJ	115	77
ISS a recuperar	4	4
Cofins a compensar	–	1
	217	188
Circulante	212	184
Não circulante	4	4

8. Despesas antecipadas:

	31/12/2021	31/12/2020
PMI - Project Management (*)	841	866
Outras despesas antecipadas	446	447
	1.287	1.313
Circulante	471	472
Não circulante	816	841

(*) Refere-se a valores pagos a títulos de ressarcimento aos autores dos estudos iniciais aproveitados em razão do chamamento público nº 001/2017 - SMDP, está contabilizado como despesa antecipada e será amortizado durante o período da concessão.

9. Transações com partes relacionadas:

No Ativo não circulante

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2021	31/12/2020
Conta corrente	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	8	6
		8	6

No Intangível

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2021	31/12/2020
Prestação de Serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	16.127	
		16.127	–

No Passivo não circulante

Natureza da operação:	Parte relacionada:	31/12/2021	31/12/2020
Prestação de serviço	Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	1.084	535
Empréstimo	Roberto Ribeiro Capobianco	–	22.390
Empréstimo	Julio Capobianco Filho	–	22.390
Empréstimo	Maria Silvia Ribeiro Capobianco	–	3.161
		1.084	48.476

Movimentação dos empréstimos juntos a partes relacionadas:

Descrição	31/12/2020	(+) Captações	Total amortizado	(+) Aprop. Jrs/aprop.	31/12/2021
Partes relacionadas	47.941	–	**52.367**	4.426	–
Construcap Ccps Engenharia e Com. S.A.	–	800	**803**	3	–
	47.941	**800**	**53.171**	**4.429**	–

A Sociedade adquiriu mútuo dos sócios em 18 de dezembro de 2019 no qual incide juros remuneratórios a taxa Selic + 2,23% a.a. com juros calculados pro rata die, e vencimento estabelecido em dezembro de 2020. Em 09 de dezembro de 2020, a sociedade quitou o saldo com o sócio Julio Capobianco, com os demais sócios realizou um aditivo contratual, passando os juros remuneratório a taxa 5,53% mais CDI e prorrogou o prazo de quitação para 18 de dezembro de 2021, quando foi realizada a quitação total com os demais sócios.

Na Demonstração do Resultado

	31/12/2021	31/12/2020
Custos de serviços prestados		
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	–	(4.361)

☆ continuação

Notas explicativas da Administração ás demonstrações contábeis - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 20201 (Em milhares de reais) da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**

18. Patrimônio Líquido: 18.1 Capital social: O capital social está representado por 32.871.029 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralizados parcialmente. O montante integralizado até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi de R$ 16.385. **18.2 Reserva de lucros: Reserva legal:** Será constituída por um montante equivalente a 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em função do resultado. **18.3 Dividendos:** A Sociedade poderá efetuar a livre distribuição de dividendos a seus acionistas ou pagamento de títulos de participação de lucros com base no balanço levantado em cada ano civil, podendo, porém, sempre que permitido for levantar balanços extraordinários para os fins retro mencionado. Ressalta-se que em cada exército, os acionistas terão direito a um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado. Até o momento, não foram registradas distribuições de dividendos.

19. Receita operacional líquida:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Publicidade e patrocínio	12.598	–
Reequilíbrio	9.731	–
Cessão de uso de espaço	9.470	1.017
Construção	4.939	–
Eventos e atividades	465	9
Tecnologia	67	6
Outros	785	–
Tributos sobre vendas	(3.404)	(88)
	34.651	943

20. Custos dos serviços prestados:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Serviços prestados	(20.838)	(3.824)
Pessoal	(3.653)	–
Amortização	(2.309)	(476)
Materiais	(791)	(397)
Seguros	(572)	(148)
Aluguéis	(667)	(49)
Outros	(870)	(244)
	(29.700)	(5.138)

21. Despesas comerciais, gerais e administrativas:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Despesas com pessoal	(4.384)	(3.311)
Serviços prestados	(4.202)	(1.250)
Impostos e taxas	(114)	(201)
Materiais	(71)	(99)
Aluguéis	(245)	(84)
Despesas não dedutíveis	(29)	(23)
Seguros	(14)	(3)
Depreciação	(51)	(2)
Outras despesas	(36)	(51)
	(9.146)	(5.024)

22. Receitas e despesas financeiras: Receitas financeiras:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Juros sobre aplicações financeiras	132	406
Descontos obtido	33	–
Impostos sobre receitas financeiras	(8)	(19)
Outros	5	–
	162	387
Despesas financeiras:	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Encargos sobre empréstimos	(491)	(36)
Outras despesas financeiras	(136)	(15)
	(627)	(51)

23. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Descrição	**31/12/2021**	**31/12/2020**
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social		
sobre prejuízo fiscal-exercício anterior	(8.962)	(152)
Movimentação da base do diferido, líquidos	(4.630)	(8.810)
Base ajustada	(13.592)	(8.962)
No Ativo não circulante		
IRPJ	3.398	2.240
CSLL	1.223	807
	4.621	**3.047**
Na demonstração de resultados		
IRPJ	1.158	2.202
CSLL	417	793
	1.574	**2.995**

24. Seguros (não auditado)

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza e sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

A cobertura de seguros são as seguintes:

Companhia	**Modalidade**	**Vencimento das Apólices**	**(Montante da cobertura em Milhares de R$)**
Aig Seguros Brasil S.A.	Responsabilidade Civil Geral	20/10/2022	20.000
HDI Seguros	Riscos Operacionais	20/10/2022	74.500
			94.500

25. Obrigações e compromissos com o poder concedente: A Sociedade terá como principais obrigações, conforme cláusula 13º do contrato de concessão, a prestação dos serviços de gestão, operação, e manutenção dos parques Ibirapuera, Jacintho Alberto, Eucaliptos, Tenente Brigadeiro Faria Lima, Lajeado e Jardim Felicidade, além de serviços de engenharia. Deverá zelar pelo patrimônio público, assumindo a responsabilidade e a gestão integral dos parques sob sua administração e considerando a Área de Concessão. A Sociedade deverá captar, aplicar e gerir recursos financeiros para execução deste objeto, assim como manter, durante o prazo de concessão, condições necessárias e satisfatórias para a plena execução dos encargos do Contrato e visando a boa prestação do serviço público aos visitantes. Deverá a Sociedade dispor de equipamentos, serviços contratados, materiais e equipe adequada para consecução de todas as obrigações estabelecidas no Contrato e seus anexos. De maneira geral podemos dividir os encargos e deveres da Sociedade em dois grupos: (i) operação e (ii) investimentos. Os encargos operacionais compõem os serviços essenciais, periódicos e rotineiros, à devida manutenção dos parques, como atividades de zeladoria, limpeza, conservação de áreas verdes, manejo e manutenção predial. Além disso, toda a operacionalização da infraestrutura técnica e de utilidades cabe à Sociedade, de modo a tornar os espaços e atividades funcionais e adequados. Dentro das atividades operacionais ainda, cabe à Sociedade os serviços de segurança patrimonial e recepção do visitante. Não compõem encargos da Sociedade, dentro das atividades operacionais, os serviços de segurança civil, manejo da fauna, iluminação pública e atividades de saúde pública. Todos os itens acima descritos, além de demais atividades administrativas e acessórias à devida condução de suas atividades perante o Poder Concedente estão relacionadas nos nas alíneas 'a' a 'p' e 'w' a 'eee' da cláusula 13.2 do Contrato. Tais deveres estão detalhados e explicados no item 5, '*Encargos e Operação e Gestão*', do Anexo III do Contrato de Concessão. A respeito dos encargos de obras e investimentos, cabe à Sociedade observar as obrigações das alíneas 'q' a 'v' da Cláusula 13.2 e todas as diretrizes e obrigações de obra e engenharia previstas no item 4 do Anexo III, denominado *Encargos de Obra*. Referente a este ponto, resumidamente, cabe à Sociedade apresentar os projetos contendo os planos de intervenção para cada parque e, com sua integral aprovação, iniciar o programa de intervenções, ou seja, executar as obras necessárias, previstas pelo Contrato ou eletivas, de modo a recuperar as áreas e equipamentos, requalificar ambientes e implantar mobiliários, equipamentos e estruturas adequadas ao uso do parque e à satisfação do visitante.

26. Eventos subsequentes: Apesar da pandemia causada pelo vírus SARs-COVID-19, agente da doença COVID-19, já poder ser configurada como um evento conhecido ao longo do exercício, por conta da Pandemia ter se iniciado em 2020, seus desdobramentos negativos seguem sendo sentidos na operação e no potencial comercial dos espaços geridos pela Companhia. Em que pese o avanço da vacinação em massa e do maior conhecimento a respeito da doença, sua característica imprevisível permanece. Ao final de 2021, a nova cepa denominada Ômicron se disseminou ao redor do mundo em alta velocidade, levando a novas restrições de mobilidade em diversos países. No Brasil, seu pico foi no início de 2022, atingindo elevados patamares de contaminação que levaram por exemplo, ao cancelamento do carnaval nas principais cidades do país, inclusive São Paulo. Por se tratar de um espaço público para uso coletivo massivo, com possibilidade de eventos e encontro social, as áreas dos Parques sob gestão da Companhia poderão sofrer novas medidas de restrição de espaços e atividades ao longo dos períodos subsequentes, que cabem exclusivamente à discricionariedade do Poder Concedente e autoridades competentes. Tais medidas, que já vem causando impactos negativos graves à Companhia ao longo dos últimos exercícios, podem seguir prejudicando a operação e a veiculação de atividades importantes para a execução do plano de negócios da Companhia, e incorrem, por serem fatos de força maior e caso fortuito em grave desequilíbrio contratual. Tais desequilíbrios serão endereçados administrativamente ao Poder Concedente, uma vez que compõem fatores externos à matriz de risco da Concessionária. Como estabelecido em nossa carta de crédito com a instituição financeira Bradesco S.A., em 17 de janeiro de 2022 a Sociedade tomou empréstimo do saldo remanescente pré-aprovado de 17 milhões, na modalidade de Capital de Giro, com pretensão de quitação a curto prazo em 12 de janeiro de 2023.

Diretoria

Victor Serrano Pereira - Diretor Administrativo Financeiro

Responsável Técnico pelas Informações Contábeis

Lucimeire Lopes Muller - Contadora - CRC 1SP 271740/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Conselheiros, Diretores e acionistas da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.**
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis: Examinamos as demonstrações contábeis da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A. ("Sociedade")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Urbia Gestão de Parques SPE S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações contábeis:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira
Contador - CRC 1 SP 223326/O-3

Matera Systems Informática S.A.

CNPJ nº 57.040.040/0001-84

Demonstrações Financeiras dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 dezembro de 2020 (Em milhares de Reais)

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações financeiras anuais da Matera Systems S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Matera") e de suas controladas (denominadas em conjunto "Consolidado" ou "Grupo Matera"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, acompanhados do Relatório de Auditoria dos nossos Auditores Independentes.As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).As demonstrações financeiras consolidadas contemplaram os saldos das contas da Matera (Controladora) e das controladas. O resultado das controladas foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Matera foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas. Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas no exterior, originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período, enquanto os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões estão classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido. ***Mensagem da Administração:*** O primeiro semestre mostrou a capacidade de recuperação da economia brasileira. Ao final do primeiro trimestre, observamos uma rápida deterioração das expectativas sobre a economia e o ambiente de negócios.As perspectivas negativas em relação aos possíveis impactos de uma segunda onda da pandemia afetaram a confiança de consumidores e do empresariado, e reduziram projeções de analistas para a recuperação econômica em 2021. No entanto, mesmo diante das medidas de distanciamento social adotadas para enfrentamento à pandemia, a partir do segundo trimestre foi possível observar uma recuperação das expectativas.O setor de tecnologia se transformou ao longo da pandemia e mostrou ser capaz de se adaptar. No exercício que passou, os volumes de vendas foram menos impactados em relação ao observado durante as medidas de distanciamento adotadas no início de 2020. Nesse contexto, a Matera segue avançando em seu processo de transformação. Ao longo da nossa história, sempre utilizamos nossos valores como base essencial dos negócios e é por isso que a inovação sempre fez parte das soluções que entregamos para os nossos clientes e parceiros. Criar o futuro está em nossa essência: Acompanhamos tendências e oportunidades para garantir a máxima eficiência de nossos produtos, seja pelo entendimento de mercado, pela aderência às normas e regulamentações ou até mesmo pela criação de soluções que estão um passo à frente do que se espera para o "hoje". Quando paramos para olhar a nossa trajetória até aqui, surge um sentimento de muito orgulho. O nosso propósito é transformar o mercado financeiro nacional e todo o ecossistema envolvido. Para isso, é importante estar preparado para assumir riscos e participar de momentos decisivos do mercado. Aos poucos, estamos ajudando a desenhar um sistema financeiro brasileiro mais inclusivo, democrático e aberto para diferentes oportunidades. Estávamos lá em 2013, quando o Banco Central democratizou a abertura de contas. Em 2018, com a criação das Fintechs de Crédito, também. E, em 2020, com a chegada do PIX. 2021 foi o ano da consolidação das nossas operações de BAAS – banking as a service – ampliando, com esta oferta, o nosso leque de produtos e serviços. Ainda há um longo caminho pela frente, é verdade! Mas junto com nossos clientes, parceiros e colaboradores, demos mais um passo rumo a essa transformação. ***Destaques de 2021:*** Crescimento da receita bruta dos serviços vendidos consolidado de R$ 59,8 milhões em relação ao exercício de 2020 (R$ 235,6 milhões em 2021 e R$ 175,7 milhões em 2020); A receita líquida consolidada totalizou R$ 215,5 milhões, aumento de 34% ou R$ 54,3 milhões em relação ao exercício de 2020; O lucro líquido do exercício consolidado totalizou R$ 33,4 milhões, aumento de 165% ou R$ 20,8 milhões em relação ao exercício de 2020. ***Sustentabilidade:*** Hoje, temos o Comitê de Sustentabilidade que é formado por mais de 30 Materanos e Materanas de diferentes áreas e sedes, que se reúnem periodicamente para elaborar ações internas e externas dentro de cada uma das frentes de sustentabilidade que atuamos. Tudo isso aplicado a uma cultura forte de responsabilidade social tem trazido resultados importantes não só para as instituições que atendemos, mas principalmente na transformação profissional e pessoal do nosso time.Mais de 200 pessoas foram impactadas através de nossos projetos de educação; Apoiamos mais de 1000 famílias em nossas ações sociais; destinamos mais de R$ 300 mil para projetos e ações de responsabilidade social; arrecadamos mais de 24 toneladas de alimentos e roupas para projetos de ação social.Esses resultados são importantes. Mas só são possíveis com todo o esforço dos nossos Materanos e Materanas que nos ajudam a construir o futuro diariamente, seja no mercado financeiro ou na transformação de vidas com esses projetos e ações. ***Relacionamento com Auditores:*** Durante o exercício de 2021, a Companhia contratou os serviços de auditoria independente da KPMG Auditores Independentes Ltda. A Política da Empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. ***Demonstração de Fuxo de Caixa Ajustada:*** O caixa gerado pelas obrigações com portadores corresponde aos valores de depósitos em conta digital realizados por clientes da Flagship na modalidade de conta de pagamento pré-paga e compõe a Demonstração de Fluxo de Caixa consolidada da Companhia. A Flagship mantém esses recursos sob sua custódia e se obriga a restituir os seus clientes, na mesma espécie, imediatamente quando solicitado pelo depositante, sem remuneração/atualização monetária, tratando-se, portanto, de recursos de terceiros que não podem ser utilizados pela Companhia. A administração entende ser necessária a visualização e a análise do fluxo de caixa gerado pela Companhia sem o efeito desses recursos de terceiros no valor de R$181.464, razão pela qual foi elaborada uma Demonstração de Fluxo de Caixa Ajustada, que consta na versão integral do Relatório da Administração. Nesta Demonstração do Fluxo de Caixa Ajustada, sem efeito dos recursos de terceiros, consideramos apenas os fluxos de caixa de recursos próprios do Grupo Matera, desta forma o caixa líquido consolidado ajustado proveniente das atividades operacionais foi de R$31.317, e o aumento do caixa e equivalentes de caixa consolidado ajustado foi de R$71.087.

Balanços patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Ativo Circulante	**176.290**	**145.351**	**390.633**	**178.651**
Caixa e equivalentes de caixa	157.186	88.433	364.487	111.936
Contas a receber de clientes	11.936	3.782	18.278	9.881
Ativos de contrato contas a receber	–	1.366	–	–
Impostos a recuperar	1.530	881	2.384	2.058
Imposto de renda e contribuição social	3.476	–	3.044	3.756
Outras contas a receber	2.162	50.888	2.440	51.019
Não circulante	**42.094**	**33.753**	**16.218**	**14.855**
Depósitos judiciais	–	–	25	25
Ativo fiscal diferido	2.378	1.211	2.883	2.028
Outras contas a receber	–	–	403	403
Total do realizável a longo prazo	**2.378**	**1.211**	**3.311**	**2.456**
Imobilizado	4.057	1.541	4.378	3.828
Investimentos	34.897	30.205	–	–
Intangível	762	796	8.529	8.571
Total do ativo não circulante	**39.716**	**32.542**	**12.907**	**12.399**
Total do ativo	**218.384**	**179.104**	**406.851**	**193.506**
Passivo Circulante	**36.765**	**20.140**	**223.727**	**34.382**
Fornecedores	1.248	2.148	4.427	9.032
Obrigações com portadores	–	–	180.349	–
Passivo de arrendamento	508	629	671	895
Salários, férias e encargos a pagar	17.584	8.930	19.670	14.110
Imposto de renda e contribuição social	374	348	1.064	882
Impostos e contribuições a recolher	3.068	1.518	3.430	1.946
Dividendos a pagar	7.925	2.173	7.925	2.173
Passivos de contrato	1.021	3.143	1.026	3.823
Outras conta a pagar	5.037	1.251	5.165	1.522
Não circulante	**1.470**	**3.039**	**1.470**	**896**
Passivo de arrendamento	1.470	–	1.470	896
Provisão de perda em controladas	–	3.039	–	–
Total do passivo	**38.235**	**23.179**	**225.197**	**35.279**
Patrimônio líquido	**180.149**	**155.925**	**181.654**	**158.227**
Capital social	123.739	121.000	123.739	121.000
Reservas de lucros	55.861	32.930	54.195	32.930
Ajuste de avaliação patrimonial	549	1.995	1.750	1.995
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	**180.149**	**155.925**	**179.684**	**155.925**
Participação de não controladores	–	–	1.970	2.302
Total do passivo e patrimônio líquido	**218.384**	**179.104**	**406.851**	**193.506**

Demonstrações do resultado

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Receita de serviços prestados	156.605	94.877	215.462	161.155
Custos dos serviços prestados	(88.451)	(46.526)	(127.642)	(94.179)
Lucro bruto	**68.154**	**48.352**	**87.820**	**66.976**
Despesas gerais e administrativas	(20.257)	(24.587)	(25.348)	(35.646)
Despesas de vendas	(4.901)	(3.129)	(8.984)	(8.354)
Despesas com pesquisa, inovação e capacitação	(13.059)	(5.476)	(13.205)	(9.115)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(494)	458	(656)	205
Outras receitas	23	119	23	125
Lucro operacional antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, equivalência patrimonial e impostos	**29.466**	**15.736**	**39.650**	**14.191**
Receitas financeiras	4.931	2.597	8.467	2.946
Despesas financeiras	(383)	(438)	(483)	(605)
Resultado financeiro líquido	**4.548**	**2.158**	**7.984**	**2.341**
Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial, líquida de impostos	6.783	(3.593)	–	–
Resultado antes do IR e da CS	**40.797**	**14.302**	**47.634**	**16.532**
IR e CS corrente	(10.840)	(5.997)	(15.119)	(5.599)
IR e CS diferido	1.166	845	855	1.651
Lucro líquido do exercício	**31.123**	**9.150**	**33.370**	**12.583**
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	31.123	9.150	31.123	9.150
Acionistas não controladores	–	–	2.247	3.434
Lucro líquido do exercício	**31.123**	**9.150**	**33.370**	**12.583**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício	**31.123**	**9.150**	**33.370**	**12.583**
Outros resultados abrangentes				
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	(6)	457	(6)	457
Resultado abrangente do período	**31.116**	**9.607**	**33.363**	**13.040**
Resultado abrangente total atribuído a:				
Acionistas controladores	31.116	9.607	31.116	9.607
Acionistas não controladores	–	–	2.247	3.434
Lucro líquido do exercício	**31.116**	**9.607**	**33.363**	**13.040**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social		Reserva de Lucros		Ajustes de avaliação patrimonial			Participação de não controladores	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	**A integralizar**	**Reserva legal**	**Reserva de retenção**		**Lucros acumulados**	**Total**		
Saldos em 01/01/2020	**21.000**	**-**	**4.200**	**20.440**	**1.234**	**-**	**46.874**	**1.647**	**48.520**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	9.150	9.150	3.434	12.583
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	457	-	457	-	457
Destinações: Constituição de reserva legal	-	-	457	-	-	(457)	-	-	-
Retificação de dividendos minimos de 2019	-	-	-	1.314	-	-	1.314	-	1.314
Dividendos minimos do exercício	-	-	-	-	-	(2.173)	(2.173)	-	(2.173)
Retenção de lucros	-	-	-	6.519	-	(6.519)	-	-	-
Distribuição de lucros controladas aos seus acionistas	-	-	-	-	-	-	-	(2.641)	(2.641)
Aumento de capital - integralizado	50.000	-	-	-	-	-	50.000	-	50.000
Aumento de capital - integralizar	-	50.000	-	-	-	-	50.000	-	50.000
Mudanças na participação em controladas									
Participações adquiridas de não controladores	-	-	-	-	304	-	304	(138)	166
Saldos em 31/12/2020	**71.000**	**50.000**	**4.657**	**28.273**	**1.995**	**-**	**155.926**	**2.302**	**158.227**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	31.123	31.123	2.247	33.370
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(6)	-	(6)	-	(6)
Destinações: Constituição de reserva legal	-	-	1.668	-	-	(1.668)	-	-	-
Dividendos minimos do exercício	-	-	-	-	-	(7.925)	(7.925)	-	(7.925)
Retenção de lucros	-	-	-	21.530	-	(21.530)	-	-	-
Distribuição de lucros controladas aos seus acionistas	-	-	-	(1.748)	-	-	(1.748)	(1.842)	(3.590)
Incorporacao de controlada	2.739	-	-	-	-	-	2.739	-	2.739
Aumento de capital - integralizado	50.000	-	-	-	-	-	50.000	-	50.000
Aumento de capital - integralizar	-	(50.000)	-	-	-	-	(50.000)	-	(50.000)
Transações com pagamento baseado em ações	-	-	-	499	-	-	499	-	499
Mudanças na participação em controladas									
Participações adquiridas de não controladores	-	-	-	(685)	(239)	-	(924)	(738)	(1.661)
Saldos em 31/12/2021	**123.739**	**-**	**6.325**	**47.689**	**1.750**	**-**	**179.684**	**1.970**	**181.654**

Demonstrações dos fluxos de caixa

Fluxos de caixa das atividades operacionais	**Controladora 2021**	**Controladora 2020**	**Consolidado 2021**	**Consolidado 2020**
Resultado antes do IR e da CS	**40.797**	**14.302**	**47.634**	**16.532**
Ajustes por: Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	494	(458)	656	(205)
Amortização e depreciação	2.144	1.491	2.448	2.223
Despesas financeiras líquidas	383	438	483	605
Resultado da equivalência patrimonial	(6.783)	3.593	-	-
Baixas de ativo imobilizado	(261)	(142)	(1.289)	(143)
Outros	1	(457)	1	-
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	(8.648)	(1.625)	(9.052)	(1.606)
Impostos a recuperar	(649)	814	(326)	(2.994)
Demais ativos	(3.873)	(779)	(2.690)	(1.534)
Fornecedores	517	872	4.605	4.957
Salários, férias e encargos a pagar	(8.655)	3.291	(5.559)	5.777
Impostos e contribuições a recolher	16.069	3.999	19.907	5.599
Obrigações com portadores	-	-	180.349	-
Demais passivos	825	(1.314)	(17.077)	1.339
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**32.361**	**24.024**	**220.090**	**30.551**
IR e CS pagos	(5.639)	(3.601)	(7.309)	(5.117)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**26.722**	**20.424**	**212.781**	**25.435**

Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado e intangivel	(2.124)	(570)	(2.124)	(1.237)
Aumento de capital nas investidas	-	(10.944)	-	-
Dividendos recebidos	(1.748)	(410)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	**(3.872)**	**(11.924)**	**(2.124)**	**(1.237)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(2.173)	(3.851)	(5.762)	(6.492)
Aumento de capital	50.000	50.000	50.000	50.000
Pagamentos de juros sobre arrendamentos mercantis	(140)	(117)	(151)	(203)
Pagamentos de arrendamentos mercantis	(1.784)	(1.049)	(2.193)	(1.129)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	**45.903**	**44.984**	**41.894**	**42.176**
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**68.753**	**53.483**	**252.551**	**66.373**
Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	88.433	34.950	111.936	45.564
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	157.186	88.433	364.487	111.936
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	**68.753**	**53.483**	**252.551**	**66.373**

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. Informações Gerais: A Matera Systems Informática S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, situada na Rua Doutor Ricardo Benetton Martins, s/nº no Polo II de Alta Tecnologia, na cidade de Campinas, estado de São Paulo. As demonstrações financeiras do grupo abrangem a Matera Systems e suas subsidiárias domiciliadas no Brasil, Estados Unidos e Canadá (conjuntamente referidas como "Grupo"). A Companhia e suas subsidiárias tem por objeto social a exploração do ramo de consultoria, desenvolvimento, implantação, manutenção, suporte e treinamento de sistemas e "softwares" na área de informática; o comércio de produtos e tecnologias, nacionais ou importadas, relacionadas à área de "softwares" e sistemas de informática; a importação e exportação de produtos e serviços e, ainda, qualquer outra prestação de serviços pertinentes, bem como, a participação, por qualquer forma, do capital de outras sociedades, a exploração da atividade de instituidor de arranjo de pagamento, nos termos da regulamentação em vigor; exploração da atividades de instituição de pagamento. **2. Base de preparação: Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC):** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Principais políticas contábeis:** O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **Base de consolidação: Controladas:** As controladas são consolidadas quando consideradas pela controladora diretamente, ou por meio de outras controladas, titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores, exercendo influência significativa tendo poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de não controladores:** Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Perda de controle:** Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:** Nas demonstrações financeiras da controladora (individuais), os investimentos da Matera Systems Informática S.A. em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem sua participação em empresas controladas direta ou indiretamente que fazem parte do Grupo.Tais investimentos

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F97E-7A87-FD38-C27F ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F97E-7A87-FD38-C27F

Hash do Documento

71A2EF6CDE9CB7546042A7EA520C7B39246F543F550367A0083E51940C64DF93

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

Votorantim Cimentos
A vida é feita para durar

Votorantim Cimentos S.A.

CNPJ/ME nº 01.637.895/0001-32

Demonstrações Financeiras **2021**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Submetemos à apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (DFs) da Votorantim Cimentos S.A. (VC ou Companhia), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC). **1. Cenário macroeconômico:** A economia global foi se recuperando durante o ano de 2021 com os avanços da vacinação, juntamente com o contínuo estímulo monetário e fiscal mundial. Quase no final do ano, a Ômicron, variante da Covid-19, começou a se espalhar e alguns países reestabeleceram restrições de mobilidade, gerando incerteza para o cenário de 2022. É esperado que o crescimento global desacelere, caindo de 5,9% em 2021 para 4,4% em 2022, de acordo com o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI). Essa projeção está considerando a queda dos níveis de internações graves na maioria dos países no final de 2022, assumindo que a taxa de vacinação cresça e que os tratamentos se tornem mais eficazes. Ruptura das cadeias de suprimento, volatilidade do preço de energia e pressões salariais trazem incerteza sobre os caminhos das políticas monetárias e fiscais no mundo. A política monetária na maioria dos países vai precisar continuar tomando medidas para pressionar a curva de inflação, enquanto a política fiscal vai precisar priorizar os gastos na saúde e com os mais necessitados, de acordo com o FMI. Por último, a tensão geopolítica entre os países Ucrânia e Rússia traz riscos adicionais para o crescimento econômico e inflação para 2022. O mercado de cimento brasileiro terminou o ano de 2021 com o total de 64,7 milhões de toneladas vendidas de cimento e um crescimento de 6,6% comparado ao ano anterior, retornando aos níveis de venda de dezembro de 2015, de acordo com a Sindicato Nacional da Indústria de Cimento (SNIC). Os principais motivos para o crescimento da atividade foi a continuidade das construções e reformas por meio da autoconstrução, das obras no setor imobiliário e do retorno dos projetos de infraestrutura. Houve uma evolução positiva nos primeiros meses de 2021, mas no segundo semestre a taxa de crescimento diminuiu e estabilizou, conforme já esperado, dada a reabertura da economia e, portanto, o redirecionamento da renda da população para outras despesas, reduzindo assim a alocação em construções e reformas. Durante o ano, também ocorreu o aumento sistêmico no custo de produção, com aumento de preços em matéria-prima e *commodities* em geral. O setor de construção começou 2022 com um cenário desafiador, a temporada de chuvas foi intensa, principalmente no Sudeste do país, impactando o volume de vendas do primeiro mês de 2022, de acordo com o SNIC. A projeção para 2022, é de estabilidade entre 0% e 0,5%, de acordo com a associação brasileira, devido ao cenário econômico não favorável em um horizonte de alta inflação e aumento da taxa básica de juros impactando o crescimento do país, juntamente com o cenário político instável com eleições presidenciais no segundo semestre. O mercado de cimento na América do Norte continuou forte no 4º trimestre de 2021, quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Nos Estados Unidos, o último trimestre teve um crescimento econômico de 7,0% em uma base anualizada, terminando o ano com o crescimento do PIB de 5,7% em 2021, maior nível de crescimento desde 1984. Os Estados Unidos vivenciaram um forte crescimento de vagas de emprego e uma queda no desemprego do país, conforme a economia foi se reconstruindo em relação à perda de PIB devido à pandemia, e retornou aos níveis pré-pandêmicos. No Canadá, o crescimento econômico alcançou os níveis pré-pandêmicos pela primeira vez em novembro de 2021, impulsionando as atividades econômicas no quarto trimestre, mesmo com alguns impactos da variante Ômicron. O Banco Central do Canadá manteve a taxa básica de juros inalterada no começo de 2022, porém sinalizou que um aumento de taxa pode ocorrer para conter a inflação, já que a economia do país não precisa mais de suporte extraordinário para lidar com os efeitos da pandemia da Covid-19. O atual cenário com riscos de ruptura na cadeia de suprimentos, um mercado de trabalho desafiador, altos preços de *commodity* e o aumento da demanda por bens desencadeou uma pressão em custos, com a inflação crescendo 7,0% nos Estados Unidos e 4,8% no Canadá em dezembro de 2021. Em 2022, é esperado que continue esse cenário de pressão inflacionária embora o *Federal Reserve* tenha indicado a intenção de reduzir o ritmo de compra de ativos e que aumentará ainda mais a taxa de juros básica do país em 2022. Como há relação direta com o mercado de cimento, há constante monitoramento em relação ao plano de infraestrutura do presidente Biden, que ainda segue no processo de aprovação, embora não seja esperado um impacto na indústria antes de 2022, mas mais provável a partir de 2023. No geral, o cenário continua positivo para o setor de cimento, embora os eventos globais, as eleições de meio de mandato nos Estados Unidos e uma potencial política monetária contracionista estejam criando um cenário de incerteza. Para 2022, a Associação de Cimento de Portland (PCA) está projetando um crescimento no consumo de cimento de 1,2% nos Estados Unidos (*PCA Spring Forecast Cement Outlook*). Na Espanha, o consumo de cimento aumentou 11% em 2021, comparado com o mesmo período de 2020, de acordo com a associação de cimento do país, *Oficemen (Agrupación de fabricaciones de cemento de España*). Esse consumo excede o nível reportado em 2019, antes da pandemia da Covid-19. Por outro lado, o país está enfrentando um cenário desafiador, com o aumento dos preços da energia elétrica e de CO2. Para 2022, *Oficemen* espera que o mercado continue crescendo, impulsionado por habitação e obras públicas, o que já vem ocorrendo nos últimos meses e contribui para uma perspectiva positiva para os próximos anos, apesar da pressão inflacionária. Na Turquia, de acordo com a associação turca de fabricante de cimento, em 2021 o consumo de cimento cresceu 8,2% comparado com o mesmo período do ano passado. Mesmo com a melhor dinâmica de mercado no consumo de cimento, o país está enfrentando um cenário macroeconômico desafiador que adiciona pressão na desvalorização da moeda local. Em fevereiro de 2022, o comitê da política monetária mencionou que a inflação tem sido orientada pela formação de preços que não são suportados pelos fundamentos econômicos, assim como a restrição de fornecimento e forte demanda. Adicionalmente, a inflação oficial de 2021 foi de 36% de acordo com a Reuters. No Marrocos, de acordo com a *L'Association Professionnelle des Cimentiers* (APC), no ano de 2021 o mercado cresceu 14% comparado ao mesmo período do ano anterior. Apesar do bom resultado, o crescimento está arrefecendo, com o mercado se recompondo desde as restrições da Covid-19 no terceiro trimestre de 2020. A forte performance econômica de 2021 foi influenciada pelo contínuo estímulo fiscal e monetário, pela recuperação das exportações e pela forte colheita após dois anos de seca. É esperado que a economia cresça 3,1% em 2022, de acordo com o relatório de outubro de 2021 do FMI, devido à retomada da agricultura e ao contínuo retorno dos outros setores. A atividade econômica recuperou boa parte da perda que ocorreu na severa recessão global de 2020, embora haja preocupação com a recuperação tardia do setor de turismo no país, com a alta inflação e com a contínua alta taxa de desemprego, de acordo com a *Fitch Ratings*. Na Tunísia, o consumo de cimento em 2021 cresceu 2,3% em comparação ao ano anterior, de acordo com *Chambre Nationale des Producteurs de Ciment* (CNPC). O país está enfrentando um panorama desafiador com o aumento da inflação e do desemprego junto com instabilidade política; o país requisitou um novo fundo financiado pelo FMI. Para 2022, é esperada a continuação da recuperação do consumo doméstico e das exportações, porém os cenários incertos econômicos e políticos continuam a ameaçar as projeções. O crescimento econômico está projetado para expandir em 3,3% em 2022, de acordo com o relatório de outubro de 2021 do FMI. Na Bolívia, o consumo de cimento alcançou uma boa performance durante os primeiros onze meses de 2021, com um crescimento de 22,6% de demanda comparado com o mesmo período de 2020, de acordo com Instituto Nacional de Estadística (INE). Comparado com os níveis pré-pandêmicos, o mercado continua em recuperação, com o consumo de cimento apenas 8% abaixo em relação aos onze meses consolidados de 2019, antes da pandemia da Covid-19. No último relatório do FMI (outubro/2021), foi projetado um crescimento de 4,0% do PIB em 2022. No Uruguai, de acordo com a associação de cimento do país, *Camara de Industrias del Uruguay (CIU)*, as vendas cresceram 13,0% em 2021, comparado com 2020. A agência de análise de crédito *Fitch Ratings* revisou a perspectiva do país de negativa para estável em dezembro de 2021, reflexo dos avanços fiscais em andamento e da forte campanha de vacinação no país, de acordo com a agência. Apesar dessas revisões, segundo a *Fitch, a* recuperação continua lenta em comparação regional, mas isso se deve em grande parte à atuação política mais conservadora que significou um uso mais prudente do espaço fiscal e evitou um crescimento acentuado da inflação. No relatório de outubro de 2021, a estimativa do FMI para o crescimento do PIB do Uruguai é de 3,2% em 2022. Na Argentina, a dinâmica do mercado de cimento foi positiva em todo o ano de 2021, com forte volume de vendas e preços, suportando a margem local, já que a empresa mantém suas rígidas medidas de controle de custos para mitigar o impacto da inflação local. Em 2021, o consumo de cimento cresceu 23,3% comparado com o ano de 2020, e no quarto trimestre de 2021 cresceu 50,0% comparado ao mesmo período do ano anterior, de acordo com a *Associación de Fabricantes de Cemento Portland* (AFCP). A associação espera um cenário estável para o consumo de cimento em 2022. **2. Resultados:** A receita líquida consolidada totalizou R$ 22,3 bilhões em 2021, um aumento de 33% em relação a 2020, explicado principalmente pelas melhores dinâmicas de preços, especialmente nas operações do Brasil (VCBR) e da América do Norte (VCNA), forte volume em todas as regiões e impacto das consolidações das aquisições realizadas recentemente. A receita líquida da VCBR teve aumento de 30,0%, de R$ 7,9 bilhões em 2020 para R$ 10,3 bilhões em 2021, principalmente em função da forte dinâmica de mercado com aumento de volume e crescimento de duplo dígito em preços, mesmo com o mercado estável no segundo semestre e com uma forte base de comparação. Na VCNA, a receita líquida alcançou R$ 7,1 bilhões, um aumento de 31,0% na comparação anual, principalmente devido à adição das aquisições da McInnis Cement, Superior Materials e Valley View, forte demanda no Canadá e nos Estados Unidos e uma melhor dinâmica de preços em ambos os países. Condições favoráveis de clima também impactaram positivamente as receitas no primeiro e no último trimestre de 2021. Na região da Europa, Ásia e África (VCEAA), as receitas líquidas aumentaram 37,0% quando comparado a 2020 e chegaram a R$ 2,9 bilhões devido ao forte aumento de demanda em todos os países e uma dinâmica positiva de preços na maioria dos países. Adicionalmente, a região foi fortemente impactada pela baixa base em 2020 devido às restrições da Covid-19. A receita líquida da VCLatam aumentou 19,0% quando comparado a 2020, de R$ 825 milhões para R$ 978 milhões, principalmente devido à robusta recuperação do mercado boliviano em função dos impactos da Covid-19 do ano anterior e sólida demanda no Uruguai. Os dois países tiveram preços estáveis e impacto positivo da desvalorização do real durante o ano. O CPV consolidado aumentou 33,0% em relação a 2020, atingindo R$ 17 bilhões, na sua maior parte explicado por maior volume de vendas, consolidação das operações recentemente adquiridas e pressão de custos em todos os países, como matéria-prima, combustível e energia. As despesas com vendas e administrativas consolidadas totalizaram R$ 1,9 bilhão em 2021, 10,0% superior em relação às registradas em 2020, principalmente impactadas pelos maiores custos devido à consolidação das operações recentemente adquiridas na América do Norte e na Espanha, e à desvalorização do real durante o ano. O EBITDA ajustado consolidado atingiu R$ 5,2 bilhões em 2021, um aumento de 37,0% em relação a 2020, com margem EBITDA de 24,0% (aumento de 1 p.p.). A VCBR apresentou EBITDA ajustado de R$ 2,4 bilhões, um aumento de 58% em relação ao ano anterior, explicado principalmente por aumento de preços e forte volume de vendas, que mitigaram a pressão de custo enfrentada devido ao aumento de preços das commodities e inflação local. A margem EBITDA atingiu 24% comparada a 20% em 2020. O EBITDA ajustado na VCNA alcançou R$ 1,8 bilhão em 2021 contra R$ 1,5 bilhão em 2020. Esse crescimento é devido aos fortes volumes, preços sólidos, integração da McInnis e das outras aquisições e condições de inverno mais amenas no primeiro e segundo trimestres. A margem EBITDA foi basicamente estável, atingindo 26% comparado a 27% em 2020. A VCEAA apresentou em 2021 EBITDA ajustado de R$ 562 milhões, um aumento de 24% em comparação com 2020. O aumento de volumes em todos os países da região e os preços se mantiveram sólidos. Essas dinâmicas de mercado foram parcialmente mitigadas pela pressão de aumento de custos (principalmente combustível e energia), que impactou a lucratividade e as margens caíram de 21% em 2020 para 19% em 2021. O EBITDA ajustado da VCLatam teve um aumento de 19%, partindo de R$199 milhões em 2020 para R$ 237 milhões em 2021. Uma dinâmica positiva de mercado com melhores volumes, especialmente na Bolívia, melhores volumes de exportações, venda de clínquer no Uruguai e desvalorização do real são as principais razões para os fortes resultados. O lucro líquido alcançou R$ 1.627 milhão em 2021, versus R$ 472 milhões no ano anterior. O resultado do lucro líquido de 2021 foi explicado principalmente pela melhoria do resultado operacional devido à melhor dinâmica de mercado em todas as regiões, ganhos relacionados às aquisições da América do Norte e da Espanha e impacto positivo de um crédito fiscal não recorrente no Brasil. A depreciação cresceu 17% comparada a 2020, alcançando o montante de R$ -1.666 milhões em 2021 explicado pela inclusão das operações de McInnis Cement, Superior Materials, Valley View e a desvalorização cambial. Os resultados financeiros totalizaram R$ -1.496 milhões em 2021 comparado a R$ -1.065 milhões em 2020, principalmente devido ao aumento de custos de taxa de juros, alinhado às decisões de política monetária e câmbio. Em 2021, o Fluxo de Caixa Operacional (FCO) foi positivo em R$ 4,6 bilhões, R$ 1,5 bilhão melhor que em 2020. Essa variação positiva é principalmente explicada pela melhora dos resultados operacionais, que foram parcialmente compensados pelo aumento de investimento em CAPEX. A linha de investimento/desinvestimento foi negativamente impactada pelas aquisições que ocorreram no ano na VCNA e na VCEAA. As despesas de resultado financeiro aumentaram em 2021 principalmente devido ao impacto do aumento do índice de juros lastreado aos contratos de dívida, como resultado de uma contração mundial da política monetária e impacto da desvalorização cambial. O efeito do câmbio no caixa em 2021 diminuiu 62% comparado com 2020, principalmente devido a menor depreciação do real contra o dólar no ano, comparado ao maior aumento em 2020. O Fluxo de Caixa Livre (FCL) foi positivo em R$ 1,9 bilhão, 20% menor que em 2020. A queda é principalmente explicada pelo pagamento de dividendos para os acionistas e as já mencionadas aquisições estratégicas que impactaram negativamente o fluxo de caixa no ano. **3. Liquidez e endividamento:** No final do ano de 2021, o montante de dívida bruta foi de R$ 12,4 bilhões, 7% maior quando comparado ao final de 2020, principalmente devido à consolidação de McInnis, novos empréstimos relacionados à aquisição da Cementos Balboa e desvalorização do câmbio. Alinhado com as diretrizes estratégicas da companhia, considerando todas as transações feitas em 2021, a Votorantim Cimentos reduziu R$ 1,5 bilhão o montante que venceria em 2023, aumentando o prazo médio de amortização de dívida com um custo competitivo. Para ter acesso a todas as movimentações de dívida que a Companhia fez ao longo de 2021, favor acessar a nota explicativa 22 das Demonstrações Financeiras da Votorantim Cimentos S.A. de 31 de dezembro de 2021. A Votorantim Cimentos também tem duas linhas de crédito rotativo. A primeira linha tem o montante de USD 290 milhões, que suporta a liquidez da Companhia no curto prazo durante o período de sazonalidade. No final do ano de 2021, essa linha de crédito estava sacada em USD 45,6 milhões, e o montante restante fornece uma liquidez adicional na posição de caixa. A segunda linha é estratégica e fornece para a companhia mais segurança na liquidez durante momentos de crise. Devido às sólidas métricas financeiras, a Votorantim Cimentos optou em reduzir o montante em setembro de 2021 para USD 250 milhões com 5 anos de vencimento. Essa renovação está atrelada a um financiamento sustentável, o indicador (KPI) que será mensurado será o de emissão de CO2 por tonelada de cimento produzido, um dos mais importantes parâmetros de sustentabilidade para a indústria de cimento e em linha com os nossos compromissos de sustentabilidade para 2030. No final de 2021, a Companhia manteve uma forte liquidez de caixa com 43% de posição de caixa em moeda forte, o que diminui o risco com a depreciação do real e viabiliza a Companhia a cumprir com as suas obrigações financeiras pelos próximos cinco anos. A Votorantim Cimentos apresentou um índice de dívida líquida/EBITDA Ajustado de 1,55x ao final de 2021, uma redução de 0,40x em relação a 2020, em conformidade com a política financeira da Companhia em um ano com avanços significativos em fusões e aquisições e movimentos estratégicos. **4. Investimento e desinvestimento:** Durante o ano de 2021, o CAPEX da Votorantim Cimentos totalizou R$ 1.479 milhões, 30% maior quando comparado ao ano passado, principalmente explicado pelos gastos de *sustaining*, especialmente na VCEAA e na VCBR, desvalorização do real, consolidação de plano estratégico de modernização que inclui o projeto no Uruguai, o qual foi iniciado no começo de 2021. Há também uma base de comparação baixa em 2020, como parte do plano de contingência da companhia que resultou na postergação de despesas em CAPEX para o ano de 2021. Os projetos de expansão foram 8% do total do CAPEX, com destaque ao investimento na planta de moagem de Pecém (CE), na VCBR, que começou as suas operações em meados de julho de 2021, aprimorando a tecnologia e trazendo mais competitividade e sustentabilidade na produção. Projetos de não-expansão foram 92% do total do CAPEX.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2021 *(em milhares de reais, exceto pelo lucro básico e diluído por ações)*

BALANÇO PATRIMONIAL

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	1.517.774	1.180.913	4.450.030	3.413.026
Aplicações financeiras	11 (b)	798.334	778.202	946.264	990.283
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		13.895	4.434	21.053
Contas a receber de clientes	12 (b)	514.608	401.622	1.344.298	1.031.396
Estoques	13 (b)	781.912	482.518	2.862.046	1.914.812
Tributos a recuperar	14 (b)	332.931	327.527	682.175	483.826
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24 (h)	13.753	48.754	356.109	72.775
Adiantamentos a fornecedores		5.387	1.761	25.333	15.607
Dividendos a receber	15 (b)	89.697	102.259		
Contas a receber da alienação de investimentos		1.846	96	13.642	46.257
Outros ativos		39.815	28.501	194.035	130.382
		4.096.057	3.366.048	10.878.366	8.119.417
Ativos classificados como mantidos para venda		25.149	3.071	25.154	6.256
Total do ativo circulante		4.121.206	3.369.119	10.903.520	8.125.673
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	11 (b)		20.097		20.097
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)	638.916	588.270	817.912	966.447
Tributos a recuperar	14 (b)	96.643	452.844	179.730	768.514
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	24 (h)	586.751	641.998	587.077	642.325
Adiantamentos a fornecedores				1.532	8.450
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (c)	37.100	8.927	912.382	278.347
Partes relacionadas	15 (b)	24.643	11.213	3.739	3.748
Depósitos judiciais	16 (b)	58.141	57.114	147.229	132.590
Contas a receber da alienação de investimentos		5.914	10.524	22.214	39.988
Securitização de recebíveis	12 (e)			210.615	148.935
Benefícios de plano de pensão	27 (b)			215.244	138.525
Outros ativos		45.550	33.360	240.612	212.515
		1.493.658	1.824.347	3.338.286	3.360.481
Investimentos	18 (c)	12.936.567	9.501.107	1.329.101	1.235.947
Imobilizado	19 (b)	4.607.673	4.723.170	18.267.828	14.131.795
Intangível	20 (b)	643.469	657.624	9.450.110	8.064.152
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	21 (b)	73.143	79.785	1.351.592	533.989
Total do ativo não circulante		19.754.510	16.786.033	33.736.917	27.326.364
Total do ativo		23.875.716	20.155.152	44.640.437	35.452.037

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	39.706	2.697	262.383	223.247
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)	152.182	20.827	198.009	36.681
Arrendamento	21 (c)	3.539	4.727	201.065	105.383
Risco sacado a pagar	23	238.045	284.309	1.547.971	1.032.027
Fornecedor e outras contas a pagar		1.708.329	1.048.257	3.914.301	2.670.866
Salários e encargos sociais		234.890	209.371	628.596	548.308
Imposto de renda e contribuição social a recolher				43.650	50.658
Tributos a recolher		113.614	96.881	304.959	260.842
Adiantamento de clientes		16.299	11.329	39.722	50.279
Dividendos a pagar	15 (b)	845.727	85.149	847.257	87.305
Concessão	26 (b)			50.344	41.034
Outros passivos		254.970	203.427	764.191	287.959
		3.607.301	1.966.974	8.802.448	5.394.589
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda		11.037		12.400	1.676
Total do passivo circulante		3.618.338	1.966.974	8.814.848	5.396.265
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	3.373.319	2.589.159	12.132.252	11.375.659
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)	307.973	457.404	415.229	719.876
Arrendamento	21 (c)	71.099	78.888	1.166.820	448.810
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24 (c)			1.365.286	744.792
Partes relacionadas	15 (b)	26.885	775.572	17.500	16.881
Provisões e depósitos judiciais	25 (b)	667.146	629.938	1.291.827	1.169.832
Concessão	26 (b)			661.860	584.128
Plano de pensão	27 (b)			399.178	364.809
Securitização de recebíveis	12 (e)			93.866	76.576
Outros passivos		222.452	138.842	385.524	310.103
		4.668.874	4.669.803	17.929.342	15.811.466
Total do passivo		8.287.212	6.636.777	26.744.190	21.207.731
Patrimônio líquido	28				
Capital social		7.708.353	7.723.353	7.708.353	7.723.353
Reservas de lucros		3.389.173	3.548.783	3.389.173	3.548.783
Ajustes de avaliação patrimonial		4.490.978	2.246.239	4.490.978	2.246.239
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		15.588.504	13.518.375	15.588.504	13.518.375
Participação dos acionistas não controladores				2.307.743	725.931
Total do patrimônio líquido		15.588.504	13.518.375	17.896.247	14.244.306
Total do passivo e patrimônio líquido		23.875.716	20.155.152	44.640.437	35.452.037

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

		Atribuível aos acionistas controladores								
			Reservas de lucros							
	Nota	**Capital social**	**De incentivos fiscais**	**Legal**	**Retenção**	**Ajustes de avaliação patrimonial**	**Lucros acumulados**	**Total**	**Participação dos acionistas não controladores**	**Patrimônio líquido**
Em 1º de janeiro de 2020		7.719.402	1.407.945	553.164	1.132.008	832.147		11.644.666	653.264	12.297.930
Lucro líquido do exercício							427.889	427.889	44.567	472.456
Outros componentes do resultado abrangente, após os impactos das reapresentações	28 (d)					1.414.092		1.414.092	172.473	1.586.565
						1.414.092	427.889	1.841.981	217.040	2.059.021
Contribuições e distribuições para acionistas										
Aumento de capital social		7.162						7.162		7.162
Aumento (redução) de acionistas não controladores VCNNE							4.072	4.072	(7.973)	(3.901)
Cisão parcial de ativos para a controladora VSA		(3.211)						(3.211)		(3.211)
Aumento (redução) de capital social de minoritários							1.634	1.634	(6.051)	(4.417)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva de incentivos fiscais			32.655				(32.655)			
Constituição de reserva legal	28 (a)			19.645			(19.645)			
Reversão de dividendos aprovados em anos anteriores	28 (c)						107.220	107.220		107.220
Dividendos deliberados							(85.149)	(85.149)	(130.349)	(215.498)
Retenção de lucros					403.366		(403.366)			
		3.951	32.655	19.645	403.366		(427.889)	31.728	(144.373)	(112.645)
Em 31 de dezembro de 2020		7.723.353	1.440.600	572.809	1.535.374	2.246.239		13.518.375	725.931	14.244.306
Em 1º de janeiro de 2021		7.723.353	1.440.600	572.809	1.535.374	2.246.239		13.518.375	725.931	14.244.306
Lucro líquido do exercício							1.343.649	1.343.649	283.063	1.626.712
Outros componentes do resultado abrangente	28 (d)					731.552		731.552	79.219	810.771
						731.552	1.343.649	2.075.201	362.282	2.437.483
Contribuições e distribuições para acionistas										
Aquisição da McInnis pela subsidiária St. Marys - Efeito reflexo da emissão de ações pela St. Marys e diluição da participação	28 (e)					1.513.187		1.513.187	1.313.977	2.827.164
Aumento de participação de acionistas não controladores									13.626	13.626
Aumento (redução) de capital social	28 (b)	(15.000)						(15.000)	1.072	(13.928)
Destinação do lucro líquido do exercício										
Constituição de reserva de incentivos fiscais	28 (a) (v)		43.775				(43.775)			
Constituição de reserva legal	28 (a)			67.182			(67.182)			
Dividendos deliberados	28 (c)				(1.195.086)		(308.173)	(1.503.259)	(109.145)	(1.612.404)
Retenção de lucros					924.519		(924.519)			
		(15.000)	43.775	67.182	(270.567)	1.513.187	(1.343.649)	(5.072)	1.219.530	1.214.458
Em 31 de dezembro de 2021		7.708.353	1.484.375	639.991	1.264.807	4.490.978		15.588.504	2.307.743	17.896.247

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Receita de contratos com clientes	29 (b)	7.851.108	5.747.232	22.295.681	16.740.228
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	30	(5.858.784)	(4.436.934)	(17.084.454)	(12.816.563)
Lucro bruto		1.992.324	1.310.298	5.211.227	3.923.665
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	30	(368.268)	(390.278)	(699.870)	(707.615)
Gerais e administrativas	30	(506.454)	(497.447)	(1.242.852)	(1.064.869)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	2.846	35.174	364.652	(141.198)
		(871.876)	(852.551)	(1.578.070)	(1.913.682)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		1.120.448	457.747	3.633.157	2.009.983
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	18 (e)	702.164	349.143	62.665	86.081
Resultado financeiro líquido	33 (b)				
Receitas financeiras		323.795	329.547	532.849	571.947
Despesas financeiras		(546.778)	(377.145)	(1.630.903)	(1.360.410)
Variações cambiais, líquidas		(99.333)	(138.612)	(397.657)	(276.529)
		(322.316)	(186.210)	(1.495.711)	(1.064.992)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		1.500.296	620.680	2.200.111	1.031.072
Imposto de renda e contribuição social	24 (b)	(156.647)	(192.791)	(573.399)	(558.616)
Lucro líquido do exercício		1.343.649	427.889	1.626.712	472.456
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				1.343.649	427.889
Participação de não controladores				283.063	44.567
Lucro líquido do exercício				1.626.712	472.456
Quantidade média ponderada de ações, em milhares				9.532.689	9.539.071
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais				140,95	44,86

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro líquido do exercício		1.343.649	427.889	1.626.712	472.456
Outros componentes do resultado abrangente do exercício a serem posteriormente reclassificados para o resultado					
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	28 (d)	333.086	1.119.339	416.186	1.293.930
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	28 (d)	337.807	282.654	337.807	282.654
Hedge dos investimentos líquidos	28 (d)	29.339	(33.046)	17.096	(33.046)
Realização de outros resultados abrangentes de investidas - reflexo	28 (d)	12.085		12.085	
Particip. em outros componentes do resultado abrangente	28 (d)	(2.970)	1.580	(3.792)	770
		709.347	1.370.527	779.382	1.544.308
Outros componentes do resultado abrangente que não serão reclassificados para o resultado					
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	28 (d)		(2.112)		(2.112)
Remensurações com benefícios de aposentadoria em investidas	28 (d)	43.536	9.126	52.720	7.818
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	28 (d)	(21.331)	36.551	(21.331)	36.551
		22.205	43.565	31.389	42.257
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		731.552	1.414.092	810.771	1.586.565
Total do resultado abrangente do exercício		2.075.201	1.841.981	2.437.483	2.059.021
Atribuível aos acionistas					
Controladores				2.075.201	1.841.981
Não controladores				362.282	217.040
				2.437.483	2.059.021

Os itens na demonstração do resultado abrangente são apresentados líquidos de impostos. Os efeitos fiscais de cada componente do resultado abrangente estão apresentados na Nota 28 (d).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		1.500.296	620.680	2.200.111	1.031.072
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação, amortização e exaustão	30	408.861	411.842	1.666.315	1.421.134
Equivalência patrimonial	18 (e)	(702.164)	(349.143)	(62.665)	(86.081)
Provisão de impairment de ativos	32	42.366	16.144	2.310	215.422
Perda (ganho) líquido na venda de imobilizado e intangível	32	(32.747)	28.570	(111.407)	33.918
Provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	12 (c)	1.263	10.192	2.978	27.107
Provisão (reversão) para obsolescência de estoques	13 (c)	(13.649)	(1.645)	(950)	(23.391)
Constituição (reversão) de provisões de processos cíveis, trabalhistas e fiscais	25 (b)	16.190	(15.744)	54.511	22.141
Ganho na aquisição de investimentos - McInnis	32			(243.560)	
Ganho de valor justo resultante da remensuração - Superior	32			(126.045)	
Componentes do resultado financeiro		269.708	70.969	1.425.602	845.795
Demais itens que não afetam caixa		(44.939)	16.339	(272.853)	35.146
		1.445.185	808.204	4.534.347	3.522.263
Acréscimo (decréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		(55.275)	(88.923)	190.968	(216.520)
Estoques		(261.478)	(21.002)	(533.545)	86

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

	2021					
	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros	Consolidado
Receita de contratos com clientes	10.313.650	7.129.047	2.914.602	977.884	960.498	22.295.681
Lucro (prejuízo) do exercício	1.085.254	898.335	(159.527)	190.707	(388.057)	1.626.712
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	1.254.373	1.189.439	(65.226)	186.496	(364.971)	2.200.111
Depreciação, amortização e exaustão	582.963	731.351	267.415	84.499	87	1.666.315
Resultado financeiro líquido	557.288	248.821	333.241	22.619	333.751	1.495.720
EBITDA	2.394.624	2.169.611	535.430	293.614	(31.133)	5.362.146
Equivalência patrimonial	7.259	(34.978)	(21.107)		(13.839)	(62.665)
Dividendos recebidos					181.003	181.003
Itens de ajuste do EBITDA						
COVID					22.124	22.124
Reversão (impairment)	42.332		16.313	(56.335)		2.310
Business combination		(288.984)	12.286			(276.698)
Dissolução de investimento (Nota 6.5 (iv))			16.138			16.138
Itens não usuais	(316)	(6.937)	2.501	112	6.801	2.161
EBITDA ajustado	2.443.899	1.838.712	561.561	237.391	164.956	5.246.519
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	565.463	706.712	401.257	119.186		1.792.618
Dívida líquida	1.542.931	3.537.043	(75.985)	362.994	2.790.135	8.157.118

	2020					
	Brasil	América do Norte	Europa, Ásia e África	América Latina	Outros	Consolidado
Receita de contratos com clientes	7.904.151	5.429.030	2.129.349	824.638	453.060	16.740.228
Lucro (prejuízo) do exercício	349.286	569.457	(114.915)	33.518	(364.890)	472.456
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e da CSLL	578.120	749.084	37.130	23.639	(356.901)	1.031.072
Depreciação, amortização e exaustão	577.539	520.731	244.212	77.243	1.409	1.421.134
Resultado financeiro líquido	377.046	245.710	64.354	33.529	344.353	1.064.992
EBTIDA	1.532.705	1.515.525	345.696	134.411	(11.139)	3.517.198
Equivalência patrimonial	(2.230)	(56.163)	(20.594)		(7.094)	(86.081)
Dividendos recebidos					129.553	129.553
Itens de ajuste do EBITDA						
COVID					54.145	54.145
Impairment	20.983		129.613	64.826		215.422
Doação incentivada	5.754					5.754
Itens não usuais	(12.805)	3.477	(1.727)	128	12.100	1.173
EBITDA ajustado	1.544.407	1.462.839	452.988	199.365	177.565	3.837.164
Adições do imobilizado e intangível (CAPEX)	510.616	438.204	173.624	25.821	66	1.148.331
Dívida líquida	1.722.184	2.425.979	(214.036)	393.722	3.170.901	7.498.750

4.2. Gestão de capital: Os principais objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuar em funcionamento, a fim de fornecer retornos e manter uma estrutura de capital ideal para reduzir o custo de capital. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode fazer ajustes no valor dos dividendos pagos aos acionistas, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir o endividamento, por exemplo. Condizente com outras indústrias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira, que corresponde à dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado. A dívida líquida é calculada como o total de empréstimos e passivos de arrendamento menos o caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos. Os índices de alavancagem em 31 de dezembro de 2021 e 2020 podem ser resumidos da seguinte maneira:

		Consolidado	
	Nota	2021	2020
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	12.394.635	11.598.906
Arrendamento	21 (c)	1.367.885	554.193
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	(4.450.030)	(3.413.026)
Aplicações financeiras	11 (b)	(946.264)	(1.010.380)
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)	(209.108)	(230.943)
Dívida líquida - (A)		8.157.118	7.498.750
EBITDA ajustado últimos 12 meses - (B)		5.246.519	3.837.164
Índice de alavancagem financeira - (A/B)		1,55	1,95

5. Novas normas, emendas e interpretações das normas contábeis que ainda não estão vigentes: 5.1. Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia: As seguintes alterações de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") foram adotadas pela primeira vez no exercício social iniciado em 1º de janeiro de 2021. Reforma das *Interbank offered rates* (IBORs): alterações no CPC 48 / IFRS 9 "Instrumentos financeiros", CPC 38 / IAS 39 "Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração CPC 40 / IFRS 7 "Instrumentos financeiros: evidenciação", CPC 11 / IFRS 4 "Contratos de seguro" e CPC 06 / IFRS 16 "Arrendamentos". A Companhia e suas controladas possuem, no entanto, empréstimos e financiamentos que atualmente estão indexados à LIBOR (Nota 22) Em linha com o projeto de transição da LIBOR e outras *Interbank Offered Rates* (IBORs) no mercado, a Companhia tem acompanhado a evolução do tema junto aos seus bancos de relacionamento e discutido como se dará a substituição do indexador nos contratos vigentes. Considerando as emendas emitidas, a Companhia pretende aplicar o expediente prático incluído pelo IASB no IFRS 9 – Instrumentos financeiros, e reconhecer a mudança da taxa sem reconhecer um ganho ou uma perda no resultado. Quando da substituição do indexador, renegociação efetiva dos contratos, a Companhia irá rever essa avaliação de forma a determinar se o expediente prático permanece aplicável. Conforme avaliação da Companhia as outras emendas emitidas em linha com a substituição do indexador não apresentam impactos a serem divulgados. Outras normas e alterações passaram a vigorar para os exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. A adoção dessas novas normas não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **5.2. Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia:** Novas normas, interpretações e emendas às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não estão vigentes. Pretendemos adotar as novas normas, interpretações e emendas, se aplicáveis, quando se tornarem vigentes. A Companhia realizou uma análise preliminar sobre a aplicabilidade dessas alterações e identificou possíveis impactos em suas políticas contábeis decorrentes da alteração do CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro". A alteração requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos. A alteração é efetiva para períodos iniciados em 1º de janeiro de 2023 e a Companhia está atualmente analisando detalhadamente os possíveis impactos, de acordo com a regulamentação tributária local. **6. Base de preparação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2021, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e conforme as normas internacionais de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* (IFRS)) emitidas pelo IASB. A preparação das demonstrações financeiras considerou o custo histórico como base de valor, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, mensurados ao valor justo. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios anteriores, exceto se indicado de outra maneira. As políticas contábeis das controladas, coligadas e *joint ventures* são ajustadas, se necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas, com um resumo da base de reconhecimento e mensuração utilizada pela Companhia. As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são mais significativas, estão divulgadas na Nota 7. A Companhia divulga voluntariamente sua demonstração do valor adicionado, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as companhias abertas, e são apresentadas como parte integrante destas demonstrações financeiras. Para as práticas internacionais, esta demonstração é apresentada como informação adicional, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **6.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras da VCSA é o Real ("R$" ou "Reais"). **6.2. Operações com moeda estrangeira:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para reais utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação para os itens remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos no resultado como variações cambiais líquidas, exceto quando reconhecidas no patrimônio como operações qualificadas como *hedge* de investimento líquido em operações no exterior. **6.3. Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia:** O resultado e a posição financeira de todas as empresas do Grupo cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação da Companhia são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado e demonstração do resultado abrangente apresentadas são convertidas pelas taxas de câmbio médias do período dessa demonstração do resultado e da demonstração do resultado abrangente, que são uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das transações; e (iii) Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Os valores apresentados na demonstração de fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultados, conforme detalhado acima. Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior, de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira como instrumento de *hedge* de investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio equivalentes ao investimento alienado e ao instrumento de *hedge* que foram registradas no patrimônio são reconhecidas no resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda. O ágio e o valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento. O efeito dessa conversão é reconhecido em "Outros resultados abrangentes". As moedas funcionais das controladas relevantes no exterior estão listadas na Nota 6.5. **6.4. Contabilidade em economia hiperinflacionária – Argentina:** Em julho de 2018, o peso argentino sofreu uma forte desvalorização, resultando na inflação acumulada no triênio na Argentina superior a 100%, desencadeando a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária conforme prescrito pelo CPC 42 / IAS 29 "Contabilidade em economia hiperinflacionária". Isto se tornou aplicável ao nosso investimento na Cementos Avellaneda S.A. ("Avellaneda"), uma coligada cuja moeda funcional é o peso argentino. Os saldos contábeis da investida com moeda funcional hiperinflacionária são atualizados monetariamente conforme as mudanças no poder aquisitivo ao final de cada exercício. As atualizações monetárias são realizadas com base no índice geral de preços. Itens monetários estão registrados ao seu valor monetário inflacionado na data do balanço patrimonial e, portanto, não são atualizados monetariamente. Itens não monetários são atualizados com base nas mudanças no índice geral de preços entre a data de sua aquisição ou ocorrência e a data do balanço patrimonial. A Companhia reconhece o efeito da atualização de acordo com o CPC 42 / IAS 29 "Contabilidade em economia hiperinflacionária" e conversão de acordo com o CPC 02 (R2) / IAS 21 "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis", em outros resultados abrangentes. O saldo dos ativos não monetários atualizados monetariamente são reduzidos quando excedem seu valor recuperável, e a diferença é reconhecida no resultado. Quando a economia deixar de ser considerada hiperinflacionária e a investida descontinuar a preparação e apresentação de suas informações financeiras de acordo com o CPC 42 / IAS 29 "Contabilidade em economia hiperinflacionária", os valores atualizados monetariamente passam a ser o valor contábil base para os períodos subsequentes. **6.5. Consolidação:** A Companhia consolida todas as empresas sobre as quais detém o controle. As principais empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas abaixo:

	Percentual do capital total e votante				
	2021	2020	Localização da sede	Moeda funcional	Atividade principal
Votorantim Cimentos S.A. e subsidiárias					
Votorantim Cimentos N/NE S.A. - "VCNNE"	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Cimentos
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	*Holding*
Pedreira Pedra Negra Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
Fazenda São Miguel Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Florestal
Calmit Mineração Participação Ltda	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	*Holding*
Lidermac Ind e Com. Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Agregados
CRB Op. Portuárias S.A.	99,99	99,99	Brasil	Real - BRL	Portuária
MOV C Transportes Ltda.	100,00	100,00	Brasil	Real - BRL	Transporte
Votorantim Cimentos International S.A	100,00	100,00	Luxemburgo	Dólar - USD	*Holding*
Votorantim Cimentos International S.A. e subsidiárias					
St. Marys e subsidiárias					
St. Marys Cement Inc. (Canada) (ii)	83,00	100,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
MacInnis Cement ULC. (ii) (ix) (Nota 17.1)	83,00		Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
Québec Inc. (aka GP Co) (ii) (Nota 17.1)	83,00		Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
McInnis Cement Limited PartnershipAka (ii) (Nota 17.1)	83,00		Canadá	Dólar canadense - CAD	Cimentos
Ontario Limited (ii)	83,00	100,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	*Holding*
Rosedale Securities Limited (ii)	83,00	100,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	*Holding*
McInnis USA, Inc. (ii) (Nota 17.1)	83,00		EUA	Dólar - USD	Cimentos
McInnis Marine USA, LLC (ii) (Nota 17.1)	83,00		EUA	Dólar - USD	Cimentos
Superior Materials *Holdings* LLC (ii) (Nota 17.3)	83,00	50,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
VCNA Prairie Aggregate *Holdings* Illinois Inc. (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	Agregados
VCNA Praire LLC (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
VCNA US Inc. (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	*Holding*
VCNA United Materials LLC (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	Concreto
VCNA United Materials Builders LLC (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	Varejo
Votorantim Cimentos North America, Inc. (ii)	83,00	100,00	EUA	Dólar - USD	*Holding*
Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L e subsidiárias					
Votorantim Macau – Investment Company, Limited	100,00	100,00	China	Pataca - MOP	*Holding*
Votorantim Cement Corporation Limited. (iv)		100,00	China	Dólar de Hong Kong - HKD	*Holding*
Votorantim Cement Trading S.L.	100,00	100,00	Espanha	Dólar - USD	Trading
Votorantim Cement EAA Inversiones S.L. "VCEAA"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	*Holding* Cimentos e
Votorantim Cementos España, S.A. (v) (vi)	99,68	99,72	Espanha	Euro - EUR	*Holding*
Cementos Cosmos S.A. (vii)		99,62	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Prebetong Áridos S.L. (vi)	99,68	99,72	Espanha	Euro - EUR	Agregados
Prebetong Hormigones S.A. (vi)	99,66	99,70	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
Cementos Antequera S.A. (viii)		96,73	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Cementos Asment EAA	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	*Holding*
Morteros de Galicia S.L. (vi)	99,68	99,72	Espanha	Euro - EUR	Argamassa
A.G. Cementos Balboa, S.A.U. (Nota 17.4)	99,68		Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Comercial Cosmos SUR S.L. (vi)	99,68	99,72	Espanha	Euro - EUR	Cimentos
Asment de Temara S.A.	62,62	62,62	Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Cimentos
Société Marocainee SMBRM (iii)	62,62		Marrocos	Dirham Marroquino - MAD	Moagem
Alpaca Inversiones S.A.C. (i)		100,00	Peru	Novo sol - PEN	Calcário
Votorantim Cimento Sanayive Ticaret A.S	99,90	99,90	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Ybitas Yozgat Isci Birligi Insaat Malzemeleri Ticaret ve Sanayi A.S.	82,87	82,87	Turquia	Lira turca - TRY	Cimentos
Societe Les Ciments de Jbel Oust - CJO	100,00	100,00	Tunísia	Dinar Tunisiano - TND	Cimentos
VC Latam e subsidiárias					
GB Minerales Y Agregados S.A.	51,00	51,00	Bolívia	Euro - EUR	Cimentos
Itacamba Cemento S.A.	34,00	34,00	Bolívia	Boliviano - BOB	Cimentos
Votorantim Cimentos Latam, S.L.U "VC LATAM"	100,00	100,00	Espanha	Euro - EUR	*Holding*
Yacuces S.L	51,00	51,00	Espanha	Euro - EUR	*Holding*
Cementos Artigas S.A.	51,00	51,00	Uruguai	Peso uruguaio - UYU	Cimentos
Operações conjuntas (Joint operations)					
Great Lakes Slag Inc. (ii)	42,00	50,00	Canadá	Dólar canadense - CAD	Produção de escória

(i) Dissolução da empresa Alpaca Inversiones S.A.C. (ii) Diluição da participação acionária da Votorantim Cimentos International S.A. na St. Marys Cement Inc. (Canada) em abril de 2021, conforme Nota 17.1. Como resultado, houve diminuição na participação de suas subsidiárias. (iii) Constituição da Société Marocainee SMBRM em Asment Du Centre S.A. em junho de 2021. (iv) Dissolução da empresa Votorantim Cement Corporation Limited. (v) Alteração do nome empresarial da empresa Corporacion Noroeste S.A. para Votorantim Cementos España S.A. (vi) Diminuição da participação acionária da Votorantim Cimentos EAA Inversiones S.L. na Votorantim Cementos España, S.A. Como resultado, houve diminuição na participação de suas subsidiárias. (vii) Incorporação da empresa Cementos Cosmos S.A. pela empresa Votorantim Cementos España, S.A. (viii) Incorporação da empresa Cementos Antequera S.A. pela empresa Votorantim Cementos España, S.A. (ix) Alteração da razão social da McInnis Cement Inc. para MacInnis Cement ULC. **6.5.1. Controladas:** A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. O método contábil de aquisição é utilizado para contabilizar as combinações de negócios da Companhia. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas diretas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. Saldos e transações, como quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre as empresas do Grupo, são eliminados na consolidação. A Companhia trata as transações com acionistas não-controladores que não resultem em perda de controle como transações com acionistas do Grupo. Uma mudança na participação acionária resulta em um ajuste entre os valores contábeis das participações dos acionistas controladores e não controladores para refletir suas participações relativas na subsidiária. Qualquer diferença entre o valor do ajuste do não controlador e qualquer contraprestação paga ou recebida é reconhecida no patrimônio líquido - "Reserva de retenção de lucros". Quando a Companhia deixa de ter controle sobre qualquer uma de suas controladas, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, com qualquer diferença com o valor contábil reconhecido no resultado. Os valores anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados para o resultado. **6.5.2. Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto:** (i) Coligadas: Coligadas são todas as entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, mas não controle ou controle conjunto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, após reconhecimento inicial ao custo. (ii) *Joint arrangements:* Os investimentos em *joint arrangements* são classificados como *joint ventures* ou *joint operations*. Em uma *joint venture*, a Companhia compartilha o controle da entidade e tem direito aos ativos líquidos da *joint venture*, e não aos seus ativos e passivos específicos. As participações em *joint ventures* são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, após serem reconhecidas inicialmente ao custo no balanço patrimonial. Em uma *joint operation*, a Companhia reconhece individualmente seu direito aos ativos, passivos, receitas e despesas, e sua participação em quaisquer ativos, passivos, receitas e despesas detidos ou incorridos em conjunto. (iii) Método de equivalência patrimonial: No método de equivalência patrimonial, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo, que incluem os custos de transação, ajustados posteriormente para reconhecer no resultado da Companhia o efeito dos lucros e prejuízos da investida pós-aquisição e os movimentos da participação acionária da Companhia na Investida em "Outros resultados abrangentes", até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixe de existir. Os dividendos recebidos ou a receber de coligadas e *joint ventures* são reconhecidos como redução do valor contábil do investimento. Os investimentos da Companhia em coligadas e *joint ventures* incluem ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento, na proporção da participação do Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de *impairment*. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas e joint ventures, são reconhecidos no resultado. O Grupo classifica os dividendos recebidos de participações em coligadas e joint ventures como fluxo de caixa de atividades de investimento. O teste de *impairment* do valor contábil dos investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial *é realizado de acordo com a política descrita na Nota 7.2.* **6.5.3. Combinação de negócios:** O método de aquisição é usado para contabilizar todas as combinações de negócios, independentemente de instrumentos patrimoniais ou outros ativos a serem adquiridos. A contraprestação transferida para a aquisição de uma subsidiária compreende: • valores justos dos ativos transferidos; • passivos incorridos para os ex-proprietários do negócio adquirido; • participações societárias emitidas pelo Grupo; • valor justo de qualquer ativo ou passivo resultante de um acordo de contraprestação contingente, e • valor justo de qualquer participação societária pré-existente na subsidiária. Os ativos identificáveis adquiridos, os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são, com algumas exceções, mensurados inicialmente pelo seu valor justo na data da aquisição. O Grupo reconhece qualquer participação de não controladores na adquirida com base na data de aquisição, seja pelo valor justo ou pela participação proporcional da participação da não controladora nos ativos identificáveis, líquidos, da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são contabilizados conforme incorridos. O excesso de: • contraprestação transferida; • valor de qualquer participação não controladora na entidade adquirida, e • valor justo – na data de aquisição – de qualquer participação acionária anterior na entidade adquirida sobre o valor justo dos ativos identificáveis, líquidos, adquiridos é registrado como ágio. Caso esses valores sejam inferiores ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis do negócio adquirido, a diferença é reconhecida diretamente no resultado como compra vantajosa. Quando a liquidação de qualquer parte da contraprestação em dinheiro é diferida, os valores a pagar no futuro são descontados ao seu valor presente na data da troca. A taxa de desconto utilizada é a taxa de empréstimo incremental da entidade, sendo a taxa na qual um empréstimo semelhante poderia ser obtido de forma independente em termos e condições comparáveis.A contraprestação contingente é classificada como patrimônio líquido ou passivo financeiro. Os valores classificados como passivo financeiro são posteriormente remensurados ao valor justo, com as variações do valor justo sendo reconhecidas no resultado. Se a combinação de negócios for realizada em etapas, o valor contábil na data de aquisição da participação acionária na adquirida anteriormente detida pela Companhia é reavaliado ao valor justo na data de aquisição. Quaisquer ganhos ou perdas decorrentes de tal remensuração são reconhecidos no resultado. **6.6. Demonstrações financeiras de períodos anteriores: (a) Ajustes na demonstração do resultado:** A Companhia revisou os saldos divulgados em 31 de dezembro de 2020, no que concerne o seguinte:

	Conforme originalmente apresentado	Operações descontinuadas (i)	PPA Avellaneda (ii)	IRPJ e CSLL (iii)	Reapresentado
Operações continuadas					
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	16.739.835	393			16.740.228
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(12.816.231)	(332)			(12.816.563)
Lucro bruto	3.923.604	61			3.923.665
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(707.615)				(707.615)
Gerais e administrativas	(1.061.486)	(3.383)			(1.064.869)
Outras receitas operacionais, líquidas	(113.603)	4.367		(31.962)	(141.198)
	(1.882.704)	984		(31.962)	(1.913.682)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	2.040.900	1.045		(31.962)	2.009.983
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	51.089		34.992		86.081
Resultado financeiro líquido					
Receitas financeiras	279.409	203			279.612
Despesas financeiras	(1.347.010)				(1.347.010)
Resultado dos instrumentos financeiros derivativos	278.935				278.935
Variações cambiais, líquidas	(276.529)				(276.529)
	(1.065.195)	203			(1.064.992)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.026.794	1.248	34.992	(31.962)	1.031.072
IRPJ e CSLL	(590.578)			31.962	(558.616)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	436.216	1.248	34.992		472.456
Operações descontinuadas					
Prejuízo das operações descontinuadas	1.248	(1.248)			
Lucro líquido do exercício	437.464		34.992		472.456
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia	392.897		34.992		427.889
Participação de não controladores	44.567				44.567
Lucro líquido do exercício	437.464		34.992		472.456

(i) Reclassificou o montante de R$ 1.248, apresentados anteriormente na linha de "Operações descontinuadas" para as "Operações continuadas". (ii) Registrou o montante de R$ 34.992 a crédito nos saldos de "Equivalência patrimonial" em contrapartida a débito da "Reserva de lucros - retenção" no patrimônio líquido, decorrente da revisão do PPA (*Purchase Price Allocation*) de sua coligada Cementos Avellaneda S.A., conforme divulgado na Nota E8 (e) (iii) das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. (iii) Reclassificou o montante de R$ 31.962, apresentados anteriormente em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 32), referente ao benefício de incentivo fiscal de IRPJ, para "IRPJ e CSLL correntes e diferidos" (Nota 24 (b)) (b) **Ajustes na demonstração das mutações do patrimônio líquido e demonstração do resultado abrangente:** Como consequência da revisão mencionada acima no item (a), tivemos as seguintes alterações na mutação do patrimônio líquido e na demonstração do resultado abrangente:

	Conforme originalmente apresentado	Ajustes	Revisado
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019	12.274.405	23.525	12.297.930
Resultado do exercício (i)	437.464	34.992	472.456
Outros resultados abrangentes (ii)	1.608.589	(22.024)	1.586.565
Outras movimentações patrimoniais (iii)	(76.152)	(36.493)	(112.645)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020	14.244.306		14.244.306

(i) Os ajustes estão detalhados acima no item (ii) da Nota 6.6 (a); (ii) Em decorrência do ajuste do PPA da Avellaneda mencionado no item acima na Nota 6.6 (a) (ii), foi ajustado o montante de R$ (22.024) na rubrica de "Outros componentes do resultado abrangente", referente à R$ 33.992 de "Variação cambial de investidas localizadas no exterior" e R$ (55.647) de "Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias". (iii) Na constituição da *holding* VC Latam em dezembro de 2019, o montante de R$ (36.493) referente ao *impairment* reconhecido para fins de *gaap* local na Espanha (que não deveria impactar as demonstrações financeiras em IFRS) não foi eliminado corretamente, resultando uma diferença no patrimônio líquido no consolidado. **(c) Reclassificação entre Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras:** A Companhia revisou a sua política de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 10 (a)), a fim de incluir na apresentação dos saldos do balanço patrimonial uma melhor representação do modelo de gestão de caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a classificação dos instrumentos financeiros entre a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 10 (b)) e a rubrica de "Aplicações financeiras" (Nota 11 (b)) era realizada com base no vencimento original dos títulos. Títulos com vencimento superior a 90 dias eram classificados como Aplicações financeiras. No entanto, em linha com a política de gestão de caixa da Companhia, são feitas aplicações em títulos da modalidade CDB e Compromissadas, que podem ter vencimento superior a 90 dias, mas que possuem liquidez imediata e em média são resgatados em um período inferior a 90 dias. Tais investimentos são realizados com o intuito de suprir as necessidades de caixa da Companhia e não sofrem mudança significativa de seu valor quando do resgate antes do vencimento, sendo resgatados pelo valor do principal mais juros incorridos até o momento do resgate. Dessa forma, concluímos que tais investimentos atendem as definições da norma contábil no que diz respeito a "Caixa e equivalentes de caixa" e, portanto, os seguintes saldos do balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 foram reclassificados:

			Consolidado
	Conforme originalmente apresentado	Reclassificações	Revisado
Caixa e equivalentes de caixa	2.356.830	1.056.196	3.413.026
Aplicações financeiras	2.046.479	(1.056.196)	990.283

Em decorrência da reclassificação mencionada acima no balanço patrimonial, tivemos os seguintes reflexos na demonstração dos fluxos de caixa:

	Conforme originalmente apresentado	Reclassificações	Revisado
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.284.524		3.284.524
Aplicações financeiras	(1.287.016)	1.015.366	(271.650)
Demais itens das atividades de investimentos	(885.302)		(885.302)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento	(2.172.318)	1.015.366	(1.156.952)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(1.452.057)		(1.452.057)
Acréscimo (decréscimo) em caixa e equivalentes de caixa	(339.851)	1.015.366	675.515
Efeito de oscilações nas taxas cambiais	444.521		444.521
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.252.160	40.830	2.292.990
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.356.830	1.056.196	3.413.026

7. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. As estimativas e julgamentos contábeis são periodicamente revisados baseados na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas a seguir: **7.1. Estimativa de valor justo:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); Nível 3 - Informações para o ativo ou passivo que não são baseados em dados de mercado observáveis (ou seja, dados não observáveis, para os quais o valor justo é determinado com base em técnicas de avaliação específicas); écnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os ativos e passivos ao valor justo incluem: (i) Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares; (ii) O valor justo de *swaps* de taxa de juros calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado; (iii) O valor justo dos contratos de câmbio futuros determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

											2020
VCI (i)	USD	VCEAA	EUR	39,79%	195.246	1.245.261	EUR	195.246	1.245.261	(114.857)
St. Marys	CAD	VCNA US, Inc.	USD	44,01%	500.000	2.598.350	USD	500.000	2.598.350	81.811
										(33.046)

(i) As dívidas em EUR detidas pela VCI foram totalmente liquidadas em 2020, consequentemente o *hedge accounting* em questão foi encerrado. A variação cambial acumulada reconhecida no patrimônio líquido somente será reclassificada para o resultado quando da realização ou venda do investimento no exterior. Os valores de ganho ou perda demonstrados acima estão líquidos do efeito de impostos, os quais são apresentados na Nota 28 (d) Não foi apurada inefetividade das operações de *hedge* designadas no exercício, portanto, não foram realizados lançamentos de ganho ou perda no resultado. **8.4. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações de acordo com um instrumento financeiro ou contrato com cliente, levando a um prejuízo financeiro. O Grupo está exposto ao risco de crédito de suas atividades operacionais (principalmente contas a receber) e de suas atividades de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações de câmbio e outros instrumentos financeiros. A Companhia tem como política selecionar emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's, sendo *rating* nacional igual ou melhor que AA- (ou Aa3), ou *rating* em escala global igual ou melhor que BBB- (ou Baa3) Para países cujos emissores não atendem as classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração. O limite de exposição do Grupo a cada contraparte financeira é determinado pela política financeira da Companhia e está vinculado ao *rating* e balanço patrimonial da instituição. A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*) Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao não cumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. **8.4.1. Risco de crédito das contas a receber de clientes:** O risco de crédito das contas a receber que não estão vencidos e não possuem provisão para *impairment* é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Risco alto	42.764	72.672	89.904	153.381
Risco médio	115.371	49.085	223.994	108.976
Risco baixo	227.241	175.668	744.158	552.703
AAA	50.647	10.248	172.993	62.819
	436.023	307.673	1.231.049	877.879

Risco Alto	Clientes novos sem histórico de informações financeiras.
Risco Médio	Clientes com histórico de atrasos nos pagamentos.
Risco Baixo	Clientes com sólido histórico comercial e de pagamento.
Clientes AAA	Classificação apenas para clientes de atacado, com base em análise de crédito individual.

Os valores citados acima não incluem os saldos de partes relacionadas. O risco de crédito é definido conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Companhia. **8.5. Risco de liquidez:** O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a política financeira da Companhia, visando garantir recursos suficientes para honrar os compromissos da Companhia no curto prazo. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é o fluxo de caixa, para o qual as projeções consideram um prazo de 12 meses. A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos são incluídos na análise quando seus vencimentos contratuais são essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa temporários. Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial.

							Controladora
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos		167.360	164.609	2.610.128	1.218.825	207.314	4.368.236
Instrumentos financeiros derivativos		152.182	114.233	165.073	28.180	487	460.155
Arrendamento		40.445	21.373	17.540	773	103	80.234
Risco sacado a pagar	23	238.045					238.045
Fornecedores		1.708.329					1.708.329
Partes relacionadas			28.955				28.955
Dividendos a pagar	15 (b)	845.727					845.727
		3.152.088	329.170	2.792.741	1.247.778	207.904	7.729.681
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos		47.529	51.733	2.370.194	474.894		2.944.350
Instrumentos financeiros derivativos		20.827	47.120	139.363	270.921		478.231
Arrendamento		39.586	33.294	16.681	773	258	90.592
Risco sacado a pagar	23	284.309					284.309
Fornecedores		1.048.257					1.048.257
Partes relacionadas			778.054				778.054
Dividendos a pagar	15 (b)	85.149					85.149
		1.525.657	910.201	2.526.238	746.588	258	5.708.942

							Consolidado
	Nota	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2021							
Empréstimos e financiamentos		744.140	736.492	5.580.709	6.363.015	5.703.743	19.128.099
Instrumentos financeiros derivativos		198.009	150.613	220.539	43.339	738	613.238
Arrendamento		279.673	200.203	319.423	741.166	36.030	1.576.495
Risco sacado a pagar	23	1.547.971					1.547.971
Fornecedores		3.914.301					3.914.301
Partes relacionadas			19.570				19.570
Dividendos a pagar	15 (b)	847.257					847.257
Concessão		50.344	54.293	183.810	390.145	1.414.615	2.093.207
Plano de pensão		74.359	76.634	213.050	349.541	1.375.263	2.088.847
		7.656.054	1.237.805	6.517.531	7.887.206	8.530.389	31.828.985
Em 31 de dezembro de 2020							
Empréstimos e financiamentos		618.644	608.438	6.154.773	5.091.168	5.585.144	18.058.167
Instrumentos financeiros derivativos		36.681	80.945	228.445	410.486		756.557
Arrendamento		151.937	129.736	176.911	143.487	34.529	636.600
Risco sacado a pagar	23	1.032.027					1.032.027
Fornecedores		2.670.866					2.670.866
Partes relacionadas			18.866				18.866
Dividendos a pagar	15 (b)	87.305					87.305
Concessão		41.034	46.092	156.045	331.212	589.695	1.164.078
Plano de pensão		70.742	72.322	205.102	1.273.660	22.966	1.644.792
		4.709.236	956.399	6.921.276	7.250.013	6.232.334	26.069.258

A tabela acima mostra o principal e o juros em aberto, se aplicável, nas datas de vencimento. No caso dos passivos de taxa fixa, a despesa de juros foi calculada considerando a taxa estabelecida em cada contrato de dívida. A despesa de juros sobre passivos de taxa flutuante foi calculada com base em uma previsão de mercado para cada período. **8.6. Demonstrativo da análise de sensibilidade:** Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros, de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos, dos financiamentos, das partes relacionadas e dos instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, dirham marroquino, boliviano, lira turca e dólar canadense, peso uruguaio e dinar tunisiano, bem como a flutuação das taxas de juros CDI, LIBOR, IPCA e cupom de dólar. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia. Os cenários em 31 de dezembro de 2021 estão descritos abaixo: **Cenário I** - considera o choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2021, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2022. **Cenário II** - considera variação de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021. **Cenário III** - considera variação de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2021.

								Controladora				
						Impactos no resultado			Impactos no resultado abrangente			
						Cenário I	Cenários II & III		Cenário I	Cenários II & III		
Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e partes relacionadas (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Choque nas curvas de 31/12/2021	Resultados do cenário I	(25%)	(50%)	+25%	+50%	Resultados do cenário I	(25%)	(50%)	+25%	+50%
Câmbio															
USD		1.387.821	250.000	USD	1,44%	(203)	(5.711)	(11.422)	5.711	11.422					
Taxas de juros															
BRL CDI	2.313.768	1.346.465	2.010.918	BRL	191 bps	47.277	101.023	233.351	(76.876)	(134.970)					
BRL IPCA		693.593	615.793	BRL	456 bps	31.628	(40.757)	(76.336)	46.411	98.992					
USD LIBOR		833.992	150.000	USD	2 bps	4.506	(8.854)	(17.708)	8.854	17.708					
Cupom de dólar			250.000	USD	17 bps	104.263	(352.666)	(705.333)	352.666	705.333					
															Consolidado
USD	1.569.162	7.939.133	300.000	USD	1,44%	(6.259)	(111.105)	(222.211)	111.105	222.211	114.097	1.977.382	3.954.764	(1.977.382)	(3.954.764)
EUR	729.588	1.174.066		EUR	0,06%	17	(6.654)	(13.307)	6.654	13.307	(298)	117.773	235.546	(117.773)	(235.546)
MAD	226.569			MAD	2,08%	4.723	(56.642)	(113.284)	56.642	113.284					
BOB	57.660	635.047		BOB	3,12%						17.998	144.347	288.694	(144.347)	(288.694)
TRY	46.111	17.179	4.000	USD	6,97%	(1.494)	(14.598)	(36.572)	11.648	21.821					
CAD	21.545	113.236		CAD	0,53%	483	22.923	45.846	(22.923)	(45.846)					
UYU	37.659	120.709		UYU	1,37%						(516)	(9.415)	(18.830)	9.415	18.830
TND	228.605			TND	2,22%	(5.074)	(57.151)	(114.302)	57.151	114.302					
Taxas de juros															
BRL CDI	2.441.312	1.346.465	2.683.476	BRL	191 bps	66.251	168.271	385.017	(130.818)	(232.452)					
BRL IPCA		1.128.874	1.009.326	BRL	456 bps	51.477	(59.792)	(111.738)	68.359	146.066					
USD LIBOR		1.280.539	200.000	USD	2 bps	5.852	(11.650)	(23.301)	11.650	23.301					
Cupom de dólar			300.000	USD	17 bps	131.448	(423.249)	(846.498)	423.249	846.498					

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas de "Caixa e equivalentes de caixa", "Aplicações financeiras", "Partes relacionadas" e "Empréstimos e financiamentos", pois a análise realizada contemplou somente as moedas mais significativas. **9. Instrumentos financeiros por categoria: (a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração:** O Grupo classifica seus instrumentos financeiros de acordo com o modelo de negócios que representa o objetivo para o qual eles foram adquiridos, conforme as seguintes categorias: **(i) Instrumentos financeiros ao custo amortizado:** Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado. **(ii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Instrumentos financeiros cujos termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e sejam mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(iii) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Todos os instrumentos financeiros que não se enquadrarem nas definições acima são classificados nesta categoria. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **(b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração:** A Companhia classifica seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de "receitas (despesas) financeiras" exceto pela variação cambial reconhecida como "variações cambiais, líquidas". Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado. **(c) Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. A exceção do *impairment* do contas a receber (Nota 12), o *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido no resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida no resultado. **(e) Composição:**

				Controladora
				2021
Ativos	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a receber de clientes	12 (b)	514.608		514.608
Partes relacionadas	15 (b)	24.643		24.643
		539.251		539.251
Caixa e equivalentes de caixa (i)	10 (b)		1.517.774	1.517.774
Aplicações financeiras	11 (b)		798.334	798.334
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		638.916	638.916
			2.955.024	2.955.024
Passivos: Empréstimos e financiamentos	22 (b)	2.583.652		2.583.652
Risco sacado a pagar	23	238.045		238.045
Arrendamento	21 (c)	74.638		74.638
Fornecedores		1.708.329		1.708.329
Salários e encargos sociais		234.890		234.890
Partes relacionadas	15 (b)	26.885		26.885
		4.866.439		4.866.439
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		829.373	829.373
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		460.155	460.155
			1.289.528	1.289.528

				Controladora
				2020
Ativos	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a receber de clientes	12 (b)	401.622		401.622
Partes relacionadas	15 (b)	11.213		11.213
		412.835		412.835
Caixa e equivalentes de caixa (i)	10 (b)		1.180.913	1.180.913
Aplicações financeiras	11 (b)		798.299	798.299
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		602.165	602.165
			2.581.377	2.581.377
Passivos: Empréstimos e financiamentos	22 (b)	1.831.217		1.831.217
Risco sacado a pagar	23	284.309		284.309
Arrendamento	21 (c)	83.615		83.615
Fornecedores		1.048.257		1.048.257
Salários e encargos sociais		209.371		209.371
Partes relacionadas	15 (b)	775.572		775.572
		4.232.341		4.232.341
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		760.639	760.639
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		478.231	478.231
			1.238.870	1.238.870

				Consolidado
				2021
Ativos	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Contas a receber de clientes	12 (b)	1.344.298		1.344.298
Partes relacionadas	15 (b)	3.739		3.739
		1.348.037		1.348.037
Caixa e equivalentes de caixa (i)	10 (b)		4.450.030	4.450.030
Aplicações financeiras	11 (b)		946.264	946.264
Instrumentos financeiros derivativos			822.346	822.346
Securitização de recebíveis	12 (e)	210.615		210.615
		210.615	6.218.640	6.429.255
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	11.286.129		11.286.129
Risco sacado a pagar	23	1.547.971		1.547.971
Arrendamento	21 (c)	1.367.885		1.367.885
Fornecedores		3.914.301		3.914.301
Salários e encargos sociais		628.596		628.596
Partes relacionadas	15 (b)	17.500		17.500
Concessão	26 (b)	712.204		712.204
Securitização de recebíveis		93.866		93.866
		19.568.452		19.568.452
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		1.108.506	1.108.506
Instrumentos financeiros derivativos			613.238	613.238
			1.721.744	1.721.744

					Consolidado
					2020
Ativos	Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Total
Contas a receber de clientes	12 (b)	1.031.396			1.031.396
Partes relacionadas	15 (b)	3.748			3.748
		1.035.144			1.035.144
Caixa e equivalentes de caixa (i)	10 (b)		3.413.026		3.413.026
Aplicações financeiras	11 (b)		1.006.654	3.726	1.010.380
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		987.500		987.500
Securitização de recebíveis	12 (e)	148.935			148.935
		148.935	5.407.180	3.726	5.559.841
Passivos					
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	10.210.410			10.210.410
Risco sacado a pagar	23	1.032.027			1.032.027
Arrendamento	21 (b)	554.193			554.193
Fornecedores		2.670.866			2.670.866
Salários e encargos sociais		548.308			548.308
Partes relacionadas	15 (b)	16.881			16.881
Concessão	26 (b)	625.162			625.162
Securitização de recebíveis	12 (e)	76.576			76.576
		15.734.423			15.734.423
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		1.388.496		1.388.496
Instrumentos financeiros derivativos	8.3.3 (b)		756.557		756.557
			2.145.053		2.145.053

(i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos itens de caixa e equivalentes de caixa. **(f) Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos:** A Companhia divulga as mensurações do valor justo por nível de hierarquia dos principais ativos e passivos, conforme demonstrado abaixo:

				Controladora
		Valor justo medido com base em		2021
Ativos	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Técnica de valoração suportada por preços observáveis Nível 2	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	289.122	1.228.652	1.517.774
Aplicações financeiras	11 (b)	622.969	175.365	798.334
Instrumentos financeiros derivativos			638.916	638.916
		912.091	2.042.933	2.955.024
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		3.398.244	3.398.244
Instrumentos financeiros derivativos			460.155	460.155
			3.858.399	3.858.399

				Controladora
		Valor justo medido com base em		2020
Ativos	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Técnica de valoração suportada por preços observáveis Nível 2	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	26.093	1.154.820	1.180.913
Aplicações financeiras	11 (b)	701.090	97.209	798.299
Instrumentos financeiros derivativos			602.165	602.165
		727.183	1.854.194	2.581.377
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (b)		3.060.107	3.060.107
Instrumentos financeiros derivativos			478.231	478.231
			3.538.338	3.538.338

				Consolidado
		Valor justo medido com base em		2021
Ativos	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Técnica de valoração suportada por preços observáveis Nível 2	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	3.080.773	1.369.257	4.450.030
Aplicações financeiras	11 (b)	624.749	321.515	946.264
Instrumentos financeiros derivativos			822.346	822.346
		3.705.522	2.513.118	6.218.640
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	7.413.476	6.229.922	13.643.398
Instrumentos financeiros derivativos			613.238	613.238
		7.413.476	6.843.160	14.256.636

				Consolidado
		Valor justo medido com base em		2020
Ativos	Nota	Preços cotados em mercado ativo Nível 1	Técnica de valoração suportada por preços observáveis Nível 2	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	10 (b)	2.909.813	503.213	3.413.026
Aplicações financeiras	11 (b)	711.071	299.309	1.010.380
Instrumentos financeiros derivativos			987.500	987.500
		3.620.884	1.790.022	5.410.906
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	22 (b)	7.480.441	6.493.485	13.973.926
Instrumentos financeiros derivativos			756.557	756.557
		7.480.441	7.250.042	14.730.483

Os demais instrumentos financeiros não inclusos acima, são avaliados ao custo amortizado, e a Companhia entende que o valor contábil se aproxima de seu valor justo. O valor justo desses instrumentos financeiros é determinado por preços observáveis (Nível 2) em transações não forçadas entre participantes do mercado ou em condições equivalentes a estas, no caso de transações entre partes relacionadas. **10. Caixa e equivalentes de caixa**

(a) Práticas contábeis: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **(b) Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Moeda nacional				
Caixa e bancos	2.341	305	8.239	10.799
Certificado de Depósito Bancário - CDBs	1.228.652	1.154.820	1.275.080	1.154.820
Operações compromissadas - Títulos privados				10.700
Operações compromissadas - Títulos públicos	286.781	25.788	345.054	31.210
	1.517.774	1.180.913	1.628.373	1.207.529
Moeda estrangeira				
Caixa e bancos			2.587.968	1.794.378
Time deposits			233.689	411.119
			2.821.657	2.205.497
	1.517.774	1.180.913	4.450.030	3.413.026

O caixa e os equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local. A rentabilidade média para os montantes alocados em caixa e equivalentes de caixa em moeda local e estrangeira é equivalente a 101,27% a.a. do CDI e 0,16% a.a., respectivamente. **11. Aplicações financeiras (a) Práticas contábeis:** As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata e, portanto, são classificados no ativo circulante. Não obstante, são classificadas como aplicações financeiras quando não atendem a definição de caixa e equivalentes de caixa e/ou são mantidas com a intenção de investimento, considerando a destinação prevista dos recursos. Os saldos são classificados no ativo não circulante com base nos seus vencimentos originais e/ou quando não possuem liquidez imediata. **(b) Composição:** As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*)

	Controladora		Consolidado	
Valor justo por meio do resultado				
Moeda nacional	2021	2020	2021	2020
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	449.128	597.207	449.128	607.189
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	23.464	97.159	40.600	113.517
Operações compromissadas - Títulos públicos	173.842	103.882	173.842	103.882
Quotas de fundos de investimento (i)	151.480	51	183.346	32.942
Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI)	421		421	
	798.334	798.299	847.337	857.530
Moeda estrangeira				
Valor justo por meio do resultado				
Moeda nacional				
Time deposits			98.928	152.850
			98.928	152.850
	798.334	798.299	946.264	1.010.380
Circulante	798.334	778.202	946.264	990.283
Não circulante		20.097		20.097
	798.334	798.299	946.264	1.010.380

(i) As carteiras dos fundos de investimento são compostas por aplicações financeiras em operações compromissadas em títulos privados, operações compromissadas em títulos públicos e Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)

A rentabilidade média para os montantes alocados em aplicações financeiras em moeda local e estrangeira é equivalente a 100,61% a.a. do CDI e 0,24% a.a., respectivamente. **12. Contas a receber de clientes e securitização de recebíveis: (a) Práticas contábeis: (i) Contas a receber de clientes:** As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. A provisão para perda por créditos de liquidação duvidosa é reconhecida pelo valor considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis na realização dos saldos de contas a receber. A Companhia aplicou a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 "Instrumentos financeiros" para calcular as perdas de crédito estimadas. A partir do perfil de pagamento dos clientes, a Companhia os classifica com base em seu risco. Para cada classe de risco, uma matriz de provisão foi desenvolvida considerando o histórico de contas não recebidas e outros dados prospectivos relevantes. A matriz desenvolvida possui diferentes taxas de perda para diferentes intervalos de tempo do contas a receber e é aplicada em todo o saldo de contas a receber, incluindo o saldo de contas a receber não vencido. **(ii) Securitização de recebíveis:** Em março de 2016, a controlada St. Marys entrou em uma operação de securitização rotativa de recebíveis (*revolving receivables securitization*) com instituições financeiras, para a cessão de recebíveis para uma entidade de propósito específico (*Special Purpose Entity* – SPE) A SPE foi estabelecida para esse fim e não é controlada pela Companhia. A aquisição inicial de recebíveis pela SPE foi financiada através de: (i) quotas sêniores; (ii) quotas sêniores subordinadas; (iii) quotas intermediárias subordinadas; e (iv) quotas juniores subordinadas. Esta operação de securitização foi renovada, sendo a atual data de vencimento março de 2024, e o montante da linha de crédito para USD 225 milhões (em 31 de dezembro de 2020 – USD 150 milhões) A St. Marys vende recebíveis para a SPE diariamente de maneira rotativa. Quando a investida transfere os recebíveis para a SPE, realiza a baixa do recebível, em troca de caixa e títulos a receber da SPE. A SPE desconta do valor transferido a St. Marys o custo de aquisição dos recebíveis, que é registrado como despesa financeira pela Companhia (Nota 33) A St. Marys gerencia, através de prestação de serviços à SPE, os trabalhos de cobrança dos recebíveis incluídos nessa transação. Os honorários incorridos com o serviço de cobrança são registrados como receita financeiras pela investida (Nota 33) A SPE não é controlada pela Companhia, deste modo, não é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, uma vez que não há o controle de acordo com os critérios do CPC 36 (R3) / IFRS 10 "Demonstrações consolidadas". Os saldos transacionados com a SPE são apresentados como saldos com partes relacionadas (Nota 15) A Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade dos recebíveis transferidos à SPE, e retém o controle dos ativos transferidos, considerando que a SPE não tem a capacidade de vender os recebíveis. Os recebíveis são reconhecidos pela Companhia na extensão do envolvimento contínuo das mesmas e os passivos associados também são reconhecidos. A extensão do envolvimento contínuo das investidas é equivalente à sua exposição as mudanças no valor dos ativos transferidos. O valor contábil líquido dos ativos parcialmente transferidos e dos passivos associados reflete os direitos e obrigações que o Grupo reteve. **(b) Composição**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2021	2020	2021	2020
Clientes nacionais		496.264	423.874	609.084	537.602
Clientes estrangeiros				797.810	587.376
Partes relacionadas	15 (b)	48.838	66.663	34.030	60.666
		545.102	490.537	1.440.924	1.185.644
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa		(30.494)	(88.915)	(96.626)	(154.248)
		514.608	401.622	1.344.298	1.031.396

(c) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Saldo no início do exercício	(88.915)	(80.818)	(154.248)	(135.211)
Adições	(7.455)	(18.403)	(17.047)	(40.662)
Reversões	6.192	8.211	14.069	13.555
Contas a receber de clientes baixados durante o exercício como incobráveis	59.684	2.095	71.184	11.076
Aquisição de subsidiárias			(14.201)	
Transferência para securitização de recebíveis				3.602
Variação cambial			3.617	(6.608)
Saldo no final do exercício	(30.494)	(88.915)	(96.626)	(154.248)

(d) Vencimento: Os saldos abaixo por vencimento não consideram a provisão de perda estimada com crédito de liquidação duvidosa.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
A vencer	484.861	374.336	1.265.079	938.545
Vencidos até 3 meses	8.889	13.332	71.344	57.880
Vencidos entre 3 e 6 meses	7.281	3.835	14.206	11.934
Vencidos há mais de 6 meses	44.071	99.034	90.295	177.285
	545.102	490.537	1.440.924	1.185.644

O risco de crédito do contas a receber de clientes está apresentado na Nota 8.4.1.

(e) Securitização de recebíveis	Consolidado	
	2021	2020
Títulos a receber da S

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

(i) Os saldos de outros ativos referem-se a adiantamentos para serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral. (ii) No segundo semestre de 2020, a Companhia celebrou contratos de mútuo com controlada VCNNE que totalizam o montante de R$ 748.766, com vencimento para 12 meses da data da contratação e com taxa de 111,00% do CDI, os quais foram liquidados ao longo do exercício de 2021. (iii) Os saldos de dividendos a pagar estão detalhadas na Nota 28 (c).

	Consolidado									
	Contas a receber de clientes		Outros ativos (i)		Fornecedores		Dividendos a pagar (iii)		Outros passivos (ii)	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora										
Votorantim S.A.			3.319	3.319	6.069	6.151	845.855	85.276		496
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto										
Cementos Avellaneda S.A.	2.825	2.601			261	674				
Cementos Especiales de las Islas, S.A.					45	208				
Cementos Granadilla	2.535	4.368			1.969	3.435				
Citrosuco S.A. Agroindústria	14	12								
Companhia Brasileira de Aluminio	470	551			23	5.013			15.370	16.384
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.					2.223	2.201				
Midway Group LLC	3.022	4.998			5.388	3.416				
Nexa Resources S.A.	311	438				2.133			2.130	
Superior Materials *Holding*s, LLC (ii)		24.172				10.752				
Supermix Concreto S.A.	24.448	21.682				436				
VCNA SPE, LCC (Nota 12 (e))			210.615	148.935					93.866	76.576
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.					54.667	34.152				
Outros	405	1.844	420	429	1.653	1.143				1
	34.030	60.666	214.354	152.683	72.298	69.714	845.855	85.276	111.366	93.457
Total acionistas não controladores							1.402	2.029		
Circulante	34.030	60.666			72.298	69.714	847.257	87.305		
Não circulante			214.354	152.683					111.366	93.457
	34.030	60.666	214.354	152.683	72.298	69.714	847.257	87.305	111.366	93.457

(i) Os outros ativos e outros passivos com VCNA SPE, LCC são relacionados com a operação de securitização (Nota 12 (e)); (ii) Os saldos com a Superior Materials passaram a ser consolidados pela Companhia após a aquisição descrita na Nota 17.3. (iii) Os saldos de dividendos a pagar estão detalhados na Nota 28 (c) **(c) Resultado:**

	Controladora					
	Vendas		Compras		Receitas (despesas) financeiras	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora						
Votorantim S.A. (i)			53.297	57.124		
Sociedades controladas, coligadas ou controladas em conjunto						
Companhia Brasileira de Aluminio	51	67			(521)	(509)
Fazenda São Miguel Ltda.	4	1	5.308	4.512		
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.			26.921			
Hailstone Limited						(1.424)
Mov C Transportes Ltda. (ii)			704.687	135.828		
Nexa Resources S.A.	38	228				
Supermix Concreto S.A. (iii)	259.555	191.268				
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iv)			468.044	382.335		
Votorantim Cement Trading S.L.				7.656		
Votorantim Cimentos EAA Inversiones, S.L.			2.633	367		
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	110.767	106.093	12.728	5.079	(12.705)	(5.714)
Outros	3.708	4.765	4.116	8.637	11	6
	374.123	302.422	1.277.734	601.538	(13.215)	(7.641)

	Consolidado					
	Vendas		Compras		Despesas financeiras	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Sociedade controladora						
Votorantim S.A. (i)			63.561	67.312		
Sociedades coligadas ou controladas em conjunto						
Cementos Avellaneda S.A.	-	91	-	-	-	-
Cementos Especiales de las Islas, S.A.	39.255	22.325	873	1.241	-	-
Cementos Granadilla	26.385	19.654	3.436	32	-	-
Companhia Brasileira de Aluminio	51	67	-	-	(521)	(509)
Hailstone Limited	-	-	-	-	-	(1.424)
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	-	-	26.921	26.510	-	-
Midway Group LLC	45.471	32.428	-	-	-	-
Nexa Resources S.A.	38	228	-	-	-	-
Superior Materials *Holding*s, LLC (v)	79.100	112.379	-	-	-	-
Supermix Concreto S.A. (iii)	314.828	235.340	-	-	-	-
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. (iv)	31.390	19.986	527.940	418.996	-	-
VCNA SPE, LCC	-	-	-	-	(18.107)	(15.868)
Outros	3.829	2.809	7.792	7.411	(2.127)	(1.348)
	540.347	445.307	630.523	521.502	(20.755)	(19.149)

(i) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência da VSA, relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia. (ii) Referem-se a prestações de serviços de carga, descarga e transporte rodoviário de cargas em geral. A constituição da sociedade foi realizada em novembro de 2019 com o início das prestações de serviços em maio de 2020. (iii) Referem-se as operações de vendas de cimento e agregados com a Supermix Concreto S.A., cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (iv) Referem-se as operações de compra de energia da Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda., cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. (v) Referem-se as operações de vendas de cimento e agregados com a Superior Materials, cujos preços são praticados de acordo com tabela de preços e prazos estabelecidos entre as partes. Os saldos apresentados nessa nota referem-se àquele incorridos até a data em que a investida deixou de ser uma joint venture e passou a ser consolidadas pela Companhia (Nota 17.3). **(d) Remuneração do pessoal chave da Administração:** O pessoal chave da Administração da Companhia é composto pela Diretoria Executiva. As despesas com remuneração dos executivos e administradores da Companhia, incluindo todos os benefícios, são resumidas conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios de curto prazo aos administradores	19.875	19.675	62.240	59.277
Benefícios pós-emprego	334	345	2.149	2.071
Outros benefícios de longo prazo aos administradores	37.759	14.181	73.493	36.342
	57.968	34.201	137.882	97.690

Os benefícios de curto prazo aos administradores incluem remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salários), encargos sociais (contribuições para a seguridade social (INSS)), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e programa de remuneração variável de curto prazo. Os benefícios pós-emprego referem-se aos planos de pensão. Os outros benefícios de longo prazo aos administradores referem-se ao programa de remuneração variável. **16. Depósitos judiciais: (a) Práticas contábeis:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e, quando possuem provisão correspondente, são apresentados de forma líquida em "Provisões" no passivo (Nota 25 (b)) Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(b) Composição:

	Controladora					
	2021			2020		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	55.816	80.603	136.419	55.120	81.129	136.249
Cíveis	1.455	11.805	13.260	1.280	11.568	12.848
Trabalhistas		55.638	55.638	-	62.697	62.697
Ambientais	870	541	1.411	714	534	1.248
	58.141	148.587	206.728	57.114	155.928	213.042

	Consolidado					
	2021			2020		
	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais	Depósitos judiciais classificados no ativo sem provisão	Depósitos judiciais classificados no passivo com provisão	Total de Depósitos judiciais
Tributárias	144.017	97.224	241.241	130.198	99.007	229.205
Cíveis	2.139	13.553	15.692	1.678	13.278	14.956
Trabalhistas	176	69.137	69.313	-	76.233	76.233
Ambientais	897	541	1.438	714	534	1.248
	147.229	180.455	327.684	132.590	189.052	321.642

17. Combinação de negócios: 17.1. Aquisição da McInnis Cement Inc.: Em abril de 2021, a controlada St. Marys concluiu uma combinação de negócios com a aquisição da totalidade do capital social emitido da McInnis Cement Inc ("McInnis"), pelo valor total de USD 553.149 (R$ 2.988.997). A McInnis é uma produtora de cimento envolvida na fabricação, distribuição e venda de cimento na região leste de *Great Lakes*, no Canadá e na costa nordeste dos Estados Unidos. Seus ativos de negócios incluem uma planta recente e moderna em Port-Daniel-Gascons, Quebec, Canadá, com uma capacidade de produção de 2,2 milhões de toneladas de cimento por ano, bem como um terminal de águas profundas adjacente à planta e uma rede de distribuição que compreende 10 terminais (marítimo, ferroviário e rodoviário). Esta transação complementa a presença há longa data da St. Marys na região, permitindo a expansão das operações e o fortalecimento do posicionamento estratégico por meio do aumento da capacidade de produção de cimento, eficiências operacionais e uma rede de distribuição aprimorada. Os detalhes sobre a contraprestação transferida são:

Contraprestação transferida	
Caixa pago na aquisição da McInnis	10.807
Ajuste de preço (capital de giro e dívida líquida)	116.637
Notas promissórias a serem pagas em 2025	34.389
Emissão de ações	2.827.164
Total da contraprestação	2.988.997

Como resultado desta transação, a St. Marys emitiu 170.000 ações como parte da contraprestação paga pela McInnis, representando 17% do capital social total da St. Marys. O valor justo das ações emitidas foi baseado em uma média ponderada da avaliação resultante do fluxo de caixa descontado e do valor de mercado. Os valores provisórios dos ativos e passivos reconhecidos como resultado da aquisição são:

Valores provisórios reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	Balanço provisório	Balanço provisório anteriormente apresentado em 30/09/2021	Ajuste a valor justo provisório
Caixa e equivalentes de caixa	31.141	31.141	
Contas a receber	257.098	242.022	15.076
Estoques	217.565	211.870	5.695
Despesas antecipadas e outros ativos	22.555	58.915	(36.360)
Impostos diferidos (i)	588.495	548.271	40.224
Imobilizado	3.152.466	3.037.450	115.016
Intangível	285.332	484.789	(199.457)
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	788.223	788.223	-
Empréstimos e financiamentos	(732.766)	(732.766)	-
Arrendamento	(788.223)	(788.223)	-
Contas a pagar	(323.957)	(316.294)	(7.663)
Outros passivos financeiros	(265.372)	(279.258)	13.886
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	3.232.557	3.286.140	(53.583)
Ganho na aquisição de investimentos	(243.560)	(302.991)	59.431
Total de ativos e passivos	2.988.997	2.983.149	5.848

(i) Os valores brutos de impostos diferidos sobre prejuízos fiscais e crédito tributário de investimento ("ITC") são de USD 112.000 (R$ 605.203) e USD 102.000 (R$ 551.167), respectivamente. Com base nas expectativas de recuperação da Companhia, foi reconhecida uma provisão no montante de USD 109.000 (R$ 588.992). O ganho na aquisição de investimento registrado nas demonstrações financeiras resulta da avaliação da McInnis com base em seu valor de mercado. Conforme indicado no CPC 15 / IFRS 3 "Combinação de Negócios", a Companhia tem 12 meses para cumprir a alocação de preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos e concluir a contabilização inicial de aquisição. Os saldos de valor justo acima são apresentados como provisórios até que os trabalhos de PPA sejam finalizados. **(a) Recebíveis adquiridos:** O valor justo do contas a receber adquirido é USD 47.579 (R$ 257.098) O valor bruto contratual do contas a receber a vencer é de USD 48.725 (R$ 263.290), com uma provisão para perda de USD 1.146 (R$ 6.193) reconhecida na aquisição. **(b) Contribuição no lucro e receita:** Os negócios adquiridos contribuíram com receitas de USD 149.800 (R$ 809.459) e prejuízo líquido de USD 11.300 (R$ 61.061) para o Grupo no período de abril a 31 de dezembro de 2021. **(c) Custos relacionados com a aquisição:** Os custos relacionados à aquisição, no montante de USD 13.993 (R$ 77.394) estão incluídos nas demonstrações do resultado de exercício na Nota 32 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **(d) Opções de compra e de venda:** A combinação de negócios descrita acima resultou na parte vendedora se tornando um acionista não controlador da St. Marys, com uma participação acionária de 17%. Essa operação também incluiu a emissão pela Companhia de uma opção de venda a favor do acionista não controlador, conferindo-lhe o direito de exigir que a Companhia recompre a totalidade de suas ações a preço de mercado. Essa recompra de ações somente pode ser exigida pelo acionista não controlador em condições específicas, consistindo na não ocorrência de determinados eventos no período de oito anos após a data de aquisição. Caso algum dos eventos especificados ocorra dentro do período de 8 anos, o direito associado à opção de venda será automaticamente extinto. A Administração da Companhia avaliou cada um dos eventos especificados e concluiu que a Companhia tem controle sobre o desenvolvimento de alguns desses eventos dentro do período definido. Consequentemente, a Companhia consegue evitar a obrigação associada à opção de venda e, portanto, nenhum passivo financeiro foi reconhecido. No mesmo contexto, foi emitida uma opção de compra em favor da Companhia, conferindo-lhe o direito de adquirir a totalidade das ações detidas pelo acionista não controlador, caso o acionista não controlador não exerça sua opção de venda. Esta opção de compra pode ser exercida a preço de mercado ou superior. Considerando que a Administração concluiu que a opção de venda se extinguiria antes da data de exercício e que a opção de compra poderá ser exercida a preço de mercado ou superior, esta opção de compra não gera impactos contábeis. A Administração da Companhia continuará a reavaliar sua posição e análise em cada período de emissão de suas demonstrações financeiras, para confirmar o tratamento contábil adequado das opções de compra e venda. **17.2. Aquisição da *Valley View*:** Em agosto de 2021, a Prairie Aggregates Materials ("Prairie"), uma subsidiária da St. Marys localizada em Chicago, Illinois, Estados Unidos, completou a aquisição dos ativos operacionais da base de Illinois da Valley View, por um preço de USD 45.787 (R$ 235.497). A Valley View operava seus negócios de agregados por meio de cinco unidades operacionais, todas localizadas no estado de Illinois. Produz agregados, calcário agrícola, cascalho, xisto e outros produtos para os setores de construção e rodovias e para o mercado agrícola. Com esta aquisição, os negócios de agregados de Valley View agora serão administrados pela Prairie. Esta aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento e posicionamento do Grupo, permitindo o aumento da capacidade do Grupo de fornecer agregados para clientes dos setores de construção e agricultura no estado de Illinois. Os detalhes sobre a contraprestação transferida e os valores provisórios dos ativos e passivos reconhecidos como resultado da aquisição são os seguintes:

Contraprestação transferida	
Caixa pago na aquisição da Valley View	231.449
Ajuste de preço (capital de giro e dívida líquida)	4.048
Total da contraprestação	235.497

Valores provisórios reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	Balanço provisório	Balanço provisório anteriormente apresentado em 30/09/21	Ajuste a valor justo provisório
Contas a receber	9.129	21.453	(12.324)
Estoques	9.052	5.195	3.857
Despesas antecipadas	427	-	427
Imobilizado	75.267	75.267	-
Intangível	104.820	-	104.820
Contratos, relação com clientes e acordos	88.876	-	88.876
Contratos de não concorrência	7.715	-	7.715
Reserva mineral	8.229	-	8.229
Contas a pagar e outros passivos	(1.732)	(859)	(873)
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	196.963	101.056	95.907
Ágio	38.534	130.393	(91.859)
Total de ativos e passivos	235.497	231.449	4.048

O ágio é atribuível à força de trabalho e à rentabilidade do negócio adquirido. Conforme indicado no IFRS 3, a Companhia tem 12 meses para cumprir a alocação de preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos, e completar a contabilidade inicial de aquisição. Os saldos de valor justo acima são apresentados como provisórios até que os trabalhos do PPA sejam finalizados. **(a) Recebíveis adquiridos:** O valor justo do contas a receber adquirido é USD 1.775 (R$ 9.129) que corresponde ao valor bruto contratual do contas a receber a vencer, dado que não existia provisão para perda reconhecida na aquisição. **(b) Contribuição no lucro e receita:** Os negócios adquiridos contribuíram com receitas de USD 6.200 (R$ 31.888) e lucro líquido de USD 280 (R$ 1.440) para o Grupo no período de agosto a 31 de dezembro de 2021. **(c) Custos relacionados à aquisição:** Os custos relacionados à aquisição, no montante de USD 1.070 (R$ 5.503) estão incluídos nas demonstrações do resultado de exercício na Nota 32 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **17.3. Aquisição da Superior:** Em julho de 2021, a subsidiária St. Marys completou a compra dos 50% restantes de participação na Superior Materials *Holding*s LLC, empresa de concreto usinado localizada em Detroit, Michigan, por um preço de USD 38.500 (R$ 197.182) Após a conclusão desta transação, a *joint venture* tornou-se uma subsidiária integral da St. Marys. Esta transação fortalecerá a presença de St. Marys no mercado de produtos prontos de Detroit e está alinhada com a estratégia de criação de valor do Grupo. Conforme exigido para as aquisições em etapas, a participação anteriormente detida de 50% na Superior foi reavaliada ao seu valor justo. Como consequência, um ganho no montante de USD 24.124 (R$ 126.045) foi registado em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado (Nota 32). Os detalhes sobre a contraprestação transferida e os valores provisórios dos ativos e passivos reconhecidos como resultado da aquisição são os seguintes:

Contraprestação transferida	
Caixa pago na aquisição da Superior	197.182
Valor contábil da participação detida anteriormente	73.628
Ganho na remensuração da participação detida anteriormente	126.045
Total da contraprestação	396.855

Valores provisórios reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	Balanço provisório	Balanço provisório anteriormente apresentado em 30/09/21	Ajuste a valor justo provisório
Caixa e equivalentes de caixa	19.713	19.713	
Contas a receber	113.018	111.933	1.085
Estoques	26.776	27.232	(456)
Despesas antecipadas e outros ativos	4.717	4.917	(200)
Imobilizado	155.492	80.168	75.324
Intangível	128.747	1.639	127.108
Contratos, relação com clientes e acordos	128.747	1.639	127.108
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	46.120	46.120	
Outros ativos	220	210	10
Contas a pagar e outros passivos	(96.360)	(98.556)	2.196
Arrendamento	(46.120)	(46.120)	
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	352.323	147.256	205.067
Ágio	44.532	247.107	(202.575)
Total de ativos e passivos	396.855	394.363	2.492

O ágio é atribuível à força de trabalho e à rentabilidade do negócio adquirido. Conforme indicado no IFRS 3, a Companhia tem 12 meses para cumprir a alocação de preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos e concluir a contabilidade inicial de aquisição. Os saldos de valor justo acima são apresentados como provisórios até que os trabalhos do PPA sejam finalizados. **(a) Recebíveis adquiridos:** O valor justo do contas a receber adquirido é USD 22.067 (R$ 113.018) O valor bruto contratual do contas a receber a vencer é de USD 22.868 (R$ 117.121), com uma provisão para perda de USD 801 (R$ 4.102) reconhecida na aquisição. **(b) Contribuição no lucro e receita:** Os negócios adquiridos contribuíram com receitas de USD 51.100 (R$ 261.714) e lucro líquido de USD 2.500 (R$ 12.804) para o Grupo no período de julho a 31 de dezembro de 2021. **(c) Custos relacionados à aquisição:** Os custos relacionados à aquisição, no montante de USD 168 (R$ 860) estão incluídos nas demonstrações do resultado de exercício na Nota 32 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **17.4. Aquisição da Cementos Balboa:** Em outubro de 2021, Votorantim Cimentos España, subsidiária indireta da Companhia na Espanha, adquiriu 100% do capital social da A.G. Cementos Balboa, S.A.U. ("Cementos Balboa") A Cementos Balboa possui uma moderna fábrica integrada de cimento localizada no sudoeste da Espanha, com uma capacidade anual de produção de 1,2 milhão de toneladas de cimento. Essa aquisição está alinhada com a estratégia de crescimento e posicionamento do Grupo, e representa um passo importante para aumentar a competitividade, acelerar o programa de descarbonização e reforçar a presença do Grupo na Península Ibérica. Com esta aquisição, a capacidade de produção instalada na Espanha aumenta para 4,3 milhões de toneladas de cimento por ano, por meio da operação de cinco fábricas de cimento integradas. Os detalhes sobre a contraprestação transferida e os valores provisórios dos ativos e passivos reconhecidos como resultado da aquisição são os seguintes:

Contraprestação transferida	
Caixa pago na aquisição da Balboa	
Preço fixo	641.770
Aquisição de direitos de emissão de CO2 (i)	193.594
Total da contraprestação	835.364

Valores provisórios reconhecidos de ativos identificáveis e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	20.634
Contas a receber	26.534
Estoques	75.260
Despesas antecipadas e outros ativos	9.909
Impostos diferidos	11.429
Imobilizado	491.745
Intangível	93.658
Direito de emissão de Co2	219.749
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	2.627
Impostos diferidos	(146.589)
Arrendamento	(2.627)
Contas a pagar e outras contas a pagar	(108.553)
Ativos líquidos identificáveis adquiridos	693.776
Ágio	141.588
Total de ativos e passivos	835.364

(i) Os direitos de emissão de CO2 foram adquiridos nesta combinação de negócios a um preço definido, não reconciliando com o valor do ativo identificado na tabela acima, uma vez que este último foi avaliado ao seu valor justo com base no seu preço de mercado. O ágio decorrente desta aquisição de negócios é essencialmente um ágio "técnico" que resulta do reconhecimento do imposto diferido passivo decorrente dos aumentos do valor justo sobre os ativos líquidos adquiridos. Conforme indicado no IFRS 3, a Companhia tem 12 meses para cumprir a alocação de preço de compra ("PPA") dos ativos e passivos adquiridos, e completar a contabilidade inicial de aquisição. Os saldos de valor justo acima são apresentados como provisórios até que os trabalhos do PPA sejam finalizados. **(a) Recebíveis adquiridos:** O valor justo do contas a receber adquirido é EUR 4.070 (R$ 26.534) O valor bruto contratual do contas a receber a vencer é de EUR 4.669 (R$ 30.439), com uma provisão para perda de EUR 599 (R$ 3.906) reconhecida na aquisição. **(b) Contribuição no lucro e receita:** Os negócios adquiridos contribuíram com receitas de EUR 7.338 (R$ 47.842) e lucro líquido de EUR 1.601 (R$ 10.441) para o Grupo no período de 14 de outubro a 31 de dezembro de 2021. **(c) Custos relacionados à aquisição:** Os custos relacionados à aquisição, no montante de EUR 1.884 (R$ 12.286) estão incluídos nas demonstrações do resultado de exercício na Nota 32 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **18. Investimentos: (a) Práticas contábeis:** As práticas contábeis para investimentos estão descritas nas Notas 6.5.1 e 6.5.2. **(b) Principais empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:** As principais empresas estão listadas na Nota 6.5. **(c) Composição:**

	Controladora							
	Informações em 31/12/2021			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo		
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas e coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.	10.901.536	286.487	100,00	286.487	99.684	10.901.536	7.416.744
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	1.837.887	385.085	100,00	385.085	236.947	1.837.887	1.918.737
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	93.203	17.971	100,00	17.971	9.196	93.203	102.733
Mov C Transportes Ltda.	42.816	30.031	100,00	30.031		42.816	12.781
Outros investimentos				(2.797)	7.132	16.413	36.803
Joint venture	-	-	-	-	-	-	-
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	88.113	(32.474)	45,00	(14.613)	(3.816)	39.651	8.248
Investimentos avaliados ao custo	-	-	-	-	-	5.061	5.061
	-	-	-	702.164	349.143	12.936.567	9.501.107

	Consolidado							
	Informações em 31/12/2021			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo		
	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	2021	2020	2021	2020
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Coligadas							
Votorantim Cimentos International S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Cementos Avellaneda S.A. (i) e (ii)	1.380.340	204.177	49,00	1.579	6.993	676.367	617.867
Cementos Especiales de las Islas S.A.	239.234	54.077	50,00	27.038	20.136	119.617	113.165
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-
Supermix Concreto S.A.	282.637	72.520	25,00	18.130	4.523	70.659	62.529
Imix Empreendimentos Imobiliários Ltda.	13.612	5.933	25,00	1.483	1.523	3.403	2.920
Joint ventures - St. Marys	-	-	-	-	-	-	-
Superior Materials *Holding*s, LLC (iii)		32.154	50,00	16.077	39.494		86.607
Hutton Transport Limited	122.692	29.181	25,00	7.295	6.195	17.910	12.461
Midway Group, LLC	84.796	22.256	50,00	11.128	10.282	42.398	37.809
RMC Leasing LLC	51.184	955	50,00	477	192	25.592	23.372
Joint venture - VCSA	-	-	-	-	-	-	-
Juntos Somos Mais Fidelização S.A. (iv)	88.113	(32.474)	45,00	(14.613)	(3.816)	39.651	8.248
Outros investimentos	-	-	-	(5.929)	559	65.236	65.201
	-	-	-	62.665	86.081	1.060.833	1.030.179
Ágios por expectativa de rentabilidade futura	-	-	-	-	-	-	-
Cementos Avellaneda S.A. (ii)	-	-	-	-	-	255.505	193.647
Hutton Transport Limited	-	-	-	-	-	12.763	12.121
	-	-	-	62.665	86.081	1.329.101	1.235.947

(i) Houve efeito decorrente de taxa de câmbio na remessa dos dividendos recebidos pela VC Latam da sua coligada Avellaneda, no montante de R$ 98.468 (31 de dezembro de 2020 - R$ 51.042), os quais foram assumidos pela controlada VC Latam e contabilizados no resultado, na rubrica de "Resultado de equivalência patrimonial". Este custo financeiro deve ser considerado na reconciliação da equivalência patrimonial do resultado desta investida para o ano de 2021. (ii) Os saldos referentes a investida Avellaneda, incluindo o ágio por expectativa de rentabilidade futura, são atualizados monetariamente conforme política contábil divulgada na Nota 6.4 para economias hiperinflacionárias. (iii) Conforme descrito na Nota 17.3, a Superior Materials se tornou uma subsidiaria em julho de 2021, portanto, os valores acima mencionados incluem a equivalência patrimonial desta entidade até a sua aquisição. (iv) O aumento do saldo de investimento é decorrente do aporte de capital social no montante de R$ 100.000, sendo R$ 45.000 aportado pela Companhia e o restante pelos demais acionistas, em junho de 2021, conforme Nota 18 (e) **(d) Informações sobre as empresas investidas:** Apresentamos a seguir, um resumo das informações financeiras das principais coligadas, controladas e controladas em conjunto nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

(i) Contas patrimoniais:

	Controladora 2021							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	21.336	14.140.556	61.537	3.191.499	7.320	643.736	10.901.536
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	953.428	3.480.059	745.461	1.850.140		158	1.837.887
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	10.857	76.480	15	(5.881)			93.203
Joint venture - VCSA								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	45,00	136.460	47.380	95.489	238		1.016	88.113

	Controladora 2020							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Controladas e coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.	100,00	10.023	10.647.282	62.117	3.171.125	7.319	1.092.655	7.416.744
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100,00	581.321	4.571.641	640.937	2.593.287		(184)	1.918.738
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	100,00	38.665	93.737	22.021	7.648			102.733
Joint venture - VCSA								
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	45,00	56.521	19.713	57.905				18.329

	Consolidado 2021							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial								
Coligadas								
Votorantim Cimentos International S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	695.553	1.814.545	651.361	478.397		393.598	1.380.340
Cementos Especiales de las Islas S.A.	50,00	107.181	182.563	39.649	10.861	-	-	239.234
Silcar Empreendimentos Comércio e Participações Ltda.	-	-	-	-	-	-	-	-
Supermix Concreto S.A.	25,00	368.593	418.956	293.962	210.950	-	-	282.637
IMIX Empreendimentos Imobiliários Ltda.	25,00	7.313	6.566	267	-	-	-	13.612
Joint ventures - St. Marys	-	-	-	-	-	-	-	-
Hutton Transport Limited	25,00		122.692	-	-	-	8.476	122.692
Midway Group, LLC.	50,00	54.562	39.904	9.670	-	-	6.684	84.796
RMC Leasing	50,00	8.110	43.074	-	-	-	3.486	51.184
Joint venture - VCSA	-	-	-	-	-	-	-	-
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	45,00	136.460	47.380	95.489	238	-	-	88.113

	Consolidado 2020							
	Percentual de participação votante e total	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Participação dos acionistas não controladores	Outros result

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

(i) Os principais dividendos aprovados foram: Durante 2021, a controlada VCNNE aprovou a distribuição de dividendos à VCSA no valor de R$ 450.854, sendo R$ 45.393 referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Os dividendos foram pagos integralmente no período. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram calculados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 55.414, que serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária juntamente com a deliberação destas demonstrações financeiras da investida. Ao longo de 2021, a Administração da controlada Silcar aprovou a distribuição de lucros relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, que totalizam R$ 11.000, além de R$ 16.500 à conta de lucros e prejuízos acumulados conforme balanço intermediário levantado em novembro de 2021. Em 2020 a Administração da controlada Silcar aprovou distribuições de lucros à Companhia, relativos a exercícios anteriores, que totalizam o montante de R$ 95.000, dos quais R$ 20.000 foram pagos em 2021; A Administração da coligada Avellaneda aprovou distribuições de dividendos à controlada VC LATAM de lucros relativos a exercícios anteriores, que totalizam o montante de R$ 96.595 (ARS 1.553.914) Neste montante total de dividendos distribuídos, não estão contemplados os custos financeiros de repasse apresentados separadamente na nota acima, no consolidado, e explicados na Nota 18 (c) (ii) Os ajustes de economia hiperinflacionária do ágio da coligada Avellaneda estão apresentados juntamente com os demais efeitos da hiperinflação dos balanços das investidas localizadas na Argentina. (iii) A Companhia efetuou aumento de capital em sua controlada VCI no montante de R$ 900.000 (USD 173.910) Parte deste valor foi utilizado para a liquidação parcial antecipada de um contrato de empréstimo da subsidiária VCEAA, como parte da estratégia de gestão de passivos da Companhia. **19. Imobilizado: (a) Práticas contábeis:** O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado. Com exceção dos terrenos que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada. As vidas úteis e os valores residuais são revisados anualmente e ajustado, caso necessário. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável, quando o valor contábil for maior que seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia adota para *impairment* de ativos não financeiros (Nota 7.2). Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" no resultado conforme Nota 32. **(b) Composição e movimentação**

	Controladora 2021							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	420.756	1.383.695	6.947.082	272.452	59.004	177.092	40.847	9.300.928
Depreciação acumulada	(45.573)	(617.865)	(3.609.324)	(233.948)	(51.645)		(19.403)	(4.577.758)
Saldo líquido	375.183	765.830	3.337.758	38.504	7.359	177.092	21.444	4.723.170
Adições	1.294		1.480			334.304		337.078
Baixas	(2.154)	(8.440)	(21.624)	(151)	(5)			(32.374)
Depreciação	(2.492)	(24.743)	(258.138)	(12.759)	(2.663)		(2.298)	(303.093)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4.275)	(95)	(8.544)	(23)	(7)	(26)		(12.970)
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(39.998)	(280)	(2.050)		(3)			(42.331)
Transferências (i)	639	9.711	166.698	4.604	363	(246.053)	2.231	(61.807)
Saldo no final do exercício	328.197	741.983	3.215.580	30.175	5.044	265.317	21.377	4.607.673
Custo	376.259	1.380.915	7.063.503	272.874	58.957	265.317	43.078	9.460.903
Depreciação acumulada	(48.062)	(638.932)	(3.847.923)	(242.699)	(53.913)		(21.701)	(4.853.230)
Saldo líquido no final do exercício	328.197	741.983	3.215.580	30.175	5.044	265.317	21.377	4.607.673
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	2	5	20	10		2	

	Controladora 2021							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	420.756	1.383.695	6.947.082	272.452	59.004	177.092	40.847	9.300.928
Depreciação acumulada	(45.573)	(617.865)	(3.609.324)	(233.948)	(51.645)		(19.403)	(4.577.758)
Saldo líquido	375.183	765.830	3.337.758	38.504	7.359	177.092	21.444	4.723.170
Adições	1.294		1.480			334.304		337.078
Baixas	(2.154)	(8.440)	(21.624)	(151)	(5)			(32.374)
Depreciação	(2.492)	(24.743)	(258.138)	(12.759)	(2.663)		(2.298)	(303.093)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4.275)	(95)	(8.544)	(23)	(7)	(26)		(12.970)
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(39.998)	(280)	(2.050)		(3)			(42.331)
Transferências (i)	639	9.711	166.698	4.604	363	(246.053)	2.231	(61.807)
Saldo no final do exercício	328.197	741.983	3.215.580	30.175	5.044	265.317	21.377	4.607.673
Custo	376.259	1.380.915	7.063.503	272.874	58.957	265.317	43.078	9.460.903
Depreciação acumulada	(48.062)	(638.932)	(3.847.923)	(242.699)	(53.913)		(21.701)	(4.853.230)
Saldo líquido no final do exercício	328.197	741.983	3.215.580	30.175	5.044	265.317	21.377	4.607.673
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	2	5	20	10		2	

	Consolidado 2021							
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	1.508.776	4.414.043	22.178.032	1.456.011	211.864	1.021.200	724.638	31.597.467
Depreciação acumulada	(63.800)	(2.218.955)	(13.458.502)	(1.044.643)	(171.282)	-	(450.452)	(17.465.672)
Saldo líquido	1.444.976	2.195.088	8.719.530	411.368	40.582	1.021.200	274.186	14.131.795
Adições	4.033	6.460	48.586	88	933	1.437.799		1.500.884
Aquisição de subsidiárias (Nota 17)	88.156	1.905.042	1.810.946	85.538	5.036	1.340	3.081	3.899.139
Baixas	(17.853)	(6.876)	(21.405)	(1.164)	(199)	(20)		(50.237)
Depreciação	(4.212)	(154.177)	(921.058)	(95.699)	(10.609)		(32.808)	(1.218.956)
Variação cambial	36.522	8.216	(2.031)	23.673	(52)	22.215	14.363	102.906
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(1.103)	(95)	(8.544)	(23)	(7)	(26)		(9.798)
Reversão (provisão) da perda do valor recuperável - impairment	(40.373)	(23.736)	61.780		(3)	57		(2.275)
Transferências (i)	25.188	73.986	854.949	142.697	1.099	(1.208.586)	25.037	(85.630)
Saldo no final do exercício	1.535.334	4.003.908	10.542.753	566.478	36.780	1.273.979	283.859	24.737	18.267.828
Custo	1.603.343	7.996.069	27.990.863	1.747.959	260.677	1.273.979	818.752	85.888	41.777.530
Depreciação acumulada	(68.009)	(3.992.161)	(17.448.110)	(1.181.481)	(223.897)		(534.893)	(61.151)	(23.509.702)
Saldo líquido no final do exercício	1.535.334	4.003.908	10.542.753	566.478	36.780	1.273.979	283.859	24.737	18.267.828
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	3	6	16	12		9	4	

	Consolidado 2020								
	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Saldo no início do exercício									
Custo	1.273.703	3.901.809	19.036.473	1.128.430	177.964	848.944	546.684	81.129	26.995.136
Depreciação acumulada	(60.412)	(1.803.695)	(10.902.304)	(835.793)	(134.440)		(324.794)	(56.565)	(14.118.003)
Saldo líquido	1.213.291	2.098.114	8.134.169	292.637	43.524	848.944	221.890	24.564	12.877.133
Adições	2.595	4.302	19.776	990	240	1.108.295		1.773	1.137.971
Aquisição de subsidiárias	(3.211)								(3.211)
Baixas	(14.142)	(9.099)	(37.192)	(778)	(228)	(982)	(242)		(62.663)
Depreciação	(4.704)	(113.061)	(821.037)	(84.608)	(11.045)		(31.654)	(1.472)	(1.067.581)
Variação cambial	209.832	211.859	855.974	71.146	9.182	137.978	60.485		1.556.456
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(6.243)								(6.243)
Reversão (provisão) da perda do valor recuperável - impairment	(23.166)	(75.787)	(81.728)	(922)	(4.778)	(1.000)	267		(187.114)
Transferências (i)	70.724	78.760	649.568	132.903	3.687	(1.072.035)	23.440		(112.953)
Saldo no final do exercício	1.444.976	2.195.088	8.719.530	411.368	40.582	1.021.200	274.186	24.865	14.131.795
Custo	1.508.776	4.414.043	22.178.032	1.456.011	211.864	1.021.200	724.638	82.903	31.597.467
Depreciação acumulada	(63.800)	(2.218.955)	(13.458.502)	(1.044.643)	(171.282)		(450.452)	(58.038)	(17.465.672)
Saldo líquido no final do exercício	1.444.976	2.195.088	8.719.530	411.368	40.582	1.021.200	274.186	24.865	14.131.795
Taxas médias anuais de depreciação - %	1	3	6	16	12		9	4	

(i) Transferências realizadas de imobilizado oriundo da reclassificação de "Obras em andamento" para "Direitos de exploração sobre recursos naturais" e "*Softwares*", bem como regularizações entre classes do imobilizado e adiantamentos a fornecedores. **(c) Obras em andamento:** O saldo é composto, principalmente, de projetos de expansão e otimização das unidades industriais da Companhia.

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Sustaining (i)	120.957	74.444	612.504	356.586
Modernização industrial (ii)	33.756	11.339	325.475	134.846
Moagem de cimento em Pécem - CE (iii)			1.695	181.840
Nova unidade em Sobral - CE			69.513	72.249
Coprocessamento (iv)	43.381	19.447	54.718	34.729
Hardwares e softwares	8.007	5.567	75.024	62.619
Geologia e direitos minerários	9.433	9.402	15.388	41.310
Meio ambiente e segurança	32.903	15.299	77.395	30.981
Expansão (v)	6.971	5.778	10.752	7.632
Outros	9.909	35.816	31.515	98.408
	265.317	177.092	1.273.979	1.021.200

(i) Investimentos em *sustaining* realizados para aquisição ou reposição de máquinas e equipamentos industriais ligados à operação das fábricas e minas, com a finalidade de garantir a continuidade dos parques com aplicação de mesma ou novas tecnologias. (ii) Investimentos em modernização industrial, tem como principal finalidade a geração de benefício financeiro através da aplicação de novas tecnologias ou otimização de equipamentos e processos que culminam na redução de custos e/ou alavancagem de receitas. (iii) Uma nova unidade de moagem de cimento em Pecém-CE iniciou a fase de pré-operação em julho de 2021, com capacidade adicional de 800 mil toneladas de produção, totalizando 1 milhão de toneladas de cimento por ano. A planta conta com equipamentos de última geração, que priorizam eficiência energética, segurança e automação industrial. A diminuição do saldo deste projeto deve-se a reclassificação parcial dos ativos prontos para uso para as classes de imobilizados correspondentes a sua natureza. (iv) Investimento em coprocessamento, tecnologia que consiste na utilização de resíduos industriais e pneus inservíveis como substitutos de combustíveis e/ou matérias primas não renováveis, utilizadas em fábricas de cimento devidamente licenciadas para este fim. Ao mesmo tempo, é uma forma de destinação final de resíduos, eliminando diversos passivos ambientais. (v) Os investimentos de expansão consistem na construção, adição ou melhoria dos ativos da Companhia, com vistas ao aumento da capacidade instalada, lançamento de novos produtos ou entrada em novos mercados. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os custos de empréstimos capitalizados em obras em andamento totalizaram R$ 1.601 na controladora (31 de dezembro de 2020 - R$ 1.220) e R$ 30.842 no consolidado (31 de dezembro de 2020 - R$ 3.773). Para as empresas localizadas no Brasil, a taxa de capitalização utilizada foi de 5,86% a.a. (31 de dezembro de 2020 - 3,50% a.a.) Para o projeto descrito na Nota 3.1 no Uruguai, por se tratar de um empréstimo específico para a realização do projeto, a capitalização dos juros sobre empréstimos é realizada de forma direta para o imobilizado em andamento. **20. Intangível: (a) Práticas contábeis: (i)** Ágio: Os ágios por expectativa de rentabilidade futura decorrentes de aquisições de controladas, são reconhecidos na data de aquisição e mensurados pelo montante que exceder a soma (i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição; (ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida; (iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios, o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação; e (iv) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. O ágio de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas e como "Investimento" nas demonstrações financeiras individuais. O ágio de coligadas e controladas em conjunto é registrado como "Investimento". A recuperabilidade do ativo é testada anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não podem ser revertidas. O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A política contábil de *impairment* de ativos não financeiros está descrita na Nota 7.2. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. **(ii) Direitos sobre recursos naturais:** Quando a viabilidade econômica das reservas minerais é comprovada, as contraprestações pagas para aquisição dos direitos de exploração mineral são capitalizadas. Nas operações de mineração relacionadas ao negócio de cimento, é necessário remover o estéril e outros materiais residuais para acessar o minério. O processo de mineração do estéril e resíduos é denominado decapagem. Durante o desenvolvimento de uma mina, antes do início da produção ou quando da abertura de uma nova frente, os custos de remoção são capitalizados como parte do custo de construção da mina. Quando a mina se torna operacional, os custos acumulados capitalizados em relação aos direitos de exploração passam a ser amortizados ao longo da vida útil da mina por unidades de produção ou pelo método linear. Os custos de construção capitalizados relativos à planta são reconhecidos em "Máquinas, equipamentos e instalações" na linha de imobilizado. **(iii) *Softwares:*** Os custos com a aquisição de *softwares* são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis. Os custos associados à manutenção são reconhecidos como despesa conforme incorridos. Atualmente, a Companhia não possui projetos de desenvolvimento interno de *softwares*. **(iv) Concessões:** Concessões referem-se aos direitos de exploração de usinas de energia hidroelétrica, mediante contrato com o governo que estabelece o prazo, as condições e o valor a ser pago pela Companhia. O valor das obrigações futuras descontado ao valor presente pelo fluxo de pagamento futuro é reconhecido no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O valor é inicialmente reconhecido como passivo (obrigação) e ativo intangível (direito de concessão). A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão (que é o mesmo do período de operação). **(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência:** Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. Essas cláusulas possuem vida útil finita e são mensuradas pelo custo, menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada, sendo de 15 anos para relação com clientes e de 5 anos para acordos de não concorrência. **(vi) Obrigações com descomissionamento de ativos** *(Asset Retirement Obligation – "ARO"):* O Grupo possui as obrigações de descomissionamento em decorrência da exploração de minas para extração de recursos naturais. As políticas contábeis referentes a contrapartida passiva do ARO estão divulgadas na Nota 25 (a) (ii) O custo com descomissionamento, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário. O ativo é amortizado pelo método linear pelo prazo remanescente da vida útil da mina. A Companhia revisa periodicamente a vida útil de suas minas e a estimativa do valor futuro necessário para a recuperação da área explorada. **(vii) Direitos de emissão de CO2:** Algumas empresas do Grupo estão sujeitas a regulamentação de mecanismos de *cap-and-trade* em relação às emissões de gases de efeito estufa. A atribuição inicial dos direitos de emissão concedidos gratuitamente é inicialmente reconhecida a um valor nominal de zero. Os direitos de emissão adquiridos a título oneroso são contabilizados ao custo e estão sujeitos a redução em caso de perda do valor recuperável. Uma provisão é reconhecida se as emissões reais de CO2 até a data do relatório não estiverem cobertas por direitos de emissão concedidos gratuitamente. A provisão para tal insuficiência é mensurada pelo valor de mercado na data do balanço e apresentada na rubrica "Outros passivos" do balanço patrimonial consolidado com sua contrapartida na Nota 32 "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

(b) Composição e movimentação

	Controladora 2021					
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO (i) e termos de compromisso	Softwares	Outros	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	968.241	75.882	115.470	245.451	3.011	1.408.055
Amortização e exaustão acumulada	(521.690)		(40.959)	(187.476)	(306)	(750.431)
Saldo líquido	446.551	75.882	74.511	57.975	2.705	657.624
Adições	1.185					1.185
Baixas	(196)			(675)		(871)
Amortização e exaustão	(41.099)		(3.070)	(21.371)		(65.540)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(1.017)		(5.212)		(12)	(6.241)
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(35)					(35)
Atualização da taxa de juros			(11.375)			(11.375)
Transferências (ii)	48.376			20.354	(8)	68.722
Saldo no final do exercício	453.765	75.882	54.854	56.283	2.685	643.469
Custo	1.014.037	75.882	98.618	265.124	2.987	1.456.648
Amortização e exaustão acumulada	(560.272)		(43.764)	(208.841)	(302)	(813.179)
Saldo líquido no final do exercício	453.765	75.882	54.854	56.283	2.685	643.469
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	20		

	Controladora 2020					
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO (i) e termos de compromisso	Softwares	Outros	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	934.591	91.523	160.340	224.448	3.011	1.413.913
Amortização e exaustão acumulada	(484.322)		(36.960)	(168.139)	(306)	(689.727)
Saldo líquido	450.269	91.523	123.380	56.309	2.705	724.186
Adições	402		4.911			5.313
Baixas	(2.413)		(231)	(7.831)		(10.475)
Amortização e exaustão	(43.330)		(5.287)	(19.468)		(68.085)
Provisão da perda do valor recuperável - *impairment*	6.081	(15.641)		(1.797)		(11.357)
Revisão de provisão por mudança da estimativa			(52.134)			(52.134)
Atualização da taxa de juros			3.872			3.872
Transferências (ii)	35.542			30.762		66.304
Saldo no final do exercício	446.551	75.882	74.511	57.975	2.705	657.624
Custo	968.241	75.882	115.470	245.451	3.011	1.408.055
Amortização e exaustão acumulada	(521.690)		(40.959)	(187.476)	(306)	(750.431)
Saldo líquido no final do exercício	446.551	75.882	74.511	57.975	2.705	657.624
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	20		

	Consolidado 2021							
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Concessão e repactuação do risco hidrológico (iii)	ARO (i) e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Outros (iv)	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	3.754.957	4.920.340	198.546	535.277	405.046	466.135	41.372	10.321.673
Amortização e exaustão acumulada	(1.244.224)		(99.019)	(208.442)	(323.258)	(363.033)	(19.545)	(2.257.521)
Saldo líquido	2.510.733	4.920.340	99.527	326.835	81.788	103.102	21.827	8.064.152
Adições	1.182	224.654	57.625	4.089		3.939	245	291.734
Aquisição de subsidiárias (Nota 17)	245.633			86.984	241.548	1.679	256.567	832.411
Baixas	(1.347)					(817)	(232)	(2.396)
Amortização e exaustão	(101.898)		(6.580)	(23.361)	(36.828)	(43.239)	(680)	(212.586)
Variação cambial	214.131	204.713		16.553	19.942	446	(43.152)	412.633
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(35)							(35)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(1.017)			(5.207)			(12)	(6.236)
Atualização da taxa de juros				(32.365)				(32.365)
Transferências (ii)	64.793					37.573	432	102.798
Saldo no final do exercício	2.932.175	5.349.707	150.572	373.528	306.450	102.683	234.995	9.450.110
Custo	4.831.954	5.349.707	256.171	610.501	713.913	528.284	257.499	12.548.029
Amortização e exaustão acumulada	(1.899.779)		(105.599)	(236.973)	(407.463)	(425.601)	(22.504)	(3.097.919)
Saldo líquido no final do exercício	2.932.175	5.349.707	150.572	373.528	306.450	102.683	234.995	9.450.110
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	7	8	21	20	

	Consolidado 2020							
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Concessão e repactuação do risco hidrológico	ARO (i) e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Outros	Total
Saldo no início do exercício								
Custo	3.114.925	3.741.103	198.546	457.106	316.283	381.542	37.704	8.247.209
Amortização e exaustão acumulada	(1.001.506)		(92.926)	(156.773)	(228.856)	(292.941)	(16.463)	(1.789.465)
Saldo líquido	2.113.419	3.741.103	105.620	300.333	87.427	88.601	21.241	6.457.744
Adições	402	551		8.191		998	218	10.360
Baixas	(6.423)			(301)		(8.475)	(76)	(15.275)
Amortização e exaustão	(95.509)		(6.093)	(15.279)	(27.737)	(35.546)	(732)	(180.896)
Variação cambial	430.604	1.194.327		47.966	20.354	7.954	1.233	1.702.438
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(3.336)	(15.641)		(700)	5	(2.951)	(57)	(22.680)
Reavaliação de fluxo de caixa	-			(45.464)				(45.464)
Atualização da taxa de juros	-			32.089				32.089
Transferências (ii)	71.576				1.739	52.521		125.836
Saldo no final do exercício	2.510.733	4.920.340	99.527	326.835	81.788	103.102	21.827	8.064.152
Custo	3.754.957	4.920.340	198.546	535.277	405.046	466.135	41.372	10.321.673
Amortização e exaustão acumulada	(1.244.224)		(99.019)	(208.442)	(323.258)	(363.033)	(19.545)	(2.257.521)

(b) Composição e valor justo:

		Controladora							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (iii)	
Modalidade / Moeda nacional	Encargos anuais médios	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Debêntures (i)	112,00% CDI / CDI + 1,50%	27.722	(4.944)	1.311.070	1.464.984	1.338.792	1.460.040	1.370.416	1.687.962
Debêntures CRI (i)	IPCA + 4,08%	3.661	(418)	673.949	355.855	677.610	355.437	630.940	595.283
FINAME	2,95% Pré BRL	6.856	6.947	1.948	8.793	8.804	15.740	8.327	16.222
		38.239	1.585	1.986.967	1.829.632	2.025.206	1.831.217	2.009.683	2.299.467
Moeda estrangeira									
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (ii)	LIBOR + 1,01% / 1,90% Pré USD	1.467	1.112	1.386.352	759.527	1.387.819	760.639	1.388.561	760.640
		39.706	2.697	3.373.319	2.589.159	3.413.025	2.591.856	3.398.244	3.060.107
Juros sobre empréstimos e financiamentos		36.401	10.123						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal) (i)		3.305	(7.426)						
		39.706	2.697						

		Consolidado							
		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (iii)	
Modalidade / Moeda nacional	Encargos anuais médios	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Debêntures (i)	112,00% CDI / CDI + 1,50%	27.722	(3.696)	1.311.070	1.914.327	1.338.792	1.910.631	1.370.416	2.192.071
Debêntures CRI (i)	IPCA + 4,08%	5.524	(658)	1.020.973	538.976	1.026.497	538.318	955.784	902.352
BNB	IPCA + 1,54%	8.747	734	69.223	34.208	77.970	34.942	79.711	47.255
FINAME	3,69% Pré BRL	8.154	8.248	3.820	11.954	11.974	20.202	11.295	21.102
Outros		5.108	6.808	7.223	10.481	12.331	17.289	12.226	18.356
		55.255	11.436	2.412.309	2.509.946	2.467.564	2.521.382	2.429.432	3.181.136
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,55% Pré USD	115.453	111.378	5.945.646	5.728.812	6.061.099	5.840.190	7.413.476	7.480.441
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (ii)	LIBOR + 0,98% / 1,90% Pré USD	2.168	1.936	1.664.781	1.386.560	1.666.949	1.388.496	1.667.693	1.388.496

continua ☛

	Controladora 2020					
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	ARO (i) e termos de compromisso	Softwares	Outros	Total
Saldo no início do exercício						
Custo	934.591	91.523	160.340	224.448	3.011	1.413.913
Amortização e exaustão acumulada	(484.322)		(36.960)	(168.139)	(306)	(689.727)
Saldo líquido	450.269	91.523	123.380	56.309	2.705	724.186
Adições	402		4.911			5.313
Baixas	(2.413)		(231)	(7.831)		(10.475)
Amortização e exaustão	(43.330)		(5.287)	(19.468)		(68.085)
Provisão da perda do valor recuperável - *impairment*	6.081	(15.641)		(1.797)		(11.357)
Revisão de provisão por mudança da estimativa			(52.134)			(52.134)
Atualização da taxa de juros			3.872			3.872
Transferências (ii)	35.542			30.762		66.304
Saldo no final do exercício	446.551	75.882	74.511	57.975	2.705	657.624
Custo	968.241	75.882	115.470	245.451	3.011	1.408.055
Amortização e exaustão acumulada	(521.690)		(40.959)	(187.476)	(306)	(750.431)
Saldo líquido no final do exercício	446.551	75.882	74.511	57.975	2.705	657.624
Taxas médias anuais de amortização e exaustão - %	3		3	20		

	Consolidado 2021								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Concessão e repactuação do risco hidrológico	ARO (i) e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Outros	Total	
Saldo no início do exercício									
Custo	3.114.925	3.741.103	198.546	457.106	316.283	381.542	37.704	8.247.209	
Amortização e exaustão acumulada	(1.001.506)		(92.926)	(156.773)	(228.856)	(292.941)	(16.463)	(1.789.465)	
Saldo líquido	2.113.419	3.741.103	105.620	300.333	87.427	88.601	21.241	6.457.744	
Adições	402	551		8.191		998	218	10.360	
Baixas	(6.423)			(301)		(8.475)	(76)	(15.275)	
Amortização e exaustão	(95.509)		(6.093)	(15.279)	(27.737)	(35.546)	(732)	(180.896)	
Variação cambial	430.604	1.194.327		47.966	20.354	7.954	1.233	1.702.438	
Provisão da perda do valor recuperável - impairment	(3.336)	(15.641)		(700)	5	(2.951)	(57)	(22.680)	
Reavaliação de fluxo de caixa	-			(45.464)				(45.464)	
Atualização da taxa de juros	-			32.089				32.089	
Transferências (ii)	71.576				1.739	52.521		125.836	
Saldo no final do exercício	2.510.733	4.920.340	99.527	326.835	81.788	103.102	21.827	8.064.152	
Custo	3.754.957	4.920.340	198.546	535.277	405.046	466.135	41.372	10.321.673	
Amortização e exaustão acumulada	(1.244.224)		(99.019)	(208.442)	(323.258)	(363.033)	(19.545)	(2.257.521)	

	Consolidado 2020								
	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Concessão e repactuação do risco hidrológico	ARO (i) e termos de compromisso	Contratos, relação com clientes e acordos	Softwares	Outros	Total	
Saldo no início do exercício									
Custo	3.114.925	3.741.103	198.546	457.106	316.283	381.542	37.704	8.247.209

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

		Consolidado							
Modalidade		Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (iii)	
Moeda nacional	**Encargos anuais médios**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	5,55% Pré BOB / 14,65% Pré TRY / CDOR + 0,96%/ 9,33% UYU/ EURIBOR + 1,62%/ LIBOR + 0,98%/ 1,65% Pré EUR	81.190	89.598	1.654.412	1.320.105	1.735.602	1.409.703	1.762.082	1.484.705
Título de dívida - BOB	5,38% Pré BOB	1.045	972	437.226	406.556	438.271	407.528	345.844	407.528
Outros		7.272	7.927	17.878	23.680	25.150	31.607	24.771	31.620
		207.128	211.811	9.719.943	8.865.713	9.927.071	9.077.524	11.213.866	10.792.790
		262.383	223.247	12.132.252	11.375.659	12.394.635	11.598.906	13.643.298	13.973.926
Juros sobre empréstimos e financiamentos		175.809	147.544						
Parcela circulante dos empréstimos e financiamentos (principal)		74.272	62.267						
Empréstimos e financiamentos captados a curto prazo (principal)		12.302	13.436						
		262.383	223.247						

CDI – Certificado de Depósito Interbancário.
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
FINAME – Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
LIBOR – London Interbank Offered Rate.
BRL – Reais.
BOB – Boliviano.
EUR – Euro.
USD – Dólar estadunidense.
TRY – Lira turca.
CAD – Dólar canadense.
CDOR – Canadian Dollar Offered Rate.
UYU – Peso Uruguaio.

(i) Os saldos negativos apresentados no circulante, referem-se a custos de captação. (ii) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 22 (a) (iii) O valor justo dos títulos é o preço unitário no último dia de negociação na data final de emissão do relatório multiplicado pela quantidade emitida. Para os demais empréstimos e financiamentos, o valor justo é baseado no montante dos fluxos de caixa contratuais e a taxa de desconto utilizada é baseada na taxa de contratação de uma nova operação em condições semelhantes ou na falta desta, na curva futura de fluxo de cada obrigação. **(c) Perfil de vencimentos:** Os saldos apresentados abaixo não conciliam com os saldos apresentados na tabela anterior (Nota 22 (b)), considerando que não estão contemplados os custos de captação.

	Controladora									
Moeda nacional	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**A partir de 2030**	**Total**
Debêntures	29.575			366.890	450.000		500.000			1.346.465
Debêntures CRI	5.348					134.010	134.010	134.010	286.214	693.592
FINAME	6.856	1.894	55							8.805
	41.779	1.894	55	366.890	450.000	134.010	634.010	134.010	286.214	2.048.862
% amortizado por ano	2,05%	0,09%	0,00%	17,91%	21,96%	6,54%	30,94%	6,54%	13,97%	100,00%
Moeda estrangeira										
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	397				558.050					558.447
% Amortizado por ano	0,07%	0,00%	0,00%	0,00%	99,93%					100,00%
	42.176	1.894	55	366.890	1.008.050	134.010	634.010	134.010	286.214	2.607.309
% amortizado por ano	1,62%	0,07%	0,00%	14,07%	38,66%	5,14%	24,32%	5,14%	10,98%	100,00%

	Consolidado									
Moeda nacional	**2022**	**2023**	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**A partir de 2030**	**Total**
Debêntures	29.575			366.890	450.000		500.000			1.346.465
Debêntures CRI	8.104					203.045	203.045	203.045	433.659	1.050.898
FINAME	8.154	3.179	641							11.974
BNB	8.747	9.437	9.437	9.437	9.446	9.433	9.427	9.452	3.155	77.971
Outros	5.108	4.143	3.080							12.331
	59.688	16.759	13.158	376.327	459.446	212.478	712.472	212.497	436.814	2.499.639
% amortizado por ano	2,39%	0,67%	0,53%	15,06%	18,38%	8,50%	28,50%	8,50%	17,47%	100,00%
Moeda estrangeira										
Eurobonds - USD	123.016					2.790.250			3.191.499	6.104.765
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (i)	397				558.050					558.447
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	87.434	67.242	314.362	58.759	755.060	470.723	6.800			1.760.380
Título de dívida - BOB	1.045	14.177	37.805	59.667	68.542	119.949	68.542	68.542		438.269
Outros	7.272	6.372	8.699	2.807						25.150
	219.164	87.791	360.866	121.233	1.381.652	3.380.922	75.342	68.542	3.191.499	8.887.011
% amortizado por ano	2,47%	0,99%	4,06%	1,36%	15,55%	38,04%	0,85%	0,77%	35,91%	100,00%
	278.852	104.550	374.024	497.560	1.841.098	3.593.400	787.814	281.039	3.628.313	11.386.650
% amortizado por ano	2,45%	0,92%	3,28%	4,37%	16,17%	31,56%	6,92%	2,47%	31,86%	100,00%

(i) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real. A política para contabilização desses instrumentos está descrita na Nota 22 (a)

(d) Movimentação

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo no início do exercício		2.591.856	2.356.989	11.598.906	10.379.971
Captações		1.729.540	249.000	3.701.572	3.956.056
Aquisição de subsidiárias	17			732.766	
Variação cambial		161.433	142.471	713.307	2.403.288
Provisão de juros		106.034	72.826	606.518	604.128
Juros pagos		(79.882)	(88.654)	(579.367)	(654.758)
Apropriação dos custos de captações, líquida das adições		(5.509)	14.552	(5.830)	28.993
Ajuste a valor justo	33 (b)	(1.810)	15.242	2.282	18.186
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo		12.962	(32.989)	30.883	(58.139)
Liquidações		(1.126.755)	(153.262)	(4.406.101)	(5.094.500)
Ganho na renegociação de dívidas, líquido das amortizações	33 (b)	25.156	15.681	(301)	15.681
Saldo no final do exercício		3.413.025	2.591.856	12.394.635	11.598.906

i) Novos empréstimos e amortizações: Por meio de captações e pagamentos antecipados de certas dívidas, a Companhia busca, de acordo com sua política financeira e estratégia de gestão de passivos, alongar o prazo médio dos vencimentos bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa nessas moedas, além de preservar sua liquidez. As principais captações e amortizações executadas em 2021 foram as seguintes: (a) Debêntures: Em 2021, a Companhia e a VCNNE amortizaram suas debêntures com vencimento em 2023 e 2024, no valor total de R$ 1.570.000, com destaque para: (i) VCSA amortizou totalmente sua 2ª emissão pública de debêntures no montante de R$ 800.000; (ii) VCSA amortizou parcialmente suas 6ª e 8ª emissões públicas de debêntures no montante de R$ 207.000 e R$ 113.000, respectivamente; e (iii) VCNNE amortizou a totalidade da sua 1ª emissão pública de debêntures no montante de R$ 450.000. Por outro lado, a VCSA captou o montante agregado de R$ 950.000 por meio de suas 12ª e 13ª emissões públicas de debêntures, com esforços restritos de colocação, com vencimento em 2026 e 2028, respectivamente. (b) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários ("CRI"). Em fevereiro de 2021, por meio da RB Capital Companhia de Securitização, a VCSA e sua controlada VCNNE emitiram seu segundo Certificado de Recebíveis Imobiliários ("CRI") no mercado de capitais brasileiro no montante de R$ 400.000, com vencimento em 2033. A Companhia e a controlada VCNNE contrataram instrumentos financeiros derivativos (*swap*) com o objetivo de trocar a taxa flutuante de IPCA + para a taxa flutuante de CDI +.(c) Empréstimos e amortizações nos termos da Lei nº 4.131/1962. A VCSA celebrou dois contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante agregado de USD 100.000 (R$ 515.540) com vencimento em 2026 (ambos os contratos incluem *swaps* de taxas de juros e moedas, instrumentos financeiros derivativos, que visa tanto a troca de exposição à taxa LIBOR flutuante e taxas fixas por taxas de CDI flutuantes como a troca de moeda dólar para real). A VCNNE efetuou a amortização antecipada de um dos seus contratos de empréstimo, nos termos da Lei nº 4.131/1962, no montante de USD 75.000 (R$ 408.825) com vencimento em 2024. Consequentemente, o *swap* associado a este empréstimo também foi liquidado. (d) Empréstimos e amortizações efetuados pela VCEAA e Votorantim Cementos Espanã ("VCE"). Em julho de 2021, a controlada VCEAA e a controlada indireta Votorantim Cementos España ("VCE"), firmaram dois contratos de empréstimo no montante de EUR 40.000 e EUR 50.000, respectivamente, ambos com vencimento em 2026. Entretanto, em dezembro de 2021, a VCEAA celebrou um aditamento para postergar o vencimento do contrato no montante de EUR 40.000 de julho de 2026 para janeiro de 2027. Adicionalmente, a VCEAA celebrou um aditamento ao contrato de empréstimo, assinado em 2020, para postergar a data de vencimento de novembro de 2025 para julho de 2026, além de reduzir o custo e aumentar o montante contratado em EUR 35.000 (R$ 214.570). Ao longo do segundo semestre de 2021, em linha com a estratégia da Companhia de reduzir dívida em moeda forte, a VCEAA efetuou a amortização parcial de alguns de seus contratos de empréstimo com vencimento em 2025 e 2026, no montante agregado de EUR 90.000 (R$ 545.451) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo em aberto dos empréstimos bilaterais da VCEAA eram de aproximadamente EUR 95.000 e da controlada indireta VCE de EUR 90.000. **(e) Composição por moeda**

	Controladora					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Real	38.240	1.584	1.986.968	1.829.633	2.025.206	1.831.217
Dólar estadunidense	1.466	1.113	1.386.352	759.526	1.387.819	760.639
	39.706	2.697	3.373.320	2.589.159	3.413.025	2.591.856

	Consolidado					
	Circulante		Não circulante		Total	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Dólar estadunidense	117.621	113.315	7.777.843	7.115.372	7.895.464	7.228.687
Real	55.255	11.436	2.412.309	2.509.946	2.467.564	2.521.382
Euro	(1.509)	2.670	1.147.018	954.189	1.145.509	956.859
Boliviano	35.090	25.727	599.957	576.519	635.047	602.246
Dólar canadense	7.170	7.575	106.066	84.822	113.236	92.397
Pesos uruguaios	40.114	40.970	80.594	105.914	120.708	146.884
Liras turcas	8.642	21.554	8.465	28.897	17.107	50.451
	262.383	223.247	12.132.252	11.375.659	12.394.635	11.598.906

(f) Garantias: Em 31 de dezembro de 2021, R$ 3.246.774 (31 de dezembro de 2020 – R$ 3.226.047) do saldo de empréstimos e financiamentos da Companhia estavam garantidos por avais de partes relacionadas, conforme indicado na Nota 22 (i), enquanto R$ 296.844 (31 de dezembro de 2020 – R$ 285.401) estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária e hipoteca.

(g) Utilização das linhas de crédito disponíveis

						USD milhares
Linha de crédito	**Empresas**	**Data de contratação**	**Vencimento**	**Montante contratado**	**Montante utilizado**	**Saldo disponível**
Global Revolving Credit Facility	VCSA/VCI/VCEAA/ St. Marys	Set/21	Set/26	250.000	-	250.000
Committed Credit Facility	VCI/ VCEAA/St. Marys	Ago/19	Ago/24	290.000	(45.612)	244.388
				540.000	(45.612)	494.388

Em substituição a linha de crédito rotativo *(Global Revolving Credit Facility)* contratada em agosto de 2018 no montante de USD 500 milhões e vencimento em agosto de 2023, em setembro de 2021, a Companhia e suas subsidiárias contrataram uma nova linha de crédito rotativo junto a um sindicato de bancos no montante de USD 250 milhões, com vencimento em setembro 2026, sendo caracterizada como *Sustainability-Linked*, em linha com os compromissos de sustentabilidade de longo prazo da Companhia e suas subsidiárias. A linha de crédito rotativo está disponível para saque a qualquer momento, reforçando nossa posição de liquidez. Ao longo do ano, para fazer frente ao período de sazonalidade no hemisfério norte, a subsidiaria St. Mary's e suas controladas efetuaram saques e pré-pagamentos da linha de crédito rotativa (*Committed Credit Facility*) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de USD 45.612 estava em uso pela St. Mary's considerando a taxa de câmbio nas datas de saque para as quantias em dólares canadenses. O montante de USD 244.388 permanece à disposição das controladas da Companhia para novos saques. **(h) Garantia de dívidas do Grupo, garantidas por partes relacionadas:** Em 5 de abril de 2011, a Companhia emitiu essas notas seniores que foram incondicionalmente e irrevogavelmente garantidas pela VSA. Em 2021, essas notas foram assumidas pela controlada direta VCI, por meio do mecanismo de "*substitution of the issuer*" previsto em contrato. As garantias da VSA e VCSA permanecem vigentes e irrevogáveis.

Modalidade	**Garantidor**	**2021**	**2020**
Eurobonds - USD (Voto 41)	VSA (100%) / VCSA (100%)	3.246.774	3.226.047

23. Risco sacado a pagar: A Companhia firmou contratos junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seu recebimento. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas das mercadorias para as instituições financeiras.

		Controladora		Consolidado	
Operações de risco sacado	**Prazo máximo**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Fornecedor - mercado interno	Até 180 dias	238.045	284.309	322.230	390.967
Fornecedor - mercado externo	Até 180 dias			643.890	440.849
Fornecedor - mercado externo	Até 360 dias			581.851	200.211
		238.045	284.309	1.547.971	1.032.027

24. IRPJ e CSLL correntes e diferidos: (a) Práticas contábeis: O IRPJ Pessoa Jurídica ("IRPJ"), a CSLL sobre o Lucro Líquido ("CSLL") e os demais impostos sobre o lucro, registrados no exercício são apurados em bases corrente e diferida. Esses tributos são calculados com base nas leis tributárias vigentes na data do balanço dos países em que a Companhia atua e são reconhecidos no resultado, exceto quando se referem a itens registrados diretamente no patrimônio líquido. Os impostos e contribuições sobre o lucro correntes, além de afetarem o resultado do exercício, são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e, que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. A Companhia reconhece também os impostos e contribuições diferidos ativos sobre os saldos recuperáveis de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. A recuperabilidade dos impostos e contribuições diferidos é analisada periodicamente, conforme descrito na Nota 7.3. **(b) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL:** Os valores de IRPJ e CSLL demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro apresentam a seguinte reconciliação, com base na alíquota nominal brasileira:

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	1.500.296	620.680	2.200.111	1.031.072
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(510.101)	(211.031)	(748.038)	(350.564)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	238.736	118.708	21.306	29.267
Doações e subvenções para investimentos	10.870	9.094	49.114	48.496
Incentivo fiscal (i)	16.200	8.295	49.586	60.479
Crédito referente a não incidência de IRCS sobre selic de indébitos (ii)	188.382		252.209	
Diferença de alíquota			82.827	22.903
Ganho na aquisição de investimento			59.337	
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido		(7.383)	(112.302)	(146.232)
Adição de lucros no exterior IN 1.520/2014	(99.168)	(101.274)	(99.168)	(101.274)
Custos na aquisição de investimentos			(18.591)	
Outras adições permanentes, líquidas	(1.566)	(9.200)	(109.679)	(121.691)
IRPJ e CSLL apurados	(156.647)	(192.791)	(573.399)	(558.616)
Correntes	(179.687)	(53.268)	(167.393)	(343.400)
Diferidos	23.040	(139.523)	(406.006)	(215.216)
IRPJ e CSLL no resultado	(156.647)	(192.791)	(573.399)	(558.616)
Taxa efetiva - %	10,44	31,06	26,06	54,18

(i) Conforme alterações apresentadas na Nota 6.6 (a) (iii), e esta alteração refletiu em mudanças na apresentação da taxa efetiva de 33,58% para 31,06% na controladora e de 57,52% para 54,18% no consolidado. (ii) A VCSA e sua controlada direta VCNNE constituíram, de acordo com as normas CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" e a Interpretação Técnica ICPC 22 / IFRIC 23 "Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro", uma provisão para créditos referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre os valores relativos à taxa do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC) recebidos em razão de reembolso de pagamento indevido. A Companhia esclarece que está provisão se refere apenas à recuperação de indébito de créditos que tratam da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e do COFINS. A decisão do Recurso Especial (RE) julgado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 24 de setembro de 2021 ainda não é transitado em julgado; cabe recurso. A VCSA e sua controlada entraram com ações judiciais a respeito do assunto, cujos resultados favoráveis são considerados prováveis.

(c) Composição dos saldos patrimoniais de IRPJ e CSLL diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2021	**2020**	**2021**	**2020**
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	429.646	591.868	1.370.696	1.048.808
Crédito referente a não incidência de IRPJ e CSLL sobre SELIC de indébitos (i)	188.382	-	252.209	-
Créditos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Provisões judiciais	144.482	132.022	209.219	196.182
Diferimento da variação cambial - efeito no resultado	103.769	70.467	132.244	121.948
Provisão de participação no resultado, gratificações e dissídio	77.078	55.988	124.588	96.619
Concessão	-	-	72.234	76.086
Provisão para encargos de energia	66.269	56.251	67.238	57.032
Provisão para perdas de estoques	11.794	16.444	59.108	51.953
Provisões de obrigações previdenciárias	-	-	43.218	36.218
Obrigação com descomissionamento de ativos	27.703	25.133	39.070	36.719
Impairment de ativos	35.743	21.338	36.469	22.483
Deduções – Legislação em Marrocos e Espanha (benefício do governo)	-	-	34.915	27.895
Ajuste a valor de mercado	-	-	30.606	31.789
Instrumento financeiro - Compromisso firme	19.012	18.590	23.101	22.589
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	10.368	30.231	20.882	41.126
Provisão de CO2	-	-	19.987	-
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962	4.285	-	6.573	-
Benefícios sociais	-	-	3.200	6.336
Outros créditos	28.767	28.801	67.931	55.599
Débitos tributários sobre diferenças temporárias	-	-	-	-
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(700.465)	(637.323)	(2.155.853)	(1.629.334)
Amortização fiscal de ágio	(288.912)	(288.912)	(293.600)	(289.273)
Mais valia de ativos incorporados ao custo do imobilizado	(9.927)	(11.049)	(409.892)	(286.188)
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	(62.031)	(42.665)	(71.888)	(79.753)
Juros capitalizados	(27.588)	(32.822)	(51.876)	(58.060)
Repactuação do risco hidrológico	-	-	(18.956)	-
Ajuste a valor presente	(10.394)	(11.093)	(14.590)	(13.804)
Efeito do IR diferido sobre hedge accouting - St.Marys			(14.383)	(12.331)
Diferimento sobre risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	(5.557)	(10.689)	(7.785)	(18.774)
Ajuste a valor justo - Lei nº 4.131/1962	-	(3.653)	-	(2.756)
Outros débitos	(5.324)	-	(27.569)	(5.554)
Líquido	37.100	8.927	(452.904)	(466.445)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	37.100	8.927	912.382	278.347
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica			(1.365.286)	(744.792)

(i) Conforme item (ii) na Nota 24 (b) acima. **(d) Efeito dos impostos e contribuições diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente**

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Saldo no início do exercício		8.927	151.407	(466.445)	(187.715)
Efeito no resultado		23.040	(139.523)	(406.006)	(215.216)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - hedge accounting	28 (d)	-	-	(2.453)	(7.330)
Efeito em outros componentes do resultado abrangente - risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	28 (d)	5.133	(10.689)	10.989	(18.829)
Efeito de variação cambial em outros componentes do resultado abrangente		-	-	(33.401)	(42.364)
Aquisição de subsidiárias	17	-	-	453.335	-
Outros		-	7.732	(8.923)	5.009
Saldo no final do exercício		37.100	8.927	(452.904)	(466.445)

(e) Realização dos impostos e contribuições diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de CSLL: A recuperabilidade dos saldos é avaliada anualmente, com base na expectativa de lucros tributáveis futuros da Companhia, sendo reconhecido o imposto diferido ativo somente para a parcela dos saldos de prejuízo fiscal de base negativa sobre os quais a Companhia e suas investidas possuem projeções de utilização dentro de um prazo condizente com as projeções operacionais da Administração, conforme abaixo:

	2021
	Consolidado
Até 12 meses	139.999
Após 12 meses	1.230.697
	1.370.696

(f) Ativo fiscal diferido não reconhecido: Ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos sobre prejuízo fiscal e base negativa, considerando que *não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia e suas controladas possam utilizar seus benefícios, conforme demonstrados abaixo:*

	Consolidado	
	2021	**2020**
Prejuízos fiscais não utilizados para os quais nenhum ativo fiscal diferido foi reconhecido	7.424.383	3.637.140
Potencial benefício fiscal - Alíquota entre os países de 24,94% a 34,00%	1.869.226	913.484

O aumento do saldo é substancialmente decorrente da aquisição da McInnis Cement Inc. no montante de R$ 2.368.953 e pelo custo do *impairment* no montante de R$ 1.200.990 registrado na indireta Votorantim Cement Corporation Limited, localizada em Hong Kong, a qual foi liquidada e tornou-se fiscalmente dedutível. **(g) Base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa:** Os saldos de base fiscal dos prejuízos fiscais e de base negativa para os quais a Companhia reconhece imposto diferido estão distribuídos conforme abaixo:

				Consolidado
Exercício	**Brasil**	**América do Norte**	**Europa, Ásia e Africa**	**Total**
2021	1.276.043	3.356.184	357.621	4.989.848
2020	1.757.337	1.477.198	360.860	3.595.395

(h) Realização dos saldos de IRPJ e da CSLL a recuperar: Os saldos consolidados de curto prazo referem-se substancialmente a créditos de IR decorrentes a integração do *business combination* da McInnis no montante de USD 54.101 (R$ 301.911), que serão realizados durante o exercício de 2022. Os saldos consolidados de longo prazo referem-se substancialmente a créditos de imposto sobre a renda pago no exterior, nos termos da Lei nº 12.973/2014, passível de dedução do imposto sobre a renda e CSLL que forem devidos no Brasil sobre lucros auferidos pelas controladas em anos-calendário subsequentes, observados os limites legais. A expectativa atual da Companhia é compensar integralmente o saldo de crédito de imposto sobre a renda pago no exterior, registrado em 31 de dezembro de 2021, até o ano de 2028. **25. Provisões e depósitos judiciais: (a) Práticas contábeis: (i) Provisões de ações judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental:** A Companhia é parte em processos em andamento de natureza tributária, cível, trabalhista e ambiental, que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, os quais, quando aplicável, são amparados por depósitos judiciais, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificados como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que seja necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da visibilidade do processo, a Companhia considere sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre prováveis, possíveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos. As provisões cíveis, tributárias e ambientais são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. A provisão trabalhista é realizada inicialmente com base no valor histórico médio de liquidação dos processos, sendo a média determinada separadamente por negócio e por: (i) processos próprios; e (ii) processos de terceiros em que a Companhia tem responsabilidade solidária e / ou subsidiária. Especificamente para processos de funcionários próprios com perda provável acima de R$ 1.000, as provisões serão mensuradas conforme o valor de risco real envolvido, que representa o valor presente dos gastos necessários para liquidar a obrigação. Adicionalmente, processos que entrarem na fase de execução, terão sua provisão atualizada para o valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (risco real), para funcionários próprios e/ou terceiros insolventes. **(ii) Obrigações com descomissionamento de ativos (*Asset Retirement Obligation – "ARO"*):** A mensuração das obrigações com descomissionamento de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade, ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação. As obrigações consistem, principalmente, de custos associados com o encerramento das atividades. Por serem obrigações de longo prazo são ajustadas a valor presente. O custo com descomissionamento de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo de direito minerário, que é amortizado ao longo de sua vida útil. As políticas contábeis referentes à contrapartida ativa da obrigação com descomissionamento de ativos, estão divulgadas na Nota 20 (a) A taxa de juros utilizada para trazer as obrigações com descomissionamento de ativos a valor presente é estimada através da taxa livre de risco do mercado americano (*Treasury USA 30y Yield)* adicionando o risco país e diferencial de inflação. O valor da provisão aumenta progressivamente ao longo do tempo à medida que o efeito do desconto a valor presente é desfeito, resultando em uma despesa reconhecida no resultado financeiro. O passivo constituído é atualizado por meio de revisões anuais que incluem: • revisão da vida útil das minas conforme as reservas estimadas; • revisão da estimativa de recuperação de minas que tiveram atualização de planos de fechamento; • revisão da taxa de desconto. Mudanças na estimativa de fechamento são adicionadas ou deduzidas do ativo relacionado, até o limite do saldo residual do ativo, e amortizadas em uma base prospectiva ao longo da vida útil remanescente. O montante da mudança da estimativa que exceder o limite do saldo residual do ativo é reconhecido no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". **(b) Composição e movimentação**

	Controladora					
						2021
				Processos judiciais		
	ARO (i)	**Tributárias**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Ambientais**	**Total**
Saldo no início do exercício	148.433	236.642	165.237	69.680	9.946	629.938
Adições	-	15.535	17.156	70.026	664	103.381
Reversões	-	(8.853)	(12.961)	(48.507)	(2.651)	(72.972)
Reclassificação para passivos relacionados à ativos mantidos para venda	(5.110)	-	-	-	-	(5.110)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		526	(237)	7.059	(7)	7.341
Liquidações com depósitos judiciais				(7.843)		(7.843)
Liquidações com efeito caixa	(1.542)	(5.592)	(3.417)	(27.177)	(913)	(38.641)
Ajuste a valor presente	9.122	-	-	-	-	9.122
Atualização da taxa de juros	(11.375)	-	-	-	-	(11.375)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(2.844)	-	-	-	-	(2.844)
Atualização monetária, líquida das reversões	-	25.601	10.606	21.976	(2.034)	56.149
Saldo no final do exercício	136.684	263.859	176.384	85.214	5.005	667.146

	Controladora					
						2020
				Processos judiciais		
	ARO (i)	**Tributárias**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Ambientais**	**Total**
Saldo no início do exercício	192.147	407.576	163.713		10.387	773.823
Adições	4.477	40.817	3.202	111.838	1.122	161.456
Reversões	(1.942)	(150.101)	(3.574)	(18.291)	(757)	(174.665)
Depósitos judiciais, líquidos das baixas		(1.137)	1.537	(1.945)	(5)	(1.550)
Liquidações com depósitos judiciais		(22.938)	(1.754)	(179)		(24.871)
Liquidações com efeito caixa	(462)		(817)	(31.056)	(335)	(32.670)
Ajuste a valor presente	12.350					12.350
Atualização da taxa de juros	3.871					3.871
Revisão de provisão por mudança da estimativa - ativo	(52.134)					(52.134)
Revisão de provisão por mudança da estimativa - resultado	(9.874)					(9.874)
Atualização monetária, líquida das reversões		(37.575)	2.930	9.313	(466)	(25.798)
Saldo no final do exercício	148.433	236.642	165.237	69.680	9.946	629.938

	Consolidado					
						2021
				Processos judiciais		
	ARO (i)	**Tributárias**	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Ambientais**	**Total**
Saldo no início do exercício	459.010	398.752	210.521	89.164	12.385	1.169.832
Adições	6

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

						Consolidado			
						2021		2020	
Usina	Investidora	Participação	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início do pagamento	Ativo intangível (Nota 20)	Passivo	Ativo intangível (Nota 20)	Passivo
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NE S.A.	100%	mar/02	abr/37	abr/06				
Circulante							50.344		41.034
Não circulante						150.572	661.860	99.527	584.128
						150.572	712.204	99.527	625.162

27. Plano de pensão: (a) Práticas contábeis: (i) Obrigações de aposentadoria: A Companhia, por meio das controladas no exterior (St. Marys, VCEAA e Artigas) e no Brasil (VCNNE) participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia tem planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. O passivo com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação ou direito de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo. Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", e não serão reclassificadas para o resultado no exercício em que são realizadas. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido) Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido. Para os planos de contribuição definida, a Companhia paga contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. A Companhia não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível. **(ii) Assistência médica (pós aposentadoria):** Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação de benefício de assistência médica é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação deste benefício é determinado pela estimativa de saída futura de caixa. Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Outros componentes do resultado abrangente", que não serão reclassificadas para o resultado no período em que são realizadas. **(b) Composição:** A tabela a seguir demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira da Companhia. A Companhia realiza a compensação, para os planos de benefício definido, das obrigações de cada plano com seus respectivos ativos. Os saldos são apresentados líquidos no ativo, para os planos superavitários, e líquidos no passivo, para os planos deficitários.

	Consolidado	
	2021	2020
Direito registrado no balanço patrimonial		
Planos de pensão superavitários	215.242	138.525
Ativo registrado no balanço patrimonial	215.242	138.525
Obrigações registradas no balanço patrimonial		
Planos de pensão deficitários	107.816	81.130
Benefícios de saúde pós-emprego	291.362	283.679
Passivo registrado no balanço patrimonial	399.178	364.809
Despesas reconhecidas no resultado do exercício (Nota 31 (b))		
Plano de pensão de benefício definido	6.981	5.242
Benefícios de saúde pós-emprego	16.218	16.025
	23.199	21.267
Remensurações reconhecidas no resultado abrangente (Nota 28 (a (vi)))		
Plano de pensão - valor bruto	(41.584)	(26.039)
Benefícios de saúde pós-emprego	(23.087)	11.859
IRPJ e CSLL diferidos	11.951	5.054
Plano de pensão - valor líquido	(52.720)	(9.126)

(c) Plano de contribuição definida: A Companhia e a controlada VCNNE patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes ("FUNSEJEM"), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,50% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6,00% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido da Companhia. As contribuições realizadas pelo Grupo, são registradas no resultado do exercício no período em que são devidas. **(d) Plano de benefício definido e benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde):** A Companhia possui planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América Latina, Brasil e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos da América Latina, Europa e da América do Norte oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pró rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados. A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de sua controlada na América do Norte. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada. Os montantes reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir por região:

					2021
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	38.201	15.966	797.774	-	851.941
Valor justo de ativos do plano	(67.658)	-	(1.010.981)	-	(1.078.639)
Déficit (superávit) de planos financiados	(29.457)	15.966	(213.207)	-	(226.698)
Valor presente de obrigações não financiadas	-	77.786	301.866	3.558	383.210
Déficit (superávit) total de planos de benefícios previdenciários	(29.457)	93.752	88.659	3.558	156.513
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	27.425				27.424
Passivo líquido do ativo	(2.032)	93.752	88.659	3.558	183.937

					2020
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total
Valor presente de obrigações financiadas	47.698	16.792	869.236	-	933.726
Valor justo de ativos do plano	(59.493)	-	(1.005.650)	-	(1.065.143)
Déficit (superávit) de planos financiados	(11.795)	16.792	(136.414)	-	(131.417)
Valor presente de obrigações não financiadas	-	77.027	267.407	3.585	348.019
Déficit (superávit) total de planos de benefícios previdenciários	(11.795)	93.819	130.993	3.585	216.602
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	9.682	-	-	-	9.682
Passivo líquido do ativo	(2.113)	93.819	130.993	3.585	226.284

A movimentação da obrigação do benefício definido/benefícios de saúde pós emprego e do valor justo dos ativos dos planos durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2021	1.281.745	(1.065.143)	216.602	9.681	226.283
Custo do serviço corrente	11.701		11.701	-	11.701
Despesa (receita) financeira	38.111	(28.386)	9.725	813	10.538
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	960	-	960	-	960
	50.772	(28.386)	22.386	813	23.199
Remensurações	-	-	-	-	-
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira	-	15.969	15.969	-	15.969
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	309	-	309	-	309
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(96.290)	-	(96.290)	-	(96.290)
Ganhos decorrentes da experiência	(1.590)	-	(1.590)	-	(1.590)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	-	-	-	16.931	16.931
	(97.571)	15.969	(81.602)	16.931	(64.671)
Variações cambiais	94.048	(81.987)	12.061	-	12.061
Contribuições				-	
Empregador		5.586	5.586	-	5.586
Pagamentos dos planos				-	
Pagamento de benefícios	(93.842)	75.322	(18.520)	-	(18.520)
Em 31 de dezembro de 2021	1.235.151	(1.078.639)	156.513	27.425	183.938

	Valor presente das obrigações	Valor justo dos ativos do plano	Total	Impacto do requerimento mínimo dos fundos / limite do ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2020	970.758	(799.637)	171.121	15.125	186.246
Custo do serviço corrente	10.875		10.875	-	10.875
Despesa (receita) financeira	41.487	(28.959)	12.528	-	12.528
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3.125)		(3.125)	989	(2.136)
	49.237	(28.959)	20.278	989	21.267
Remensurações					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira	-	(62.447)	(62.447)	-	(62.447)
Ganhos decorrentes de mudanças nas premissas demograficas	(4.712)		(4.712)	-	(4.712)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	72.180		72.180	-	72.180
Ganhos decorrentes da experiência	(12.768)		(12.768)	-	(12.768)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira	-	-	-	(6.433)	(6.433)
	54.700	(62.447)	(7.747)	(6.433)	(14.180)
Variações cambiais	294.699	(233.565)	61.134	1	61.135
Contribuições				-	-
Empregador		(9.527)	(9.527)	-	(9.527)
Pagamentos dos planos				-	-
Pagamento de benefícios	(87.649)	68.992	(18.657)	-	(18.657)
Em 31 de dezembro de 2020	1.281.745	(1.065.143)	216.602	9.682	226.284

Os ativos do plano incluem:

Ações	2021	2020
Mercado canadense	118.285	107.603
Mercado global	140.529	103.580
Mercados emergentes	88.965	89.503
Instituições financeiras	24.213	27.724
Títulos públicos	43.449	31.769
Bonds	663.198	704.964
	1.078.639	1.065.143

As premissas referentes a experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria: • Brasil: AT-2000; • Uruguai: GAM 1983; • Marrocos: TPG93; • Tunísia: Hommes - TVTun -H-99; • Turquia: TUIK 2015; e • América do Norte: CPM-B. Considerando que os planos de benefícios do segmento América do Norte são os mais significativos no consolidado, realizamos a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	Impacto na obrigação de benefício definido		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 5,54%	Aumento de 6,26%
Taxa de aumento de salário	0,50%	Aumento de 0,80%	Diminuição de 0,66%
Taxa de aumento da pensão	0,25%	Aumento de 4,95%	Diminuição de 0,36%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida	Diminuição de 1,16%	Aumento de 1,27%	

As análises de sensibilidade acima se baseiam em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas foi aplicado o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço), como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial. Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior. **28. Patrimônio líquido: (a) Práticas contábeis: (i) Capital Social:** É representado por ações ordinárias e preferenciais que são classificadas no patrimônio líquido. **(ii) Distribuição de dividendos:** *É* reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, que é de 25% do lucro líquido do exercício deduzido de reserva legal e da reserva de incentivos fiscais, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos mínimos obrigatórios. **(iii) Lucro (prejuízo) básico por ação:** O lucro (prejuízo) por ação é calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para o período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação. Para fins de cálculo do lucro (prejuízo) por ação, a Companhia considera tanto as ações ordinárias quanto as ações preferenciais, uma vez que ambas possuem os mesmos direitos com relação a dividendos e distribuição de lucros. A Companhia não possui instrumentos ou acordos que possam ter um efeito dilutivo no cálculo do lucro (prejuízo) por ação. **(iv) Reserva legal e de retenção de lucros:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal. A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia. **(v) Reserva de incentivos fiscais:** A Companhia recebe, no Brasil, benefícios oriundos de programas estaduais de incentivo fiscal para promover o desenvolvimento industrial, conforme explicado abaixo: Os incentivos fiscais estão relacionados principalmente a: Benefícios de ICMS: A Companhia possui incentivos fiscais sobre o ICMS relativo a programas estaduais de desenvolvimento industrial que consistem no financiamento ou diferimento do pagamento dos tributos e na redução dos tributos devidos. O objetivo desses programas estaduais é promover, em longo prazo, o desenvolvimento das atividades industriais, a geração de empregos e fomentar o desenvolvimento econômico e social dos estados. Os prazos e termos da redução dos impostos são estabelecidos em cada programa. A redução do valor do ICMS devido é registrada no resultado do período de apuração do imposto ou quando a Companhia atende às condições estabelecidas pelos programas estaduais para receber o benefício. Os incentivos fiscais da Companhia vencem no período de 2021 a 2032. Os benefícios de ICMS totalizaram R$ 31.970 na controladora (31 de dezembro de 2020 – R$ 26.746) e R$ 144.452 no consolidado (31 de dezembro de 2020 - R$ 142.636) registrado na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 32). IRPJ sobre o lucro das operações em determinadas regiões: A Companhia tem o benefício de redução parcial do IRPJ devido, relacionado a algumas operações regionais com cimento, argamassa e clínquer. O incentivo fiscal é mensurado com base no lucro operacional tributável apurado de acordo com as regras de incentivo fiscal (identificado como "lucro da exploração") dos projetos específicos que são beneficiados pelo incentivo durante um período determinado estabelecido pelo fisco. Os incentivos fiscais da Companhia expiram em períodos diferentes entre 2025 e 2028. De acordo com as regras do benefício, um montante igual ao benefício fiscal (a redução do IRPJ) deve ser alocado a uma conta de reserva ("Reserva de incentivos fiscais") dentro do patrimônio líquido da pessoa jurídica que tem o benefício e o saldo dessa reserva não pode ser distribuído aos acionistas. Os benefícios fiscais do IRPJ totalizaram R$ 11.805 na Controladora (31 de dezembro de 2020 - R$ 5.908) e R$ 42.878 no consolidado (31 de dezembro de 2020 - R$ 31.962) registrados na despesa na rubrica de "IRPJ e CSLL". A receita auferida com subsídios do governo na Companhia é alocada da receita do ano para a reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório. **(vi) Ajuste de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial incluem: • Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior; • Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; • Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria; e • Outros componentes do resultado abrangente das investidas. **(b) Capital social:** Em 31 de janeiro de 2020, a "VSA" aportou capital na VCSA no montante de R$ 7.162, correspondente à 8.549.325 ações ordinárias, entregando as ações por ela detidas na controlada Votorantim Cimentos N/NE S.A. ("VCNNE") por meio das ações do FINOR. Em 23 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram a rerratificação do ato acima o que alterou o número de ações emitidas de 8.549.325 para 5.873.688 ações ordinárias. Em 31 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram a cisão parcial de terrenos da VCSA (Nota 20 (b)), com versão desproporcional da parcela cindida para a acionista VSA, com a consequente redução do capital social da VCSA em R$ 3.211, com cancelamento de 2.241.506 ações ordinárias da VCSA. A cisão foi reconhecida pela Companhia como uma redução no seu patrimônio ao valor contábil líquido, nos seus livros, dos ativos cindidos. Em 04 de outubro de 2021, os acionistas aprovaram a redução do capital social da Companhia no montante de R$ 15.000, com o cancelamento de 9.322.380 ações ordinárias, as quais foram restituídas, de forma desproporcional, exclusivamente à acionista VSA, mediante a entrega de ações preferenciais de classe A e classe B detidas pela Companhia na investida Pinheiro Machado Participações S.A., ao valor contábil no montante de R$ 12.163 (valorizadas ao valor dos livros da Companhia), e caixa em moeda corrente nacional via transferência financeira no montante de R$ 2.837. Em 31 de dezembro de 2021, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 7.708.353 (31 de dezembro de 2020 – R$ 7.723.353), composto por 9.225.042.782 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais (31 de dezembro de 2020 - 9.234.365.162 ações ordinárias e 300.571.428 ações preferenciais). **(c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 10 de novembro de 2020, os acionistas aprovaram a não distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício de 2019, no montante de R$ 107.220. Dessa forma, o saldo de dividendos a pagar, equivalente a tal deliberação, registrado no passivo em 31 de dezembro de 2019, foi revertido e recompôs a Reserva de retenção apresentada em 31 de dezembro de 2020, conforme demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em Assembleia Geral Extraordinária da VCSA realizada em 25 de fevereiro de 2021 e 18 de agosto de 2021, os acionistas aprovaram a distribuição de dividendos no montante de R$ 344.780 e R$ 315.663 respectivamente, totalizando R$ 660.443, da conta de reserva de lucros acumulados. A integralidade desses dividendos foi paga no período, juntamente com os dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 85.149. Adicionalmente, em 13 de dezembro de 2021, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de dividendos no montante de R$ 534.643, *à conta de reserva de lucros acumulados, que* foram pagos aos acionistas em fevereiro de 2022. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram calculados dividendos mínimos obrigatórios no montante de R$ 311.084, conforme Nota 15 (b), que serão deliberados em Assembleia Geral Ordinária juntamente com a deliberação destas demonstrações financeiras.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.343.649	392.897
Reserva legal - 5%	(67.182)	(19.645)
Reserva para incentivos fiscais	(43.775)	(32.655)
Base de cálculo dos dividendos	1.232.692	340.597
Dividendos mínimos obrigatórios - 25% conforme estatuto	308.173	85.149
Quantidade total de ações, em milhares	9.532.689	9.534.937
Dividendos por lote de mil ações - R$	32,33	8,93

(d) Outros resultados abrangentes

	Nota	Variação cambial de investidas localizadas no exterior	Hedge dos investimentos líquidos (Nota 8.3.4 (b))	Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	Perdas atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria	Transações com acionistas não controladores	Outros componentes do resultado abrangente	Total
Em 1º de janeiro de 2020		2.654.188	(2.357.617)	645.497	(97.218)	-	(12.703)	832.147
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	18 (e)	1.119.339						1.119.339
Hedge dos investimentos líquidos	18 (e)		(25.716)					(25.716)
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	18 (e)			282.654				282.654
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							1.580	1.580
Ajustes de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes							(2.112)	(2.112)
Ganhos e perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas					14.180			14.180
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo							55.380	55.380
Tributos diferidos			(7.330)		(5.054)		(18.829)	(31.213)
Em 31 de dezembro de 2020		3.773.527	(2.390.663)	928.151	(88.092)		23.316	2.246.239
Em 1º de janeiro de 2021		3.773.527	(2.390.663)	928.151	(88.092)		23.316	2.246.239
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	18 (e)	333.086						333.086
Hedge dos investimentos líquidos	18 (e)		31.792					31.792
Aquisição McInnis pela subsidiária St. Marys - Efeito reflexo da emissão de ações pela St. Marys e diluição da participação	28 (e)					1.513.187		1.513.187
Ajuste de inflação para economias hiperinflacionárias	18 (e)			337.807				337.807
Realização de outros resultados abrangentes em investidas - Reflexo		12.085						12.085
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(2.970)	(2.970)
Ganhos e perdas sobre os ativos de plano de pensão das investidas					33.617			33.617
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo							(32.320)	(32.320)
Tributos diferidos			(2.453)		9.919		10.989	18.455
Em 31 de dezembro de 2021		4.118.698	(2.361.324)	1.265.958	(44.556)	1.513.187	(985)	4.490.978

(e) Aquisição da McInnis – efeitos de diluição: Conforme explicado na Nota 17.1, em 30 de abril de 2021, a subsidiária St. Marys emitiu 170.000 novas ações para a McInnis *Holding*, representando 17% de seu capital social como preço de contraprestação para aquisição dos negócios da McInnis. Essa transação resultou na diluição da participação indireta da Companhia na St. Marys, consequentemente, no reconhecimento das participações não controladoras, e no aumento do ajuste a valor contábil atribuível aos acionistas controladores. O efeito desta diluição é resumido a seguir:

Contraprestação paga ao acionista minoritário, representando 17% do valor contábil do patrimônio líquido da St. Marys imediatamente antes da transação	(833.359)
Contraprestação recebida, representando 83% dos ativos líquidos adicionais consolidados em resultado da aquisição da McInnis	2.346.546
Excesso da contraprestação recebida, reconhecida em ajustes de avaliação patrimonial	1.513.187
Valor contábil atribuível aos acionistas não controladores	1.313.977
Total das ações emitidas pela St. Marys aos acionistas não controladores	2.827.164

29. Receitas líquidas de clientes: (a) Práticas contábeis: A receita é determinada com base no valor que a Companhia espera receber pela venda de produtos e serviços prestados no curso normal dos negócios da entidade, já deduzidos de perdas esperadas e quaisquer eventos que possam impactar a mensuração do valor da transação. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas O Grupo reconhece uma receita quando: (i) existe um contrato e/ou qualquer acordo para que a Companhia satisfaça uma obrigação de performance; (ii) a obrigação de performance do contrato é identificável; (iii) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e este possa ser alocado para cada obrigação de performance; (iv) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; (v) as obrigações de desempenho acordadas com a contraparte sejam cumpridas e o controle sobre os bens ou serviços sejam transferidos para a contraparte; e (vi) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo. A prática geral do Grupo é reconhecer a receita, e os custos associados, na competência da entrega dos produtos e serviços prestados aos seus clientes ou quanto o controle é transferido ao cliente: (i) Contratos com clientes relacionados com a venda de cimento, agregados, argamassas e outros te como obrigação de desempenho a entrega dos produtos para os clientes. Dessa forma, a receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida, ou seja, quando o produto é entregue ao cliente; (ii) Serviços de concretagem incluem a obrigação de desempenho de entregar o concreto usinado seguindo as especificações em relação aos níveis de resistência do concreto especificados no contrato. A receita é reconhecida quando a obrigação de desempenho é cumprida ao longo do tempo mediante a entrega efetiva do concreto pronto ao cliente. Um passivo de contrato é reconhecido quando o Grupo tem a obrigação de transferir produtos ou serviços para um cliente para os quais a entidade já recebeu as considerações referidas. O reconhecimento do passivo de contrato ocorre na competência do recebimento das considerações e liquidadas quando do cumprimento da obrigação de performance por parte da entidade, em contrapartida ao grupo de Receita. Tais passivos de contratos são apresentados como adiantamento de clientes. Para alguns contratos com clientes, o Grupo oferece *rebates* de volume, que são liquidados na forma de produtos ou dinheiro a serem entregues em gratuidade aos referidos clientes - quando do atingimento de certos volumes de compra estabelecidos. O Grupo aplica o método do valor esperado para estimar a contraprestação variável do contrato. O Grupo então aplica os requisitos de restrição de estimativas de contraprestação variável para determinar o valor da contraprestação variável que pode ser incluído no preço da transação e reconhecido como receita. Um passivo de restituição é reconhecido para os descontos futuros esperados (ou seja, o valor não incluído no preço da transação), de acordo com o valor que a entidade estima entregar ao cliente. O Grupo baseia suas estimativas no histórico anterior, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. O Grupo atualiza suas estimativas de passivo de restituição (e a mudança correspondente no preço da transação) no final de cada período. **(b) Composição:**

	Controladora		Consolidado	
Receita bruta	2021	2020	2021	2020
Venda de produtos e serviços mercado interno	10.471.758	7.743.608	14.605.254	11.110.011
Venda de produtos e serviços mercado externo		3.148	11.242.554	8.420.228
	10.471.758	7.746.756	25.847.808	19.530.239
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(2.620.650)	(1.999.524)	(3.552.127)	(2.790.011)
Receita de contratos com clientes	7.851.108	5.747.232	22.295.681	16.740.228

(c) Receita líquida por linha de produto	Consolidado	
	2021	2020
Cimento	15.584.206	11.542.316
Concreto	4.771.898	3.561.241
Argamassa	670.253	545.417
Agregados	731.441	604.661
Outros	537.883	486.593
	22.295.681	16.740.228

30. Abertura de despesas por natureza	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Salários, encargos e benefícios	996.052	910.945	3.430.794	2.900.373
Insumos e materiais de consumo	959.755	653.466	3.699.531	2.344.904
Fretes	1.371.770	1.081.563	3.348.400	2.315.677
Depreciação, exaustão e amortização	408.861	411.842	1.666.315	1.421.134
Energia elétrica	765.130	624.151	1.564.954	1.214.479
Combustíveis	1.054.941	593.362	1.586.566	972.774
Manutenção e conservação	417.373	349.731	1.280.531	967.648
Despesa de serviços diversos	392.438	336.627	1.130.760	897.270
Embalagens	185.686	166.909	353.267	303.468
Impostos, taxas e contribuições	31.357	29.360	159.993	154.632
Despesas comerciais e marketing	29.514	55.745	82.276	105.642
Aluguéis e arrendamentos	29.198	26.853	78.148	64.216
Seguros	7.581	7.814	55.131	64.441
Provisões para perdas	2.789	15.365	99.389	44.732
Outros	81.061	60.926	491.121	817.657
	6.733.506	5.324.659	19.027.176	14.589.047
Reconciliação				
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	5.858.784	4.436.934	17.084.454	12.816.563
Despesas com vendas	368.268	390.278	699.870	707.615
Despesas gerais e administrativas	506.454	497.447	1.242.852	1.064.869
	6.733.506	5.324.659	19.027.176	14.589.047

31. Despesas com benefícios a empregados: (a) Práticas contábeis: Provisões são registradas para a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados", na rubrica remuneração direta, conforme quadro abaixo. **(b) Composição:**

	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Remuneração direta	538.395	505.768	2.286.578	1.893.759
Encargos sociais	283.224	250.586	728.233	643.109
Benefícios	174.433	154.591	392.784	342.238
Plano de aposentadoria e plano de pensão (Nota 27 (b))			23.199	21.267
	996.052	910.945	3.430.794	2.900.373

32. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Controladora		Consolidado	
	2021	2020	2021	2020
Benefícios fiscais - investimento (ii)	31.970	26.746	144.452	142.636
Ganho na aquisição de investimentos McInnis (Nota 17.1)			243.560	
Ganho de valor justo resultante da remensuração Superior (Nota 17.3)			126.045	
Ganho (perda) líquido na venda de imobilizado e intangível (i)	32.747	(28.570)	111.407	(33.918)
Ganho líquido na venda de sucata	12.868	10.538	15.130	13.405
Receita de coprocessamento	15.170	10.916	17.415	13.326
Receita de aluguéis e arrendamentos	1.954	2.320	9.182	9.177
Recuperação de tributos	3.124	49.457	3.883	64.071
Custos na aquisição de investimento (Nota 17.3)			(96.043)	
Provisões judiciais líquidas	(52.614)	(51.126)	(65.802)	(98.312)
Doações e despesas ao combate do COVID-19			(4.375)	(22.175)
Provisão de impairment de imobilizado e intangível	(42.366)	(16.144)	(2.310)	(210.385)
Reversão (impairment) de outros ativos				(5.037)
Provisão de direitos de crédito na emissão de CO2 (iii)			(88.728)	
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(7)	31.037	(49.164)	(13.986)
	2.846	35.174	364.652	(141.198)

(i) Na controladora, o ganho refere-se à alienação de direitos minerários no valor de R$ 33.000, enquanto no consolidado esse ganho decorre da alienação do terreno de propriedade de uma de nossas subsidiárias na Turquia. O preço de venda foi de aproximadamente R$ 73,8 milhões, e o valor residual líquido contábil totaliza aproximadamente R$ 6,6 milhões. (ii) Conforme alterações apresentadas na Nota 6.6 (a) (ii); (iii) A despesa relativa à "Provisão de direitos de crédito na emissão de CO2" no montante de R$ 88.728 refere-se à provisão reconhecida por uma das subsidiárias da Companhia devido às suas emissões de CO2 anuais terem excedido os direitos de emissão de CO2 atribuídos gratuitamente, conforme regulamentação do mecanismo de *cap-and-trade* em vigor no mercado europeu. **33. Resultado financeiro líquido: (a) Práticas contábeis:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem: • Receita de juros; • Despesa de juros; • Custos para liquidação/pré-pagamento de empréstimos; • Ganhos/perdas líquidos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda; • Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; • Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros; • Perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro; • Perdas por redução ao valor recuperável em ativos financeiros (que não contas a receber); • Ganhos/perdas líquidos nos instrumentos de *hedge*

continuação ☛ | Votorantim Cimentos S.A.

Provisões e passivos contingentes - (Nota explicativa 25)

A Companhia e suas controladas possuem, em 31 de dezembro de 2021, provisões que são mensuradas com base nas perdas prováveis estimadas nos respectivos processos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras, considerando que as perspectivas para perda foram avaliadas como possíveis ou remotas pela Administração, a partir de posições dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Em resposta a esse assunto, avaliamos a consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela Administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, obtivemos confirmações dos assessores jurídicos externos contemplando os prognósticos de perda para os principais processos, bem como a quantificação dos montantes estimados como perda remota, possível e provável. Envolvemos nossos especialistas na área tributária para avaliarmos a razoabilidade das estimativas da Administração e seus assessores jurídicos internos e externos para determinados processos, considerando a evolução desses processos e a jurisprudência existente, quando aplicável.

A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa das perdas prováveis esperadas envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia, pois depende de eventos futuros que não estão sob controle da Administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela Administração e seus assessores jurídicos internos e externos, sendo que mudanças nas tendências dos tribunais ou novas jurisprudências podem fazer com que as estimativas da Administração sofram alterações significativas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para determinação das provisões e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações recebidas ao longo da nossa auditoria.

Avaliação da redução do ágio ao seu valor recuperável (Notas explicativas 7.2 e 20 (c))

A Companhia possui ágio por expectativa de rentabilidade futura oriundo de combinações de negócios ocorridas neste e em exercícios anteriores, no montante consolidado de R$ 5.617.975 mil (sendo R$ 5.349.707 mil na rubrica "Intangível", e R$ 268.268 mil na rubrica "Investimentos"). Para as Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") que contém ágio alocado, a determinação do valor recuperável, que é o maior montante entre o valor justo líquido de despesa de venda e o valor em uso, envolve julgamentos críticos por parte da Administração da Companhia. O valor recuperável é sensível às variações nas premissas de flutuação do preço e do volume de vendas de cimento, volume de despesas operacionais e determinação das taxas de desconto apropriadas, dentre outras utilizadas nos cálculos.

Em resposta a esse assunto, entendemos e testamos os controles-chave existentes nessa área e avaliamos a metodologia utilizada pela Administração para identificação das Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). Adicionalmente, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela Administração, incluindo a taxa de desconto utilizada para determinação do valor em uso ou valor justo líquido de despesas com vendas e operacionais, quando aplicável, e as taxas de crescimento dos preços e volumes de cimento, comparando-as com previsões econômicas e setoriais disponíveis. Também testamos, com o apoio de nossos especialistas, a precisão matemática dos cálculos e dados das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa e determinação da taxa de desconto.

Condições econômicas e de mercado adversas podem fazer com que essas premissas sofram alterações significativas, com consequente impacto nas demonstrações financeiras.

Por meio de análise de sensibilidade sobre as principais premissas utilizadas, avaliamos se as variações individuais ou cumulativas, resultariam em perdas por *impairment* significativamente superiores às registradas pela Companhia. Como resultado dos procedimentos de auditoria, consideramos que as premissas e critérios adotados pela Administração para a análise do valor recuperável do ágio são razoáveis em seus aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25/02/2022.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador - CRC 1SP196994/O-2.

CERC CENTRAL DE RECEBÍVEIS S.A.

CNPJ Nº 23.399.607/0001-91

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(EM MILHARES DE REAIS - R$, EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da CERC – Central de Recebíveis S.A, levantadas em 31 de dezembro de 2021, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO ANO

O ano de 2021 foi desafiador e ao mesmo tempo transformador para a CERC. Devido a entrada em vigor da norma de Registro de Arranjos de Pagamento (BCB 3.952) o número de clientes e o volume de transações registradas em nossa plataforma cresceram exponencialmente, por exemplo, nossa base de cliente cresceu por volta de 200% em comparação com o de 2020. Como resultado, nossa Receita Líquida se multiplicou por mais de 10 vezes. Contribuíram também para o crescimento da receita nossa consolidação como player relevante no registro de Títulos do Agro, além da expansão de receitas com registro de CCBs e Duplicatas. Como consequência, a Companhia apresentou uma margem bruta positiva pela primeira vez em sua história, atingindo a marca de 54% e resultado operacional positivo, devido ao aumento da receita e melhora na eficiência operacional, superando em larga escala o desempenho do exercício anterior. Além disso, a expansão de receita ocasionou também uma expansão significativa do contas a receber de clientes, cuja parte significativa já foi liquidada ao longo dos primeiros meses de 2022. Todos esses marcos de desempenho são fruto de anos de trabalho com foco no objetivo de modernizar o mercado e reforça nosso posicionamento relevante de uma Infraestrutura de Mercado Financeiro neutra e inovadora. Ao longo de 2021, a CERC concentrou esforços para protocolar junto ao Banco Central do Brasil pedidos de autorização para Depositária Central e Sistema de Liquidação que possibilitarão a atuação da Companhia em praticamente todas as dimensões de infraestrutura de mercado financeiro. Os investimentos em tecnologia cresceram por volta de 190% em 2021, fazendo frente à crescente complexidade das operações da CERC e a evolução de nossos projetos. Como consequência, nosso intangível praticamente triplicou quando comparado com o exercício anterior, ratificando o foco da Companhia de criar soluções diferenciadas e escaláveis, através de tecnologias de ponta. No decorrer de 2021, para financiar essa expansão e projetos futuros, a CERC realizou uma rodada de captação (série C), com aporte total de R$85,75 milhões, consolidando um quadro de acionistas comprometido com nossa visão e com grande expertise no desenvolvimento de iniciativas inovadoras no mercado financeiro. Assim, terminamos o ano com uma posição de caixa robusta, para fazer frente aos desafios e novos projetos da Companhia. Enxergamos os resultados obtidos como o primeiro passo mais relevante do início de jornada com o objetivo principal de reinventar o mercado financeiro brasileiro, aumentando acesso a crédito. Agradecemos aos nossos colaboradores pela dedicação e empenho que nos possibilitaram alcançar resultados sólidos, e aos nossos acionistas pelo apoio na construção dessa jornada, além da confiança que nos é depositada.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

ATIVO	NOTA	2021	2020
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	79.259	29.942
Contas a receber de clientes	5	56.393	100
Adiantamentos		749	145
Tributos a recuperar	6	1.612	2.164
Outros Créditos	7	850	850
Total do Ativo Circulante		**138.863**	**33.201**
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes	5	22.608	-
Impostos diferidos	8	22.023	23.984
Outros Créditos	7	158	142
Imobilizado	9	4.200	4.995
Intangível	10	59.603	20.155
Total do Ativo não Circulante		**108.592**	**49.277**
TOTAL DO ATIVO		**247.455**	**82.478**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	2021	2020
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores	11	37.191	5.231
Salários e encargos sociais a pagar	12	15.228	3.941
Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	10.849	225
Empréstimos	14	7.503	4.250
Arrendamentos a pagar	15	1.025	828
Debêntures	16	8.818	-
Total do Passivo Circulante		**80.614**	**14.475**
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Arrendamentos a pagar	15	1.005	1.873
Empréstimos	14	6.775	-
Debêntures	16	16.182	-
Total do Passivo não Circulante		**23.962**	**1.873**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital Social	17	81.600	68.109
Reserva de Capital	17	117.003	44.743
Reserva de opções – Stock Options	17	177	-
Prejuízos acumulados		(55.901)	(46.722)
Total Patrimônio Líquido		**142.879**	**66.130**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**247.455**	**82.478**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo líquido do período	(9.179)	(23.795)
Ajustes ao Prejuízo		
Depreciação	1.746	1.004
Amortização	3.742	1.743
Resultado da alienação de Ativos	48	-
Perdas estimadas em contas a receber	4.937	(14)
Impostos diferidos	1.960	(12.246)
	3.254	**(33.309)**
Variações nos ativos e passivos		
Outros Créditos	(16)	57
Contas a receber de clientes	(83.838)	410
Adiantamentos	(603)	(145)
Tributos a recuperar	554	(913)
Fornecedores	31.960	4.512
Impostos taxas e contribuições a recolher	10.624	175
Salários e encargos sociais a pagar	11.286	1.977
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	**(26.779)**	**(27.236)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisições e baixas de Imobilizado (Nota 9)	(835)	(1.011)
Aquisições e baixas de Ativo Intangível (Nota 10)	(43.190)	(9.462)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(44.025)**	**(10.473)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de Capital (Nota 17)	13.491	28.556
Ágio na subscrição de ações (Nota 17)	72.260	24.006
Reserva de opções – Stock Options	177	-
Aquisição de empréstimos	10.028	-
Pagamento de Arrendamentos	(835)	(651)
Emissão de debêntures (Nota 16)	25.000	-
Juros de debêntures	2.077	-
Amortização de juros das debêntures	(2.077)	-
Caixa líquido nas atividades de financiamento	**120.121**	**51.911**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	**49.317**	**14.202**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	29.942	15.740
No fim do exercício	79.259	29.942

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NOTA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE OPÇÕES	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		**39.553**	**20.737**	**-**	**(22.920)**	**37.370**
Aumento do Capital	17	28.556	-	-	-	28.556
Reserva de ágio	17	-	24.006	-	-	24.006
Prejuízo do exercício		-	-	-	(23.802)	(23.802)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		**68.109**	**44.743**	**-**	**(46.722)**	**66.130**
Aumento do Capital	17	13.491	-	-	-	13.491
Reserva de ágio	17	-	72.260	-	-	72.260
Reserva de opções – Stock Options	17	-	-	177	-	177
Prejuízo do exercício		-	-	-	(9.179)	(6.181)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		**81.600**	**117.003**	**177**	**(55.901)**	**142.879**

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	NOTA	2021	2020
RECEITA LÍQUIDA	18	125.942	11.630
Custo dos serviços prestados	18	(57.790)	(15.967)
LUCRO BRUTO		**68.152**	**(4.337)**
Despesas Administrativas	20	(47.445)	(21.945)
Despesas de Tecnologia	20	(13.763)	(8.754)
Despesas Comerciais	20	(5.121)	(28)
Despesas Tributárias	20	(1.689)	(987)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**134**	**(36.051)**
Despesas Financeiras	20	(4.238)	(809)
Receitas Financeiras	20	2.012	820
RESULTADO ANTES DO IRPJ E CSLL		**(2.092)**	**(36.040)**
Imposto de Renda e Contribuição Social	8	(7.087)	12.246
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(9.179)**	**(23.795)**

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	2021	2020
Prejuízo líquido do exercício	(9.179)	(23.795)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	**(9.179)**	**(23.795)**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A CERC Central de Recebíveis S.A. ("Companhia" ou "CERC"), é uma sociedade anônima, estabelecida no Brasil, com sede na Avenida Paulista, nº 37, 6º andar, cj. 61 e 62, Bela Vista – São Paulo – SP, constituída em 02 de outubro de 2015 e, iniciando suas operações em 15 de fevereiro de 2016. A CERC tem por objeto social: (i) administrar plataforma eletrônica autorizada pelo Banco Central do Brasil, cuja finalidade é avaliar e registrar operações, ativos financeiros que a lastreiam, bem como a constituição de ônus e gravames sobre ativos financeiros e demais direitos considerados elegíveis após deliberação pela Administração da Companhia; (ii) administrar plataforma eletrônica homologada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, cuja finalidade é avaliar e registrar operações de seguros, previdência complementar aberta, capitalização, resseguros e demais direitos considerados elegíveis após deliberação pela Administração da Companhia; (iii) administrar plataforma eletrônica autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, cuja finalidade é avaliar e registrar operações com valores mobiliários e demais direitos considerados elegíveis após deliberação pela Administração da Companhia, mediante autorização da CVM; (iv) atuar como provedora de serviços de infraestrutura para mercados financeiro e de seguros, na qualidade de Registradora; (v) atuar na qualidade de Depositária Central, realizando a guarda centralizada de ativos financeiros, fungíveis e infungíveis, mediante autorização do Banco Central do Brasil; (vi) atuar na qualidade de Depositária Central, realizando a guarda centralizada de valores mobiliários, fungíveis e infungíveis, mediante autorização da Comissão de Valores Mobiliários; (vii) atuar na qualidade de Câmara de Liquidação, realizando o processamento, compensação e liquidação de operações de transferência de fundos e ativos financeiros, nos termos da legislação vigente, mediante autorização pelo Banco Central do Brasil; (viii) prestar serviços de exploração e análise de dados, análise de riscos e inteligência de mercado, bem como constituição de banco de dados e atividades correlatas; (ix) exercício de outras atividades que, na visão da Administração da Companhia, sejam de interesse de participantes dos mercados relacionados às atividades exercidas pela Companhia, bem como contribuam para o seu desenvolvimento e sua higidez; (x) criar e desenvolver sistemas informatizados (software); (xi) explorar direitos de uso de sistemas informatizados próprios ou de terceiros, inclusive mediante licenciamento de softwares e locação de hardwares; (xii) prestar serviços de processamento de dados e oferecer treinamento relacionado a este serviço; (xiii) desenvolver atividades de pesquisa e inovação tecnológica; (xiv) prestar serviços de suporte técnico em informática; (xv) prestar serviços de consultoria e assessoria empresarial, relacionadas com as atividades acima descritas; e (xvi) a participação em outras sociedades, de qualquer natureza e tipo societário. **1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES – COVID 19:** Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. Neste contexto, as autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia definiu um plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Em 2021 o Brasil iniciou o processo de vacinação de sua população abrangendo escalonadamente as faixas etárias e, portanto, incluindo os colaboradores da Companhia. O momento é ainda desafiador em função do surgimento de novas variantes do coronavírus, entretanto, a Companhia está otimista na condução de seus negócios de forma robusta e resiliente como mostra o crescimento de suas operações de forma exponencial neste último ano. Ainda assim, a administração continua monitorando os reflexos da pandemia dentro de suas operações tomando todas as ações necessárias para a preservação da saúde de seus colaboradores. Não foram identificados impactos negativos significativos em função da pandemia. Por outro lado, a preocupação de nossos clientes com a qualidade de suas garantias nas concessões de crédito, contribuiu para aumentar nosso volume de registro. Dentro dessas ações, destaca-se a adoção do regime de "home office" para a maior parte de seus colaboradores e o uso constante de ferramentas digitais, tais como as reuniões por videoconferência e a circulação da comunicação corporativa procurando conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados a pandemia. **Ações institucionais relacionadas à pandemia:** A Administração se mantém atenta para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia visando mitigar quaisquer impactos em suas operações e na qualidade de seus serviços e no atendimento aos seus clientes. Tais ações objetivam minimizar quaisquer riscos de saúde aos colaboradores da Companhia e seus familiares, garantindo a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia com qualidade e de forma constante. **1.2 RESOLUÇÃO CMN 4.734 e CIRCULAR BCB 3.952:** A resolução CMN 4.734 e Circular BCB Nº 3.952 trouxeram grandes novidades no mercado financeiro. Ambas trouxeram inovações para utilização de recebíveis em operações de crédito e estabeleceram novos processos. O objetivo foi a abertura do mercado para a negociação mais fácil e segura de recebíveis, aumentando o acesso à crédito e possibilitando a diminuição de taxas. Para isso, faz-se necessário o registro desses recebíveis junto a uma registradora autorizada pelo BCB, como a CERC. A regulação mencionada entrou em vigor em junho de 2021 e gerou um grande aumento no volume de processamento de registros pela Companhia.

2. ELABORAÇÃO APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela lei nº 11.638, aprovada em 28 de dezembro de 2007) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. A Administração da CERC afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. Além disso, as políticas contábeis foram aplicadas nos períodos comparativos, portanto, não havendo alterações nas políticas contábeis para o exercício de 2021. As presentes Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da CERC em 22 de março de 2022. **2.1. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO:** As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação adotada pela Companhia. Ao definir a moeda funcional, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o valor de seus serviços, bem como a moeda na qual a maior parte dos custos são incorridos. **2.2. TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da CERC (Real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das apresentações. Os ganhos e perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações são reconhecidos no resultado do exercício.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS APLICADAS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3.1. Estimativas contábeis: As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas esperadas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, estimativas da vida útil de determinados ativos, determinação do valor recuperável de outros ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas. **3.2. Apuração do resultado:** O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas e despesas são reconhecidas quando geram benefícios ou ônus econômicos para a Companhia e que possam ser mensuradas de forma confiável. As receitas e despesas são mensuradas com base no valor da contraprestação recebida/paga. **3.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, quando aplicáveis. **3.4. Tributos a recuperar:** Representados basicamente por tributos retidos na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras e PIS e Cofins a recuperar. **3.5. Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados compreendem móveis, máquinas e equipamentos, além de benfeitorias em imóveis de terceiros, os quais foram registrados ao valor de custo e deduzidos de depreciação, a qual é calculada pelo método linear, quando necessário. **3.6. Instrumentos financeiros - Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros em 3 categorias, sendo (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou (iii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial de cada operação. **(i) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao custo amortizado se as seguintes condições forem atendidas: **(a)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e **(b)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. **(ii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas: **(a)** o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **(b)** os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não existem na Companhia ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(iii) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado"). Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e, sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia classificou suas aplicações financeiras como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. **3.7. Outros ativos e passivos circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **3.8. Imposto de renda e contribuição social:** São calculados e constituídos com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, para fins de determinação de exigibilidade. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízo fiscal ou base negativa da contribuição social, bem como de provisões não dedutíveis, são reconhecidos somente na extensão em que sua realização seja provável. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 há créditos tributários registrados contabilmente na rubrica impostos diferidos (Nota 8) referente ao prejuízo fiscal. **3.9. Provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa:** Considerando a característica do negócio da Companhia, a carteira de contas a receber de clientes é monitorada e avaliada para que seus dados de inadimplência indiquem a necessidade de realizar provisões necessárias para manter o saldo de sua carteira dentro das expectativas de realização. Nesse sentido, a Administração mensalmente analisa os dados de inadimplência aplicando as provisões de acordo com as faixas de atraso, baseada em política interna que avalia as expectativas de perdas estimadas-tendo em vista as premissas estabelecidas no CPC 48 (IFRS 9), parágrafo B5.5.35, cujo montante é considerado suficiente pela Administração para fazer face as perdas esperadas na realização dos créditos, conforme tabela abaixo:

Período de atraso	Percentual de provisão
15 a 30 dias	1%
31 a 60 dias	3%
61 a 90 dias	10%
91 a 120 dias	30%
121 a 150 dias	50%
151 a 180 dias	70%
Acima de 180 dias	100%

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia mantinha provisão de sua carteira de contas a receber conforme metodologia acima, cujos valores estão apresentados na Nota 5. **3.10. Baixa de ativos:** O tratamento contábil de baixas de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados são transferidos a terceiros: (i) Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros de forma que a Companhia (cedente) não retém uma dívida subordinada, os ativos transferidos são removidos do balanço; (ii) Se a Companhia retém substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros transferidos, a Companhia (cedente) retém uma dívida subordinada, assim os ativos transferidos não são removidos do balanço, sendo reconhecido um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não há ativos financeiros sujeitos a baixa. **3.11. Debêntures:** São registrados pelo seu valor de aquisição acrescidos dos encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. Não houve custos de captação pela natureza da estruturação das debêntures de emissão da Companhia em razão da captação haver sido feita pela própria emissora. **

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/8F90-BC04-7E6A-31E0 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 8F90-BC04-7E6A-31E0

Hash do Documento

3ADC73441FE5202A03E6FA766547D67F337F20B948D362AEC7A0BD2E8ADE3B5F

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

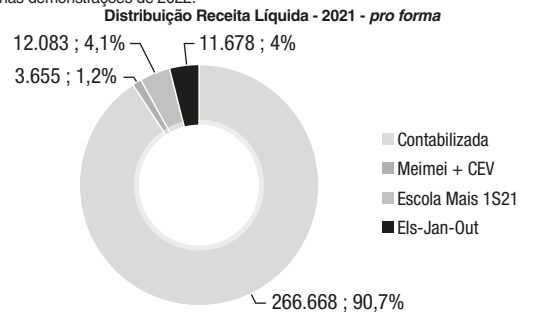
Bahema Educação S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 45.987.245/0001-92

Relatório da Administração

Caros Acionistas, A virada de 2021 para 2022 marca um novo ciclo para a Companhia. Passados dois anos de pandemia e tendo executado um processo de reorganização interna que começou simultaneamente aos primeiros anúncios de fechamento das escolas em março de 2020, é difícil olhar para trás sem perceber nossa grande evolução como uma empresa de educação. Nossa essência continua a mesma, assim como nossa premissa de qualidade, de preservar o DNA de cada escola, e de reforçar nossa missão coletiva como educadores. Mas mudamos muitas coisas - e mudamos para melhor! Como contamos na última divulgação de resultados, nossa estratégia está centrada em escola com três perfis pedagógicos: (i) escolas contemporâneas, que buscam uma formação moderna e integral lastreadas no currículo brasileiro, (ii) escolas internacionais/bilíngues, para famílias que valorizam, além do currículo nacional, certificações internacionais e (iii) a Escola Mais, que concilia inovação e qualidade com mensalidades acessíveis. Enquanto os dois primeiros perfis reúnem escolas com marcas fortes, alta densidade acadêmica e mensalidades mais altas, a Escola Mais nos permite participar do outro extremo desse espectro, com mensalidades bastante competitivas, um mercado endereçável muito grande e alto potencial de crescimento. Acreditamos que a atuação por meio destes grupos de escolas nos coloca numa posição bastante diferenciada no cenário educacional brasileiro. Do ponto de vista de gestão, reforçamos ao longo deste período algumas áreas estratégicas como a diretoria pedagógica, de marketing e de finanças, aportando competências técnicas e de apoio às escolas. Além disso, reorganizamos nossa área de operações para um formato regional, tendo uma equipe para as escolas de São Paulo, outra para o Rio de Janeiro e uma terceira para as escolas espalhadas nos outros estados. Neste formato estamos capturando os benefícios de escala sem, no entanto, perder a proximidade com as famílias, equipes e nossos estudantes. Vemos cada escola como um ecossistema próprio, vivo e em constante evolução. E em conjunto, por meio deste grande bioma educacional, conseguimos impulsionar cada escola para que todas caminhem mais depressa do que conseguiriam de forma isolada. As escolas contemporâneas são hoje a maior base de estudantes da Companhia, quase dois terços em quantidade e um pouco mais que isso em termos de receita. Dentro desse perfil encontramos a maior diversidade tanto em termos de projetos pedagógicos como de resultados financeiros, escolas altamente resilientes, marcas de referência nas suas cidades e com décadas de conhecimento pedagógico acumulado. Aqui temos oportunidades de ganhos de produtividade para garantir a sustentabilidade financeira em todas as escolas, além de liberar o potencial de crescimento das marcas, expandindo segmentos (algumas ainda não atuam do infantil ao médio), atividades no complementares, e eventualmente novas unidades dentro das cidades onde já estão presentes. Nossas escolas internacionais/bilíngues vivem um momento interessante. Crescemos em 2021 tanto organicamente, com a realocação da unidade do BIS em São Paulo, quando inorganicamente com a chegadas das Escolas Internacionais de Florianópolis e Blumenau. Com margens bastante saudáveis, temos investido muito em melhorias de infraestrutura, formação das equipes e na evolução de seus projetos pedagógicos. Elas ainda representam menos de 10% de nossa atual base de estudantes, mas vem ganhando relevância e vemos um bom potencial de expansão pela frente. Por fim, a Escola Mais tem um papel bastante importante dentro de nosso projeto de educação. Com um modelo pedagógico bastante inovador e uso intenso de tecnologia, vamos rompendo o modelo tradicional de escola para conseguir entregar muita qualidade a um preço bastante acessível. Os seus resultados mostram todo o potencial que temos pela frente: praticamente dobramos a base de estudantes em 2021 comparados ao ano anterior, cumprindo nossos objetivos de sustentabilidade financeira por unidade. E o mais importante, os níveis de aprendizagem de nossos estudantes tem superado nossas estimativas. O ano de 2022 já começou acelerado, com a abertura de mais quatro unidades (chegando a oito no total), o lançamento do ensino fundamental 1 em diversas unidades e a base de estudantes praticamente dobrando mais uma vez na comparação com 2021, comprovando a força da nossa proposta de valor. **Desempenho Operacional:** Encerramos o ano de 2021 com mais de 90% da receita líquida *pro forma* contabilizada nas nossas demonstrações financeiras, refletindo a consolidação das aquisições que fizemos desde 2017. Várias delas foram adquiridas em estágios e estavam parcialmente ou nada refletidas nos nossos números. Ao considerarmos que 8,1% da receita líquida de 2021 não contabilizada se refere a escolas que assumimos o controle ao longo do ano (Escola Mais e Escolas Internacionais de SC), podemos esperar quase 99% das receitas refletidas nas demonstrações de 2022.

Distribuição Receita Líquida - 2021 - *pro forma*

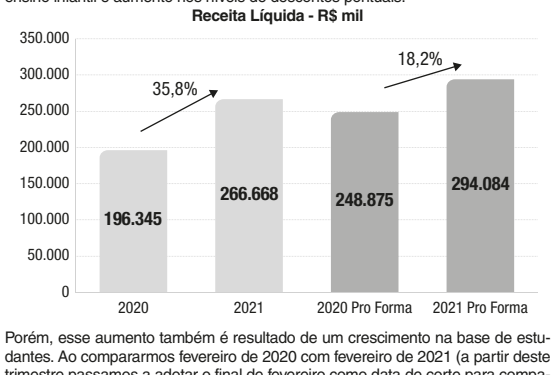


O aumento do percentual consolidado das demonstrações das escolas se reflete em uma clara melhora dos resultados operacionais. Em 2021, sem o ajuste *pro forma* dos 9,3% da receita líquida não contabilizados, chegamos num EBITDA de R$25,2 milhões, que ao ser ajustado pelas despesas de aluguel efetivamente pagas no decorrer de 2021 e outros ajustes não recorrentes, nos trazem a um EBITDA Ajustado de R$9,5 milhões, uma margem de 3,6%. Olhando a mesma situação em 2020, o EBITDA ajustado foi negativo em R$7,5 milhões, 3,8% da receita líquida. Apesar de 2020 realmente ter sido um ano mais impactado pela pandemia, é importante notar que contabilizamos apenas 78,9% da receita líquida *pro forma* contra os 90,7% de 2021. Ou seja, houve um resultado operacional gerencial nas escolas que era menos refletido nas demonstrações financeiras.

R$ mil	**2020**	**2021**
Receita Líquida	196.345	266.668
Lucro Bruto	75.929	103.013
Margem Bruta	**38,7%**	**38,6%**
Lucro Líquido	(66.754)	(38.182)
(+) IRPJ/CSLL	6.887	5.575
(+) Resultado Financeiro	36.871	17.126
(+) Depreciação/Amortização	28.149	39.234
(+) Equivalência Patrimonial	1.344	1.405
EBITDA IFRS-16	**6.497**	**25.158**
(–) Aluguel Caixa	19.060	26.679
(+) Receita/Despesa não recorrente	5.015	11.009
(+) Opções Outorgadas	*2.116*	*1.231*
(+) Despesas de Expansão	*–*	*7.176*
(+) Outras	*2.899*	*2.602*
EBITDA Ajustado Caixa	**(7.548)**	**9.488**
Margem EBITDA Ajust.	-3,8%	3,6%

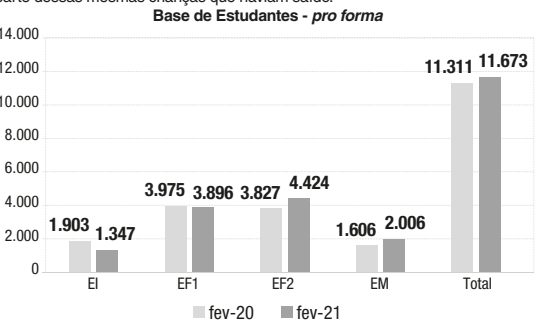
Dentre os ajustes realizados, temos como destaque as despesas de expansão acima de R$7 milhões da Escola Mais. Fazemos esse ajuste porque esse valor foi integralmente usado na captação de estudantes para as novas unidades que abriram em 2022 ou para a expansão das que já existiam. Também fizemos um ajuste das despesas de opções outorgadas porque consideramos que essa despesa não reflete o impacto real do exercício dessas opções para os atuais acionistas dado que quando fizemos a outorga o preço estava mais de 60% acima do preço atual. Já os outros ajustes se referem a despesas extraordinárias que não se repetirão no futuro. Mesmo considerando que as nossas demonstrações financeiras ainda têm muitos efeitos não caixa devido às várias aquisições realizadas nos últimos anos, além do fato de que só no final do ano passamos a contabilizar perto de 100% da receita gerencial das escolas, sabemos que a margem EBITDA ainda está bastante aquém do possível. Temos efeitos de pandemia que não devem se repetir, além de um trabalho realizado ao longo de 2021 para ser mais eficiente em escolas menos rentáveis, buscando aproximar seus patamares de rentabilidade operacional ao que entendemos como possível. **Comparação *pro forma* de Receita Líquida e Base de Estudantes:** Encerramos o ano com um forte crescimento da receita líquida em bases comparáveis com o ano anterior, de 17,8%. Esse crescimento se acelerou trimestre a trimestre ao longo do ano devido a forte sazonalidade observada em 2020, com um segundo semestre muito impactado negativamente pela Covid, resultado de cancelamento de matrículas no ensino infantil e aumento nos níveis de descontos pontuais.

Receita Líquida - R$ mil



Porém, esse aumento também é resultado de um crescimento na base de estudantes. Ao compararmos fevereiro de 2020 com fevereiro de 2021 (a partir deste trimestre passamos a adotar o final de fevereiro como data de corte para comparação da base de estudantes em cada ano), o crescimento foi de 3,2% *pro forma*, considerando o número de estudantes nas escolas que eventualmente ainda não haviam sido adquiridas. Mas é importante lembrar que enquanto ao longo de 2020 tivemos uma forte retração nesse número, reflexo da saída das crianças de ensino infantil, em 2021 tivemos um crescimento ao longo do ano, com a volta de parte dessas mesmas crianças que haviam saído.

Base de Estudantes - *pro forma*



No processo de captação para 2022 observamos uma desaceleração de novas matrículas a partir do final de outubro do ano passado. Especialmente no ensino infantil, que imaginávamos que fosse voltar aos números de estudantes do período pré-pandemia, a recuperação que aconteceu ao longo de 2021 ficou estagnada na virada do ano. Continuamos acreditando nessa retomada, que provavelmente ainda é lenta em função do receio das famílias (a vacinação em crianças ainda é restrita a crianças maiores do que 5 anos) e da adequação a um novo formato de estrutura familiar, com as pessoas trabalhando mais de casa. **Estrutura de Capital e Endividamento:** Apesar do exercício de R$15 milhões em bônus de subscrição na janela de 30 de dezembro, o endividamento líquido da companhia apresentou um aumento de quase R$39 milhões, chegando a R$168,7 milhões.

	1T21	**2T21**	**3T21**	**4T21**
(+) Caixa	105.970	29.676	39.130	12.526
(+) Bônus a receber	–	7.830	1.623	15.000
(–) Dívidas de Aquisições	146.041	104.947	97.946	105.365
(–) Parcelamentos Tributários	29.609	29.634	27.442	26.802
(–) Dívidas Bancárias	49.206	46.914	45.279	64.054
Endividamento Líquido	**(118.886)**	**(143.989)**	**(129.914)**	**(168.695)**

A conclusão da aquisição das Escolas Internacionais de Santa Catarina, ocorrida no começo de novembro, significou um acréscimo de mais de R$14 milhões às dívidas de aquisições, além de um pagamento à vista de R$18 milhões. O último trimestre também tem uma característica sazonal de ter um dispêndio maior de caixa nas escolas. Além do 13º salário em uma estrutura em que a folha é o principal gasto, também é o período do ano em que as escolas costumam fazer obras, já que isso só pode acontecer em intervenções maiores durante as férias escolares, quando os estudantes não estão em aula. Por fim, a maior parte das despesas de comunicação e marketing, buscando a entrada de novos estudantes, também é realizada nesse período. Ao analisar individualmente, a Escola Mais teve o maior consumo operacional devido a abertura de suas quatro novas unidades, tanto em obras como em comunicação e marketing. Também fizemos um investimento relevante na nova unidade da Escola da Vila, a Vila das Juventudes no Butantã, em São Paulo. Mas, seguindo um plano de investimento e renovação dos nossos espaços, todas as escolas tiveram algum investimento em obras nesta virada. Logo no começo de 2022 fizemos a emissão de notas comerciais no valor total de R$75 milhões. Essa emissão, além de marcar a entrada da Bahema Educação no mercado de títulos de dívida, permitiu a renegociação e alongamento de toda a dívida bancária, além de ser importante para complementar o pagamento das aquisições no ano, já que a maior parte dessas dívidas vence ainda no primeiro semestre. Para fazer frente a esses vencimentos, teremos a última janela de exercício dos bônus de subscrição, com expectativa de captar boa parte do valor ainda em aberto. Também serão convertidas automaticamente em capital todas as debêntures da emissão realizada em dezembro de 2020. Considerando todas as etapas, essa emissão deve levantar quase R$200 milhões de capital para a Companhia, reforçando o grande comprometimento e visão de longo prazo dos seus acionistas. **Perspectivas:** Começamos 2022 como uma empresa maior, mais integrada e mais organizada. Nossas escolas saem da pandemia com projetos pedagógicos mais robustos e incorporando conceitos tecnológicos essenciais para o ensino nos dias de hoje. Nossos colaboradores, nossos estudantes e suas famílias estão mais resilientes e engajados após uma crise sem precedentes no nosso tempo. Por tudo isso, estamos certos de que o futuro, por mais desafios que ainda existam, é brilhante para nossas escolas. Ao longo do ano vamos promover trocas pedagógicas entre equipes e estudantes, avaliações de áreas de conhecimento, formações de professores e gestores e incorporar ferramentas de melhora de resultado nas avaliações para o ingresso no ensino superior com a ajuda do Intergraus, mais recente aquisição da Companhia. Também continuaremos a investir e planejar melhorias nos espaços físicos, tão necessários para a entrega do projeto pedagógico. As áreas de suporte, agora integradas na nossa TEIA, passarão a ter seus processos revistos e melhorados. Estamos, ainda, construindo uma agenda ambiciosa e estruturada da área de ESG dentro da Companhia, com ações nos campos da sustentabilidade, social e de governança lideradas por um comitê montado para isso. Já aplicamos um novo Código de Ética, realizamos um levantamento sobre a diversidade entre funcionários e estudantes, estamos ampliando a agenda socioambiental e planejamos unificar e aumentar os programas de bolsas sociais que já existem nas escolas. Tudo isso será feito sem renunciar às oportunidades de crescimento que vemos pela frente. Seja trazendo novas escolas para o grupo ou levando as que já fazem parte para novas localidades, queremos ter ainda no primeiro semestre um plano de expansão pronto para ser executado a partir de julho, permitindo que a Companhia continue a crescer, levando sua visão de uma educação básica de qualidade para cada vez mais pessoas.

Demonstrações Contábeis - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 (Valores expressos em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Notas**	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	22.442	12.526	42.238
Mensalidades a receber	7	–	–	8.337	9.079
Adiantamentos	8	166	17	7.154	5.802
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	531	465	2.783	2.677
Outros ativos	10	15.040	29	21.282	3.905
Total do circulante		**15.740**	**22.953**	**52.082**	**63.701**
Não circulante					
Outros ativos	10	4.058	78.200	6.056	82.936
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	4.542	5.013	4.542	5.013
Depósitos judiciais	19	–	–	203	240
Ativos financeiros	12	–	20.314	–	20.314
		8.600	**103.527**	**18.713**	**116.415**
Investimentos	12	153.512	65.992	1.562	13.005
Imobilizado	13	13	16	103.000	49.104
Intangível	14	–	43.839	308.905	265.304
Ativos de direito de uso	11	–	–	132.070	95.177
Total do ativo não circulante		**162.125**	**213.374**	**564.250**	**539.005**
Total do ativo		**177.865**	**236.327**	**616.332**	**602.706**

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**Notas**	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Circulante					
Fornecedores		57	48	10.283	4.186
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	34.769	21.940
Obrigações trabalhistas	16	186	171	24.861	19.255
Obrigações tributárias	17	126	94	7.704	4.551
Impostos parcelados	17	–	–	3.752	4.972
Adiantamento de mensalidades	18	–	–	29.541	21.888
Passivos de arrendamento	21	–	–	39.075	16.452
Contraprestação a pagar	20	–	–	81.547	64.616
Outras contas a pagar	20	400	35	4.196	990
Total do circulante		**769**	**348**	**235.728**	**158.850**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	29.285	29.076
Impostos parcelados	17	202	202	23.050	27.205
Obrigações trabalhistas	16	–	–	15.931	16.749
Impostos diferidos	22	–	–	13.891	16.594
Provisão para demandas judiciais	19	–	–	340	2.039
Passivos de arrendamento	21	–	–	119.922	96.738
Contraprestação a pagar	20	–	–	23.818	95.248
Outras contas a pagar	20	37.439	84.053	4.646	4.346
Total do não circulante		**37.641**	**84.255**	**230.883**	**287.995**
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	23 a)	207.664	130.080	207.664	130.080
Reservas de capital	23 b)	52.212	105.208	52.212	105.208
Prejuízos acumulados	–	(120.421)	(83.564)	(120.421)	(83.564)
		139.455	**151.724**	**139.455**	**151.724**
Participação de acionistas não controladores		–	–	10.266	4.137
Total do patrimônio líquido		**139.455**	**151.724**	**149.721**	**155.861**
Total do passivo e patrimônio líquido		**177.865**	**236.327**	**616.332**	**602.706**

Demonstrações do resultado abrangente

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**
Prejuízo do exercício	**(36.857)**	**(66.852)**	**(38.182)**	**(66.754)**
Outros resultados abrangentes	**–**	**–**	**–**	**–**
Resultado abrangente do exercício	**(36.857)**	**(66.852)**	**(38.182)**	**(66.754)**
Atribuído aos acionistas controladores	–	–	(36.857)	(66.852)
Atribuído aos acionistas não controladores	–	–	(1.325)	98

Demonstrações do resultado

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**
Receita líquida	24	–	–	266.668	196.345
Custos	25	–	–	(163.655)	(120.416)
Lucro bruto		**–**	**–**	**103.013**	**75.929**
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	26	(1.433)	(1.729)	(70.027)	(48.338)
Despesas com pessoal	27	(3.953)	(4.374)	(35.826)	(30.741)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		–	–	(2.047)	(6.389)
Outras receitas operacionais	28	54	273	3.287	37.182
Outras despesas operacionais	28	(904)	(652)	(12.476)	(49.295)
Resultado de equivalência patrimonial	12	(26.690)	(58.201)	(1.405)	(1.344)
		(32.926)	**(64.683)**	**(118.494)**	**(98.925)**
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		(32.926)	(64.683)	(15.481)	(22.996)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	687	602	13.986	1.615
Despesas financeiras	29	(4.618)	(2.771)	(31.112)	(38.486)
		(3.931)	**(2.169)**	**(17.126)**	**(36.871)**
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		**(36.857)**	**(66.852)**	**(32.607)**	**(59.867)**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	30	–	–	(8.278)	(9.877)
Diferido	30	–	–	2.703	2.990
		–	**–**	**(5.575)**	**(6.887)**
Prejuízo do exercício		**(36.857)**	**(66.852)**	**(38.182)**	**(66.754)**
Atribuído aos acionistas controladores				(36.857)	(66.852)
Atribuído aos acionistas não controladores				(1.325)	98
Prejuízo básico por ação - ordinária - R$	23	(2,92)	(6,01)		
Prejuízo diluído por ação - ordinária - R$	23	(2,87)	(5,50)		

Demonstrações dos fluxos de caixa

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**
Atividades operacionais					
Prejuízo do exercício		**(36.857)**	**(66.852)**	**(38.182)**	**(66.754)**
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações	13 e 26	4	5	8.306	4.187
Depreciações - Direito de uso imóveis	11	–	–	18.742	14.871
Juros sobre passivos de arrendamento	29	–	–	13.446	13.138
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	7	–	–	2.047	6.389
Reversão de Provisão	28	–	(17)	–	(2.278)
Resultado da equivalência patrimonial	12	26.690	58.201	1.405	1.344
Juros sobre contas a pagar por aquisição de empresas	29	–	–	1.056	15.845
Ganho contraprestação variável	29	–	–	(11.431)	–
Juros sobre empréstimos e financiamentos	15 e 29	(45)	–	4.299	4.647
Amortização de mais valia por combinações de negócios	14 e 28	904	–	12.186	10.275
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	28	–	–	637	(5.285)
Opções outorgadas reconhecidas, incluindo encargos trabalhistas	27	1.231	2.115	1.231	2.115
Imposto de renda diferido	30	–	–	(2.703)	(2.990)
Reavaliação combinação de negócios efetuada em estágios		–	–	–	6.798
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais					
Tributos a recuperar		405	236	1.148	(668)
Mensalidades a receber		–	–	699	(7.555)
Outros ativos		(1.650)	1.067	(1.020)	(449)
Adiantamentos		(149)	(17)	58	(4.759)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais					
Fornecedores		9	(22)	4.139	2.013
Obrigações trabalhistas		15	142	2.222	17.941
Obrigações tributárias		32	35	(3.202)	(21.656)
Adiantamento de mensalidades		–	–	5.654	(1.902)
Outras contas a pagar		324	742	10.458	(3.086)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		**(9.087)**	**(4.365)**	**31.195**	**(17.819)**
Atividades de investimentos					
Integralização de capital em controlada	12	(84.359)	(70.479)	–	(10.643)
Mútuo concedidos		(1.195)	(11.145)	–	–
Recebimento de Mútuo		(1)	–	–	(11.145)
Aquisição de investimentos, líquido do caixa e equivalentes		(20.591)	–	(23.392)	(28.285)
Venda de bens do ativo imobilizado e do intangível		–	–		36.697
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	13	–	–	(46.750)	(2.513)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		**(106.146)**	**(81.624)**	**(70.142)**	**(15.889)**
Atividades de financiamentos					
Pagamento pela aquisição de controlada	20 (a)	–	–	(62.250)	(6.672)
Pagamento de arrendamento	21	–	–	(26.679)	(19.059)
Recebimento de debêntures conversíveis em ações		76.666	–	76.666	–
Captação de Empréstimos	15	–	–	33.295	37.872
Dêbentures emitidas	16		38.334		38.334
Mútuos Obtidos	20	–	35.197	–	
Pagamento de Empréstimos	15	–	(1.962)	(27.925)	(23.457)
Aumento de Capital	20 (a)	16.129	778	16.129	778
Caixa líquido gerado gerado pelas atividades de financiamentos		**92.795**	**72.347**	**9.236**	**27.796**
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(22.438)**	**(13.642)**	**(29.711)**	**(5.912)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	22.442	36.084	42.238	48.150
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	3	22.442	12.526	42.238
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa		**(22.439)**	**(13.642)**	**(29.712)**	**(5.912)**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

		Atribuível aos acionistas controladores								
		Capital social		Reservas de capital		Reservas de lucros				
	Notas	**Capital subscrito**	**Gastos com emissão de ações**	**Reservas de capital**	**Outras reservas**	**Reserva legal**	**Lucros a realizar**	**Lucros/ (Prejuízos) acumulados**	**Total**	**Participação dos não controladores**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**130.267**	**(965)**	**2.647**	**(3.064)**	**–**	**–**	**(7.183)**	**121.702**	**3.364**	**125.066**
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	(217)	(217)
Aquisição de controlada com participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	1.016	1.016
Aumento de capital	23	778	–	–	–	–	–	–	778	–	778
Reserva para aumento de capital	23	–	–	115.000	–	–	–	–	115.000		115.000
Opções outorgadas reconhecidas	23	–	–	2.638	–	–	–	–	2.638	–	2.638
Variação do passivo de *put option*	23	–	–	–	(10.916)	–	–	–	(10.916)		(10.916)
Ágio em transação de capital	23	–	–	–	(1.097)	–	–	–	(1.097)	–	(1.097)
Prejuízo do exercício	23	–	–	–	–	–	–	(76.381)	(76.381)	(26)	(76.407)
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)		**131.045**	**(965)**	**120.285**	**(15.077)**	**–**	**–**	**(83.564)**	**151.724**	**4.137**	**155.861**
Opções Outorgadas Reconhecidas	23 (b)	–	–	1.231	–	–	–	–	1.231	–	1.231
Aumento de capital	23	31.129	–	–	–	–	–	–	31.129	–	31.129
Conversão de dêbentures	22	46.455	–	(46.455)	–	–	–	–	–	–	–
Variação do passivo de *put option*	22	–	–		(5.840)	–	–	–	(5.840)	–	(5.840)
Ágio em transação de capital	22	–	–		(1.932)	–	–	–	(1.932)	–	(1.932)
Prejuízo do exercício	22	–	–	–	–	–	–	(36.857)	(36.857)	6.129	(30.728)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**208.629**	**(965)**	**75.061**	**(22.849)**	**–**	**–**	**(120.421)**	**139.455**	**10.266**	**149.721**

Demonstrações do Valor Adicionado

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20 (Reapresentado)**
Receitas					
Serviços prestados	24	–	–	286.563	211.180
Outras Receitas		121	273	16.294	40.435
		121	**273**	**302.857**	**251.615**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos prods., mercs. e servs. vendidos	(5)	–	(12.297)	(34.985)	
Materiais, energia, serviços de terceiros		(670)	(1.581)	(18.917)	(19.369)
Outros		(413)	(91)	(15.174)	(17.479)
Valor adicionado bruto		(967)	(1.399)	256.469	179.782
Depreciação e amortização	26	(4)	(5)	(7.986)	(4.318)
Amortização de Mais Valia	26	(904)	(603)	(18.683)	(10.275)
Amortização Direito de Uso Imóveis	26	(29)	–	(12.245)	(26.579)
Reversão de provisão		–	17	–	17
Valor (reduzido) adicionado líquido produzido pela Companhia		**(1.904)**	**(1.990)**	**217.555**	**138.627**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	(26.690)	(58.201)	(1.405)	(1.344)
Receitas financeiras	29	619	602	5.844	1.605
Valor (reduzido) adicionado total a distribuir		**(27.975)**	**(59.589)**	**221.994**	**138.888**
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		2.227	3.751	139.611	90.420
Benefícios		1.324	77	16.372	30.148
FGTS		15	11	11.549	7.283
		3.566	**3.839**	**167.532**	**127.851**
Tributos					
Federais		432	603	37.015	31.619
Estaduais		–	–	39	304
Outras		261	42	879	549
Municipais		3	–	12.410	9.435
		696	**645**	**50.343**	**41.907**
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		4.621	2.771	32.350	23.485
Aluguéis		–	8	913	596
Outras		–	–	9.038	11.722
		4.621	**2.779**	**42.301**	**35.803**
Remuneração do capital próprio					
Prejuízo do exercício		(36.857)	(66.852)	(36.858)	(66.852)
Participação de acionistas não controladores no resultado		–	–	(1.325)	179
		(36.857)	**(66.852)**	**(38.182)**	**(66.673)**
		(27.974)	**(59.589)**	**221.994**	**138.888**

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

1. Contexto operacional: A Bahema Educação S.A. ("Companhia") é constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.656 - Cj. 9A, Jardim Paulistano, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na educação básica e continuada, bem como estruturação de cursos de ensino infantil, fundamental, ensino médio e atividades correlatas. A Companhia negocia suas ações no segmento Bovespa Mais da B3, sob a sigla BAHI3. **Efeitos da Covid-19 nas operações:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus ("COVID-19") é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado que, somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, aos quais podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações contábeis. A Administração está avaliando de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações contábeis. **2020:** Os principais impactos para a Companhia aconteceram durante o ano de 2020, com as escolas permanecendo fechadas para atividades presenciais por determinação das autoridades locais durante boa parte do ano. Quando houve a reabertura em alguns locais, a partir de setembro de 2020, a volta aconteceu gradualmente e com diversas medidas restritivas. Em decorrência desses fatos, houve um impacto nas receitas do Grupo devido ao aumento do nível de descontos comerciais, à evasão de alunos principalmente no ensino infantil e à não contratação de atividades extracurriculares. O governo brasileiro publicou algumas medidas provisórias de apoio às empresas nas áreas trabalhista, tributária e econômica, como por exemplo, a possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, prorrogação no prazo de pagamento dos tributos e medidas para prover liquidez e crédito para pessoas físicas e jurídicas, entre outras ações. O Grupo fez uso de diversas dessas medidas. **2021:** No primeiro semestre de 2021, com a permanência das determinações de distanciamento social e funcionamento parcial, as escolas permaneceram com atividades presenciais de forma parcial e escalonada. A partir de agosto de 2021 as escolas retomaram as atividades presenciais de forma mais constante e próximas ao que faziam previamente ao início da pandemia e das restrições impostas. A partir de outubro de 2021, nos estados em que as escolas da Companhia estão presentes, as atividades presenciais foram retomadas em 100%. Não houve um aumento significativo na inadimplência geral considerando recebíveis com vencimentos até 31 de dezembro de 2021. Ressaltamos que os contratos com clientes são anuais, portanto, após o final do período de suspensão indicado pelas autoridades competentes, fizemos a reposição do serviço cumprindo os contratos firmados com os clientes. Também foram divulgadas normas permitindo que o ensino à distância seja considerado para cálculo das atividades letivas. Sendo assim, os impactos se devem a: (i) não oferta de atividades extracurriculares pelo impedimento de sua realização presencial durante o primeiro semestre e oferta reduzida no segundo semestre, o que varia de 0 a 5% da receita total pré-pandemia nas nossas escolas, e (ii) descontos comerciais maiores aplicados para a renovação da matrícula para o ano de 2021 em função da crise econômica que atingiu muitas das famílias contratantes. Continuamos ao longo do ano com um número de alunos abaixo do período pré-pandemia no ensino infantil. Houve uma retomada ao longo do ano, com a confirmação da reabertura presencial das escolas, porém ainda não o suficiente para recuperarmos todos os alunos que deixaram as escolas. Em dezembro de 2021 este número ainda era 11,0% abaixo do período pré-pandemia para o ensino infantil. O restante dos segmentos manteve um número estável de alunos, sem grandes variações causadas pela pandemia. Uma medida adicional que tomamos para tentar conter a evasão e aumento da

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahema Educação S.A.

solidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros e pelos ativos significativos adquiridos na combinação de negócios que foram mensurados pelos seus valores justos. **4.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 7 (c)** - Provisão para estimativa de créditos de liquidação duvidosa; • **Nota explicativa nº 14** - Intangível; • **Nota explicativa nº 12** - Investimentos; • **Nota explicativa nº 19** - Provisão para demandas judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **4.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021: a) Reforma da Taxa de Juros de Referência - IBOR "fase 2" (Alterações para IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16):** Essas alterações a várias normas IFRS são obrigatórias para períodos iniciados a partir de 1° de janeiro de 2021 e complementam as realizadas em 2019 ("fase 1"). As alterações proporcionaram alívio à Companhia, em relação a certos empréstimos (nota 15) cujos termos contratuais são afetados pela reforma da taxa de juros de referência. **b) Impactos da COVID-19 nas concessões de aluguel (Alterações a IFRS 16):** A partir de junho de 2020 e, depois, a partir de março de 2021, a IFRS 16/CPC 06-R2 foi alterada para incluir um expediente prático para os locatários que contabilizam as concessões de aluguel recebidas como consequência direta da pandemia da COVID-19 e satisfazem todas as seguintes condições: • A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; • Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2022; • A Companhia avaliou que não há alteração substancial de outros termos e condições dos contratos de arrendamento. **4.7. Novas normas, revisões e interpretações emitidas que ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2021: a) Contratos onerosos - Custo de cumprimento de contrato (Alterações à IAS 37):** Aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. A alteração determina de forma específica quais custos devem ser considerados ao calcular o custo de cumprimento de um contrato. A Companhia não espera impactos significativos quando da adoção desta norma. **b) Outras normas:** Para as seguintes normas ou alterações a administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia, a saber: • Alteração na norma IAS 16 Imobilizado - Classificação do resultado gerado antes do imobilizado estar em condições projetadas de uso. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de itens produzidos antes do imobilizado estar nas condições projetadas de uso. Esta alteração de norma é efetiva para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022; • Melhorias anuais nas Normas IFRS 2018-2020 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2022. Efetua alterações nas normas IFRS 1, abordando aspectos de primeira adoção em uma controlada; IFRS 9, abordando o critério do teste de 10% para a reversão de passivos financeiros; IFRS 16, abordando exemplos ilustrativos de arrendamento mercantil e IAS 41, abordando aspectos de mensuração a valor justo. Estas alterações de norma são efetivas para exercícios iniciados em/ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IFRS 3 - inclui alinhamentos conceituais com a estrutura conceitual das IFRS, efetivas para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2022; • Alteração na norma IAS 8 - altera a definição de estimativa contábil, que passou a ser considerada como "valores monetários nas demonstrações contábeis sujeitos à incerteza na mensuração", efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IAS 12 - traz exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial do imposto diferido relacionado a ativo e passivo resultante de uma única transação, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IFRS 17 - inclui esclarecimentos de aspectos referentes a contratos de seguros, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; • Alteração na norma IFRS 4 - Extensão das isenções temporárias da aplicação da IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023; e • Alteração na norma IAS 1 - Classificação de passivos como Circulante ou Não-circulante. Esta alteração esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como circulante e não-circulante, efetiva para períodos iniciados em ou após 01 de janeiro de 2023. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu emendas ao IAS 1, que esclarecem os critérios utilizados para determinar se o passivo é classificado como atual ou não atual. Essas alterações esclarecem que a classificação atual se baseia em se uma entidade tem o direito ao final do período de relatório de adiar a liquidação da responsabilidade por pelo menos doze meses após o período de relatório. As alterações também esclarecem que o "acordo" inclui a transferência de dinheiro, bens, serviços ou instrumentos de patrimônio, a menos que a obrigação de transferir dinheiro, bens, serviços ou instrumentos patrimoniais decorra de um recurso de conversão classificado como instrumento de capital próprio separadamente do componente de responsabilidade de um instrumento financeiro composto. As alterações eram originalmente efetivas para relatórios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2022. No entanto, em maio de 2020, a data de vigência foi adiada para períodos anuais de relatórios a partir de 1º de janeiro de 2023. **5. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela descrita na nota 5. ***a) Base de consolidação:*** **Combinações de negócios:** Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para o Grupo. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio. Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício. **Controladas:** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder obre a entidade. As demonstrações contábeis de controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações contábeis individuais da controladora, as informações contábeis de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. **Participação de acionistas não-controladores:** O Grupo elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição. Mudanças na participação do Grupo em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial:** Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em controladas (aplicável apenas na controladora) e coligadas. As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **Investimentos em entidades contabilizadas pelo método de valor justo:** Os investimentos em empresas nas quais o Grupo não possui influência significativa, são registrados pelo valor justo, deduzidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável identificadas no encerramento do exercício. **Transações eliminadas na consolidação:** Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. **Reconhecimento de receitas:** As informações sobre as políticas contábeis do Grupo sobre reconhecimento de receita estão descritas na nota explicativa 28. ***b) Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:*** O Grupo reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***Classificação e mensuração subsequente:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - Instrumento de dívida; ao VJORA - Instrumento patrimonial; ou ao VJR. No exercício de 2018, O Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro classificado como VJORA - Instrumento de dívida ou VJORA - Instrumento patrimonial. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais. • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. • Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como VJR. ***Ativos financeiros registrados pelo VJR:*** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. ***Custo amortizado:*** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Os recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de alunos e outros créditos provenientes de prestação de serviços. ***Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros:*** O CPC 48/IFRS 9 utiliza o modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O modelo de perdas esperadas se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. ***Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao VJR caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. As despesas de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. O Grupo tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Derivativos e operações de hedge:*** O Grupo não possui operação com transações de derivativos e/ou operações de hedge. ***c) Mensalidades escolares a receber:*** Representam as mensalidades escolares já emitidas, porém não recebidas, acordos firmados com estudantes com mensalidades em atraso e cobranças judiciais. As antecipações recebidas no exercício corrente a título de antecipação escolar são classificadas no passivo circulante como adiantamento de alunos e reconhecidas ao resultado de acordo com o seu exercício de competência. ***d) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração:*** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, reconhecidos na rubrica "Despesas administrativas e gerais". ***Custos subsequentes:*** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Depreciação:*** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. ***e) Ativos intangíveis e ágio: Ágio:*** O ágio resultante na aquisição de controlada é incluído nos ativos intangíveis deduzido, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Para mensuração do ágio no reconhecimento inicial. ***Outros ativos intangíveis:*** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. ***Gastos subsequentes:*** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. ***Amortização:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente. ***f) Redução ao valor recuperável de ativos:*** Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. ***g) Provisões:*** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ***h) Benefícios a empregados: Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. ***Plano de contribuição definida:*** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. ***Plano de pagamento baseado em ações:*** O Grupo oferece planos de remuneração com base em ações a seus funcionários, executivos e prestadores de serviços, segundo os quais o Grupo recebe serviços como contraprestação das opções de compra de ações outorgadas. O valor justo das opções concedidas determinado na data da outorga é registrado pelo método linear como despesa no resultado do exercício durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas do Grupo sobre quais opções concedidas serão eventualmente adquiridas, com correspondente aumento do patrimônio. A cada período de divulgação, o Grupo revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições contratuais. O impacto da revisão em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido na conta de Reserva de Capital que registrou o benefício aos empregados. ***i) Imposto de renda e contribuição social:*** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. ***Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. ***Políticas contábeis significativas:*** A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e subsequentemente pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado por certas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de arrendamento que não foram pagos na data de início, descontados usando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, a taxa de empréstimo incremental da Companhia. Esses passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes e descontados pela taxa incremental nominal de aproximadamente 9,6%, variando de acordo com o prazo de cada contrato. A Companhia aplicou julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos nos que incluem opções de renovação. A avaliação se a Companhia está razoavelmente certo de exercer essas opções tem impacto no prazo do arrendamento, o que afeta significativamente o valor dos passivos de arrendamento e dos ativos de direito de uso reconhecidos. **5.1. Reclassificação e retificação de erros de exercícios anteriores:** Durante o segundo trimestre do exercício de 2021 a Companhia identificou a necessidade de retificar os valores referentes ao exercício/períodos comparativos de 2020 em decorrência dos seguintes assuntos: **(a)** Correção da apropriação do ajuste a valor presente de contratos de arrendamento de mercantil em conexão com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. Esse ajuste impactou o resultado atribuível aos acionistas controladores, bem como o patrimônio líquido. **(b)** Correção da apropriação do ajuste a valor presente sobre o passivo de contraprestações a pagar em conexão com o CPC 12 - Ajuste a valor presente. Esse ajuste impactou o resultado atribuível aos acionistas controladores. **(c)** Efeitos reflexos das correções acima descritas por equivalência patrimonial nas informações contábeis individuais. Os erros descritos nos itens (a) e (b) são de mesma natureza e consistem, basicamente, no reconhecimento incorreto da despesa financeira segundo o pagamento de cada parcela dos passivos financeiros. Para correção do erro, calculamos o valor da apropriação do ajuste a valor presente sobre esses passivos com base no saldo em aberto para cada período reportado. A apresentação dos ajustes e reclassificações de exercícios anteriores está sendo efetuada em conexão com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, apresentado conforme segue:

	Controladora			Consolidado		
Balanço patrimonial	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Ativo circulante	22.953	–	22.953	63.701	–	63.701
Ativo não circulante						
Ativos financeiros	–		–	–	–	–
Investimento	95.445	(29.453)	65.992	13.005	–	13.005
Ativos de direitos de uso	–	–	–	95.177	–	95.177
Outros ativos não circulantes	147.382	–	147.382	430.823	–	430.823
	242.827	(29.453)	213.374	539.005		539.005
Total do ativo	**265.780**	**(29.453)**	**236.327**	**602.706**	**–**	**602.706**
Passivo circulante	348	–	348	158.850	–	158.850
Não circulante						
Passivos de arrendamentos	–	–	–	78.723	18.015	96.738
Outros passivos não circulantes	83.203	1.052	84.255	178.562	12.695	191.257
	83.203	1.052	84.255	257.285	30.710	287.995
Patrimônio líquido						
Atribuído aos controladores	182.229	(30.505)	151.724	182.229	(30.505)	151.724
Atribuído aos não controladores	–	–	–	4.342	(205)	4.137
	182.229	(30.505)	151.724	186.571	(30.710)	155.861
Total do passivo	**265.780**	**(29.453)**	**236.327**	**602.706**	**–**	**602.706**

	Controladora			Consolidado		
Demonstração de resultado	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Receita líquida		–		196.345	–	196.345
Custos	–	–	–	(120.416)	–	(120.416)
Resultado de equivalência patrimonial	(37.226)	(20.975)	(58.201)	(1.344)	–	(1.344)
Despesas operacionais	(6.482)	–	(6.482)	(97.581)		(97.581)
Resultado financeiro	(2.169)	–	(2.169)	(15.815)	(21.056)	(36.871)
Prejuízo antes dos impostos	**(45.877)**	**(20.975)**	**(66.852)**	**(38.811)**	(21.056)	**(59.867)**
Resultado de impostos	–	–	–	(6.887)		(6.887)
Prejuízo líquido	**(45.877)**	**(20.975)**	**(66.852)**	**(45.698)**	**(21.056)**	**(66.754)**
Atribuível aos controladores	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.877)	(20.975)	(66.852)
Atribuível aos não controladores	–	–	–	179	(81)	98

	Controladora			Consolidado		
Demonstração dos resultados abrangentes	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/20 (Anteriormente apresentado)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Prejuízo líquido	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.698)	(21.056)	(66.754)
Ajustes ao resultado abrangente	–	–	–	–	–	–
Resultado abrangente	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.698)	(21.056)	(66.754)
Atribuível aos controladores	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.877)	(20.975)	(66.852)
Atribuível aos não controladores	–	–	–	179	(81)	98

Demonstração da mutação do patrimônio líquido	**31/12/20 (Apresentado anteriormente)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Capital Social	130.080	–	130.080
Reserva de capital	105.208	–	105.208
Prejuízos acumulados	(53.059)	(30.505)	(83.564)
Saldo Final (Controladora)	182.229	(30.505)	151.724
Participação de não controladores	4.342	(205)	4.137
Saldo Final (Consolidado)	186.571	(30.710)	155.861

	Controladora			Consolidado		
Demonstração dos fluxos de caixa	**31/12/20 (Apresentado anteriormente)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/20 (Apresentado anteriormente)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Atividades operacionais						
Prejuízo do período	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.698)	(21.056)	(66.754)
Ajustes ao prejuízo	39.329	20.975	60.304	48.000	21.056	69.056
Movimentações de ativos e passivos	2.184	–	2.184	(20.121)	–	(20.121)
	(4.364)	–	(4.364)	(17.819)	–	(17.819)
Atividades de investimentos						
Caixa utilizado nas atividades de investimentos	(81.624)	–	(81.624)	(15.889)	–	(15.889)
	(81.624)	–	(81.624)	(15.889)		(15.889)
Atividades de financiamento						
Caixa utilizado nas atividades de financiamentos	72.347	–	72.347	27.796	–	27.796
	72.347	–	72.347	27.796		27.796
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(13.641)	–	(13.641)	(5.912)	–	(5.912)

	Controladora			Consolidado		
Demonstração do valor adicionado	**31/12/20 (Reapresentado anteriormente)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/20 (Reapresentado anteriormente)**	**Ajustes**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Valor adicionado total a distribuir	(38.614)	(20.975)	(59.589)	151.583	(11.801)	139.782
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e encargos	3.839	–	3.839	127.851	–	127.851
Tributos	645	–	645	41.907	–	41.907
Remuneração do capital de terceiros	2.779	–	2.779	27.523	9.255	36.778
Remuneração do capital próprio	(45.877)	(20.975)	(66.852)	(45.698)	(21.056)	(66.754)
	(38.614)	(20.975)	(59.589)	151.583	–	139.782

6. Caixa e equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**	**31/12/21**	**31/12/20**
Caixa	–	–	4.649	24
Bancos - conta corrente	–	–	728	4.078
Aplicações financeiras - Fundos DI, CDBs e Renda Fixa	3	22.442	7.149	38.136
	3	**22.442**	**12.526**	**42.238**

Em 31 de dezembro de 2021, as aplicações financeiras em cotas de fundos DI, CDBs e renda fixa que possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor. A remuneração média das aplicações financeiras foi de 5,03% a.a. (4,95% a.a. em 31 de dezembro de 2020). Os fundos de investimentos são abertos e a companhia não possui participação representativa nestes fundos.

7. Mensalidades a receber: a) Composição:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**
Mensalidades (a)	22.329	18.964
Atividades Extras	291	29
(–) Perdas esperadas	(14.283)	(9.914)
	8.337	**9.079**

(a) Composto por mensalidades, bem como, renegociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos.

b) Composição dos saldos por tempo de vencimento:

			Consolidado	
Descrição	**Saldo contábil bruto**	**Taxa média**	**Provisão para perda estimada**	**Saldo contábil líquido**
A vencer	291	–	–	291
Vencidos de 0 a 30 dias	2.537	8%	196	2.341
Vencidos de 31 a 60 dias	1.410	14%	195	1.215
Vencidos de 61 a 90 dias	729	21%	150	579
Vencidos de 91 a 180 dias	2.286	31%	720	1.566
Vencidos de 181 a 360 dias	3.225	27%	880	2.345
Acima de 361 dias	12.142	100%	12.142	–
	22.620		**14.283**	**8.337**

c) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa: A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	**(9.914)**
Adições, baixas e reversões	(2.047)
Adição por combinação de negócios	(2.322)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**(14.283)**

8. Adiantamentos:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**
Adiantamento de férias	1.529	1.484
Adiantamento a funcionários	2.834	2.392
Adiantamento a fornecedores	2.791	1.926
	7.154	**5.802**

9. Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**	**31/12/21**	**31/12/20**
Imposto de Renda	5.055	5.460	6.735	7.142
Contribuição Social	18	18	590	548
	5.073	**5.478**	**7.325**	**7.690**
Circulante	**531**	**465**	**2.783**	**2.677**
Não circulante	**4.542**	**5.013**	**4.542**	**5.013**

O saldo é composto substancialmente por créditos tributários gerados em apurações de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social em exercícios anteriores. Estes créditos de imposto de renda e contribuição social serão utilizados para a compensação com tributos federais ao longo dos exercícios seguintes, assim, permitidos pela legislação.

10. Outros Ativos:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**	**31/12/21**	**31/12/20**
Mútuo Escola Viva	1.225	1.098	–	–
Mútuo BIS	1.106	–	–	–
Mútuo Vila	89	–	–	–
Valores em cobrança judicial	–	–	–	624
Cheques em cobrança	–	–	14	133
Despesas a Apropriar	33	26	207	1.386
Outros ativos de garantia de ex-proprietários	–	–	–	1.545
Empréstimo ex-sócios Grupo Parque	–	–	4.212	4.212
Garantia Banco Safra	–	–	1.068	1.068
Debêntures emitidas a receber	–	76.667	–	76.667
Bônus para subscrição de ações	15.000	–	15.000	–
AFAC Meimei	1.638	–	1.638	–
Outros ativos	7	438	5.199	1.206
	19.098	**78.229**	**27.338**	**86.841**
Circulante	**15.040**	**29**	**21.282**	**3.905**
Não circulante	**4.058**	**78.200**	**6.056**	**82.936**

11. Ativos de direito de uso:

			Consolidado				
			31/12/21				
	Prazo médio de amortização (meses)	**31/12/20**	**Baixas**	**Amortizações**	**Adições**	**Aquisições combinações de negócios**	**Valor líquido (R$)**
Imóveis	116	95.177	(637)	(18.742)	40.910	15.362	132.070
		95.177	**(637)**	**(18.742)**	**40.910**	**15.362**	**132.070**

**12. Investimentos, provis

continuação

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahema Educação S.A.

	Consolidado	
Descrição	**31/12/21**	**31/12/20**
Balão Vermelho	1.974	844
Apoio	2.433	1.179
BIS	4.480	2.072
Esc.da Vila	4.106	5.635
Fórum Cultural	971	1.089
Escola Parque	5.937	5.699
Autonomia	2.352	1.061
Escola Viva	4.778	4.309
Escola Intl de SC	441	–
Escola Mais	2.069	–
	29.541	**21.888**

19. Provisão para demandas judiciais: O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado			
	31/12/21		31/12/20	
Contingência	**Depósito judicial**	**Probabilidade de perda Provável**	**Depósito judicial**	**Probabilidade de perda Provável**
Trabalhistas	16	–	16	–
Cíveis	73	16	9	–
Tributárias	114	324	215	2.039
	203	**340**	**240**	**2.039**

Movimentação das provisões - consolidado:

	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/20	**–**	**–**	**2.039**	**2.039**
Adição por combinação de negócios	–	16	–	**16**
Reclassificação	–	1.715	(1.715)	**–**
Pagamentos	–	(1.715)	–	**(1.715)**
Saldo em 31/12/21	**–**	**16**	**324**	**340**

20. Contraprestações e outras contas a pagar:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/21	**31/12/20**	**31/12/21**	**31/12/20 (reapresentado)**
Contas a pagar pela aquisição do Fórum Cultural	–	–	2.292	4.435
Contas a pagar pela aquisição da Escola Parque	–	–	61.851	123.185
Contas a pagar pela aquisição do Colégio Apoio	–	–	4.054	10.137
Contas a pagar pela aquisição do Colégio Autonomia	–	–	4.371	8.128
Contas a pagar pela aquisição da Escola Internacional	–	–	12.980	–
Opção de Venda - Put option Colégio BIS **(a)**	–	–	19.817	13.143
Opção de Venda - Put option Escola Fórum Cultural **(b)**	–	–	–	835
Resultado negativo de investimento	2.593	48.891	–	–
Mútuo Progresso Participações	26.165	26.165	–	–
Mútuo Balão Vermelho	4.050	4.020	–	–
Mútuo Somater	4.629	5.012	–	–
Outras contas a pagar	402	–	8.842	5.337
	37.839	**84.088**	**114.207**	**165.200**
Passivo circulante	400	35	85.743	65.606
Passivo não circulante	37.439	84.053	28.464	99.594

(a) Como parte do acordo de aquisição de participação do Colégio BIS, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma de compra ("call") foi emitida pelos acionistas vendedores, que podem resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes. A Companhia mensurou este passivo a valor justo e reconheceu, em suas demonstrações contábeis, a opção de venda no montante de R$ 13.527, em contrapartida a "Outras reservas" no Patrimônio Líquido; **(b)** Como parte do acordo de aquisição de participação da Escola Fórum Cultural, uma opção de venda ("put") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("call") foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes de 5% da Fórum. Em 23 de julho de 2021, a Companhia através de sua controlada Centro de Formação exerceu a opção de compra pelo valor de 514.

21. Passivos de arrendamento:

	Consolidado
	31/12/21
Saldo em 31 de dezembro de 2020	**113.190**
(–) Pagamentos	(26.679)
(+) Combinação de negócio	18.130
(+) Adições	40.910
(+) Juros de arrendamento mercantil	13.446
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**158.997**
Passivo circulante	**39.075**
Passivo não circulante	**119.922**

Os valores com vencimento em longo prazo serão exigidos nos seguintes anos-calendário:

Ano	**Valor (R$)**
2023	19.152
2024	16.759
Após 2025	84.011
Total	**119.922**

22. Impostos diferidos: Em 31 de dezembro de 2021, a composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, é a seguinte:

	Consolidado		
	31/12/20	**Movimento**	**31/12/21**
Combinação de negócios - Sovila	11.005	(1.445)	9.560
Combinação de negócios - Fórum	4.389	(858)	3.531
Combinação de negócios - Apoio	10.018	(1.346)	8.672
Combinação de negócios - Grupo BIS	13.074	(1.352)	11.722
Combinação de negócios - Escola Autonomia	7.965	(1.240)	6.725
Combinação de negócios - PGP	–	(258)	(258)
Ajuste a valor presente de contas a pagar por aquisição de empresas	2.354	(1.450)	904
Total	**48.805**	**(7.949)**	**40.856**
Alíquota nominal combinada %	34%	–	34%
IRPJ e CSLL Diferidos Passivo	**16.594**	**–**	**13.891**
Prejuízo fiscal	1.691	–	1.691
Total	**1.691**	**–**	**–**
Alíquota nominal combinada %	34%	–	34%
IRPJ e CSLL Diferidos Ativo	**–**	**–**	**–**
IRPJ e CSLL Diferidos Passivo - Líquido	**16.594**	**(7.949)**	**13.891**

Os impostos diferidos ativo sobre prejuízos fiscais estão sendo apurados e reconhecidos nas demonstrações contábeis considerando os limites legais de compensação dos tributos diferidos passivos. **23. Patrimônio líquido: a) Capital social:** O Capital Social subscrito e integralizado é de R$ 207.664 em 31 de dezembro de 2021 representado por 16.352.035 ações ordinárias sem valor nominal, assim distribuídas:

	31/12/21	**31/12/20**
Mint Educação Fundo de Investimento em Ações	20,23%	29,73%
Fairfax Brazil Seguros Corporativos S/A	30,96%	23,34%
Carlos Eduardo Affonso Ferreira	5,04%	7,35%
Guilherme Affonso Ferreira Filho	3,59%	4,29%
JV Educação FIM	9,03%	–
Frederico Marques Affonso Ferreira	0,30%	0,55%
Bruno Bertolucci Belliboni	0,74%	0,88%
Lupa Fundo de Investimento em Ações	0,77%	0,61%
Outros	29,33%	33,26%
Total de ações em circulação	**100,00%**	**100,00%**

Em 18 de agosto de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi realizado o desdobramento de ações ordinárias de emissão da Companhia, na proporção de 1 (uma) ação ordinária para 5 (cinco) ações ordinárias, sem alteração no valor do capital social.

b) Reserva de Capital:	**31/12/20**	**Movimentação**	**31/12/21**
Ágio na Emissão das Ações	33	–	33
Ágio em transação de capital (a)	(1.098)	(1.931)	(3.029)
Debêntures conversíveis em ações	115.000	(46.457)	68.543
Opção de Venda - *Put option* (nota 20)	(13.979)	(5.838)	(19.817)
Opções Outorgadas Reconhecidas (nota 23g)	5.252	1.231	6.483
	105.208	**(52.995)**	**52.213**

(a) Efeito de ganho ou perda na mudança de participação societária em entidades controladas. **c) Reserva legal:** Constituída anualmente na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. **d) Outras reservas:** Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020, o ajuste de outras reservas era referente ao reconhecimento do passivo a valor presente do put option com acionistas não controladores descrito na nota 19 (a) e (b). **e) Dividendos:** As ações representativas do capital social têm direito a um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com o artigo 202, da Lei nº 6.404/76. **f) Resultado por ação:**

	31/12/21	**31/12/20**
Numerador básico		
Resultado do período	(36.858)	(66.852)
Denominador Básico		
Média ponderada de ações - básica	12.626.992	11.122.527
Prejuízo básico por ação em (R$)	**(2,92)**	**(6,01)**
Denominador Diluído		
Potencial de ações diluidoras	209.005	1.027.650
Média ponderada de ações - diluída	12.835.997	12.150.177
Prejuízo diluído por ação em (R$)	**(2,87)**	**(5,50)**

g) Plano de remuneração baseado em ações: Em 02 de outubro de 2017, a Companhia estabeleceu um programa de opção de compra de ações para outorgar a determinados Colaboradores Elegíveis possam adquirir ou subscrever ações de emissão da Companhia. De acordo com este programa, o Conselho de Administração da Companhia poderá determinar a data de abertura e encerramento de cada programa, bem como determinar as datas e procedimentos de outorga, *vesting* e exercício. O Conselho de Administração poderá também determinar a quantidade de opções que serão outorgadas para cada colaborador, mas não poderá aumentar o limite de total de ações que possam ser conferidas no plano. Em maio de 2019, no primeiro programa, foram feitas 3 outorgas totalizando opções de compra de 350.000 ações (70.000 ações antes do desdobramento de 18 de agosto de 2021) de emissão da Companhia. A carência para exercício das opções deste plano era de no mínimo 24 meses, tempo este que os Colaboradores Elegíveis deverão permanecer na Companhia como administradores. Uma vez exercidas as opções de compra, as ações resultantes conferem aos colaboradores os direitos e privilégios inerentes à condição de acionista a partir do momento da subscrição. Em 31 de outubro de 2019 a Companhia assinou um aditivo ao contrato do programa de opções modificando o período de carência das outorgas efetuadas em maio de 2019. Se antes 2/3 das opções outorgadas teriam período de carência até maio de 2021, com o aditivo, 1/3 das opções tem período de carência até maio de 2020, 1/3 das opções tiveram o período mantido até maio de 2021 e 1/3 das opções mantiveram o período de carência até maio de 2022. Adicionalmente, em conformidade ao estabelecido no Plano de Outorga de Opção de Compra ou Subscrição de Ações aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2017, a Companhia aprovou em 23 de abril de 2020 a outorga do segundo programa de opções de compra representativas de até 90.000 ações (18.000 ações antes do desdobramento de 18 de agosto de 2021) ordinárias aos administradores de subsidiárias controladas da Companhia. As opções outorgadas foram precificadas com base no modelo "Black & Scholes" e os dados significativos incluídos no modelo para precificação do valor justo das opções de ações concedidas neste período foram:

	1º programa A			1º programa B		
	Lote 1	**Lote 2**	**Lote 3**	**Lote 1**	**Lote 2**	**Lote 3**
Quantidade de beneficiários	2	2	2	1	1	1
Quantidade de ações objeto de outorga	66.000	66.000	68.000	49.500	49.500	51.000
Período de carência	12 meses	24 meses	36 meses	12 meses	24 meses	36 meses
Início do período de carência	03/05/19	03/05/19	03/05/19	03/05/19	03/05/19	03/05/19
Período aquisitivo (*vesting*)	12 meses	24 meses	36 meses	12 meses	24 meses	36 meses
Valor justo na data de outorga	18,80	18,80	19,38	18,22	18,22	18,88
Preço de exercício	6,44	6,44	6,44	7,16	7,16	7,16
Volatilidade esperada (%)	52,74	52,74	53,30	52,74	52,74	53,30
Rendimento de dividendos (%)	–	–	–	–	–	–
Taxa de juros anual livre de risco (%)	7,42	7,42	7,93	7,42	7,42	7,93

	2º programa		
	Lote 1	**Lote 2**	**Lote 3**
Quantidade de beneficiários	3	3	3
Quantidade de ações objeto de outorga	30.005	30.005	29.995
Período de carência	24 meses	36 meses	48 meses
Início do período de carência	23/04/2020	23/04/2020	23/04/2020
Período aquisitivo (*vesting*)	24 meses	36 meses	48 meses
Valor justo na data de outorga	2,91	3,77	4,63
Preço de exercício	14,00	14,00	14,00
Volatilidade esperada	42,09%	42,09%	42,09%
Rendimento de dividendos	–	–	–
Taxa de juros anual livre de risco	2,94%	3,91%	5,08%

Os instrumentos de plano de opções são classificados como instrumento de patrimônio, sendo o resultado lançado em contrapartida de uma reserva de capital específica para esse fim.

	31/12/21
Despesa com opções de compra de ações apropriada no resultado no exercício	1.231

h) Debêntures conversíveis em ações: Em 23 de outubro de 2020, a Companhia aprovou a emissão de 1.538.642 debêntures conversíveis, dentro do limite de seu capital autorizado, no valor de R$ 115.000, para colocação privada, exclusivamente direcionada aos acionistas da companhia e/ou seus cessionários do Direto de Preferência, sem qualquer esforço de venda perante investidores. Cada uma das debêntures será convertida automaticamente em ações de emissão da Companhia no seu vencimento, em 31 de março de 2022, ao preço de R$74,75 por ação - após o desdobramento aprovado em AGE realizada em 18 de agosto de 2021, agora cada debênture será convertida em cinco ações da Companhia ao preço de R$ 14,95 por ação. Caso haja uma emissão de ações da Companhia por um preço abaixo deste valor antes de 31 de março de 2022, as debêntures serão automaticamente convertidas pelo mesmo preço. As debêntures podem, no entanto, ser convertida antecipadamente: nos dias 30 de abril de 2021 e em 30 de setembro de 2021. As Debêntures foram subscritas até o último dia do Prazo de Preferência e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário ("Preço de Subscrição"), conforme o seguinte cronograma: (i) 1/3 (um terço) das Debêntures do valor subscrito até 15 de dezembro de 2020; e (ii) 2/3 (dois terços) do valor subscrito das Debêntures até 31 de março de 2021. Para fins de clareza fica estabelecido que os valores pagos em 15 de dezembro de 2020 no montante de R$ 38.334 não serão considerados como integralização de números inteiros de debêntures subscritas, devendo ser considerados como integralização parcial do valor subscrito das Debêntures subscritas por cada subscritor. Em 30 de abril de 2021 foram convertidas antecipadamente 176.611 debêntures. Em 30 de setembro de 2021 foram convertidas antecipadamente 444.892 debêntures. Ao final do prazo de integralização, em 31 de março de 2021, para cada debênture subscrita e integralizada, foi emitido um bônus de subscrição exercível em qualquer um dos seguintes períodos: 30 de junho de 2021, 30 de setembro de 2021, 30 de dezembro de 2021 e 31 de março de 2022, ao preço de R$74,75 corrigido por 12% ao ano entre 01 de abril de 2021 e a data de exercício.

24. Receita líquida:

	Consolidado	
Receita operacional bruta	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Contribuições de alunos	286.798	211.163
Impostos	(20.130)	(14.818)
	266.668	**196.345**

Obrigações de desempenho e políticas de reconhecimento de receita:

Tipo de produto	**Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas**	**Reconhecimento da receita conforme o CPC47/IFRS 15**
Prestação de serviços educacionais	O cliente obtém o controle das receitas com mensalidades de ensino e outras prestações de serviço de ensino no momento da prestação de serviço. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.	As receitas são reconhecidas ao longo do tempo, conforme os serviços são prestados. Os preços das mensalidades são individuais por cursos, determinado com base nos preços de tabela que a Companhia vende seus serviços, líquido dos descontos concedidos. As mensalidades recebidas antecipadamente são reconhecidas como adiantamento de mensalidades, no passivo circulante e serão reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

25. Custos:

	Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**
Custo de pessoal	(151.481)	(114.236)
Custo com materiais	(2.018)	(1.279)
Custos diversos	(3.716)	(886)
Custo de serviços de terceiros	(6.440)	(4.015)
	(163.655)	**(120.416)**

26. Despesas administrativas e gerais:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Aluguéis e condomínios	–	(8)	(1.893)	(671)
Serviços prestados por terceiros	(839)	(1.582)	(18.916)	(13.198)
Conservação de bens e instalações	(8)	–	(10.145)	(5.631)
Impostos e taxas	(487)	(42)	(4.545)	(2.650)
Depreciação e amortização	(4)	(5)	(7.986)	(4.318)
Amortização do direito de uso	(29)	–	(18.742)	(13.556)
Outras despesas administrativas	(67)	(92)	(7.800)	(8.314)
	(1.434)	**(1.729)**	**(70.027)**	**(48.338)**

27. Despesas com pessoal:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Salário	(439)	(312)	(16.517)	(13.880)
Pró-Labore	(1.735)	(1.480)	(5.622)	(2.956)
Opções outorgadas	(1.231)	(2.638)	(1.231)	(2.638)
Férias	(39)	(14)	(1.712)	(1.495)
Décimo terceiro	(15)	(10)	(1.030)	(1.245)
INSS	(393)	(354)	(4.762)	(4.747)
INSS opções outorgadas	–	523	–	523
FGTS	(14)	(11)	(1.875)	(1.549)
Outras despesas com pessoal	(87)	(78)	(3.077)	(2.754)
	(3.953)	**(4.374)**	**(35.826)**	**(30.741)**

28. Outras receitas (despesas) operacionais:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Outras receitas operacionais				
Outras receitas	54	273	3.287	37.182
	54	**273**	**3.287**	**37.182**
Outras despesas operacionais				
Amortização de intangíveis	–	–	413	568
Amortização mais-valia	(904)	(603)	(12.186)	(10.275)
Custo na baixa de ativo imobilizado	–	–	–	(31.818)
Reavaliação combinação de negócios efetuada em estágios	–	–	–	(6.798)
Outras despesas operacionais	–	(49)	(703)	(972)
	(904)	**(652)**	**(12.476)**	**(49.295)**
Outras despesas/ (receitas) operacionais	**(850)**	**(379)**	**(9.189)**	**(12.113)**

29. Resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras de fundos de investimentos	619	413	1.421	961
Juros ativos	66	189	749	415
Ganho decorrente de contraprestação variável Escola Parque	–	–	5.678	–
Ganho decorrente de contraprestação variável Colégio Apoio	–		4.096	–
Ganho decorrente de contraprestação variável Fórum	–		1.657	–
Outras Receitas Financeiras	2	–	385	239
	687	**602**	**13.986**	**1.615**
Despesas financeiras				
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição Sovila	–	–	–	(3)
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição Fórum	–	–	(287)	(159)
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição Colégio Apoio	–	–	(333)	(472)
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição Colégio Autonomia	–	–	(253)	(86)
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição PGP	–	–	(183)	–
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Fórum	–	–	(285)	(366)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Escola Parque	–	–	(4.814)	(12.828)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Colégio Autonomia	–	–	(503)	(392)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Colégio BIS	–	–	–	(139)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Colégio Apoio	–	–	(637)	(1.400)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição PGP	–	–	(209)	–
Juros AVP - Arrendamento Mercantil	–	–	(13.446)	(12.491)
Juros passivos	(1)	(8)	(2.383)	(2.045)
Encargos sobre empréstimo	(4.213)	(1.696)	(3.899)	(4.647)
Comissão Fiança	(390)	(790)	(713)	(790)
Outras despesas financeiras	(14)	(277)	(3.167)	(2.668)
	(4.618)	**(2.771)**	**(31.112)**	**(38.486)**
Resultado financeiro	**(3.931)**	**(2.169)**	**(17.126)**	**(36.871)**

30. Imposto de Renda e Contribuição Social: Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/21 a 31/12/21	**01/01/20 a 31/12/20**	**01/01/21 a 31/12/21**	**01/01/20 a 31/12/20**
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(36.858)	(66.852)	(32.607)	(59.867)
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**(12.532)**	**(22.730)**	**(11.086)**	**(20.355)**
Equivalência patrimonial	9.075	19.788	478	457
Outras adições/exclusões líquidas	3.457	2.941	5.034	13.011
Total do imposto de renda e contribuição social	**–**	**–**	**(5.575)**	**(6.887)**
Imposto de renda e contribuição social - correntes	**–**	**–**	**(8.278)**	**(9.877)**
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	**–**	**–**	**2.703**	**2.990**

31. Instrumentos financeiros: O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros usualmente utilizados pelo Grupo estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos e fornecedores. Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis do Grupo, a qual está sujeita aos fatores de riscos descritos a seguir: **Risco de crédito:** Decorre da possibilidade de o Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. Em relação às mensalidades, o risco de crédito se limita ao valor da anuidade. Em casos de inadimplência, a matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada até que o responsável financeiro quite e/ou negocie os valores em atraso (com base na Lei nº 9.870/99, que trata do valor total das anuidades escolares). A seleção dos alunos com base na análise de crédito de seus responsáveis, bem como o constante acompanhamento dos valores em atraso, compõe, entre outras, as medidas de gerenciamento cujo objetivo é mitigar o risco de crédito do Grupo. O montante de títulos vencidos em 31 de dezembro de 2021 é de R$ 23.040 (Nota 7) dos quais foi constituída uma provisão para perdas no valor de R$ (15.868) (Nota 7). Vide *aging analysis* na Nota 7. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Notas	Controladora		Consolidado	
	Explicativas	**31/12/21**	**31/12/20**	**31/12/21**	**31/12/20**
Caixa e equivalentes de caixa	6	3	22.442	12.526	42.238
Mensalidades a receber	7	–	–	8.337	9.079
Outros ativos	10	19.098	78.229	27.338	86.841
		19.101	**100.671**	**48.201**	**138.158**

No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado em que o Grupo atua, direta e indiretamente, assim como às variações dos fatores macroeconômicos e índices dos mercados financeiros. A Companhia possui empréstimos e financiamentos (Nota 15), parcelamentos tributários (Nota 17) e dívidas por aquisição de empresas (Nota 20) contratadas em moeda nacional e subordinadas a taxas de juros pré-determinadas e a indexadores (principalmente CDI). O CDI também é base para remuneração de suas aplicações em fundos de investimentos. **Análise de sensibilidade: Premissas:** A Companhia desenvolveu uma análise de sensibilidade aos fatores de mercado mais relevantes para seus instrumentos financeiros, para um horizonte de 12 meses, com base em sua exposição líquida, que apresenta um cenário-base e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% das variáveis consideradas, conforme descritos a seguir: • **Cenário-base:** amparado nos níveis de taxas de juros e preços observados em 31 de dezembro de 2021 e no mercado futuro de taxas, além da perspectiva do cenário econômico para os próximos 12 meses. Foram utilizadas as informações de bolsas de valores, assim como perspectivas do cenário macroeconômico; • **Cenário adverso:** deterioração de 25% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base; • **Cenário remoto:** deterioração de 50% no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível do cenário-base. A seguir estão demonstrados os índices e as taxas utilizados nos cálculos de análise de sensibilidade:

Premissas	**Cenário-base**	**Cenário adverso (25%)**	**Cenário remoto (50%)**
Aumento da taxa do CDI			
Caixa e equivalentes de caixa e passivos financeiros	12,25%	15,31%	19,14%

		Efeito no resultado - Consolidado		
	Notas Explicativas	**Cenário-base 31/12/21**	**Cenário adverso**	**Cenário remoto**
Caixa e equivalentes de caixa	6	12.526	(1.534)	(1.918) (2.398)
Parcelamento de impostos	17	(26.802)	3.283	4.104 5.130
Empréstimos e financiamentos	15	(64.054)	7.847	9.808 12.260
Ações a pagar Fórum Cultural	20	(2.292)	281	351 439
Contas a pagar pela aquisição do Colégio Apoio	20	(4.054)	497	621 776
Contas a pagar pela aquisição do Colégio Autonomia	20	(4.371)	535	669 837
Contas a pagar Internacional	20	(12.980)	1.590	1.988 2.484

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que o Grupo irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Grupo. O valor contábil dos passivos financeiros representa a exposição de liquidez. A exposição do risco de liquidez na data das demonstrações contábeis é conforme segue:

		Controladora		Consolidado	
	Notas Explicativas	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**	**31/12/21**	**31/12/20 (Reapresentado)**
Fornecedores		(57)	(48)	(10.283)	(4.186)
Empréstimos e financiamentos	15	–	–	(64.054)	(51.016)
Passivos de arrendamento	21	–	–	(158.997)	(113.190)
Impostos parcelados	17	–	–	(26.802)	(32.177)
Contraprestações a pagar	17	–	–	(105.365)	(159.864)
Outras contas a pagar	17	(402)	–	(8.842)	(5.337)
		(459)	**(48)**	**(374.343)**	**(365.770)**

Gerenciamento do capital: Os objetivos do Grupo, ao administrar seu capital, são salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas, além de manter adequada estrutura de capital.

Classificação dos instrumentos financeiros:

		Controladora		Consolidado	
	Classificação de acordo com o CPC 48	**31/12/21 Valor contábil (R$)**	**31/12/20 (Reapresentado) Valor contábil (R$)**	**31/12/21 Valor contábil (R$)**	**31/12/20 (Reapresentado) Valor contábil (R$)**
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	3	22.442	12.526	42.238
Mensalidades a receber	Custo amortizado	–	–	8.337	9.079
Outros ativos	Custo amortizado	19.098	78.229	27.338	86.841
Ativo financeiro - debêntures	Valor justo por meio do resultado	–	20.314	–	20.314
Ativos financeiros - mútuos	Custo amortizado	2.331	1.098	–	–
Total de ativos financeiros		**21.432**	**122.083**	**48.201**	**158.472**
Passivos financeiros:					
Fornecedores	Custo amortizado	(57)	(47)	(10.283)	(4.185)
Passivos de arrendamentos	Custo amortizado	–	–	(158.997)	(113.190)
Outras contas a pagar	Custo amortizado	(402)	–	(8.842)	(5.337)
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	–	–	(64.054)	(51.016)
Total de passivos financeiros		**(459)**	**(47)**	**(242.176)**	**(173.728)**

Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem empréstimos, que são mensurados pelo custo amortizado, os valores reconhecidos no passivo aproximam-se de seus valores justos. O cálculo dos valores justos foi efetuado através de uma projeção dos fluxos de caixa futuros descontados a valor presente por taxas observadas no mercado, devido à proximidade das taxas não houve variações relevantes. **32. Partes relacionadas: (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Em 2021 os membros do Conselho de Administração e seus suplentes não receberam remuneração. Não foi pago nenhum valor a título de: **(i)** benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(ii)** benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por invalidez de longo prazo); e **(iii)** remuneração com base em ações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R$ 1.713 e R$ 1.397 respectivamente. Além disso, foi reconhecido em 2021 o montante de R$ 1.231 referente às outorgas das opções. **c) Venda e locação imediata de longo prazo de imóvel:** Em 01 de julho de 2020, a Escola Parque celebrou instrumentos contratuais para venda e locação imediata de longo prazo de imóvel ("*sale & leaseback*") com o Fundo de Investimento Imobiliário Mint Educacional ("FII Mint Educacional"), gerido pela Mint Capital, também gestora de fundos que, em conjunto, são controladores da Companhia. A operação de *sale & leaseback* tem por objeto imóvel onde se localiza uma das unidades da Escola Parque no bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro. O valor da venda do imóvel ao FII Mint Educacional foi de R$ 31.818, e a Escola Parque pagará um aluguel anual de R$ 3.500, corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor - Amplo ("IPCA"), implicando um cap rate de 11% ao ano. O contrato de locação terá duração de 10 anos, prorrogáveis por mais 10 anos. No caso de rescisão contratual por iniciativa da Escola Parque anteriormente ao término de 10 anos, será devida ao FII Mint Educacional uma multa equivalente ao valor restante do contrato. A Companhia comparece como fiadora no contrato de locação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago o montante de R$ 9.164 referente a este contrato de aluguel. **d) Contratos de indenidade:** Em 29 de julho de 2020, a companhia celebrou contrato de indenidade com duas pessoas-chave da administração que passaram a ser solidárias em algumas dívidas da Companhia. A Bahema tem interesse em garantir que o patrimônio pessoal dos garantidos não seja onerado no caso de execução das dívidas pela instituição financeira credora ou/em sendo, que lhe seja assegurado a correspondente indenização reparatória, bem como remunerá-los como contrapartida da garantida prestada. A remuneração de cada administrador é de 0,5% ao ano sobre o total das dívidas que eles assumem a posição de devedor solidário. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi pago o montante de R$ 361. **e) Contrato celebrado entre Escola Mais e Mint Capital (controladores da Companhia):** Em 15 de outubro de 2021 conforme comunicado ao mercado a controlada Escola Mais celebrou contrato com a Mint Educação Vila Mascote SPE Ltda. ("Mint Educação"), cujas quotas são detidas na sua integralidade pelo Fundo de Investimento Imobiliário Mint Educacional, que é gerido pela Mint Capital Gestora de Recursos Ltda. ("Mint Gestora"), também gestora de fundos que, em conjunto, são controladores da Companhia. O contrato tem por objeto aquisição e obras de adequação do imóvel no bairro Vila Mascote na cidade de São Paulo/SP. O valor estimado do investimento a ser realizado pela Mint Educação, considerando a aquisição do Imóvel e as obras de adequação, é de R$17.844, e a Escola Mais pagará um aluguel anual de R$1.730, corrigido anualmente pelo IPCA, implicando um cap rate de 9,7% ao ano. O contrato terá duração de 15 anos com cláusulas de renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, não foi pago nenhum valor referente a este contrato de alu

continuação

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahema Educação S.A.

operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas dos exercícios e que, desta maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 30 de março de 2022

BDO

BDO RCS Auditores Independentes SS CRC 2 SP 013846/O-1

Victor Henrique Fortunato Ferreira Contador CRC 1 SP 223326/O-3

Apoema Participações S.A.

CNPJ/ME nº 24.082.236/0001-82 - NIRE 35.3.0048815-6

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 09/03/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 09/03/2022, às 14h, na sede social da **Apoema Participações S.A.**, na Rua Pais Leme, nº 524, conjunto 164, Pinheiros, na Cidade de SP/SP, CEP 05424-010. ("Companhia"). **2. Composição da Mesa:** Presidente Karina Sparico Subhia e Secretário Alexandre Junior da Silva Nogueira. **3. Convocação, Publicações e Presenças:** Dispensadas as formalidades de convocação devido à presença da totalidade dos acionistas da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), em decorrência de estar presente a acionista representando a totalidade do capital social. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre: (i) a ampliação do objeto social da Companhia prevendo a atividade de securitização de créditos; e (iii) a consolidação do Estatuto Social. **5. Leitura de Documentos:** Foi dispensada a leitura dos documentos relacionados à ordem do dia desta AGE, uma vez que referidos documentos são do inteiro conhecimento dos acionistas da Companhia. **6. Deliberações:** Discutidos os itens constantes da pauta do dia, o acionista aprovou as seguintes matérias, por unanimidade e sem ressalvas: **6.1.** A ampliação do objeto social da Companhia, para a inclusão da atividade secundária de securitização de créditos previsto no CNAE 6436-1/00. Em razão da deliberação acima, o *caput* do Artigo 3º do Estatuto Social da Companhia é alterado, passando a ter a seguinte nova redação: ***Artigo 3º -*** *A Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades, seja exercendo o controle ou participando em caráter permanente com investimento relevante em seu capital e a atividade de securitização de créditos.* **6.2.** A consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração anterior, passará a vigorar conforme redação constante do **Anexo I** à presente Ata, sendo dispensada a sua publicação. **7. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a assembleia, da qual se lavrou a presente ata, que, lida, conferida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. Mesa: Karina Sparico Subhia - Presidente; Alexandre Junior da Silva Nogueira - Secretário. Acionistas Presentes: Launch Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. SP, 09/03/2022. Mesa: **Karina Sparico Subhia -** Presidente; **Alexandre Junior da Silva Nogueira -** Secretário. Acionista presente: **Launch Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. -** p.p. **Alexandre Junior da Silva Nogueira**. **JUCESP -** 156.797/22-7 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

PLANO & PLANO DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.

CNPJ nº 24.230.275/0001-80 - NIRE 35300555830

Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convocamos os senhores acionistas a comparecer à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária que se realizará no dia 26 de abril de 2022, às 15h, na sede social da Companhia, localizada na Rua Samuel Morse, nº 74, 13º andar, Cidade Monções, São Paulo/SP ("**AGOE/2022**"), para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: em **Assembleia Geral Ordinária**: **(i)** tomar as contas dos Administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras e o relatório da administração, acompanhados dos relatórios dos auditores independentes e do comitê de auditoria, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(ii)** aprovar a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(iii)** aprovar a proposta de Orçamento de Capital para o exercício social de 2022; **(iv)** aprovar o pagamento da participação dos Administradores no lucro do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021; **(v)** eleger os membros do Conselho de Administração, respeitada a seguinte sequência (v.1) eleição em separado do membro do Conselho de Administração prevista no artigo 141, parágrafos 4º e 5º, da Lei nº 6.404/1976, caso tal modalidade de eleição venha a ser solicitada pelos acionistas que possuem tal prerrogativa; (v.2) fixação do número de membros que comporá o Conselho de Administração, respeitados os limites previstos na legislação em vigor e no Estatuto Social da Companhia; e (v.3) eleição dos demais membros do Conselho de Administração; **(vi)** fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2022; e, em **Assembleia Geral Extraordinária**: **(vii)** reformar o Estatuto Social da Companhia para transformar o atual comitê de auditoria não estatutário da Companhia em comitê de auditoria estatutário ("**CAE**"). Em atenção à Instrução CVM nº 165/1991, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na AGOE/2022, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia, bem como nos websites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br), da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br) e da Companhia (www.planoeplanori.com.br), em conformidade com as disposições da Lei nº 6.404/1976 e da Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada e em vigor ("**ICVM 481**"). A Companhia, nos termos da ICVM 481, adotará a sistemática do Boletim de Voto a Distância. As orientações e procedimentos aplicáveis às regras para participação por sistema eletrônico, bem como as demais instruções relativas à Assembleia estão detalhadas na Proposta da Administração que se encontra disponível na sede social da Companhia, no seu site de relações com investidores (www.planoeplanori.com.br), bem como no site da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br). São Paulo, 25 de março de 2022. **RODRIGO UCHOA LUNA** Presidente do Conselho de Administração.

Apoema Participações S.A.

CNPJ/ME nº 24.082.236/0001-82 - NIRE 35.3.0048815-6

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05/03/2021

Data, Hora e Local: Aos 05/03/2021, às 15h, na sede social da **Apoema Participações S.A.** ("Companhia"), na Cidade de SP/SP, na Rua São Bento, 470, 2º andar, Centro, CEP 01010-001. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, tendo em vista a presença de acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas no Livro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **Mesa:** *Presidente*: Karina Sparico Subhia; *Secretário*: Alexandre Junior da Silva Nogueira. **Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre: (a) renúncia de membro da Diretoria; e (b) alteração da sede da Companhia. **Deliberações:** Preliminarmente, foi aprovada a lavratura desta ata em forma de sumário, conforme artigo 130, §1º, da Lei das S.A. Discutidos os itens constantes da pauta do dia, os acionistas aprovaram as seguintes matérias, por unanimidade e sem ressalvas: (a) Foi aceita a renúncia do Sr. **Rafael Messias**, RG nº 43.726.028-8 - SSP/SP e CPF nº 355.761.618-58, ao cargo de Diretor-Presidente da Companhia, para o qual havia sido eleito na AGE realizada em 06/09/2019, conforme termo de renúncia de 18/02/2020 que passa a fazer parte integrante desta ata como Anexo I; e (b) Foi deliberada a alteração da sede social da Companhia da Cidade de SP/SP, na Rua São Bento, 470, 2º andar, Centro, CEP 01010-001, para Cidade de SP/SP, na Rua Paes Leme, nº 524, conjunto 164, Pinheiros, CEP 05424-010. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se, na forma de sumário, a ata referente a esta AGE, a qual foi aprovada e assinada pela totalidade dos acionistas da Companhia e pelos membros da mesa. **Assinaturas:** Mesa: Presidente: Karina Sparico Subhia; Secretário: Alexandre Junior da Silva Nogueira; **Acionista Presente: Launch Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia** (representado por seu procurador abaixo assinado). Certifica-se que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. SP, 05/03/2021. Mesa: **Karina Sparico Subhia -** Presidente da Mesa; **Alexandre Junior da Silva Nogueira -** Secretário da Mesa. Acionista presente: **Launch Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia:** Alexandre Junior da Silva Nogueira - Procurador. **JUCESP -** 135.261/22-3 em 11/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Travessia Securitizadora S.A.

CNPJ: 26.609.050/0001-64

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020 - (Em milhares de reais-R$, exceto quando indicado de outra forma)

Balanços patrimoniais

Ativo	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	Ajustes	31/12/2020 Publicado
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	466	382	-	382
Outras contas a receber	4	23	–	-	–
Impostos a recuperar	5	919	7	-	7
Total do ativo circulante		1.408	389	-	389
Total do ativo		1.408	389	-	389

Passivo e patrimônio líquido	Notas	31/12/2021	31/12/2020 (Reapresentado)	Ajustes	31/12/2020 Publicado
Passivo circulante					
Obrigações tributárias	6	113	9	-	9
Dividendos a pagar	7.3	227	34	(34)	-
Total do passivo circulante		340	43	-	9
Patrimônio líquido					
Capital social	7. 1	238	238	-	238
Reserva legal	7. 2	48	7	-	7
Lucros acumulados		782	101	(34)	135
Total do patrimônio líquido		1.068	346	-	380
Total do passivo e patrimônio líquido		1.408	389	-	389

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	AFAC	Reserva de lucros à disposição da Assembleia Geral	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	50	-	188	-	-	238
Aumento de capital	188	-	(188)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	142	142
Constituição reserva legal	-	7	-	-	(7)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(34)	(34)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	101	(101)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020 - Reapresentado	238	7	-	101	–	346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	949	949
Constituição reserva legal	-	40	-	-	(40)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(227)	(227)
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	682	(682)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	238	47	–	783	–	1.068

Demonstrações do resultado

	Notas	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Receita operacional líquida	9	161	156
Custo dos serviços prestados	10	(21)	(35)
Lucro bruto		140	121
(Despesas) receitas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	11	(115)	(65)
Despesas tributárias	11	(6)	(5)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	149	115
Resultado operacional		168	166
Receitas financeiras	13. 1	5.827	5
Despesas financeiras	13. 2	(4.603)	–
Resultado financeiro		1.224	5
(=) Resultado antes das provisões tributárias		1.392	171
Imposto de renda e contribuição social	6. 1	(443)	(29)
Lucro líquido do exercício		949	142
Lucro básico por ação - Reais		3,98739	0,00060

Demonstrações do resultado abrangente

	01/01/2021 a 31/12/2021	01/01/2020 a 31/12/2020
Lucro líquido do exercício	949	142
Resultado abrangente do exercício	949	142

Demonstrações do valor adicionado

	31/12/2021	31/12/2020
Receitas		
Receita de serviços	178	173
Outras receitas	149	115
	327	288
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos serviços prestados	(21)	(35)
Serviços de terceiros e outros	(115)	(65)
Valor adicionado bruto	191	188
Valor adicionado líquido produzido	191	188
Receitas financeiras	5827	5
Valor adicionado recebido em transferência	5.827	5
Valor adicionado total a distribuir	6.018	193
Impostos taxas e contribuições	466	51
Impostos e contribuições	466	51
Remuneração do capital de terceiros	4.603	–
Despesas financeiras	4.603	–
Remuneração do capital próprio	949	142
Lucro líquido do exercício	949	142
Valor total adicionado (consumido)	6.018	193

Demonstrações dos fluxos de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Atividades operacionais		
Lucro Líquido do exercício	949	142
(Aumento)/(Redução) no ativo:		
Impostos a recuperar	(912)	1
Outras contas a receber	(23)	4
(Aumento)/(Redução) de passivo:		
Obrigações tributárias	104	7
Outras Obrigações	–	(22)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	118	132
Das atividades de financiamento		
Partes relacionadas	–	47
Dividendos pagos	(34)	–
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamentos	(34)	47
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	84	179
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	382	203
No final do exercício	466	382
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	84	179

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1. Contexto operacional: A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016. O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários e do Agronegócio, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou do Agronegócio, ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados nos recebíveis descritos acima. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram integralizados 23 CRI (Certificados de recebíveis imobiliários) e 12 CRA (Certificado de recebíveis do agronegócio), totalizando com 35 séries.

Tipo	Emissão	Série	Data integralização	Valor emissão	Lastro
CRI	1ª	45	17/03/2021	R$13.000.000,00	CCB
CRI	1ª	48	05/03/2021	R$60.000.000,00	Debênture
CRA	3ª	1	29/01/2021	R$25.000.000,00	CPR-F
CRA	4ª	2	18/02/2021	R$21.000.000,00	Duplicatas de Produtor Rural
CRI	1ª	46	22/04/2021	R$7.592.000,00	CCI Pulverizada
CRI	1ª	47	30/04/2021	R$80.425.000,00	CCI Pulverizada
CRI	1ª	49	01/04/2021	R$50.000.000,00	Debênture
CRI	1ª	50	27/05/2021	R$26.000.000,00	CCI Aluguel
CRI	1ª	56	10/06/2021	R$22.605.000,00	CCI Pulverizada
CRA	6ª	1	29/06/2021	R$35.000.000,00	CDCA
CRA	6ª	2	29/06/2021	R$15.000.000,00	CDCA
CRA	9ª	1	21/06/2021	R$18.000.000,00	Duplicatas
CRA	9ª	2	15/06/2021	R$12.000.000,00	Duplicatas
CRA	9ª	3	17/06/2021	R$10.500.000,00	Duplicatas
CRI	1ª	60	20/07/2021	R$30.000.000,00	Debênture
CRI	1ª	61	08/07/2021	R$12.000.000,00	Debênture
CRI	1ª	65	03/08/2021	R$28.865.000,00	CCI Pulverizada
CRI	1ª	68	01/09/2021	R$25.000.000,00	CCB
CRI	1ª	69	01/09/2021	R$25.000.000,00	CCB
CRI	1ª	82	24/08/2021	R$31.048.000,00	Aluguel
CRI	1ª	84	21/09/2021	R$6.500.000,00	CCB
CRI	1ª	85	21/09/2021	R$6.500.000,00	CCB
CRI	1ª	51	02/12/2021	R$28.640.000,00	CCI
CRI	1ª	54	30/11/2021	R$21.100.000,00	CCI
CRI	1ª	57	01/10/2021	R$20.000.000,00	CCB
CRI	1ª	83	09/11/2021	R$22.052.000,00	CCI
CRI	1ª	86	19/11/2021	R$62.666.000,00	CCI Pulverizada
CRI	1ª	91	21/12/2021	R$19.040.000,00	CCI
CRI	1ª	92	30/11/2021	R$56.000.000,00	Debênture
CRI	1ª	93	27/12/2021	R$22.000.000,00	CCB
CRA	11ª	1	29/12/2021	R$30.000.000,00	CDCA
CRA	11ª	2	29/12/2021	R$2.000.000,00	CDCA
CRA	12ª	1	01/12/2021	R$13.000.000,00	Duplica
CRA	12ª	2	01/12/2021	R$2.000.000,00	Duplica
CRA	12ª	3	01/12/2021	R$5.000.000,00	Duplica

1.1 Impactos do COVID-19: Em atendimento ao Ofício Circular SNC/SEP 02/2020 da CVM, a Companhia analisou e não identificou quaisquer alterações significativas na operação. Os possíveis impactos econômicos esperados foram devidamente amenizados com intensificação de cobrança dos recebíveis, além de revisão dos cálculos de provisão para perdas que foram ajustados para que possam demonstrar os efeitos de inadimplência considerando os impactos do COVID-19 na elaboração das demonstrações financeiras. Ainda sob os possíveis efeitos da redução ao valor recuperável nas demonstrações financeiras, estes decorrem da perda estimada e incorrida por parte do devedor da operação, tendo sua contrapartida direta o valor presente das obrigações com investidores da securitização. Assim, no contexto das operações de securitização, não há riscos de créditos que possam ser assumidos no âmbito da Companhia e consequentemente, sobre suas demonstrações financeiras. A Administração revisou os possíveis impactos e concluiu que não existe ajustes ou considerações a serem realizadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis adotadas: 2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRSs e às normas do CPC:** As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas, conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board–IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram em 31 de março de 2022 as demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). As demonstrações financeiras são apresentadas em valores expressos em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, em prazos nunca superiores a um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97. **2.3 Reapresentação das demonstrações financeiras:** Os administradores decidiram pelo provisionamento de dividendos mínimos obrigatórios referente ao resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 que, anteriormente, não estavam destacados. Para melhor apresentação das demonstrações financeiras referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, as quais foram originalmente emitidas em 22 de março de2021, e atendendo aos requisitos do pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de erro, a administração decidiu reapresentá-las procedendo aos ajustes relativos a identificação de erros de exercício anterior. Os efeitos dessas correções no balanço estão demonstrados a seguir e relacionados conforme descrito nas notas explicativas nº 7.3.

Descrição	Notas	Saldo original	Ajustes	Saldo reapresentado
Passivo circulante				
Dividendos a pagar	(a)	-	34	34
Total do passivo circulante		**9**	**34**	**43**
Patrimônio líquido				
Lucros acumulados		142	(34)	108
Total do patrimônio líquido		**380**	**(34)**	**346**

(a) valor de ajuste de R$34 refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios.

2.4 Apuração do resultado: As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.5 Imposto de renda e Contribuição social:** A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.6 Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.7 Outros ativos e passivos (Circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **2.8 Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal. **2.8.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado. **2.8.2 Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento:** Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício. **2.8.3 Empréstimos e recebíveis:** São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo. **2.9 Novas normas, alterações e interpretações de normas:** Não há outras normas, alterações de normas e/ou interpretações que não estão em vigor e que a Companhia espera que tenham um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Aplicação financeira (i)	466	382
Total	**466**	**382**

(i) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal de 99,00% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia obteve rendimentos com aplicações financeiras de recursos próprios no montante de R$ (R$5 em 31 de dezembro de 2020). **4. Outras contas a receber:** Em 31 de dezembro de 2021 os saldos de outras contas a receber refere-se basicamente a gastos reembolsáveis com mensalidade pertinentes a taxa de sob custódia do patrimônio separado, no valor de R$23 (R$ - em 31 de dezembro de 2020). **5. Impostos a recuperar:** Os saldos em 31 de dezembro de 2021 referem-se basicamente a imposto de renda retido na fonte decorrentes de aplicação de recursos originados de direitos creditórios e saldo negativo IRPJ/CSLL, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	2021	2020
Saldo negativo - CSLL	-	1
Saldo negativo - IRRF/IRPJ (a)	914	1
Contribuições Sociais Retidas na Fonte - CSRF (a)	5	5
Total	**919**	**7**

(a) Imposto de renda e contribuição social sobre os saldos negativos serão compensados através dos impostos gerados nas operações do exercício subsequente. **6. Obrigações tributárias**

Descrição	2021	2020
ISS a recolher	1	1
IRPJ\CSLL a recolher (a)	111	5
Cofins a recolher	1	3
Total	**113**	**9**

(a) Refere-se substancialmente a imposto de renda e contribuições sociais a pagar incidentes sobre o resultado gerado pela Companhia.

6.1 Imposto de renda e contribuição social	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	**1.392**	**171**
(-) Compensações de prejuízos fiscais	(18)	(51)
Base de cálculo de IRPJ e CSLL	1.374	120
Taxa efetiva para Impostos 24%	(330)	(29)
Benefício adicional do IRPJ 10% 240 mil	(113)	-
(=) Imposto de renda e contribuição social	**(443)**	**(29)**

7. Patrimônio líquido: 7.1 Capital social: O capital social subscrito e integralizado da Travessia Securitizadora S.A., é de R$238, (R$238 em 2020) divididos em 237.677 (duzentos e trinta e sete mil seiscentos e setenta e sete) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria. A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R$5.000, mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

Acionistas	%	2021	2020
Travessia Assessoria Financeira Ltda	95,2705	227	227
Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa	4,7295	11	11
Capital subscrito	**100**	**238**	**238**

7.2 Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. **7.3 Dividendos:** Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão: • 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; • 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas; • O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais. Os dividendos foram calculados como segue:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**949**	**142**
Valor destinado para constituição de reserva legal	40	7
Base de cálculo dos dividendos	**909**	**135**
Percentual utilizado	25%	25%
Dividendos propostos	**227**	**34**

(*) Montantes calculados e aprovados em assembleia de acionistas antes dos ajustes comentados na Nota 2.3. **7.4 Reserva de lucros:** A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos. **8. Provisão para contingências:** A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 31 de dezembro de 2021 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

9. Receita operacional líquida: A composição das receitas auferidas pela estruturação de operações de securitização da Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 encontra-se demonstrada a seguir:

Descrição	2021	2020
Receita operacional	178	173
PIS, COFINS e ISS	(17)	(17)
	161	**156**

10. Custo dos serviços prestados: Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os custos de serviços prestados estão assim compostos:

Descrição	2021	2020
Tarifas, taxas e custo CETIP	(2)	(15)
Taxas CVM/B3	(19)	(20)
Total	**(21)**	**(35)**

11. Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 as despesas gerais e administrativas estão assim compostas:

Descrição	2021	2020
Anúncios e publicações	(57)	(27)
Consultoria e auditoria	(42)	(34)
Internet	(5)	(2)
Manutenção de sistemas	(4)	-
Outras receitas e despesas operacionais	(7)	(2)
Total	**(115)**	**(65)**

(a) referem-se a prestação de serviços com publicações de demonstrações contábeis e Atas publicadas no jornal DOE e O Dia. **12. Outras receitas operacionais:** Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o saldo de outras receitas operacionais referem-se a gastos reembolsáveis com as operações.

| Descrição | 2021 | 2020 |

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/5D8F-2E2A-F1FD-757A ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 5D8F-2E2A-F1FD-757A

Hash do Documento

DF610EFBA9F9B63EFE1C09E62C4F4339ECDA65FF152D00E01A0A9305A5FE8CA4

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00

AMATA S.A. E SUAS CONTROLADAS

CNPJ Nº 07.909.776/0001-78

Relatório da administração - 31 de dezembro de 2021

A AMATA, fundada em 2005, sempre serviu ao propósito de manter as florestas nativas em pé. Convencida de que ao aumentar o valor das florestas, colabora com sua preservação e contribui para o desenvolvimento de uma economia renovável e sustentável. Empresa B desde 2016, possui florestas certificadas pelo FSC® desde o início de suas operações e, em 2021, completou marcos importantes para o redesenho de seu portifólio de negócios. A COVID-19 e os reflexos da pandemia iniciada em 2020 se fizeram sentir, principalmente no 1º semestre de 2021, quando ocorreu a primeira e única fatalidade ligada a este vírus. Um colaborador da operação do Paraná apresentou um quadro grave e veio a óbito em abril. Entretanto, com o avanço do processo de vacinação, a quase totalidade das equipes da Companhia foram imunizadas, o que reduziu o número de casos graves a zero. Duas das quatro operações florestais da AMATA encerraram seu ciclo em 2021. Em fevereiro de 2021, foi concluída a venda da Floresta de Eucalipto do Mato Grosso do Sul para a Sempre Verde, subsidiária do fundo americano de Gestão Florestal Hancock (hoje Manulife). A Companhia seguiu atuando como gestora dos ativos até o final de agosto. Teve a grata satisfação de ver a competência técnica de sua equipe reconhecida pelo comprador, que contratou a totalidade de seus colaboradores dedicados após o término do período de contrato. A publicação do distrato da concessão florestal UMF III na Floresta Nacional do Jamari, em dezembro de 2020, encerrou a jornada de 12 anos da AMATA como concessionária. Ao longo de 2021 todos os compromissos assumidos foram cumpridos: entregou cerca de 46 quilometros de estrada, uma guarita de apoio às autoridades e relatórios técnicos conforme acordado. Não menos importante, finalizou a consolidação de seus aprendizados em uma plataforma aberta (www.wikijamari.org.br), almejando contribuir para o desenvolvimento do modelo de manejo sustentável em concessões florestais. Ainda como atualização relevante, cabe recapitular que em 2019 a AMATA foi envolvida nos desdobramentos da Operação Arquimedes, esforço conjunto do Ministério Público Federal em Manaus e da Polícia Federal para combater a ilegalidade na comercialização de madeira nativa. A empresa reconhece que é um empenho indispensável, em um país marcado pela impunidade de quem explora ilegalmente a floresta. Fundamentada em equívocos quanto às premissas adotadas nos documentos que deram suporte à atuação das autoridades, foi aberta uma ACP (Ação Civil Pública) contra a companhia. Ainda em dezembro de 2019, foi proferida uma decisão judicial parcial que tirou do escopo da ação os equívocos mais grosseiros do processo. Em 2021, o MPF encerrou o a investigação ainda em curso pela Polícia Federal por falta de evidências. Com vistas a encerrar os processos em aberto, foi negociado e já se encontra homologado pela juíza, um acordo entre MPF e a Companhia, que porá fim a ACP. Já no Pará e no Paraná, os resultados foram melhores que o planejado. As florestas de Paricá, no Pará, foram vendidas em sua totalidade. A colheita seguiu no ritmo esperado, já sem impactos da pandemia, e 3 maciços foram concluídos: Soberana, Flamboyant e Taquarussu. A operação de plantio e colheita de Pinus no Paraná manteve seu ritmo normal, sendo impactada pela forte inflação de custos, a qual foi mitigada pelo momento favorável de mercado. A colheita das florestas maduras de Eucalipto, vendidas em pé para um importante player do setor em 2019, iniciou conforme previsto. Já a Urbem, unidade de madeira engenheirada da AMATA, recebeu o aporte de um novo sócio estratégico, a Dexco (antiga Duratex) por meio de seu fundo de venture capital, que juntamente com outros acionistas da AMATA, investiram um total de R$ 103MM, tornando a Urbem uma empresa independente desde dezembro/2021. Os acionistas da AMATA que não seguiram como investidores na Urbem, receberam sua quota parte em dinheiro por meio de uma redução de capital concluída em dezembro/2021. O ano de 2021 completa um ciclo de 4 anos de resultados melhores que o esperado, com fluxo de caixa livre no valor de R$ 90 milhões, ativos biológicos que somaram R$ 135 milhões e um quadro de funcionário com 167 colaboradores diretos. A Diretoria tem orgulho e agradece a todos seus colaboradores, investidores, clientes, fornecedores e demais stakeholders pelo compromisso, apoio e confiança, que tornaram os resultados deste ano possíveis e positivos. A AMATA concluiu vários marcos em suas operações florestais, sempre com foco no meio ambiente, em pessoas, e com um forte senso de dono. Está aberta ao diálogo e comprometida em buscar novas formas de agregar valor à sociedade.

OPERAÇÕES AMATA

Manejo de florestas nativas - Rondônia: O objetivo do manejo de florestas nativas é a manutenção da capacidade produtiva da floresta. O processo é centrado no planejamento e nas técnicas de colheita de impacto reduzido, e envolve as atividades de mapeamento da área, elaboração de um Plano de Manejo, divisão em Unidades de Produção Anuais (UPAs), inventário florestal das UPAs (realizado anualmente antes da colheita), elaboração de Planos Operacionais Anuais (POAs), aprovação das licenças de colheita (AUTEX), abertura de estradas e pátios para movimentação e estoque de toras, colheita, arraste de toras e transporte para a unidade de processamento (serraria). O manejo de florestas nativas também envolve o conhecimento e o relacionamento com as comunidades do entorno, assim como a avaliação e o monitoramento dos aspectos ambientais da área. Essa operação foi realizada em área de concessão pública, de 46 mil hectares na UMF III (Unidade de Manejo Florestal) na Floresta Nacional do Jamari, concedida pelo Serviço Florestal Brasileiro (Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento) de setembro de 2008 até dezembro de 2020. A companhia encerrou suas atividades como concessionária da UMF III e, ao longo de 2021, construiu uma plataforma de livre acesso compilando os aprendizados dos seus 12 anos de atuação na FLONA do Jamari (www.wikijamari.com.br).

Florestas nativas plantadas - Pará: No Estado do Pará, nos municípios de Paragominas e Ipixuna, estão concentradas as áreas de plantio de paricá, uma espécie nativa com interesse comercial na produção de compensados "clear coat". Durante o ano de 2021 foi encerrado o processo de venda em pé da totalidade das florestas disponíveis e a colheita foi finalizada em 3 núcleos: Soberana; Flamboyant e Taquarussu.

Florestas de eucalipto plantadas - Mato Grosso do Sul: A floresta plantada compreendia uma área líquida de 13 mil hectares na região do Alto Sucuriú, nos municípios de Três Lagoas e Água Clara, no Estado do Mato Grosso do Sul. Em 2020 ocorreu a primeira colheita de eucalipto no volume de 1,2 milhão de m³. Após receber uma oferta para venda do ativo, a AMATA concluiu a transação em fevereiro de 2021 e atuou como gestora florestal para o novo comprador até final de agosto deste mesmo ano.

Florestas de pinus e eucalipto plantadas - Paraná: Desde janeiro de 2013 a AMATA controla a Florespar Florestal S.A. ("Florespar"), empresa florestal situada no Estado do Paraná, que tem como atividade o plantio de pinus e eucalipto, e detém 13 mil hectares de área líquida. No Estado do Paraná, o objetivo da operação é a produção e comercialização de pinus em áreas tradicionais de atividade florestal, por meio de manejo voltado ao múltiplo uso da floresta e a comercialização da madeira. Nos últimos anos a operação tem apresentado resultados operacionais positivos, fruto de melhorias no processo de colheita, silvicultura e contratos de venda. Em 2021, a AMATA superou seus objetivos por meio de recorrentes melhorias operacionais, se beneficiando também do momento de mercado favorável. A Floresta de eucalipto, vendida em pé para um importante player do setor começou a ser colhida.

Madeira Engenheirada: Urbem - São Paulo e Paraná: Desde 2016 a AMATA vem estudando opções para maior agregação de valor aos produtos florestais - notadamente à madeira de reflorestamento. A alternativa mais atrativa identificada foi a madeira engenheirada, material constituído de tábuas de madeira coladas em diferentes configurações e usadas com um sistema alternativo e, em muitos casos, complementar aos de estrutura de concreto e metálica na construção civil. Além de apresentar vários benefícios técnicos e bons parâmetros de desempenho acústico, conforto térmico, dentre outros - o uso da madeira permite reverter o perfil de emissão de carbono em várias tipologias de obra, de emissor para armazenador de gases de efeito estufa. Em 2020 este negócio passou a ser chamado de Urbem, e foi iniciado um road show para identificação de um sócio estratégico. Em 2021 a Urbem recebeu um aporte da Dexco (antiga Duratex), por meio do fundo de Venture Capital DX Ventures, e de outros acionistas da AMATA, totalizando R$ 103 MM (cento e três milhões de reais), se tornando uma empresa independente desde dezembro/2021. Os resultados continuados e descontinuados da companhia serão demonstrados abaixo.

	Notas	Operação continuada* 2021	Operação continuada* 2020	Notas	Operação descontinuada - APE1** 2021	Operação descontinuada - APE1** 2020	Resultado operação 2021	Resultado operação 2020
Receita de serviços e mercadorias		**26.847**	39.081		**127.523**	57.684	**154.370**	96.765
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos		**(27.494)**	(30.517)		**(72.572)**	(47.760)	**(100.066)**	(78.277)
Lucro bruto		**(647)**	8.564		**54.951**	9.924	**54.304**	18.488
Despesas gerais e administrativas		**(18.544)**	(23.853)		**(2.815)**	(3.002)	**(21.359)**	(26.855)
Perda estimada para redução ao valor recuperável		**(17)**	32		**-**	-	**(17)**	32
Resultado de equivalência patrimonial		**(3.042)**	(898)		**-**	-	**(3.042)**	(898)
Variação no valor justo dos ativos Biológicos		**33.049**	12.254		**(49.547)**	1.348	**(16.498)**	13.602
Outras receitas (despesas), líquidas		**22.304**	(814)		**(1.233)**	7	**21.071**	(807)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**33.103**	**(4.715)**		**1.356**	**8.277**	**34.459**	**3.562**
Receitas financeiras		**1.736**	1.178		**4.225**	6.316	**5.961**	7.494
Despesas financeiras		**(3.801)**	(6.939)		**(578)**	(2.739)	**(4.379)**	(9.678)
Lucro (prejuízo) do exercício antes do imposto de renda e contribuição social		**31.038**	(10.476)		**5.003**	11.854	**36.041**	1.378
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**(8.141)**	(2.783)		**12.942**	3.446	**4.801**	663
Imposto de renda e contribuição social		**-**	-		**(5.927)**	-	**(5.927)**	-
Lucro (prejuízo) do exercício		**22.897**	(13.259)		**12.018**	15.300	**34.915**	2.041

* Vide DRE

** Vide NE 27 - Operações descontinuadas - APE1

AMATA S.A.

Balanços patrimoniais - 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**8.448**	3.437	**24.368**	93.833
Contas a receber de clientes	5	**2.810**	358	**2.906**	18.956
Estoques	6	**24**	64	**325**	379
Adiantamento aos fornecedores		**166**	150	**226**	501
Impostos a recuperar	7	**1.229**	1.967	**2.339**	2.647
Outros ativos	8	**900**	1.450	**1.313**	1.837
Ativos mantidos para venda	9	**-**	-	**-**	134.660
		13.577	7.426	**31.477**	252.813
Não circulante					
Impostos a recuperar	7	**-**	-	**297**	271
Contas a receber de clientes	5	**17.903**	-	**17.903**	-
Adiantamento aos fornecedores		**-**	-	**-**	642
Outros ativos	8	**-**	-	**575**	-
Dividendos a receber	29	**4.817**	-	**-**	-
		22.720	-	**18.775**	913
Investimentos	10	**166.552**	237.367	**5.477**	5.622
Ativo biológico	11	**-**	11.574	**134.789**	114.892
Imobilizado	12	**1.312**	12.385	**57.225**	69.264
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	13	**2.887**	5.715	**2.887**	15.597
Intangível		**602**	676	**674**	769
		171.353	267.717	**201.052**	206.144
Total do ativo		**207.650**	275.143	**251.304**	459.870

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Circulante					
Fornecedores	14	**1.242**	2.039	**2.932**	18.440
Títulos a pagar	15	**1.692**	812	**1.692**	812
Arrendamento a pagar	13	**1.030**	961	**1.030**	1.252
Salários e encargos sociais e provisão de bônus	16	**939**	894	**2.288**	4.151
Empréstimos e financiamentos	17	**-**	121	**1.586**	3.343
Tributos a pagar	18	**315**	730	**686**	7.536
Dividendos a pagar		**-**	-	**2.297**	-
Adiantamento de clientes	19	**986**	1.179	**2.096**	1.929
Outros passivos		**58**	68	**60**	68
Passivos mantidos para venda		**-**	-	**-**	57.593
		6.262	6.804	**14.667**	95.124
Não circulante					
Títulos a pagar	15	**15.190**	16.039	**15.190**	16.039
Arrendamento a pagar	13	**4.816**	5.234	**4.816**	14.956
Empréstimos e financiamentos	17	**-**	138	**3.539**	23.254
Tributos a pagar	18	**-**	-	**575**	642
Impostos diferidos	20	**196**	196	**26.288**	18.147
Provisões para contingências	21	**1.069**	380	**1.484**	889
Adiantamento de clientes	19	**-**	-	**3.731**	3.731
Outros passivos		**6.106**	258	**6.106**	-
		27.377	22.245	**61.729**	77.658
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas da controladora					
Capital social	22	**272.707**	366.750	**272.707**	366.750
Reserva de capital	22	**32.059**	32.059	**32.059**	32.059
Debêntures perpétuas conversíveis em ações	3.15 e 22	**18.506**	27.579	**18.506**	27.579
Prejuízos acumulados		**(167.911)**	(198.944)	**(167.911)**	(198.944)
Ajustes de avaliação patrimonial	22	**18.650**	18.650	**18.650**	18.650
		174.011	246.094	**174.011**	246.094
Participação de acionistas não controladores		**-**	-	**897**	40.994
Total do patrimônio líquido		**174.011**	246.094	**174.908**	287.088
Total do passivo e patrimônio líquido		**207.650**	275.143	**251.304**	459.870

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Receita de serviços e mercadorias	23	**15.265**	4.071	**26.847**	39.081
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	24	**(17.836)**	(1.589)	**(27.494)**	(30.517)
Lucro bruto		**(2.571)**	2.482	**(647)**	8.564
Despesas gerais e administrativas	24	**(10.935)**	(12.964)	**(18.544)**	(23.853)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	5	**(17)**	37	**(17)**	32
Resultado de equivalência patrimonial	10	**18.504**	13.142	**(3.042)**	(898)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	11	**6.223**	(1.262)	**33.049**	12.254
Outras receitas (despesas), líquidas	24	**21.451**	(1.651)	**22.304**	(814)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		**32.655**	(216)	**33.103**	(4.715)
Receitas financeiras	25	**1.336**	661	**1.736**	1.178
Despesas financeiras	25	**(2.958)**	(3.345)	**(3.801)**	(6.939)
Lucro (prejuízo) operacional antes dos tributos sobre o lucro das operações em continuidade	20	**31.033**	(2.900)	**31.038**	(10.476)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		**-**	-	**(8.141)**	(2.783)
Lucro (prejuízo) das operações em continuidade		**31.033**	(2.900)	**22.897**	(13.259)
Operações descontinuadas - APE1					
Lucro (prejuízo) do exercício das operações descontinuadas antes dos tributos sobre o lucro das operações descontinuadas	26	**-**	-	**5.002**	11.854
Imposto de renda e contribuição social das operações descontinuadas		-	-	**7.014**	3.446
Lucro (prejuízo) do exercício		**31.033**	(2.900)	**34.913**	2.041
Atribuível a acionistas					
Controladores		**31.033**	(2.900)	**31.033**	(2.900)
Não controladores		**-**	-	**3.880**	4.941
		31.033	(2.900)	**34.913**	2.041
Quantidade média de ações em circulação - em milhares		**-**	-	**73.441**	114.768
Lucro (prejuízo) básico e diluído por ação - R$		**-**	-	**0,4754**	0,0178

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Lucro (prejuízo) do exercício	**31.033**	(2.900)	**34.913**	2.041
Outros componentes do resultado abrangente	**-**	-	**-**	-
Total do resultado abrangente do período	**31.033**	(2.900)	**34.913**	2.041
Atribuível a acionistas				
Controladores	**31.033**	(2.900)	**31.033**	(2.900)
Não controladores	**-**	-	**3.880**	4.941
	31.033	(2.900)	**34.913**	2.041

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos - operações continuadas		**31.033**	(2.900)	**31.038**	(10.476)
Resultado antes dos impostos - operações descontinuadas	26	**-**	-	**5.002**	11.854
Fluxos de caixa de atividades operacionais					
Resultado antes dos impostos		**31.033**	(2.900)	**36.040**	1.378
Ajustes de:					
Resultado de equivalência patrimonial	10	**(18.504)**	(13.142)	**3.042**	898
Variação no valor justo dos ativos biológicos	11	**(6.223)**	1.262	**(33.049)**	(12.254)
Depreciação	12	**582**	1.156	**1.656**	2.430
Amortização Intangível		**50**	76	**72**	103
Amortização do direito de uso de contratos de arrendamento	13	**1.272**	1.007	**1.272**	2.258
Apropriação de encargos financeiros de contratos de arrendamento	13	**2.508**	285	**2.377**	883
Exaustão	11	**-**	-	**3.953**	6.428
Perda estimada para redução ao valor recuperável	5	**17**	37	**808**	32
Perda nos estoques		**-**	482	**-**	756
(Ganho)/perda na alienação de ativo imobilizado		**-**	98	**-**	249
(Ganho)/perda na alienação de ativo biológico		**-**	-	**-**	(22.936)
Provisão para contingências	21	**689**	(55)	**595**	(1)
Variação cambial não realizada		**-**	(162)	**-**	(162)
Juros sobre empréstimos	17	**39**	18	**233**	2.060
Variação contrato hedge		**-**	(121)	**-**	(121)
Provisão para impairment		**-**	-	**-**	-
Juros sobre contas a pagar - aquisição Florespar		**-**	469	**-**	469
Despesas com imposto de renda e contribuição social diferido		**-**	-	**8.141**	-
Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente		**-**	-	**-**	-
		11.463	(11.490)	**25.140**	(17.530)
Variações em:					
Contas a receber de clientes		**(20.372)**	1.834	**(2.661)**	(16.375)
Estoques		**40**	1.043	**54**	1.115
Adiantamento a fornecedores		**(16)**	165	**917**	161
Impostos a recuperar	7	**738**	1.350	**282**	3.864
Outros ativos	8	**550**	2.051	**(51)**	420
Ativo mantido para venda		**-**	-	**134.660**	-
Fornecedores	14	**(797)**	(1.207)	**(15.508)**	14.092
Títulos a pagar	15	**31**	-	**31**	(64)
Salários e encargos sociais e provisão de bônus	16	**45**	(468)	**(1.863)**	(747)
Receita diferida		**-**	(320)	**-**	(320)
Tributos a pagar	18	**(415)**	(460)	**(1.882)**	6.790
Dividendos a pagar		**-**	-	**2.297**	-
Adiantamento de clientes		**(193)**	765	**167**	(10.284)
Outros passivos		**(268)**	(552)	**(8)**	(542)
Créditos/débitos com partes relacionadas		**1.289**	-	**6.106**	-
Passivo mantido para venda		**-**	-	**(57.593)**	-
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais		**(7.905)**	(7.289)	**90.088**	(19.420)
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	17	**(3)**	(5)	**(2.074)**	(2.315)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		**-**	-	**(5.035)**	-
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		**(7.908)**	(7.294)	**82.979**	(21.735)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Recebimento pela venda de imobilizado	12	**10.491**	(409)	**10.383**	(1.205)
Recebimento pela venda de intangíveis		**24**	167	**23**	105
Recebimento pela venda de ativos biológicos	11	**17.797**	(260)	**9.199**	(42.584)
Recebimentos pela venda de ativo biológico		**-**	3.360	**-**	94.395
Recebimentos pela venda de ativo imobilizado		**-**	1.557	**-**	2.762
Pagamento na aquisição da Florespar		**-**	(424)	**-**	(424)
Adiantamento para futuro aumento de capital		**-**	1.282	**-**	1.282
Redução (aumento) de investimentos em controladas	10	**54.127**	(359)	**(38.089)**	-
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento		**82.439**	4.914	**(18.484)**	54.331
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Debêntures		**(9.073)**	-	**(9.073)**	-
Recursos provenientes de empréstimos	17	**-**	-	**1.000**	2.500
Pagamento de contratos de arrendamentos	13	**(1.301)**	(1.080)	**(1.301)**	(2.549)
Pagamento de empréstimos	17	**(295)**	(548)	**(20.631)**	(2.447)
Aquisição de participação de não controladores		**-**	-	**(45.104)**	-
Redução de capital		**(58.851)**	-	**(58.851)**	-
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento		**(69.520)**	(1.628)	**(133.960)**	(2.496)
Aumento (redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa		**5.011**	(4.008)	**(69.465)**	30.100
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**3.437**	7.445	**93.833**	63.733
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**8.448**	3.437	**24.368**	93.833
Operações que não afetam o caixa e equivalentes de caixa		-	-	-	-
Redução de capital com resgate de ações preferenciais		**(35.192)**	**-**	**(35.192)**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)*

	Capital social Integralizado	Reserva de capital	Debêntures perpétuas conversíveis em ações	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2020	**366.750**	**32.059**	**27.579**	**(196.044)**	**18.650**	**248.994**	**36.053**	**285.047**
Lucro (prejuízo) do exercício	-	-	-	(2.900)	-	(2.900)	4.941	2.041
Em 31 de dezembro de 2020	**366.750**	**32.059**	**27.579**	**(198.944)**	**18.650**	**246.094**	**40.994**	**287.088**
Redução de capital	(94.043)	-	(9.073)	-	-	(103.116)	(43.977)	(147.093)
Lucro do exercício	-	-	-	31.033	-	31.033	3.880	34.913
Em 31 de dezembro de 2021	**272.707**	**32.059**	**18.506**	**(167.911)**	**18.650**	**174.011**	**897**	**174.908**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional: A Amata S.A. ("Companhia" ou "Amata") é uma sociedade por ações, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia e suas controladas atuam em toda a cadeia da madeira, desde o plantio até sua comercialização. Seu papel não se restringe a plantar e colher as árvores da forma correta, mas abrange o respeito às normas ambientais, às certificações e à capacidade regenerativa da floresta**.** Sua proposta é criar uma nova forma de planejar e praticar a atividade florestal e madeireira, incentivando o uso múltiplo de seus produtos e priorizando o contínuo florestal, que considera todos os tipos de floresta. Por isso, atua com florestas plantadas, nativas e exóticas, e com o manejo florestal de baixo impacto. **a) Entrada de novos sócios e investidores na subsidiária Amata na Cidade (Urbem)**: Em 2020 foi criada a Amata na Cidade S/A (Urbem), subsidiária da Amata S.A, com o objetivo de construir uma indústria de madeira engenheirada de larga escala competitiva no Estado do Paraná. Também em 2020 foi iniciado um road show para identificação de um sócio estratégico. O processo foi concluído em 2021. A Urbem recebeu um aporte da Dexco (antiga Duratex), por meio do fundo de Venture Capital DX Ventures, e de outros acionistas da AMATA, totalizando R$ 103 MM (cento e três milhões de reais). Por se tratar de uma empresa pré-operacional, a Urbem foi avaliada com base na atualização dos gastos realizados ao longo do projeto. A oferta realizada pelo novo sócio entrante e suas condições foram aprovadas em Assembleia Geral de Acionistas da Amata. Adicionalmente, a Amata realizou redução de capital no ano de 2021, devolvendo recursos aos seus sócios. Esta redução se deu de duas formas, uma parcela em dinheiro, e outra parcela transferindo ações da Urbem para parte dos sócios da Amata que desejaram seguir na Urbem, nas mesmas condições da oferta aprovada para entrada de novos sócios. Esta operação também foi aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Amata. Em dezembro de 2021 a Amata concluiu o processo de redução de capital, com pagamento em dinheiro e transferência das ações, e com isso retirou-se totalmente da sociedade Urbem. O quadro abaixo demonstra a composição acionária após a transferência das ações da Amata na Cidade.

Acionista	Ações	Debêntures	%
FIP - DX	**-**	**361.329**	**19,10%**
URBIS	**680.013**	**-**	**35,96%**
DARIO	**229.212**	**-**	**12,12%**
AKKA	**191.331**	**-**	**10,12%**
BNDES	**360.688**	**-**	**19,07%**
RM FUTURA	**-**	**68.712**	**3,63%**
	1.461.244	**430.041**	**1.891.285**

Veja abaixo os efeitos no balanço patrimonial, nas demonstrações do resultado e nas mutações do patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2020, desconsiderando a consolidação da Amata na Cidade.

ATIVO	31/12/2020 anteriormente apresentada	Desconsolidação Amata na Cidade	31/12/2020 Saldo ajustado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	93.833	205	93.628
Contas a receber de clientes; líquida	18.956	-	18.956
Estoques	379	-	379
Adiantamento aos fornecedores	501	-	501
Impostos a recuperar	2.647	-	2.647
Instrumentos financeiros	-	-	-
Outras contas a receber	1.837	1	1.836
Outros ativos	-	-	-
Ativos mantidos para venda	134.660	-	134.660
	252.813	**206**	**252.607**
Realizável a longo prazo			
Impostos diferidos	-	-	-
Impostos a recuperar	271	-	271
Adiantamento aos fornecedores	642	-	642
Outros Ativos	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-
	913	**-**	**913**
Não circulante			
Investimentos	5.622	-	5.622
Ativo biológico	114.892	-	114.892
Imobilizado	69.264	-	69.264
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	15.597	9.882	5.715
Intangível	769	-	769
	206.144	**9.882**	**196.262**
Total do ativo	**459.870**	**10.088**	**449.782**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020 anteriormente apresentada	Desconsolidação Amata na Cidade	31/12/2020 Saldo ajustado
Circulante			
Fornecedores	18.440	330	18.110
Títulos a pagar	812	-	812
Arrendamento a pagar	1.252	291	961
Salários e encargos sociais e provisão de bônus	4.151	-	4.151
Receita diferida	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	3.343	-	3.343
Tributos a pagar	7.536	7	7.529
Adiantamento de clientes	1.929	-	1.929
Passivos mantidos para venda	57.593	-	57.593
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-
Outros passivos	68	-	68
	95.124	**628**	**94.496**
Não circulante			
Títulos a pagar	16.039	-	16.039
Arrendamento a pagar	14.956	9.722	5.234
Receita diferida	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.254	-	23.254
Tributos a pagar	642	-	642
Impostos diferidos	18.147	-	18.147
Provisões para contingências	889	-	889
Adiantamento de clientes	3.731	-	3.731
Outros passivos	-	-	-
	77.658	**9.722**	**67.936**
Patrimônio líquido			
Atribuído aos acionistas da controladora			
Capital social	366.750	357	366.393
Reservas de capital	32.059	-	32.059
Reservas de reavaliação	-	-	-
Debêntures perpétuas conversíveis em ações	27.579	-	27.579
Prejuízos acumulados	(198.944)	(619)	(198.325)
Ajustes de avaliação patrimonial	18.650	-	18.650
	246.094	**(262)**	**246.356**
Participação de acionistas não controladores	40.994	-	40.994
Total do patrimônio líquido	**287.088**	**(262)**	**287.350**
Total do passivo e patrimônio líquido	**459.870**	**10.088**	**449.782**

...continuação	31/12/2020 anteriormente apresentada	Desconsolidação Amata na Cidade	31/12/2020 Saldo ajustado
Receita de serviços e mercadorias	39.081	-	39.081
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(30.517)	-	(30.517)
Lucro bruto	8.564	-	8.564
Despesas gerais e administrativas	(23.853)	(543)	(23.310)
Perda estimada para redução ao valor recuperável	32	-	32
Resultado de equivalência patrimonial	(898)	-	(898)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	12.254	-	12.254
Outras receitas (despesas), líquidas	(814)	-	(814)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	(4.715)	(543)	(4.172)
Receitas financeiras	1.178	-	1.178
Despesas financeiras	(6.939)	(76)	(6.863)
Resultado financeiro líquido	(5.761)	(76)	(5.685)
Lucro (prejuízo) operacional antes do imposto de renda e contribuição social	(10.476)	(619)	(9.857)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.783)	-	(2.783)
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-
Lucro (prejuízo) do exercício	(13.259)	(619)	(12.640)

2. Base de preparação: a) Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2022. **b) Base de mensuração:** Os quadros das demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e valor justo por meio do resultado, exceto pelos ativos biológicos que foram mensurados ao valor justo menos o custo da venda. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação**: Esses quadros das demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas e julgamentos:** Para a preparação destes quadros das demonstrações financeiras consolidadas, a administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. ***Mensuração

...continuação

AMATA S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ Nº 07.909.776/0001-78

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

do com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. A administração avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultados que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas. As alíquotas definidas atualmente para determinação desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os encargos do imposto de renda e da contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias em vigor ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. **3.18.. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. **Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência:** As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco. As alterações incluem os seguintes expedientes práticos: • Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado. • Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado. • Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco. Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis. **a) Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. ***IFRS 17 - Contratos de seguro***: Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável). • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica à Companhia. ***Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante***: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Companhia avaliará o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. ***Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis***: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. ***Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis***: Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

4. Caixa e equivalentes de caixas

	Taxa média de remuneração das aplicações (% a.a.)	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e bancos (i)		**325**	289	**524**	1.017
CDB DI	97% do CDI	**-**	-	**3.704**	37.477
CDB DI	99% do CDI	**8.123**	3.148	**19.965**	39.407
CDB DI	100% do CDI	**-**	-	**175**	15.932
Total		**8.448**	3.437	**24.368**	93.833

As aplicações financeiras referem-se principalmente aos ativos de renda fixa, remunerados a taxas atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI), que variam entre 97% a 100%. Estas aplicações são resgatáveis a qualquer momento pela Companhia e por suas subsidiárias, sem ônus. A Companhia mantém suas disponibilidades e aplicações financeiras em bancos de primeira linha.

5. Contas a receber de clientes: Abaixo composição das contas a receber por vencimento:

Conta a receber líquida

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Contas a receber de clientes	**20.730**	358	**21.617**	19.747
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(17)**	-	**(808)**	(791)
	20.713	358	**20.809**	18.956
Circulante	**2.810**	358	**2.906**	18.956
Não circulante	**17.903**	-	**17.903**	-
Total	**20.713**	358	**20.809**	18.956

Contas a receber por vencimento

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer	**20.695**	-	**20.700**	11.055
Vencidos até 30 dias	**-**	-	**-**	28
Vencidos acima de 30 dias	**1**	-	**3**	267
Vencidos acima de 90 dias	**34**	358	**914**	8.397
Total	**20.730**	358	**21.617**	19.747

Movimentação da perda estimada para redução ao valor recuperável

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Saldo no início do exercício	**-**	(622)	**(791)**	(1.795)
Perda efetiva	**-**	585	**-**	972
Adições	**(17)**	37	**(17)**	32
	(17)	-	**(808)**	(791)

6. Estoques

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Estoque de insumo (i)	**-**	-	**124**	133
Toras - Florespar	**-**	-	**177**	180
Clt e Glulam	**24**	64	**24**	64
Estoque de produtos - peças	**-**	-	**-**	2
Total	**24**	64	**325**	379

(i) Refere-se à matéria-prima para o plantio e manutenção essencialmente dos ativos biológicos "floresta em formação". Esses itens são representados em sua maioria por mudas, herbicidas e fertilizantes.

7. Impostos e contribuições a recuperar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre aplicação financeira	**56**	18	**413**	368
Saldo credor IRPJ anos anteriores	**946**	1.628	**1.544**	1.854
Programa de Integração Social (PIS)	**-**	14	**11**	14
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	**2**	64	**51**	64
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	**224**	230	**614**	603
Outros	**1**	13	**3**	15
Total	**1.229**	1.967	**2.636**	2.918
Circulante	**1.229**	1.967	**2.339**	2.647
Não circulante	**-**	-	**297**	271
Total	**1.229**	1.967	**2.636**	2.918

8. Outros ativos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo de reembolso - Florespar (i)	**-**	1	**674**	737
Outras contas a receber (ii)	**-**	1.239	**-**	599
Seguros a apropriar e outros ativos	**900**	210	**1.214**	501
Total	**900**	1.450	**1.888**	1.837
Circulante	**900**	1.450	**1.313**	1.837
Não circulante	**-**	-	**575**	-
Total	**900**	1.450	**1.888**	1.837

(i) Conforme contrato de aquisição da Florespar, a Amata possui o direito de ser reembolsada pelos antigos proprietários, caso parte ou a totalidade das contingências assumidas pela aquisição da empresa venham a ser liquidadas.

(ii) Valor de 2020 refere-se a venda de parte do maciço de Paricá do Pará, referente a fazenda Soberana. E de parte do maciço de eucalipto da operação do Paraná.

9. Ativos e passivos mantidos para venda: Em 31 de dezembro de 2021, o grupo de ativos e passivos mantidos para venda estava apresentado ao valor justo menos o custo de venda e compreendia os seguintes ativos e passivos:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Imobilizado	**-**	-	**-**	1.293
Ativo Biológico	**-**	-	**-**	105.713
Outros ativos LP	**-**	-	**-**	17.314
Direito de uso sobre contrato arrendamento	**-**	-	**-**	10.340
Ativos mantidos para venda	**-**	-	**-**	134.660
Impostos diferidos LP	**-**	-	**-**	(12.942)
Adiantamento de clientes LP	-	-	-	(33.800)
Arrendamento a pagar	**-**	-	**-**	(10.851)
Passivos mantidos para venda	**-**	-	**-**	(57.593)

Não há ganhos ou perdas acumulados incluídos em outros resultados abrangentes relativo a esse grupo mantido para venda.

10. Investimentos

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Florespar Florestal S/A	**159.194**	145.785	**-**	-
APE1 Plantio de Floresta Exótica S/A	**1.881**	85.959	**-**	-
APN2 Plantio de Floresta Nativa S/A	**5.477**	5.622	**5.477**	5.622
Amata na Cidade S/A	**-**	1	**-**	1
Total	**166.552**	237.367	**5.477**	5.623

Movimentação do investimento: As informações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	Florespar	APE1	APN2	ANC	Controladora Total	Consolidado APN2	Consolidado Total
Investimento em 31 de dezembro de 2019	141.483	75.600	6.522	1	223.606	6.522	6.522
Resultado da equivalência patrimonial	4.302	10.359	(900)	(619)	13.142	(900)	(900)
Provisão para perdas com investimentos	-	-	-	260	260	-	-
Ganho em participações de controladas	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de capital	-	-	-	359	359	-	-
Investimento em 31 de dezembro de 2020	145.785	85.959	5.622	1	237.367	5.622	5.622
Resultado da equivalência patrimonial	**13.409**	**8.136**	**(145)**	**(2.896)**	**18.504**	**(145)**	**(145)**
Ganho em participações de controladas	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Aumento (redução) de capital	**(1)**	**(92.214)**	**-**	**2.895**	**(89.319)**	**-**	**-**
Investimento em 31 de dezembro de 2021	**159.193**	**1.881**	**5.477**	**-**	**166.552**	**5.477**	**5.477**

	Participação societária (%)	Ativo total	Passivo total	Patrimônio líquido	Resultado líquido do exercício
Controladas					
Florespar Florestal S/A	100%	198.647	39.454	159.193	13.409
APE1 Plantio de Floresta Exótica S/A	67,71%	10.850	8.071	2.779	12.016
Controladas em conjunto					
APN2 Plantio de Floresta Nativa S/A	50%	14.711	1.117	13.594	(291)

	Florespar	APE1	APN2	Controladora Amata na Cidade
Em 31 de dezembro de 2020				
Quantidade de ações total	91.145.639	78.773.336	19.097.078	1.000
Quantidade de ações Amata	91.145.639	53.337.395	9.548.539	1.000
Participação societária	100%	67,71%	50%	100%
Capital social	104.039	96.654	19.097	360
Lucro (prejuízo) do exercício	6.911	15.300	(1.797)	(619)
Em 31 de dezembro de 2021				
Quantidade de ações total	**91.145.639**	**1.237.353**	**19.097.078**	**-**
Quantidade de ações Amata	**91.145.639**	**837.812**	**9.548.539**	**-**
Participação societária	**100%**	**67,71%**	**50%**	**-**
Capital social	**104.039**	**1.518**	**19.097**	**-**
Lucro (prejuízo) do exercício	**13.409**	**12.016**	**(291)**	**-**

Investimento controlado em conjunto

	Informações do empreendimento controlado em conjunto		Nossa participação			
	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	No patrimônio líquido 2021	No patrimônio líquido 2020	No resultado do exercício 2021	No resultado do exercício 2020
APN2 - Plantio de Florestas Nativa S.A.	13.594	(291)	**5.477**	5.942	**145**	(898)

Os saldos do ativo circulante, ativo não circulante, passivo circulante, passivo não circulante, receitas e despesas, relativo aos exercícios de 2021 e de 2020 do empreendimento controlado em conjunto APN2, estão a seguir demonstrados.

	2021	2020
Ativo		
Ativo circulante	**3.855**	4.706
Ativo não circulante		
Ativo imobilizado	**10.857**	10.887
Ativo intangível	**-**	3
Total do ativo	**14.712**	15.596
Passivo		
Passivo circulante	**126**	719
Passivo não circulante	**992**	991
Patrimônio líquido		
Capital social	**19.097**	19.097
Reserva de capital	**2.640**	2.640
Ajustes de avaliação patrimonial	**1.925**	1.925
Prejuízos acumulados	**(10.068)**	(9.776)
Total do passivo	**14.712**	15.596
Demonstração do resultado		
Receita de serviços e mercadorias	**-**	-
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	**-**	-
Despesas gerais e administrativas	**(340)**	(1.711)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	**-**	-
Outras receitas (despesas), líquidas	**(2)**	(109)
Resultado financeiro	**51**	24
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**-**	-
Prejuízo do exercício	**(291)**	(1.796)

11. Ativo biológico: Os ativos biológicos estão representados pelas florestas de pinus, eucaliptos e paricá. As florestas encontram-se localizadas nos Estados do Mato Grosso do Sul, Paraná e Pará.

	Controladora Paricá	Controladora Total	Consolidado Pinus	Consolidado Eucalipto	Consolidado Paricá	Consolidado Total
Em 31 de dezembro de 2019						
Valor contábil líquido	12.576	12.576	84.058	147.019	12.576	243.653
Em 1º de janeiro de 2020						
Saldo inicial	12.576	12.576	84.058	147.019	12.576	243.653
...continuação	**Controladora Paricá**	**Controladora Total**	**Consolidado Pinus**	**Consolidado Eucalipto**	**Consolidado Paricá**	**Consolidado Total**
Adições	260	260	12.171	28.805	260	41.236
Baixas	-	-	-	(70.111)	-	(70.111)
Variação no valor justo	(1.262)	(1.262)	11.295	2.222	(1.262)	12.255
Reduções por corte/venda (exaustão)	-	-	(6.428)	-	-	(6.428)
Transferência ativo mantido para venda	-	-	-	(105.713)	-	(105.713)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	11.574	11.574	101.096	2.222	11.574	114.892
Em 1º de janeiro de 2021						
Saldo inicial	**11.574**	**11.574**	**101.096**	**2.222**	**11.574**	**114.892**
Adições	**38**	**38**	**8.598**	**-**	**38**	**8.636**
Baixas	**(17.835)**	**(17.835)**	**-**	**-**	**(17.835)**	**(17.835)**
Variação no valor justo	**6.223**	**6.223**	**26.402**	**424**	**6.223**	**33.049**
Reduções por corte/venda (exaustão)	**-**	**-**	**(3.953)**	**-**	**-**	**(3.953)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**-**	**-**	**132.143**	**2.646**	**-**	**134.789**

As principais premissas utilizadas na elaboração do fluxo de caixa descontado são as seguintes:

	2021 Pinus	2021 Eucalipto PR	2021 Eucalipto MS	2021 Paricá	2020 Pinus	2020 Eucalipto PR	2020 Eucalipto MS	2020 Paricá
Área plantada (hectare)	**7.553**	**157**	**-**	**-**	7.076	157	8.974	1.523
Idade média	**7,9**	**10,3**	**-**	**-**	7,6	9,3	5,3	6,6

O preço líquido médio de venda considerado, para as espécies Pinus e Eucalipto, foram projetados com base no preço estimado no mercado local, em estudo de mercado e amostras de algumas pesquisas de transações, ajustado para refletir o preço da "madeira em pé com casca" por região. No caso do paricá, os preços são baseados em pesquisa de mercado na região. A taxa de desconto utilizada para descontar o fluxo de caixa foi de 10,6% ao ano (2020 - 10,6% ao ano), após os efeitos tributários. O custo padrão médio estimado contempla gastos com as atividades de roçada, controle químico de matocompetição, combate a formigas e outras pragas, adubação, manutenção de estradas, insumos e serviços de mão de obra. Foram também considerados os efeitos tributários com base nas alíquotas vigentes, bem como os ativos que contribuem, tais como o ativo imobilizado e terras próprias. Os plantios de pinus possuem planos para colheita final entre 15 e 18 anos, sem novos desbastes planejados. Os plantios de Paricá são planejados para colheita entre 7 e 9 anos (2020 - 7 anos), sem realização de desbastes. A Companhia e suas controladas administram os riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola de forma preventiva. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante de equipes de vigilância, utilização de sistemas de imagem por satélite e com treinamentos constantes de brigadas de incêndio para combate de fogo em áreas florestais. Em 2019, o maciço de cerca de 2 mil hectares de eucalipto foi vendido, com colheita iniciada em 2021. Após a totalidade da colheita a área será convertida para o plantio de Pinus. **i) Riscos regulatórios e ambientais:** A Companhia e suas controladas estão sujeitas a leis e regulamentações no país em que opera. A Companhia estabeleceu políticas e procedimentos ambientais voltados ao cumprimento de leis ambientais locais e outras. **ii) Risco de oferta e demanda:** A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos decorrentes da flutuação de preços e do volume de venda de madeira. Quando possível, a Companhia e suas controladas administram esse risco alinhando seu volume de corte com a oferta e demanda do mercado. A administração realiza análises regulares de tendências da indústria para volumes projetados de corte e preço. **iii) Riscos climáticos e outros:** As plantações da Companhia e suas controladas estão expostas aos riscos de danos causados por mudanças climáticas, doenças, incêndios florestais e outras forças da natureza. A Companhia e suas controladas possuem processos extensos em funcionamento voltados ao monitoramento e à redução desses riscos, incluindo inspeções regulares da saúde florestal e análises da indústria para doenças e pragas. Nos casos de riscos relacionados a sinistros decorrentes de incêndios é feito o monitoramento constante de equipes de vigilância, utilização de sistemas de imagem por satélite e com treinamentos. ***Análise de sensibilidade***: O cálculo do valor justo dos ativos biológicos se enquadra no Nível 3 da hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) - Mensurações do Valor Justo, por conta da complexidade e estrutura do cálculo. As principais premissas, IMA, taxa de desconto e preço de venda, destacam-se como sendo as de maior sensibilidade em que aumentos ou reduções nessas premissas geram ganhos ou perdas relevantes na mensuração do valor justo.

12. Imobilizado

	Terrenos	Imóveis e obras civis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Controladora Total
Em 1º de janeiro de 2020								
Saldo inicial	7.763	2.971	554	151	2.377	922	49	14.787
Aquisições	-	-	32	17	235	125	-	409
Baixas	-	(659)	-	(3)	(518)	(475)	-	(1.655)
Depreciações	-	(266)	(119)	(50)	(496)	(225)	-	(1.156)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	7.763	2.046	467	115	1.598	347	49	12.385
Em 1º de janeiro de 2021								
Saldo inicial	**7.763**	**2.046**	**467**	**115**	**1.598**	**347**	**49**	**12.385**
Aquisições	**-**	**-**	**-**	**-**	**7**	**-**	**-**	**7**
Baixas	**(7.492)**	**(1.580)**	**(6)**	**(7)**	**(1.263)**	**(116)**	**(34)**	**(10.498)**
Depreciações	**-**	**(139)**	**(120)**	**(36)**	**(223)**	**(64)**	**-**	**(582)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**271**	**327**	**341**	**72**	**119**	**167**	**15**	**1.312**

	Terrenos	Imóveis e obras civis	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Móveis e utensílios	Instalações e equipamentos	Veículos	Imobilizado em andamento	Consolidado Total
Em 1º de janeiro de 2020								
Saldo inicial	56.362	6.419	696	225	9.241	1.802	48	74.793
Aquisições	197	367	66	21	425	129	-	1.205
Baixas	-	(659)	-	(3)	(1.873)	(476)	-	(3.011)
Transferências	-	(1.223)	(4)	-	(66)	-	-	(1.293)
Depreciações	-	(489)	(157)	(62)	(1.365)	(357)	-	(2.430)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	56.559	4.415	601	181	6.362	1.098	48	69.264
Em 1º de janeiro de 2021								
Saldo inicial	**56.559**	**4.415**	**601**	**181**	**6.362**	**1.098**	**48**	**69.264**
Aquisições	**65**	**143**	**-**	**5**	**82**	**10**	**-**	**305**	
Baixas	**(7.492)**	**(1.579)**	**(43)**	**(10)**	**(1.414)**	**(116)**	**(34)**	**(10.688)**
Depreciações	**-**	**(331)**	**(136)**	**(48)**	**(943)**	**(198)**	**-**	**(1.656)**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**49.132**	**2.648**	**422**	**128**	**4.087**	**794**	**14**	**57.225**

13. Direito de uso sobre contratos de arrendamentos a pagar

Controladora

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial da Controladora em

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**-**	-
	-	-
Não circulante	**2.887**	5.715
Direito de uso dos ativos	**4.159**	6.722
Amortização acumulada	**(1.272)**	(1.007)
Total	**2.887**	5.715

PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**1.030**	961
Passivos de arrendamentos	**1.030**	961
Não circulante	**4.816**	5.234
Passivos de arrendamentos	**4.816**	5.234
Patrimônio líquido	**(2.959)**	(480)
Resultados acumulados	**(2.959)**	(480)
Total	**2.887**	5.715

Consolidado

Efeito do IFRS 16 no Balanço Patrimonial Consolidado em

ATIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**-**	-
Não circulante	**2.887**	25.936
Direito de uso dos ativos	**4.159**	28.194
Amortização acumulada	**(1.272)**	(2.258)
Transferência para ativos/passivos mantidos para venda	**-**	(10.339)
Total	**2.887**	15.597

PASSIVO	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	**1.030**	1.252
Passivos de arrendamentos	**1.030**	1.252
Não circulante	**4.816**	14.956
Passivos de arrendamentos	**4.816**	14.956
Patrimônio líquido	**(2.959)**	(1.123)
Resultados acumulados	**(2.959)**	(1.123)
Total	**2.887**	4.746

a) Política contábil e premissas para o reconhecimento: O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" /"Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro". A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas: (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia avaliou os aspectos de renovação em sua metodologia e por não identificar aspectos de renovação optou por não considerar as renovações dos contratos, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas. (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor. (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato. (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável. (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo. (vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi baseada nas taxas de juros livres de riscos observadas no mercado brasileiro e ajustadas à realidade da Companhia, para as operações de arrendamento de terras florestais e de imóveis administrativos foi 9,5%. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes por meio de sondagens junto aos bancos que atendem a Companhia, líquidas de inflação. (vii) A remensuração para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento será feita no mês de aniversário de um ano de cada contrato (reset), na qual a Companhia avaliará a necessidade de reajustes nos pagamentos mensais e anuais e, caso aplicável, os reajustes serão realizados no ativo contra o passivo de arrendamentos. As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

b) Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui 3 contratos de arrendamentos na controladora (em 31 de dezembro de 2020, 3 na controladora e 5 no consolidado) reconhecidos em seu balanço patrimonial.

Controladora

Direito de uso dos ativos	31/12/2020	Adição	Amortização	Adições/ Baixas	31/12/2021
Edifícios	453	**-**	**(134)**	**(239)**	**80**
Terras	5.262	**-**	**(1.138)**	**(1.317)**	**2.807**
Total no ativo	5.715	**-**	**(1.272)**	**(1.556)**	**2.887**

Passivos dos arrendamentos	31/12/2020	Adição	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2021
Passivo circulante	961	**-**	**2.508**	**(1.301)**	**(1.556)**	**418**	**1.030**
Passivo não circulante	5.234	**-**	**-**	**-**	**-**	**(418)**	**4.816**
Total no passivo	6.195	**-**	**2.508**	**(1.301)**	**(1.556)**	**-**	**5.846**

Consolidado

Direito de uso dos ativos	31/12/2020	Operação descontinuada	Amortização	Adições/ Baixas	31/12/2021
Edifícios	10.335	**(9.882)**	**(134)**	**(239)**	**80**
Terras	5.262	**-**	**(1.138)**	**(1.317)**	**2.807**
Total no ativo	15.597	**(9.882)**	**(1.272)**	**(1.556)**	**2.887**

Passivos dos arrendamentos	31/12/2020	Operação descontinuada	Juros	Pagamentos	Adições/ Baixas	Trans. CP/LP	31/12/2021
Passivo circulante	1.252	**(160)**	**2.377**	**(1.301)**	**(1.556)**	**418**	**1.030**
Passivo não circulante	14.956	**(9.722)**	**-**	**-**	**-**	**(418)**	**4.816**
Total no passivo	16.208	**(9.882)**	**2.377**	**(1.301)**	**(1.556)**	**-**	**5.846**

14. Fornecedores

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
A vencer	**374**	737	**885**	16.488
Vencidos a mais de 30 dias	**47**	52	**120**	97
Provisões	**821**	1.250	**1.927**	1.855
Total	**1.242**	2.039	**2.932**	18.440

São compostos por compromissos a pagar de curto prazo, substancialmente com vencimentos até 90 dias, relativos a gastos com as atividades operacionais, imobilizados e despesas comerciais.

15. Títulos a pagar

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Aquisição Florespar (i)	**16.877**	16.851	**16.877**	16.851
Outros	**5**	-	**5**	-
Total	**16.882**	16.851	**16.882**	16.851
Circulante	**1.692**	812	**1.692**	812
Não circulante	**15.190**	16.039	**15.190**	16.039
Total	**16.882**	16.851	**16.882**	16.851

(i) Refere-se às parcelas da aquisição da Florespar retidas conforme previsão contratual para servir de garantia a eventuais em contingências fundiárias, e que serão liberadas ao longo dos próximos anos. Os pagamentos se iniciaram em abril/2016. Em dezembro de 2020, foi efetuado o pagamento de uma parcela equivalente a 5% do total retido, no montante de R$424 (em 2021 não ocorreram pagamentos).

16. Salários e encargos sociais e provisão de bônus: A Companhia e suas controladas realizam anualmente uma provisão de bônus por atingimento de metas. O valor contempla benefícios de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), remunerações variáveis bem como os encargos sociais, representados na tabela a seguir:

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Salários	**14**	61	**578**	1.203
Encargos s/ salários	**100**	109	**369**	686
Participação nos lucros e resultados	**813**	666	**813**	666
Provisão de bônus	**12**	58	**528**	1.596
Encargos s/ bônus	**-**	-	**-**	-
Total	**939**	894	**2.288**	4.151

Remuneração do pessoal-chave da administração: O valor agregado da remuneração paga aos administradores (Conselho de Administração, Diretoria e membros do Comitê Executivo) por serviços prestados nas respectivas áreas de competências está representado a seguir:

| | Controladora

...continuação

AMATA S.A. E SUAS CONTROLADAS - CNPJ Nº 07.909.776/0001-78

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas - 31 de dezembro de 2021 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Demonstração do resultado das operações descontinuadas		
Receitas de serviços e mercadorias	**127.523**	57.684
Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	**(72.572)**	(47.760)
Lucro Bruto	**54.951**	9.924
Despesas gerais e administrativas	**(2.816)**	(3.002)
Variação no valor justo dos ativos biológicos	**(49.547)**	1.348
Outras receitas (despesas), líquidas	**(1.233)**	7
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	**1.355**	8.277
Receitas financeiras	**4.225**	6.316
Despesas financeiras	**(578)**	(2.739)
Resultado financeiro líquido	**3.647**	3.577
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e contribuição social	**5.002**	11.854
Imposto de renda e contribuição social diferidos	**12.941**	3.446
Imposto de renda e contribuição social	**(5.927)**	-
Lucro (prejuízo) do exercício	**12.016**	15.300

27. Instrumentos financeiros e riscos

			Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**8.448**	3.437	**24.368**	93.833
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**20.713**	358	**20.809**	11.562
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**-**	-	**-**	-
Total			**29.161**	3.795	**45.177**	105.395
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**1.242**	2.039	**2.932**	18.440
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**-**	259	**5.125**	26.597
Títulos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**16.882**	16.851	**16.882**	16.851
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**-**	-	**-**	-
Total			**18.124**	19.149	**24.939**	61.888

27.1. Fatores de risco financeiro: a) Visão geral: A administração da Companhia e suas controladas está voltada para a geração de resultados consistentes e sustentável ao longo do tempo. As atividades da Companhia e suas controladas estão expostas a diversos fatores de riscos financeiros que podem introduzir um nível indesejado de volatilidade sobre a geração de caixa e resultados da companhia e suas controladas, como: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia e suas controladas concentram-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de administração. A administração identifica, avalia e protege a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **b) Avaliação**: Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nos quadros isolados das demonstrações financeiras consolidadas. Durante o período não houve nenhuma reclassificação entre as categorias. **c) Valor justo versus valor contábil:** Os instrumentos financeiros constantes nos balanços patrimoniais, tais como caixa e bancos, empréstimos e financiamentos, apresentam-se pelos seus valores contratuais. Para determinação dos valores de mercado de ativos ou instrumentos financeiros negociados em mercados públicos e líquidos, foram utilizadas as cotações de mercado de fechamento nas datas dos balanços. **27.2. Risco de liquidez:** A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia e suas controladas tenham caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito disponíveis, a fim de que não ocorra quebra de limites ou cláusulas de empréstimos (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia e suas controladas. A administração investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. A tabela a seguir, analisa os passivos financeiros que são liquidados em uma base líquida por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

	Controladora Menos de 1 ano	Controladora Entre um e dois anos	Controladora Entre dois e 5 anos	Controladora Acima de 5 anos	Consolidado Menos de 1 ano	Consolidado Entre um e dois anos	Consolidado Entre dois e 5 anos	Consolidado Acima de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2021								
Empréstimos e financiamentos	**-**	**-**	**-**	**-**	**1.586**	**1.812**	**1.727**	**-**
Arrendamento financeiro	**1.030**	**1.082**	**3.262**	**472**	**1.030**	**1.082**	**3.262**	**472**
Títulos a pagar	**1.692**	**5.076**	**10.152**	**1.296**	**1.692**	**5.076**	**10.152**	**1.296**
Fornecedores	**1.242**	**-**	**-**	**-**	**2.932**	**-**	**-**	**-**

27.3. Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **27.4. Risco de mercado:** A Companhia e suas controladas estão expostas a uma série de riscos de mercados, sendo os principais as variações de taxas de câmbio e taxas de juros que podem afetar seus resultados e condições financeiras. No processo de gestão de riscos de mercado é feita: a identificação, avaliação e implementação da estratégia, com a efetiva contratação dos instrumentos financeiros adequados. **i) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros**: O risco de taxa de juros decorre de caixa e equivalentes de caixa e dos empréstimos e financiamentos. As aplicações financeiras e os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros. **27.5. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Amata e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia e suas controladas, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 podem ser assim sumariados:**

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Total dos empréstimos e títulos a pagar	**16.882**	17.110	**22.006**	39.511
Menos: caixa e equivalentes de caixa	**(8.448)**	(3.437)	**(24.368)**	(93.833)
Dívida líquida	**8.434**	13.673	**(2.362)**	(54.322)
Total do patrimônio líquido	**174.011**	246.095	**174.908**	287.088
Total do capital	**182.445**	259.768	**172.546**	232.766
Índice de alavancagem - %	**(4,62)**	(5,26)	**1,37**	(23,34)

27.6. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment)* no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A Companhia passou a realizar operações de *hedge* com o intuito de mitigar as oscilações do câmbio ao longo do ano, prefixando uma parcela das exportações projetadas para os próximos 18 meses. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o valor justo dos ativos e passivos financeiros se aproxima do valor contábil.

Os diferentes níveis de classificação do valor justo são definidos como segue:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Controladora 2021 Valor contábil	Controladora 2021 Valor justo	Controladora 2020 Valor contábil	Controladora 2020 Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**8.448**	**8.448**	3.437	3.437
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**20.713**	**20.713**	358	358
Total			**29.161**	**29.161**	3.795	3.795
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**1.242**	**1.242**	2.039	2.039
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**-**	**-**	259	259
Títulos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**16.882**	**16.882**	16.851	16.851
Total			**18.124**	**18.124**	19.149	19.149

	Hierarquia do valor justo	Categoria	Consolidado 2021 Valor contábil	Consolidado 2021 Valor justo	Consolidado 2020 Valor contábil	Consolidado 2020 Valor justo
Ativos financeiros						
Caixa e equivalente de caixa	Nível 2	Valor justo por meio do resultado	**24.368**	**24.368**	93.833	93.833
Contas a receber de clientes	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**20.809**	**20.809**	11.562	11.562
Total			**45.177**	**45.177**	105.395	105.395
Passivos financeiros						
Fornecedores	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**2.932**	**2.932**	18.440	18.440
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**5.125**	**5.125**	26.597	26.597
Títulos a pagar	Nível 2	Mensurado pelo custo amortizado	**16.882**	**16.882**	16.851	16.851
Total			**24.939**	**24.939**	61.888	61.888

28. Seguros: A Amata possui seguros para cobrir sinistros de seus equipamentos para colheita e movimentação de cargas na operação do Jamari e equipamentos de plantio e manutenção de florestas no Estado do Pará e para equipamentos de colheita no Estado do Paraná. Também possui seguro de vida dos funcionários, seguro de responsabilidade civil de Diretores & Administradores (D&O) e seguros para cobrir seus ativos florestais nos Estados do MS e PA.

Tipo de Apólice	Apólice	Valor	Vencimento
Veículos: Tokio Marine	26550438	11.368	19/07/2022
Compreensivo empresarial: HDI Seguros	1.108.423.000.844	1.008	27/10/2022
Responsabilidade Civil (D&O): Tokio Marine	3669182	18.126	25/03/2022
Responsabilidade Civil (RETA): Essor Seguros	1009715006024	584	04/06/2022
Responsabilidade Civil (RETA): Essor Seguros	1009715006025	544	04/06/2022
Veículos: Tokio Marine	26644845	14.795	19/07/2022
Benfeitorias e produtos agropecuários	1003011002599	2.218	21/08/2022
Penhor Rural	1006211002958	3.359	21/08/2022

29. Transações com partes relacionadas: As transações com partes relacionadas referem-se a dividendos a receber da APE1, conforme AGE de 15/12/2021, no valor de R$ 4.817.

	Controladora 2021	Controladora 2020	Consolidado 2021	Consolidado 2020
Ativo não circulante				
Dividendos a receber da APE1	**4.817**	-	**-**	-
	4.817	-	**-**	-

Alexsandro Martins Holanda - Diretor Administrativo Financeiro

Antonio Carlos Costa - Contador CRC-1SP22084/O-7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e acionistas

Amata S.A. - São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Amata S.A (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respetivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance, da época dos trabalhos de auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2022

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Alexandre Rubio
Contador
CRC- 1SP223361

Golin Participações S.A

CNPJ 05.487.746/0001-95

Demonstrações Financeiras Encerradas em 31/12/2021 - Valores em Reais

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas, em cumprimento as exigências legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter a apreciação de V. Sas., o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. Estamos à disposição de V. Sas. na Sede Social, para quaisquer informações que julgarem necessárias. Guarulhos, 18/03/2022. **A Diretoria.**

Balanço Patrimonial - Ativo	2.021	2.020
Ativo Circulante		
Caixa e Bancos	13.239	927.215
Contas a receber	4.640.146	3.102.902
Despesas Exercício Seguinte	-	-
Total do Circulante	**4.653.386**	**4.030.117**
Contas a Receber - Longo Prazo		
Investimentos	-	-
Imobilizado	52.267.139	52.267.139
Total do Não Circulante	**52.267.139**	**52.267.139**
Total do Permanente	52.267.139	52.267.139
Total do Ativo	**56.920.525**	**56.297.256**
Balanço Patrimonial - Passivo	**2.021**	**2.020**
Passivo Circulante		
Obrigações Fiscais e Tributárias	586.031	415.250
Partes relacionadas	-	919.889
Dividendos a Pagar	-	347.652
Total do Circulante	**586.031**	**1.682.791**
Total do Não Circulante	**15.885.332**	**15.945.208**
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.600.000	5.600.000
Reserva Legal	1.120.000	106.017
Ajuste de Avaliação Patrimonial	30.652.199	30.652.199
Resultado à Disposição da AGO	3.076.963	2.311.040
Total do Patrimônio Líquido	40.449.163	38.669.257
Total do Passivo	**56.920.525**	**56.297.256**

Demonstrativo das Mutações do Patrimonio Liquido	Capital Social	Reserva de Lucros	Reserva de Aval. Patrim.	Lucro a Dispos. AGO	Patrimonio Líquido
Saldo em 31-12-2019	**5.600.000**	**106.017**	**30.652.199**	**1.268.086**	**37.626.302**
Lucro do Exercício				1.390.606	1.390.606
Dividendos a Pagar				(347.652)	(347.652)
Saldo em 31-12-2020	**5.600.000**	**106.017**	**30.652.199**	**2.311.041**	**38.669.257**
Lucro do Exercício				2.503.036	2.503.036
Constituição da Reserva Legal		1.013.983		(1.013.983)	-
Dividendos Distribuídos				(723.130)	(723.130)
Saldo em 31-12-2021	**5.600.000**	**1.120.000**	**30.652.199**	**3.076.964**	**40.449.163**

Demonstração de Resultados dos Exercícios de 2021 e 2020	2.021	2.020
Receita Operacional Bruta	**1.703.500**	**1.500.000**
Impostos s/ Receita Bruta	62.178	54.750
Receita Operacional Líquida	**1.641.322**	**1.445.250**
Despesas Administrativas	102.712	83.878
Resultado Financeiro	(1.125.766)	(281.114)
Despesas Operacionais	**(1.023.054)**	**(197.235)**
Resultado Operacional	**2.664.376**	**1.642.485**
IRPJ	112.280	178.853
CSLL	49.061	73.027
Lucro do Exercício	**2.503.036**	**1.390.606**
Lucro líquido por ação	0,25030	0,13906

Demonstração de Fluxo de Caixa de 2021 e 2020	2.021	2.020
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	**2.503.036**	**1.390.606**
Depreciação e Amortização	-	-
Lucro Líquido Ajustado	**2.503.036**	**1.390.606**
Contas a Receber	(1.537.244)	(1.520.920)
Despesas a Amortizar	-	-
Variações no Ativo Circulante	**(1.537.244)**	**(1.520.920)**
Fornecedores	-	-
Obrigações trabalhistas e tributárias	110.904	137.251
Obrigações Diversas	-	-
Variações no Passivo Circulante	**110.904**	**137.251**
Total das Atividades Operacionais	**1.076.695**	**6.937**
Atividades de Investimentos	**-**	**-**
Atividades de Financiamentos		
Distribuição de Dividendos	(1.070.781)	-
Partes relacionadas	(919.889)	920.215
Total das Atividades de Financiamentos	(1.990.670)	920.215
Variação em Caixa e Equivalentes	**(913.975)**	**927.153**
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	927.215	62
Saldo Final de Caixa e Equivalentes	13.239	927.215

Notas Explicativas: 1) As demonstrações Contábeis foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações. **2)** As Receitas e as Despesas são registradas pelo regime de Competência. **3)** Os Ativos Realizáveis e os Passivos Exigíveis no prazo de um ano, são classificados como Circulantes. **4)** O Capital Social representado por 10.000.000 (dez milhões) de ações ordinárias nominativas, no valor de R$ 0,56 (cinquenta e seis centavos) cada uma, subscrito e integralizado na sua totalidade por acionistas residentes no País.

Leandro de Oliveira Jordão - Diretor **Lourival Odécio Golin -** Diretor **Carlos Antonio Golin -** Diretor
Glauco Rossi Monaro Engelmann - Diretor **Selma Marcon -** Diretora **Flávia Cascarelli -** Contadora - CRC 1SP210340/O-5

Avanço S.A. Indústria e Comércio de Máquinas

CNPJ n° 43.297.852/0001-03 - NIRE n° 35.300.007.956

Ata de Assembleia Geral Ordinária - Realizada em 04/03/2022

Data, Hora, Local: 04/03/2022, às 14:00 horas, na sede social sito na Capital do Estado de São Paulo, à Avenida Presidente Wilson, n° 3544. **Quorum:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Monica Giovanna Battaglio Zanatta - Presidente, e Antônio Jacinto Caleiro Palma - Secretário. **Aviso aos Acionistas:** Dispensada publicação (Artigo 133, §4°, Lei 6.404/76). **Convocação:** Dispensada publicação (Artigo 124, §4°, Lei 6.404/76). **Ordem do Dia: A)** Discussão e aprovação de Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, publicados no Jornal O Dia SP, de forma física e digital, em 15/02/2022; **B)** Proposta de destinação do lucro líquido apurado no exercício encerrado em 31/12/2021; e **C)** Assuntos de interesse geral da Companhia. **Deliberações: A)** Quanto ao item "A" da Ordem do dia, foram aprovados Relatório da Diretoria, Balanco Patrimonial, Dernonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2021, publicados no Jornal O Dia SP, de forma física e digital em 15/02/2022. **B)** Quanto ao item "B" da Ordem do Dia, foi decidido por unanimidade que o valor de R$2.323.342,54 (dois milhões, trezentos e vinte e três mil, trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta e quatro centavos), serão distribuídos aos acionistas a título de dividendos, cabendo o valor de R$1.951.607,74 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, seiscentos e sete reais e setenta e quatro centavos) ao acionista Orizio Empreendimentos e Participações Ltda.; R$185.867,40 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) para a acionista Monica Giovanna Battaglio Zanatta; e R$185.867,40 (cento e oitenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos) para a acionista Susanna Battaglio de Paula. **C)** Quanto ao item "C" da Ordem do Dia - Assuntos de Interesse Geral, nada mais foi tratado pelos acionistas. **Conselho Fiscal:** Dispensado. **Observações Finais: 1)** Ata lavrada pelo sumário dos fatos ocorridos e das decisões tomadas. **2)** Deliberações aprovadas por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos. **3)** Ficam arquivados na sede social da Companhia os documentos citados nesta ata. **Encerramento:** Ata lavrada, lida, aprovada e assinada para o devido registro e arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e posterior publicação na forma da lei. São Paulo, 04 de Março de 2022. Monica Giovanna Battaglio Zanatta - Presidente da Mesa e Antônio Jacinto Caleiro Palma - Secretário da Mesa. **Acionistas: 1)** Orizio Empreendimentos e Participações Ltda., **2)** Monica Giovanna Battaglio Zanatta, **3)** Susanna Battaglio de Paula. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Monica Giovanna Battaglio Zanatta** - Presidente; **Antônio Jacinto Caleiro Palma** - Secretário. Visto do Advogado: **Carolina Santos Pacini** - Advogada - OAB/SP 271.510. JUCESP nº 157.519/22-3 em 24/03/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ALPHAVILLE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/ME: 16.811.931/0001-00 - NIRE: 35.300.442.296

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da Alphaville S.A. ("Companhia") a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia") que será realizada no **dia 30 de abril de 2022, às 9h00**, horário de Brasília, **de forma exclusivamente digital** nos termos do artigo 4º, §2º, inciso I da Instrução CVM nº 481/09 ("ICVM 481"), com participação por meio de sistema eletrônico Microsoft Teams, com a possibilidade de envio do boletim de voto a distância, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: **(1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; **(2)** definir o número de membros que comporá o Conselho de Administração da Companhia; **(3)** deliberar acerca da independência dos candidatos para os cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; **(4)** deliberar acerca da proposta para concessão da dispensa do requisito previsto no artigo 147, §3º, I da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei das S.A.") em relação ao candidato Diego Siqueira Santos; **(5)** eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(6)** fixar a remuneração global dos administradores da Companhia a ser paga no exercício social de 2022. **Informações Gerais:** O Manual de Participação na Assembleia e a Proposta da Administração, bem como os demais documentos previstos em lei e na regulamentação aplicável, estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Dra. Ruth Cardoso, 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05.425-70, na página de Relações com Investidores da Companhia (https://www.alphavilleurbanismo.com.br/ri), na página da Comissão de Valores Mobiliários (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e na página da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br). Poderão participar da Assembleia os acionistas titulares de ações emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, nos termos do artigo 126 da Lei da S.A. Os acionistas, além de exibirem documentos hábeis de identificação, deverão apresentar, na hipótese de representação por procuração, instrumento de mandato devidamente formalizado e assinado pelo acionista outorgante, na forma detalhada no Manual de Participação na Assembleia. Em atendimento ao artigo 3º da Instrução CVM nº 165/91 e ao artigo 4º da Instrução ICVM 481, a Companhia informa que o percentual mínimo do capital votante para requisição da adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento). Informa ainda que, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das S.A., o requerimento para a adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia. **Participação de forma digital, através do sistema eletrônico *Microsoft Teams*:** De acordo com as disposições da Lei das S.A. e da ICVM 481, a Assembleia será realizada de forma **exclusivamente digital**, através do sistema eletrônico ***Microsoft Teams***, com a utilização de áudio e vídeo, sem a possibilidade de comparecimento físico, razão pela qual a participação do Acionista somente poderá ser via ***Microsoft Teams***, pessoalmente ou por procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 21-C, §§2º e 3º da ICVM 481, caso em que o Acionista poderá: (i) simplesmente participar da Assembleia, sem necessariamente votar; ou (ii) participar e votar na Assembleia (caso em que, se o acionista tiver enviado o boletim de voto a distância, as instruções de voto anteriormente enviadas serão desconsideradas). Além disso, os acionistas poderão exercer o seu direito de voto mediante o envio do boletim de voto a distância ("Boletim"). Os acionistas, representantes legais ou procuradores ("Participantes") que desejarem participar da Assembleia por meio do sistema eletrônico deverão efetuar o seu cadastro até o dia **28 de abril de 2022 (inclusive)**, mediante o envio de um e-mail para ri@alphaville.com.br, com o seguinte título "Cadastro para participação na AGO 2022", juntamente com o envio da documentação necessária, conforme indicado abaixo. Para fins de cadastro, os Acionistas deverão enviar: (i) acionistas pessoa física: documento de identificação com foto; (ii) acionistas pessoa jurídica: cópias do último estatuto ou contrato social consolidado e da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) acionistas que sejam fundos de investimento: cópias do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor (conforme o caso), além da documentação societária outorgando poderes de representação e de documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iv) acionistas estrangeiros: mesma documentação aplicável aos acionistas brasileiros, traduzida para o português por tradutor juramentado, exceto se originalmente lavrada em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. Os Participantes deverão consultar o Manual de Participação na Assembleia, que estabelece em maiores detalhes os documentos necessários ao credenciamento prévio, à participação virtual e a forma de recebimento do link de acesso à Assembleia. A solicitação de cadastro para participação na Assembleia através do sistema eletrônico deverá ser recebida pela Companhia impreterivelmente até o dia 28 de abril de 2022. Nos termos do artigo 5º, §3º, da ICVM 481, não será admitido o acesso ao Microsoft Teams dos acionistas ou procuradores que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. A Assembleia será gravada, nos termos do Artigo 21-C, §1º, inciso III da ICVM 481. A Companhia não se responsabilizará por problemas de conexão que os participantes credenciados possam enfrentar ou outras situações que não estejam sob o controle da Companhia, tais como instabilidade na conexão com a internet ou incompatibilidade do sistema eletrônico com o equipamento do participante. **Boletim de Voto a Distância:** O Acionista que optar por exercer seu direito de voto através do Boletim poderá: (i) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituições de custódia, transmitir as instruções de voto para as instituições de custódia, que encaminharão as manifestações de voto à Central Depositária da B3, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pela respectiva instituição de custódia; (ii) caso o acionista tenha ações de emissão da Companhia depositadas em instituição financeira depositária responsável pelo serviço de ações escriturais da Companhia, a saber, o Banco Bradesco S.A. ("Bradesco"), transmitir as instruções de voto para o Bradesco, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos pelo Bradesco; ou (iii) preencher o Boletim e enviá-lo diretamente à Companhia, de forma digital ou física, observados os procedimentos estabelecidos e os documentos exigidos abaixo. Nos termos do artigo 21-B da ICVM 481, o Boletim, devidamente preenchido e acompanhado da respectiva documentação, será considerado válido apenas se recebido pela Companhia, pelos agentes de custódia ou pelo escriturador de ações da Alphaville em plena ordem, conforme os respectivos procedimentos aplicáveis, até 7 (sete) dias antes da data da Assembleia, ou seja, até **23 de abril de 2022 (inclusive)**, salvo se prazo diverso for estabelecido por seus agentes de custódia ou pelo escriturador, inclusive em razão de não se tratar de dia útil. O Acionista que optar por exercer seu direito de voto a distância por meio de envio do Boletim diretamente à Companhia deverá encaminhar o Boletim devidamente preenchido, rubricado e assinado, acompanhado dos documentos listados acima, conforme aplicáveis, de forma exclusivamente digital, ao endereço eletrônico ri@alphaville.com.br, com o seguinte título: "Boletim de Voto a Distância AGO 2022". Caso o Acionista opte pelo envio do Boletim diretamente à Companhia de forma física, deverá fazê-lo na sede da Companhia, localizada na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 8.501, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-070, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores da Companhia. Não obstante a possibilidade do envio do Boletim e demais documentos de forma física, a Companhia solicita aos acionistas que desejarem enviar o Boletim diretamente à Companhia que, na medida do possível, adotem a forma digital de envio, conforme indicado acima. O Boletim

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/63CB-016A-191A-E712 ou vá até o site https://www.portaldeassinaturas.com.br:443 e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 63CB-016A-191A-E712

Hash do Documento

319FAC409691DBFBCD964EB1C86ACF42AA5A99E2B4907287E6F9565223EAAC4E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 01/04/2022 é(são) :

☑ Angelo Augusto Dell Agnolo Oliveira (Signatário - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI) - 091.260.448-46 em 01/04/2022 02:59 UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - AZ EDITORES DE JORNAIS LIVROS REVISTAS EIRELI - 64.186.877/0001-00